

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL – DOUTORADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Yhevelin Serrano Guerin

**MÚLTIPLOS OLHARES, MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES:  
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RURALIDADE ENTRE OS  
JOVENS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL**

Santa Cruz do Sul  
2017

Yhevelin Serrano Guerin

**MÚLTIPLOS OLHARES, MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES:  
AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RURALIDADE ENTRE OS  
JOVENS RURAIS DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (Doutorado), área de concentração em Desenvolvimento Regional, dentro da linha de pesquisa — Território, Planejamento e Sustentabilidade, da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC).

Orientadora: Profa. Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

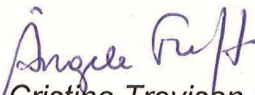
Co-orientação: Profa. Dra. Cidonea Machado Deponti

Santa Cruz do Sul  
2017

YHEVELIN SERRANO GUERIN

MÚLTIPLOS OLHARES, MÚLTIPLAS MEDIAÇÕES: AS  
REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA RURALIDADE ENTRE OS JOVENS RURAIS  
DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em Desenvolvimento Regional – Doutorado, Área de  
concentração em Desenvolvimento Regional, Linha  
de Pesquisa Organizações, Mercado e  
Desenvolvimento na Universidade de Santa Cruz do  
Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do  
título de doutor em Desenvolvimento Regional.



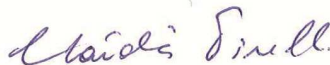
Dr<sup>a</sup>. Ângela Cristina Trevisan Felippi  
Professora orientadora – PPGDR/UNISC



Dr<sup>a</sup>. Cidonea Machado Deponti  
Professora coorientadora – PPGDR/UNISC



Dr<sup>a</sup>. Grazielle Betina Brandt  
Professora examinadora – PPGDR/UNISC



Dr<sup>a</sup>. Cláudia Tirelli  
Professora examinadora – PPGDR/UNISC



Dr<sup>a</sup>. Ana Carolina Damboriarena Escosteguy  
Professora examinadora – PPGCOM/PUCRS



Dr. Moacir José dos Santos  
Professor examinador – PPGDR/UNITAU

Santa Cruz do Sul  
2017

## AGRADECIMENTOS

Dizem que escrever uma Tese é um trabalho solitário, mas havia tanta gente comigo, acompanhando-me e torcendo por mim, então é a elas que agradeço todo o apoio recebido, pelas palavras de incentivo, pelo carinho e paciência. Uma dessas pessoas é a Carla, uma surpresa que aconteceu no meio dessa trajetória que soube, através de seu silêncio e paciência, entender a minha ausência. Obrigada por me acompanhar nesse processo, pela paciência e carinho dedicado, mesmo quando eu estava surtando.

É claro, quero agradecer e dedicar esse trabalho à minha família, que sempre me apoiou, sempre esteve presente, e mesmo quando não entendia muito bem qual era o meu estudo participava ativamente de cada etapa. Mãe, Pai, Yherar, Kalil, Vanúcia, Théo, Maitê e Egon, é para vocês que dedico esta Tese, porque a partir dessa família maravilhosa e compreensiva é que consigo ser hoje a pessoa que sou.

Quero agradecer à vida por ter feito com que eu esperasse 13 anos para iniciar o doutorado. Graças a isso conheci um grande amigo, um grande presente: Rudimar. Juntos passamos por todos os momentos possíveis, iniciamos juntos e juntos estamos finalizamos uma jornada. “Se tu vens, por exemplo, às quatro da tarde, desde as três eu começarei a ser feliz”. Obrigado amigo, por fazer minha vida mais divertida e leve. Através de ti conheci também grandes irmãos do coração que hoje são minha família em Santa Cruz do Sul: Everton e Eder.

Não tenho como deixar de fora dos agradecimentos o meu grupo de amigas queridas, a tradicional família brasileira, por torcerem por mim em cada conquista e mesmo distante sei que o faziam para que eu pudesse concluir cada etapa, porque assim, um novo encontro poderia ser realizado.

Josi, Fabi e Inês, grandes amigas que acompanharam cada devaneio, sou grata por poder pensar alto com vocês e por nossas tantas conversas. Hélio, obrigada por aguentar as pontas, sei que não pude estar inteira nesse período de gestão, mas vou compensar nos próximos meses.

Gostaria de agradecer a todos os professores do Programa de Desenvolvimento Regional por terem me apresentado uma área nova e fascinante; por terem proporcionado tanto conhecimento e uma amplitude de visão. Dentre todos os professores, é claro, uma dedicação especial às minhas orientadoras, amigas e colegas, Ângela e Cidonea, por toda a dedicação, paciência, compreensão e aprendizado recebido.

Por último, e não menos importante, aos jovens que dedicaram um pouco do seu tempo para conversar sobre suas vidas e expô-las a uma desconhecida. Também um agradecimento especial ao Marcelo da Emater, por ter me auxiliado na indicação de alguns nomes.

Nossa, quanta coisa aconteceu nesses quatro anos, muitas mudanças, muitas perdas e conquistas. Muitos desafios, fracassos e ganhos. Obrigada Deus por sempre me acompanhar em todos esses momentos e nunca deixar com que eu perdesse a fé e a energia.

Caso eu tenha me esquecido de alguém, peço desculpas e mais um pouco de compreensão, pois minha mente, neste momento, está voando.

A todos os meus queridos amigos, agora tenho tempo para vocês!

*Toda gente é interessante se a gente souber ver toda gente.*

Poesia Completa de Álvaro de Campos.  
Fernando Pessoa.

## RESUMO

GUERIN, Yhevelin Serrano. **Múltiplos olhares, múltiplas mediações: as representações sociais da ruralidade entre os jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul.** 2017. Tese. (Doutorado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017.

As transformações sociais e culturais que vêm ocorrendo no mundo rural fazem com que muitas realidades sejam vividas e muitos olhares sejam lançados sobre esse espaço. Pesquisadores sobre o assunto, entre os quais Maria José Carneiro, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Valmir Luiz Stropasolas, Elisa Guaraná Castro, afirmam que há diferenças substanciais conforme o território analisado, existindo uma infinidade de possibilidades atualmente no rural, sendo impossível falar em uma ruralidade, mas em “ruralidades”. Uma das formas de perceber essas ruralidades é através das representações sociais que os sujeitos constroem da realidade. Os autores Serge Moscovici, Denise Jodelet, Celso Pereira de Sá, Sandra Jovchelovitch alegam que elas se manifestam em palavras, sentimentos e condutas, sendo as responsáveis em fazer com que o sujeito dê sentido ao mundo. A partir dessa premissa, a presente tese tem como objetivo analisar as representações sociais da ruralidade concebidas pelos jovens rurais da Microrregião de Santa Cruz do Sul, com base na Teoria das Mediações proposta por Jesús Martín-Barbero, considerando-se a introdução das tecnologias de informação e comunicação (TIC). Parte-se das mediações porque são elas que geram as representações sociais, e para se compreender de que maneira a ruralidade é sentida, vivenciada e narrada pelos jovens rurais busca-se examinar o modo com que as mediações (competência cultural, temporalidade social e cotidianidade familiar) permeiam a construção das representações sociais a respeito da ruralidade. Também se consideram as TIC a fim de explorar a maneira com que as inovações tecnológicas comunicacionais inserem-se no cotidiano desses jovens e de que maneira eles se apropriam delas. A escolha dos sujeitos pesquisados justifica-se pelo protagonismo que a juventude, de maneira geral, vem desenvolvendo, e pelo fato de ser um grupo que ainda carece de estudos quando se considera o rural, os quais se concentram basicamente em pesquisas relacionadas à sucessão familiar e êxodo rural. Na presente pesquisa, de cunho qualitativo, o instrumento utilizado foi entrevista semiestruturada feita com 14 jovens residentes da zona rural da Microrregião de Santa Cruz do Sul. Na análise dos dados percebeu-se que são múltiplas as formas de representar a ruralidade, e que há poucos estudos qualitativos relacionados às representações sociais sobre a ruralidade. A maioria deles procura categorizar, a partir de dados estatísticos, imagens ou palavras que representem o rural, o que, de certa forma, limita essa abordagem. Entre os resultados da pesquisa, no que se refere às mediações, entendeu-se que o grupo de mediações relacionadas à competência cultural e à temporalidade social são os mais significativos na forma de os jovens pesquisados sentirem o espaço onde vivem, e essas representações podem se tornar mediadores do processo. Também se constatou que representações modernas convivem com representações contemporâneas, e estas, é claro, irão depender das formas de vida e das condições de cada região, sendo impossível generalizar esses olhares. Sugere-se, portanto, que novos estudos sejam realizados, com o intuito de analisar os múltiplos olhares, as múltiplas representações sociais e as múltiplas ruralidades na contemporaneidade.

**Palavras-Chaves:** Ruralidades. Representações Sociais. Jovens Rurais. Teoria das Mediações.

## ABSTRACT

GUERIN, Yhevelin Serrano. **Multiple perspectives, multiple mediations: the social representations of rurality among rural youngsters from the Microregion of Santa Cruz do Sul** 2017. Thesis. (Doctorate in Regional Development) – University of Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul, 2017

The social and cultural transformations that have been occurring in the rural setting have led to the experience of many realities and to many glances at this space. Researchers of this subject like Maria José Carneiro, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, Valmir Luiz Stropasolas and Elisa Guaraná Castro affirm that in view of significant differences according to the analyzed territory and the countless possibilities in the rural environment nowadays, we cannot talk about a rurality anymore instead we must approach “ruralities”. One of the ways to perceive the various faces of rurality is through the social representations that the subjects construct from the reality. The authors Serge Moscovici, Denise Jodelet, Celso Pereira de Sá and Sandra Jovchelovitch claim that they are expressed in words, feelings and attitudes by leading the subject to provide meaning to the world. Starting from this premise, this thesis has the objective of analyzing the social representations of rurality as conceived by the rural youth from the Microregion of Santa Cruz do Sul based on the Theory of Mediations proposed by Jesús Martín-Barbero that considers the introduction of information and communication technologies (TIC). The starting point are the mediations because they generate the social representations and to understand how the rurality is felt, experienced and told by the rural youth, one examines the way how the mediations (cultural competence, social temporality and family day-to-day life) pervade the construction of the social representations regarding rurality. The TICs are also taken into consideration to explore the way how communication technological innovations are inserted in the daily life of these youngsters and how they get hold of these technologies. The choice of the inquired subjects is justified by their protagonism which the youth, in general, has been developing and by the fact that it is a group that still requires studies when one consider the rural environment that so far basically concentrates researches related to family succession. The current research of qualitative character carried out semi-structured interviews with 14 youths dwelling in the rural area of the Microregion of Santa Cruz do Sul. The data analysis revealed that there are multiple ways of representing the rurality and few qualitative studies about the social representations of rurality. Most of them intend to categorize, from statistic data, images or words that represent the rural environment what somehow limits this approach. Among the findings of the research concerning mediations, it is understood that the group of mediations related to cultural competence and to social temporality are the most significant ones in the way how the inquired youths feel the surroundings where they live and such representations may become mediators in the process. It has also been found out that old representations get along with new ones and these will obviously depend on the ways of life and conditions from each region, reason why it is impossible to generalize such perspectives. Therefore, it is recommended that new studies be made with the objective of analyzing the multiple perspectives, multiple social representations and multiple rurality expressions in the contemporaneity.

**Key words:** Rurality Expressions. Social Representations. Rural Youth. Theory of Mediations.



## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|             |   |     |
|-------------|---|-----|
| Quadro 1 —  | Representações sociais das categorias rural e cidade  | 95  |
| Quadro 2 —  | Dimensões para a análise das representações sociais   | 103 |
| Quadro 3 —  | Apresentação dos jovens Entrevistados   | 122 |
| Quadro 4 —  | Representações da ruralidade no grupo pesquisado  | 192 |
| Figura 1 —  | Mapa da Microrregião de Santa Cruz do Sul e localidades pesquisadas                                 | 110 |
| Esquema 1 — | Organização metodológica da teoria das mediações e teoria das representações sociais na Tese        | 145 |
| Esquema 2 — | Categorias utilizadas em cada grupo das mediações estudadas para analisar as representações sociais | 148 |

## LISTA DE TABELAS

|            |  |     |
|------------|--|-----|
| Tabela 1 — | Número de propriedades e área plantadas                                  | 117 |
| Tabela 2 — | Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio por município               | 118 |
| Tabela 3 — | Posse de computador com acesso à internet e celular por município - 2010 | 119 |
| Tabela 4 — | Plantação de tabaco na Microrregião de Santa Cruz do Sul                 | 144 |

## LISTA DE ABREVIATURAS

|         |   |
|---------|---|
| ARCAFAR | Associação Regional das Casas Familiares Rurais                   |
| AREJUR  | Associação Regional de Juventude Rural                            |
| ASCAR   | Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural                  |
| CCCS    | Centre for Contemporary Cultural Studies                          |
| CEDEJOR | Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural                          |
| CEPAL   | Comissão Econômica para a América Latina e Caribe                 |
| CETIC   | Centro Regional para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação |
| CONDRAF | Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável            |
| COSUEL  | Cooperativa dos Suinocultores de Encantado                        |
| ECA     | Estatuto da Criança e Adolescente                                 |
| EFA     | Escola Família Agrícola   |
| EFAORI  | Escola Família Agrícola de Orizona                                |
| EFASC   | Escola Família Agrícola Santa Cruz do Sul                         |
| EMATER  | Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural                   |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística                   |
| IPEA    | Instituto de Pesquisa Agronômica de Pernambuco                    |
| MDA     | Ministério do Desenvolvimento Agrário                             |
| MEPES   | Movimento de Educação Promocional Espírito Santo                  |
| MOC     | Movimento de Organização Comunitária                              |
| NUPES   | Núcleo de Pesquisa Social   |
| OCDE    | Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico         |
| ONG     | Organização não Governamental                                     |

|          |   |
|----------|---|
| ONU      | Organizações das Nações Unidas                              |
| OSCIP    | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público         |
| PNAD     | Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios                |
| PROJOVEM | Programa Nacional de Inclusão de Jovens                     |
| PRONAF   | Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar |
| SENAC    | Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial                  |
| SENAI    | Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial                 |
| SERTA    | Serviço de Tecnologia Alternativa                           |
| SRA      | Secretaria de Reordenamento Agrário                         |
| TIC      | Tecnologias de Informação e Comunicação                     |
| UERGS    | Universidade Estadual do Rio Grande do Sul                  |
| UNEFAB   | União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas do Brasil     |
| UNFPA    | Fundo de População das Nações Unidas                        |
| UNINTER  | Centro Universitário Internacional                          |
| UNIP     | Universidade Paulista                                       |
| UNISC    | Universidade de Santa Cruz do Sul                           |
| UNOPAR   | Universidade Paranaense                                     |

## SUMÁRIO

|          |   |            |
|----------|---|------------|
| <b>1</b> | <b>A RURALIDADE EM QUESTÃO .....</b>  | <b>14</b>  |
| <b>2</b> | <b>RURAL, RURALIDADES E JUVENTUDES RURAIS.....</b>  | <b>30</b>  |
| 2.1      | O mundo rural ontem e hoje.....   | 31         |
| 2.1.1    | O conceito de rural e ruralidade na contemporaneidade.....  | 41         |
| 2.2      | Juventude e juventudes rurais.....  | 49         |
| 2.2.1    | Os jovens rurais na agenda de pesquisa.....   | 55         |
| 2.2.2    | A juventude rural num contexto de novas ruralidades.....  | 61         |
| <b>3</b> | <b>REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEDIAÇÕES:<br/>A CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO SIMBÓLICO DOS<br/>SUJEITOS SOCIAIS.....</b> | <b>67</b>  |
| 3.1      | Estudos culturais e a teoria das mediações.....   | 72         |
| 3.1.1    | Estudos culturais latino-americanos e a teoria das mediações.....   | 78         |
| 3.2      | Teoria das representações sociais.....  | 88         |
| 3.3      | Aproximações entre a teoria das representações sociais e<br>a teoria das mediações.....                         | 101        |
| <b>4</b> | <b>O MAPA DA PESQUISA: UNINDO OS PONTOS.....</b>  | <b>106</b> |
| 4.1      | A Microrregião de Santa Cruz do Sul.....  | 110        |
| 4.2      | Apresentação dos jovens entrevistados.....  | 120        |
| 4.3      | A teoria das representações sociais e a teoria das mediações<br>no campo da pesquisa.....                       | 144        |
| <b>5</b> | <b>RURALIDADES, REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES<br/>DOS JOVENS RURAIS.....</b>                                       | <b>151</b> |
| 5.1      | Competência cultural.....   | 151        |
| 5.2      | Temporalidade social.....   | 169        |
| 5.3      | Cotidianidade familiar.....   | 180        |
| 5.4      | Representações sociais da ruralidade e suas mediações.....  | 191        |
| <b>6</b> | <b>CONCLUSÕES .....</b>   | <b>198</b> |
|          | <b>REFERÊNCIAS.....</b>   | <b>209</b> |
|          | <b>APÊNDICES</b>  |            |
|          | <b>APÊNDICE A — Total de habitantes da Microrregião de Santa<br/>Cruz do Sul x proporção rural.....</b>         | <b>229</b> |
|          | <b>APÊNDICE B — Número de total de jovens x jovens rurais.....</b>  | <b>230</b> |
|          | <b>APÊNDICE C — Roteiro para as entrevistas.....</b>  | <b>231</b> |
|          | <b>APÊNDICE D — Termo de consentimento livre e esclarecido.....</b>   | <b>235</b> |
|          | <b>ANEXOS</b>   |            |
|          | <b>ANEXO A — Proporção de Domicílios que possuem equipamentos<br/>TIC.....</b>                                  | <b>236</b> |
|          | <b>ANEXO B — Proporção de domicílios com acesso à internet por<br/>região.....</b>                              | <b>237</b> |

## 1 A RURALIDADE EM QUESTÃO

Nas últimas décadas, o espaço rural brasileiro sofreu diversas mudanças, fazendo com que fosse apresentado um conjunto de novos processos sociais que se caracterizam por transformações nas formas de sociabilidade e de categorização do que pode ser entendido por ruralidade e de como as pessoas realizam as suas representações a respeito desse espaço. A partir da modernização da agricultura brasileira pode-se dizer que ocorreram grandes mudanças do rural, hoje traduzidas em uma nova ruralidade. Entre essas alterações pode ser incluída, por exemplo, a diminuição no número de pessoas que trabalham com a agricultura. Por outro lado, houve um aumento de atividades não agrícolas nesse ambiente, as quais podem ser praticadas dentro ou fora das propriedades, estendendo-se, inclusive, para o meio urbano. Essa condição caracteriza o que vem sendo denominado de pluriatividade por diversos pesquisadores (SCHNEIDER, 2003, CARNEIRO, 1998; WANDERLEY, 1997; ELESBÃO, 2007; GRAZIANO DA SILVA, 1997; entre outros) e tem sido recorrente em diversos países<sup>1</sup>.

Atualmente, vivem-se novas realidades nas zonas rurais brasileiras quando comparadas com décadas atrás. Em algumas ocasiões, há aproximações entre o urbano e o rural, mesmo que existam diferentes cenários culturais entre essas duas realidades, o que faz com que a percepção que se tem delas também se modifique (WEISHEIMER, 2005). A globalização, semelhante à modernização de meados do século XX, ocasionou transformações aceleradas no campo, sendo que a preocupação não pode se restringir à dicotomia cidade e campo (CORREA, FARAH e GRAMMONT, 2008). Isto porque diversos processos — movimentos migratórios e formas de acesso às mais diversas realidades, facilitado pelos meios de transporte; introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação<sup>2</sup> (TIC); emergência de novos setores econômicos e sociais dentro do espaço rural (turismo, indústria, comércio e serviços) — borraram as fronteiras que existiam entre o urbano e o rural, fazendo com que o entendimento do espaço rural se torne mais complexo e diversificado. A partir dessa realidade, o que pode ser colocado em pauta é a heterogeneidade nos modos de vida que

---

<sup>1</sup> A pluriatividade nos países desenvolvidos começou a ser intuída a partir da década de 1970. Vinte anos depois ela começa a ser percebida a partir da década de 1990 nos países da América Latina.

<sup>2</sup> As TIC englobam os meios de comunicação mais antigos (rádio, televisão, jornal, etc.) e os mais recentes (internet, celular, etc.), como também todos os suportes e técnicas que permitem o acesso, a produção, o tratamento e a comunicação.

proporcionam novas imagens percebidas do meio rural, as quais afetam a maneira com que os atores desse espaço se apropriam das mudanças e as provocam, e de, também, como concebem o espaço no qual vivem.

Entre essas mudanças não há como desconsiderar a incorporação tecnológica, sendo necessário explorar, analisar e estudar a incorporação que as TIC têm propiciado e mediado. Sabe-se que uma das principais modernizações do campo diz respeito à comunicação e à informação, que têm proporcionado diferentes formas de sociabilidade e de interatividade, expandindo o conteúdo e a incorporação de novas rotinas, ampliando os horizontes e modificando as expectativas de gerações anteriores (SCHWARTZ, 2007; VIEIRO e SILVEIRA, 2011; REDIN et al, 2013). Por exemplo, mesmo que a primeira emissora de rádio tenha sido instalada em 1922, essa mídia popularizou-se no meio rural somente nos anos de 1960, juntando-se a ela a televisão que, a partir do final de década de 1970, também se popularizou, principalmente no meio urbano. Pode-se dizer que os dois eram os meios de maior disseminação de informação e lazer (MILANESI, 1978). Além deles há de se considerar também a introdução de revistas técnicas, jornais e manuais técnicos produzidos pelo Estado, sindicatos, empresas e organizações. O intuito das iniciativas governamentais decorria, especialmente, da necessidade de “desenvolver” algumas localidades e “capacitar” grupos de agricultores a partir dos anos de 1950 (BORDENAVE, 1983). Entretanto, no início do século XXI, com a expansão dos serviços de telefonia, internet e computação, e a popularização e o barateamento de algumas das TIC, as pessoas que vivem no meio rural tiveram acesso a diferentes meios de comunicação. “A emergência das novas mídias (computador e celular) tem atingido o espaço rural, seja por meio de aquisição individual dos aparatos tecnológicos ou através das políticas públicas do Estado ou da iniciativa privada” (FELIPPI; DEPONTI; DORNELES, 2017, p. 10-11).

Para salientar a dimensão dessa mudança cabe fazer referência a alguns dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada no ano de 2005. Naquele momento, apenas 1,7% dos trabalhadores agrícolas<sup>3</sup> possuíam acesso à internet. Segundo a pesquisa “TIC Domicílios 2016”, promovida pelo Comitê Gestor da Internet no Brasil (CETIC, 2016), atualmente o cenário é outro<sup>4</sup>, pois a internet, por exemplo, está presente em 22% dos domicílios localizados na zona rural, sendo que para 8% dos que não possuem

---

<sup>3</sup> A Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considera trabalhadores agrícolas, os produtores na exploração agropecuária, trabalhadores na exploração agropecuária, pescadores, caçadores e extrativistas florestais e trabalhadores da mecanização agropecuária e florestal (PNAD, 2014).

<sup>4</sup> Base: 67.038.766 domicílios. Respostas múltiplas e estimuladas. Dados coletados entre novembro de 2015 e junho de 2016.

internet o motivo é o fato de as pessoas poderem acessar a mídia em outro lugar que não o domicílio<sup>5</sup>. Hoje, além da posse de meios mais tradicionais — a televisão e o rádio —, presentes em 96% e 76% dos domicílios respectivamente, a posse de antena parabólica (71%), computadores (23%), TV por assinatura (9%) e celulares (82%) são itens que começam a ser inseridos cada vez mais nesse espaço (CETIC, 2016) (ANEXO A). Esses índices, no entanto, são generalizados e referem-se a uma média brasileira<sup>6</sup>. É sabido que, no que se refere ao uso dessas tecnologias, as regiões Sudeste e Sul são as que possuem uma proporção maior em relação ao restante do país. Dados que somam tanto o rural quanto o urbano revelam que a internet está presente em 60% e 53% dos domicílios dessas regiões, e, ao mesmo tempo, é um índice bem superior ao encontrado na região Norte e Nordeste: 38% e 40% respectivamente (ANEXO B). Mesmo assim, esses números não significam que também exista, nessas regiões, uma distribuição equânime entre os espaços rural e urbano e nem, em se tratando do rural, igual em todas as regiões ou municípios.

Ainda em relação à dimensão de como a aquisição de tecnologias de comunicação e informação se apresentam no meio rural da região Sul resgatou-se uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Pesquisa Social (Nupes) da Universidade de Santa Cruz do Sul, em 2011<sup>7</sup>, a qual revela que o telefone fixo estava presente em 16,6% dos domicílios dos jovens pesquisados. A posse de computadores\notebook era de 44,9%, o serviço de internet abarcava 25,8% dos domicílios, e 96,6% das residências possuíam telefone celular, sendo que 69,4% tinham dois ou mais celulares (CADONÁ, 2011)<sup>8</sup>.

Em outra pesquisa realizada por Redin et al (2013), na Região Centro Serra<sup>9</sup> do Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo analisar as mudanças nas formas de sociabilidade e identificar os impactos que a incorporação das TIC tem ocasionado nas relações sociais de jovens vinculados à Associação Regional da Juventude rural, revelou que, em Arroio do

<sup>5</sup> Além desses motivos, dos domicílios rurais que ainda não possuem internet em casa, os seus moradores alegam também que: 4% não possuem computador; 32% não veem necessidade; 34% possuem falta de interesse; 51% acreditam também que o custo é elevado; 28% dizem que não possuem habilidades ou desconhecem a tecnologia; 29% alegam que não há serviço disponível na área; 8% não querem estar em contato com conteúdo perigoso ou expor sua privacidade.

<sup>6</sup> As pesquisas nacionais não apresentam dados abertos sobre regiões específicas e os dados das operadoras não levam em conta os vazios em que o sinal não é alcançado, porém, é informado como existente.

<sup>7</sup> A problemática da investigação estava associada à permanência de jovens no meio rural, na condição de agricultores, em regiões fumicultoras do Sul do Brasil, mas especificamente nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul.

<sup>8</sup> Especialmente no que diz respeito à telefonia móvel e à posse de computador (com ou sem internet), os dados mudam com grande velocidade e um dado de 2011 é apenas um sinalizador da presença destas tecnologias nesse espaço

<sup>9</sup> Arroio do Tigre, Cerro Branco, Estrela Velha, Ibarama, Jacuizinho, Lagoa Bonita do Sul, Lagoão, Passa Sete, Salto do Jacuí, Segredo, Sobradinho e Tunas.



Tigre, um dos municípios que fazem parte da Microrregião de Santa Cruz do Sul<sup>10</sup>, 45% dos usuários de internet eram famílias agricultoras<sup>11</sup> que realizavam a conexão via rádio<sup>12</sup>. Esses dados mostram uma configuração de posse de tecnologias em uma das regiões do Rio Grande do Sul bem acima dos índices nacionais<sup>13</sup> e direciona o trabalho para que se possa estudar a realidade presente em um espaço onde as tecnologias de comunicação e informação estão presentes e em expansão.

A partir dessa perspectiva entende-se que — mesmo com todas as inovações tecnológicas do ponto de vista produtivo; da facilidade dos meios de transporte; da diversidade de atividades não agrícolas, da inserção das novas tecnologias de comunicação e informação; de toda uma nova configuração desse espaço — ainda se torna complexo identificar de que modo a ruralidade<sup>14</sup>, hoje, é representada pelas pessoas residentes no meio rural e de que maneira ela pode ser explicada. Há que se considerar os contrastes que podem existir de uma região para outra e das diferenças no que se refere às condições de acesso das pessoas residentes, inclusive, em um mesmo município. Wanderley (2000, p. 2) supõe que a compreensão dos contornos e das especificidades dessa ruralidade pode ser entendida tanto um espaço físico, no qual podem ser incluídas referências à ocupação do território e seus símbolos, quanto o lugar onde se vive — relacionado principalmente à vida cotidiana e à referência identitária — e o lugar de onde se vê e se vive o mundo.

Destarte, torna-se necessário construir novos conhecimentos sobre o mundo rural, pois a ruralidade é uma construção social, sendo que o espaço rural vem sendo redefinido (CARNEIRO, 2012; ELESBÃO, 2007): não se trata de um fato ou de uma evidência. Pode-se afirmar que antigas representações sobre o rural estão dividindo espaço com novas representações. Nesse sentido, é preciso tentar entender os processos sociais no meio rural, que se caracterizam por transformações nas formas de sociabilidade, por exemplo. Além disso, torna-se necessário perceber o modo com que as novas formas de sociabilidade

---

<sup>10</sup> O IBGE divide o Rio Grande do Sul em 35 regiões. A Microrregião de Santa Cruz, localizada na região Centro-oriental, compreende 16 municípios: Arroio do Tigre, Candelária, Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita do Sul, Mato Leitão, Passa Sete, Santa Cruz do Sul, Segredo, Sinimbu, Sobradinho, Vale do Sol, Venâncio Aires, Vera Cruz.

<sup>11</sup> Os dados foram fornecidos pela empresa que detinha, em julho de 2012, 95% dos usuários de internet no rural de Arroio do Tigre e de grande parte do rural de outros municípios onde a pesquisa foi realizada.

<sup>12</sup> A internet via rádio é realizada a partir de uma antena localizada na residência da pessoa que capta o sinal de uma torre de transmissão. Geralmente, elas são uma alternativa para pontos isolados, regiões distantes onde não há infraestrutura a cabo instalada.

<sup>13</sup> É preciso salientar que no próprio Rio Grande do Sul também há contrastes, em comparação ao Brasil, ele pode até ser considerado um Estado rico, mas em termos regionais há igualmente contrastes.

<sup>14</sup> Carneiro e a Wanderley ao se referir a ruralidade e às ruralidades, enfatizam que há várias possibilidades de manifestação do espaço rural.

impactam as representações e a construção de identidade do próprio rural, e perceber de que forma as novas tecnologias de comunicação estão influenciando essa representação, além de outras possíveis mediações que permeiam esse processo. Salienta-se, ainda, que parece existir uma supremacia na construção da representação do rural, na qual há um consenso que nomeia e ressignifica as práticas sociais, políticas e culturais da ruralidade, idealizando-as ou comparando-as em relação ao urbano, sem considerar os diversos segmentos sociais existentes nessa realidade (BONOMO e SOUZA, 2013). Essa condição faz com que grupos expressivos ainda permaneçam marginalizados e sejam esquecidos no que se refere a sua realidade (OLIVEIRA, 2012). Por exemplo, há sempre uma dualidade: de um lado podem existir o atraso e a precariedade; do outro, a realidade do agronegócio e a expansão agrícola.

Para poder estudar as representações sobre a ruralidade, a alternativa da presente Tese foi a de escolher um segmento, geralmente esquecido pelas políticas públicas ou invisível às academias (DURSTON, 1997; WEISHEIMER, 2003, BRUMER, 2007) estudado a partir de um único viés: o da sua permanência ou não na atividade agrícola<sup>15</sup>. Esse segmento são os jovens rurais. Apesar de constantes programas governamentais criados e implementados nas últimas décadas, no Brasil, voltados para a valorização da sua dimensão agrícola e a permanência das populações rurais no campo, o grupo etário dos jovens ainda é um grupo pouco explorado em pesquisas acadêmicas e tem estado invisível para a maior parte dos pesquisadores brasileiros e das próprias políticas públicas até os anos 2000.

A maior parte das pesquisas realizadas baseia-se no fato de que ainda é crescente o número de jovens rurais que vão em direção às cidades, acreditando que lá as condições de vida serão melhores. Em 1980, 30,2% dos brasileiros viviam no campo; em 1991 esse índice diminuiu para 24,3% (IBGE, 1999). Mesmo que os índices venham diminuindo, ao se considerar os anos de 2000 e 2010 o país perdeu dois milhões de pessoas da população rural, metade do que havia perdido na década anterior (LOMBARDI, 2011). Entretanto os números ainda preocupam se forem direcionados ao universo dos jovens, já que mesmo que eles continuem migrando, o número de jovens comparado à décadas anteriores vem diminuindo de maneira geral. Segundo o Censo de 2010, 18,4% da população rural possui entre 15 e 24 anos, representando 16,03% do total de jovens brasileiros dessa faixa-etária. Essa baixa proporcionalidade é decorrente da diminuição no número de filhos por casal, fato constatado por Carneiro (1998) ao mostrar, em pesquisas, que os jovens possuem muito menos tios do que seus pais, pois há 30 e 40 anos predominavam famílias numerosas, com sete até 12 filhos.

---

<sup>15</sup> No Rio Grande do Sul, por exemplo, 31% das propriedades da agricultura familiar não têm jovens para garantir a sucessão (DAVID, 2012).

Atualmente, as famílias rurais possuem de um a três filhos (PNDE, 2009)<sup>16</sup>. O Rio Grande do Sul, por exemplo, possui uma das mais baixas taxas de fecundidade (IBGE, 2011). Por isso, a permanência dos jovens no campo continua sendo um dos maiores desafios para a assistência técnica e extensão rural. Para Stropasolas (2005), essa migração, todavia, parece não estar exclusivamente restrita ao campo econômico, pois abarca outras dimensões da vida social e cultural dessa população, o que faz com que sejam necessários novos enfoques, procedimentos e conceitos para pensar sobre as transformações que estão ocorrendo no espaço rural. Ainda mais se for considerado o processo de configuração de novas identidades culturais construídas pelos próprios jovens rurais. Aliado a isso, também existe o fato de essa geração ser a que atualmente mais entrou em contato com a nova configuração do rural e pode ser considerada a geração em que as transições estão ocorrendo de maneira acelerada e contrastante, possuindo um contato mais próximo com as TIC.

No Brasil, atualmente, a internet, por exemplo, possui uma penetração de 90% entre os jovens de 15 a 19 anos, estando acima da média em relação às pessoas que possuem mais de 30 anos de idade, que corresponde a 44% (MIDIA DADOS, 2016). No meio rural da Região Centro Serra<sup>17</sup>, por exemplo, as famílias estão adquirindo cada vez mais o serviço de internet, influenciadas, principalmente, pelos mais jovens (REDIN et al, 2013), e também propiciada pela telefonia móvel. Boa parte desses jovens tem acesso à internet pelo telefone celular que, embora limite o acesso a certos conteúdos, ou garanta um acesso ainda limitado às possibilidades da web, significa outra importante tecnologia de comunicação nas mãos desse público. Conforme mencionado, a posse de celular representa 82% da população rural (CETIC, 2016). Ao se considerar o público jovem e a região Sul, esses números podem ser ainda maiores. Pesquisa realizada pelo IBGE, em 2014, revela que “a posse de telefone celular cresceu em todos os grupos etários, atingindo seu máximo entre aqueles com 20 a 24 anos de idade (89,4%)” (PORTAL BRASIL, 2016).

Além disso, os jovens não formam um todo homogêneo e podem ser percebidas grandes transformações recentemente no meio rural e na agricultura brasileira. Um exemplo dessa mudança ocorre em função do aumento do emprego rural não agrícola e de outros setores que se deslocaram para o meio rural que diversificam as possibilidades de inserção

---

<sup>16</sup> Segundo os resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD 2009, a taxa de fecundidade total para a área rural é de 2,7 filhos. Valores bastante inferiores aos observados em 1960, onde era de 8,4 filhos (IBGE, 2010).

<sup>17</sup> A Região Centro Serra, localizado no Rio Grande do Sul, compreende as cidades do Salto do Jacuí, Jacuizinho, Estrela Velha, Arroio do Tigre, Tunas, Segredo, Ibarama, Sobradinho, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete e Cerro Branco.

profissional dos jovens rurais, além, é claro, da facilidade em relação à mobilidade entre os espaços rurais e urbanos (CASTRO, 2013; CARNEIRO, 2012).

Mesmo que no Brasil existam cerca de oito milhões de jovens vivendo na zona rural (MDA, 2011), ainda há uma grande carência de estudos sobre esse segmento. Como já mencionado, o que tem predominado são estudos que privilegiam, sobretudo, a dimensão do trabalho, deixando uma lacuna em relação à inclusão desses jovens nos demais campos (STROPASOLAS, 2006). Nesses estudos, o foco principal é a continuidade da agricultura familiar, não considerando a introdução de novas dinâmicas no espaço rural que estão afetando esses jovens e a maneira com que eles podem estar percebendo o futuro.

É fato que, hoje, os jovens “possuem um campo maior de autonomia frente às instituições do denominado ‘mundo adulto’ para construir seus próprios acervos e identidades culturais” (CARRANO, 2012, p. 86). Acrescenta-se a essas evidências o relatório do Ministério de Desenvolvimento Agrário, em 2011 (MDA, 2011), que relata haver, no Brasil, uma mobilização social e política sobre a temática da juventude, o que acaba se refletindo nas pesquisas realizadas no país, no aumento de encontros de jovens em partidos políticos, na sua participação em movimentos sociais, sindicais rurais e urbanos. Essa condição pode ser justificada pelo fato de que, mesmo que os casais tenham diminuído o número de filhos, segundo o levantamento realizado pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA, 2010), no estudo “Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento”, o Brasil conta com o maior contingente de população jovem entre 15 e 24 anos da sua história, se comparado com os países latino-americanos. Os números do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2011) confirmam que mesmo com uma forte tendência de envelhecimento da população mundial e diminuição no número de nascimentos, o Brasil ainda possui um número elevado de jovens, que representa 18% da população (15 a 24 anos), totalizando mais de 34 milhões de pessoas<sup>18</sup>, com projeção de 35 milhões até 2020 (IBGE, 2011).

Há mais de dez anos Stropasolas (2005) afirmou, no XII Congresso Brasileiro de Sociologia<sup>19</sup>, que a juventude rural é uma categoria social em construção. Mesmo assim, demorou muito para se entender o modo com que esses jovens veem o mundo que os rodeia e para vislumbrar uma preocupação por parte do governo e também por parte da academia. Somente em 2012 foi realizado o I Seminário Nacional Juventude Rural e Políticas Públicas,

---

<sup>18</sup> Segundo dados do IBGE Censo 2010, são 34.236.064 jovens que estão na faixa dos 15 aos 24 anos.

<sup>19</sup> O artigo é fruto da sua Tese de Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2002.

incentivado pela Secretaria Nacional de Juventude. Estiveram presentes, nesse evento, em torno de 40 organizações/movimentos sociais, representantes dos governos federal e estaduais, pesquisadores e professores de programas de licenciatura do campo e de licenciatura indígena. Todavia, não se pode esquecer que os jovens, nos dias atuais, vistos de forma generalizada, são protagonistas de uma transição cultural e comunicacional (MARTÍN-BARBERO, 2008), política e econômica. “O jovem é o personagem sobre o qual a sociedade deposita suas crenças, suas esperanças futuras, o elemento de renovação, mas ao mesmo tempo representa uma ameaça” (STROPASOLAS, 2005, p. 12). As condições dos jovens que vivem no meio rural e que vivenciam diferentes realidades (inserções produtivas, acesso a serviços públicos, padrões de sociabilidade, acesso a informação, entre outros), acabam modificando as suas percepções de mundo e, conseqüentemente, de desenvolvimento.

O território pode ser percebido a partir de diferentes olhares e dinâmicas, fazendo com que se possa reconhecer mais o território. Cada espaço socialmente ocupado gera especificidades que, por sua vez, estão relacionadas às representações. O território possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos físicos (ABRAMOVAY, 2006). Ele representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel que muitas vezes é pouco conhecido. Assim, é importante perceber que é preciso considerar os modos de vida dos habitantes (cultura, costumes e hábitos) e não se ater apenas em características quantitativas. Estes modos de vida vão além do território, da materialidade (ABRAMOVAY, 2006). É preciso entender o território a partir de estudos empíricos dos atores e de suas organizações. Porque para compreender situações localizadas é preciso aproximar-se. Então, se existe uma preocupação com o futuro do rural é preciso analisar as potencialidades desse espaço a partir do olhar da juventude. Os jovens são atores-chave desse processo porque são os que sofrem as transformações de maneira mais intensa. O que define o espaço são os atores, portanto, estudar as representações sociais pode ser fundamental para se trabalhar o desenvolvimento de uma região. A partir dos olhares que se lança sobre e da maneira com que se percebe o espaço é possível analisar as potencialidades e as fragilidades de cada território, e considerando-se que há diferenças substanciais conforme o território, as representações auxiliariam no seu estudo. A noção de território, conforme Carneiro (2012), refere-se a uma imagem, a uma representação, que se alimenta de uma rede de relações sociais, e vice-versa.

Para algumas pessoas, desenvolvimento pode estar associado a um conceito de urbanização e crescimento econômico e, para outras, a uma forma de perceber as potencialidades do território. É claro que o próprio desenvolvimento tem sofrido diferentes

conceitualizações ao longo dos anos, entretanto, ainda parece existir uma representação de desenvolvimento associada a progresso e à urbanização. Schneider (2007, p. 3), por exemplo, mostra como o tema é complexo e cita os estudos de José Eli da Veiga, o qual “faz várias ressalvas e aponta as dificuldades e os limites para uma definição sobre o que é desenvolvimento rural”, e de outros, entre os quais Celso Furtado, Gilbert Rist, Giovanni Arrighi e Gilberto Dupas, que também encontraram dificuldades para definir objetivamente o desenvolvimento por si só.

De Sardan (1995) escreve que o desenvolvimento, de forma geral, seja pela atividade comum de serviços técnicos ou por projetos, transita por agentes de desenvolvimento. Esses agentes de desenvolvimento variam de acordo com suas possibilidades de intervenção e competências. Nesta última, poder-se-ia incluir o “saber-fazer” a que Flores (2006) se refere quando aponta a importância do sentimento de pertencimento para que as competências de uma localidade possam se desenvolver. Para que isso ocorra, deve-se fazer com que esses agentes passem tanto as “mensagens técnicas” (DE SARDAN, 1995) quanto a sensibilização e a conscientização. Além disso, é importante que exista uma organização local que beneficie o território, pois “quanto mais próxima esta organização for da perspectiva territorial, mais estreita será a relação com a natureza, no sentido de conhecer e respeitar os seus limites e mais solidária ela será, uma vez que estará voltada ao respeito e à integridade de todas as formas de vida, inclusive a humana” (ETGES, 2005, p.12). Nesse sentido, a trajetória desses jovens e a representação social que fazem de si e do espaço onde vivem pode ser o que acaba constituindo a sua identidade e a sua forma de ver o mundo e sentir o desenvolvimento. Seria pertinente, portanto, saber quais as representações sociais que eles realizam sobre a ruralidade, pois a partir dos diferentes olhares que esses jovens lançam sobre o mundo que os rodeia seria possível perceber as possíveis noções de pertencimento em relação ao território.

O fato de se explorar o mundo rural juvenil, suas dinâmicas, suas representações sociais e práticas sociais pode proporcionar uma aproximação com esse grupo. O estudo da heterogeneidade desse grupo, claramente diferente das gerações anteriores, pode fornecer um suporte conceitual e metodológico para que ele seja reconhecido um ator que possui um grande potencial para o desenvolvimento social, para que se possa, a partir dessa experiência, gerar políticas e programas de acordo com a sua realidade e visões de mundo.

Ainda nessa análise, lembra-se que nas zonas rurais podem existir diferenças relacionadas tanto ao acesso à informação e tecnologia quanto às condições de educação e lazer nesse próprio ambiente (WEISHEIMER, 2005). Portanto, é vital perceber o modo com que a ruralidade é representada pelos jovens residentes no campo, pois, além de mostrar o que

pode ser entendido como rural na Microrregião de Santa Cruz do Sul, local da realização deste estudo, analisar as representações sociais que os jovens rurais possuem sobre o território onde vivem significa não somente considerá-las únicas ou imutáveis; que o rural seja novo ou velho; mas que essas representações sejam heterogêneas, mutáveis e transitórias.

A partir do último censo do IBGE (2010) foi possível perceber que nos municípios da Microrregião de Santa Cruz do Sul existem diferentes realidades rurais, com densidades rurais bem contrastantes. As cidades de Santa Cruz do Sul, com 118.374 habitantes, e Venâncio Aires, com 65.946, são os centros principais da região que fornecem serviços especializados em saúde e atividades comerciais, e essas duas cidades mais as de Candelária (30.171) e Vera Cruz (23.983) concentram 75% da população da microrregião. O número total de habitantes dos 16 municípios é de 320.312 pessoas (APÊNDICE A). Destas, 36,59% estão localizadas no meio rural. Entretanto, ao se analisar os municípios, em separado, percebem-se variações bem evidentes. É o caso de Sinimbu, que possui 85,73% da sua população vivendo no meio rural. Em Santa Cruz do Sul, por outro lado, 11,14% da sua população vive no campo, seguida por Sobradinho, onde o índice é de 20,56%. Se for considerada a faixa que compreende os jovens de 15 a 24 anos, essa condição também se assemelha. Considerando-se toda a Microrregião, há 51.231 jovens, sendo que destes, 35,67% vivem na zona rural (APÊNDICE B).

Constata-se que os municípios citados anteriormente possuem características bem peculiares que variam de uma localidade à outra, pois, em alguns locais há alta densidade de jovens residindo no meio rural, e em outros o índice é baixo. É claro que nessa situação estamos caracterizando as regiões a partir de dados estatísticos e há que se considerar, conforme defende Veiga (2003), que o Brasil é muito mais rural do que se imagina. Porém, a partir desse recorte regional podem ser percebidas várias dinâmicas que proporcionam diferentes formas de se viver e representar o rural, o que pode fazer com que o material coletado seja rico e heterogêneo.

A região estudada possui uma extensão de 5.564,553 km<sup>2</sup>, e uma economia baseada principalmente na produção de tabaco, que desde o período da colonização possuiu uma grande penetração na agricultura e economia da região. A característica principal dos produtores rurais da região configura-se dentro da agricultura familiar que representa a maior parte dos estabelecimentos, chegando a 54.972 unidades (SILVEIRA, DEPONTI, AREND, 2013). O tamanho médio das propriedades é de 12,46 hectares, sendo que esses ocupam 75,66% da área total dos estabelecimentos da região (STEIN e CONTERATO, 2013). Além da forte economia baseada no tabaco, também existem as sedes e usinas de processamento

desse produto (Souza Cruz, Philip Morris, Universal Leaf Tabacos Ltda, etc.). Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires, por exemplo, são as duas cidades que concentram também o maior número de indústrias e comércio da região.

De maneira geral, a justificativa da presente Tese pode se estabelecer a partir de três âmbitos: o da necessidade de entender de que maneira a ruralidade pode estar sendo representada na Microrregião de Santa Cruz do Sul; a importância de se adentrar, neste estudo, no campo da introdução das novas tecnologias de comunicação e informação; e o fato de se perceber que o segmento de jovens rurais não tem sido contemplado em pesquisas acadêmicas nacionais.

Ao se considerar essa realidade, em que há uma configuração do meio rural com municípios bem contrastantes, com sua diversidade de atores, sua produção simbólica, novas relações e representações sociais que fazem com que esse espaço seja cada vez mais complexo, é que surge o principal questionamento de pesquisa: *Em relação ao conceito de Representações Sociais proposto por Moscovici, de que modo a juventude rural representa socialmente a ruralidade, e de que maneira as mediações propostas por Martín-Barbero permeiam esse processo, considerando-se as transformações recentes do espaço rural, especialmente a introdução das TIC?*

Alinhado ao problema de pesquisa, o objetivo principal neste estudo foi o de analisar as representações sociais da ruralidade concebidas pelos jovens rurais – da Microrregião de Santa Cruz do Sul –, considerando-se as mediações e as transformações desse espaço, como a introdução das TIC. Em decorrência do objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos: a) compreender de que maneira a ruralidade é sentida, vivenciada e descrita pelos jovens rurais, e a forma com que eles a percebem em suas vidas; b) Explorar a maneira com que as inovações tecnológicas comunicacionais inserem-se no cotidiano desses jovens rurais, e de que maneira eles se apropriam delas; c) Examinar o modo com que as mediações podem permear a construção das representações sociais concebidas pelos jovens rurais a respeito da ruralidade.

Optou-se por considerar as representações sociais porque a partir delas é possível identificar o conhecimento comum dos jovens rurais, considerando-se, nesse sentido, todas as experiências, as interações, os significados e as imagens que a ruralidade tem para esse grupo. Para tanto, foi levada em conta a teoria das representações sociais, cunhada por Serge Moscovici. Para esse autor, as representações sociais são o ponto de partida para se entender a diversidade dos indivíduos, as suas atitudes e os fenômenos, em toda sua estranheza e imprevisibilidade, pois é a partir delas que os sujeitos constroem o mundo onde vivem.



No momento em que se trabalha com representações sociais há, segundo Wagner (2000), duas formas de se captar as representações dos sujeitos. Uma delas está relacionada ao sistema de conhecimento de indivíduos enquanto representativos de grupos específicos. Nesse tipo de estudo, os elementos constantes de uma representação só poderiam ser percebidos através de uma amostragem homogênea com vários sujeitos, na qual cada um seria “idealmente um portador exemplar dessa representação social específica sobre algum tema” (WAGNER, 2000, p. 166). Já, o segundo tipo de avaliação e interesse explicativo do conceito de representação social está relacionado a unidades sociais *per se*. Nela, o pesquisador interessa-se pelas características coletivas de uma representação social, “avaliando a representação pertencente aos grupos através de documentos, análises de mídia ou sondagens”. A partir dessa prática garante-se a visão coletiva da representação social, levando em consideração as possíveis “versões, pontos de vistas e profundidade de elaboração de um único e mesmo objeto social em um grupo social, mas abrangente” (WAGNER, 2000, p. 166). Nesse sentido, mesmo que se esteja trabalhado com um grupo específico, que são os jovens rurais, é preciso considerar a heterogeneidade nos modos de vida e das diferentes realidades das “juventudes” e “ruralidades”. A partir dessa condição, considerou-se a segunda linha que Wagner (2000) sugere, pois foi a partir dela que se conseguiu perceber as diferentes representações sociais que os jovens possuem sobre a ruralidade, até porque as representações sociais sobre ruralidade são tão diversas quanto a diversidade dos grupos.

Já, por mediações entende-se que seriam os grupos de influência que participam do processo de representação social. Esses grupos podem ser entendidos como o processo que fica entre a experiência do sujeito e a elaboração de suas representações sociais. Analisar as representações sob o ponto de vista das mediações significa entender que entre a construção e a recepção de informação há um espaço em que a cultura cotidiana se concretiza e elabora as representações sociais do indivíduo. Entre os mediadores que fazem parte desse processo é possível destacar a presença das TIC, e também as mais diversas experiências e referências que o sujeito adquire ao longo da vida. O grupo de mediações inicialmente pensado para este estudo baseia-se na teoria das mediações proposta por Jesús Martín-Barbero, no final da década de 1980. A justificativa dessa referência ocorreu em função de Martín-Barbero considerar os meios de comunicação também mediadores do processo de construção simbólica, tanto quanto Moscovici (2013), que considera os meios de comunicação também mediadores na construção das representações sociais.

Seguindo essa linha de pensamento, no presente estudo adota-se, principalmente, o método de abordagem fenomenológico, partindo do princípio de que grande parte das ações

humanas é resultado dos saberes que se acumulam ao longo de suas trajetórias, e essa condição se aplica tanto às representações sociais quanto às mediações. Parte-se do pressuposto de que a tarefa da fenomenologia consistirá em mostrar como o outro, os mundos social, cultural, histórico e natural, ao invés de serem “fatos” já constituídos para um sujeito, são constituídos pelo sujeito. Os “fatos sociais” não são “dados” objetivos, pelo contrário, são “constituídos” ou “fundados” pelos atos da consciência do sujeito transcendental (CAPALBO, 1979, p. 28-29). Os fenômenos sociais ocorrem através da multiplicidade de realidades que surgem e se constroem em meio à inter-relação existente entre as pessoas, mas também a partir dos significados particulares que cada um realiza, e essas relações “constroem” o ator, afetando-o e fazendo com que ele também afete os que o rodeiam (LONG, 2007).

Para a efetivação do estudo foi realizada uma pesquisa qualitativa. Além da pesquisa bibliográfica e da coleta de dados secundários, outra técnica utilizada foi a entrevista em profundidade – a partir de um roteiro semiestruturado –, pois se trata de um dos métodos mais apropriados para que se possa compreender os fenômenos sociais. Segundo Sierra (1999), esse tipo de entrevista está no meio do caminho entre a conversa cotidiana e a entrevista formal, superando o intercâmbio formal de perguntas e de respostas. A partir dela o pesquisador consegue explorar “a experiência vivida e o sentido que o mundo vivido tem para o entrevistado ou entrevistados, e perceber como diferentes sujeitos experienciam certa condição comum a eles” (ANDRADE; HOLANDA, 2010, p. 265).

Sabe-se que relatos, por exemplo, são as representações que o informante faz de sua vida, das pessoas que o acompanham durante sua trajetória e do ambiente que o rodeia (DEBERT, 1984). À medida que se utiliza a experiência do ator tenta-se encontrar padrões universais de relações humanas e percepções individuais, além de interpretações sobre a origem e o funcionamento dos fenômenos sociais, através das articulações temporais fornecidas pelas entrevistas. A questão da representatividade nada tem a ver com a sua validade, o que se torna essencial é a produção de conhecimento baseada na interação dos indivíduos com a sua realidade, em que ele mesmo pode produzir conhecimento, não sendo somente um canal de exposição de testemunho (LOZANO, 1998). Trata-se de um olhar capaz de contar, a partir do individual, as mudanças sociais, as condições culturais, as relações sociais, a conduta de diferentes camadas sociais, o comportamento de determinados gêneros e idades, lugares e circunstâncias (MARINAS e SANTAMARINAS, 1993).

A partir dos números relacionados à população rural da Microrregião de Santa Cruz do Sul (APÊNDICE A e B), optou-se em realizar entrevistas qualitativas com 14 jovens<sup>20</sup>, com idades entre 18 e 24 anos<sup>21</sup>, residentes em quatro cidades da Microrregião de Santa Cruz do Sul: Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires, Sinimbu e Vera Cruz. O número foi definido a partir do ponto de saturação, recomendado quando se utiliza a técnica de entrevista em profundidade, porque “quando os temas e/ou argumentos começam a se repetir isto significaria que entrevistar uma maior quantidade de outros sujeitos pouco acrescentaria de significativo ao conteúdo da representação” (SÁ, 1998, p. 92).

Os jovens entrevistados, mesmo vivendo nas zonas rurais, poderiam não ser herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e as comunidades, dado que, hoje, a heterogeneidade que se apresenta no espaço rural é uma realidade. Considerando essa condição, os jovens da pesquisa foram: neorurais<sup>22</sup>, filhos de agricultores, filhos de ex-agricultores; eles podem ou não trabalhar na terra, são estudantes ou os que desistiram dos estudos. Enfim, foram várias realidades juvenis que se procurou contemplar, tendo como único parâmetro que os jovens entrevistados tivessem sua residência na zona rural, vivessem com os pais (considerando aqueles que retornam para casa nos finais de semana) e dependessem deles financeiramente, e tivessem acesso a algumas TIC, sendo a televisão, o celular e a internet os principais<sup>23</sup>. Com a incorporação das TIC há novas possibilidades de sociabilidade que conectam os jovens rurais a novas possibilidades de relação com outras realidades e espaços sociais ou espaços geográficos, porque esses novos instrumentos potencializaram tanto a comunicação e a troca de informações quanto a troca de experiências e novas visões de mundo, além do seu espaço geográfico e social (REDIN et al, 2013).

Paralelamente à etapa de coleta de material, realizou-se um estudo sobre as realidades locais. Sabe-se que cada sociedade possui uma história própria, e uma lógica social, cultural e econômica específica que faz com que ocorram mudanças nas práticas cotidianas e de produção. Assim, o estudo das histórias locais foi um instrumento para que se pudesse explicitar e representar as transformações dos sistemas de produção e das formas de organização dos atores na escala local, analisando-se as transformações das sociedades rurais através da identificação e da interpretação das mudanças técnicas, econômicas, culturais e

---

<sup>20</sup>O contato com os jovens rurais ocorreu por meio de indicações de conhecidos (alunos, colegas e professores) da pesquisadora e também a partir de contato com instituições, como foi o caso da EMATER, UERGS e UNISC.

<sup>21</sup>Seguindo o padrão do IBGE.

<sup>22</sup>São os chamados citadinos que decidem viver no espaço rural.

<sup>23</sup>Sabemos que não há um rural brasileiro, enquanto espaço, que seja homogêneo ou característico. Na presente pesquisa considera-se que a residência em que os jovens rurais vivem possui certa infraestrutura.

sociais. Ao se estudar a história local também foi possível maior aproximação com os jovens rurais e um entendimento melhor de como as representações sociais estão no imaginário deles. Os conteúdos que circulam em determinados contextos podem se originar “tanto de produções culturais mais remotas, constituintes do imaginário social, quanto em produções locais e atuais” (SPINK, 2000, p. 121). O contexto define-se não só no espaço social em que a ação se desenrola, mas também a partir de uma perspectiva temporal.

No intuito de organizar o texto e dar fluência à escrita, a presente Tese foi estruturada em 6 capítulos. O primeiro versa sobre a contextualização do estudo, trazendo a problemática, os objetivos e a justificativa, mostrando um primeiro contato sobre o tema. No segundo, “Rural, ruralidades e juventudes rurais”, foram resgatadas as características atribuídas ao espaço rural, a partir dos principais estudiosos do tema (CARNEIRO, 2012; VEIGA, 2006; BRANDENBURG, 2010; WANDERLEY, 2012; SCHNEIDER, 2009; WEISHEIMER, 2003; BRUMER, 2007; STROPASOLAS, 2002, entre outros), de que modo o rural tem se desenvolvido na América Latina e Brasil; as características da ruralidade ontem e hoje; e também se discorreu sobre o que se pode entender por juventude rural, a partir de uma abordagem sobre juventude de maneira geral.

No terceiro capítulo, “Representações sociais e mediações: a construção do universo simbólico dos sujeitos sociais”, dissertou-se sobre a teoria das representações sociais — baseada principalmente na abordagem de Serge Moscovici — e a teoria das mediações — de Jesús Martín-Barbero —, realizando-se aproximações entre as duas correntes. Além disso, foi necessário explorar a importância da cultura em todo esse processo a partir da abordagem dos Estudos Culturais. A característica dos Estudos Culturais está na sua transdisciplinaridade, permitindo, conforme Jacks e Escosteguy (2005, p. 38), “uma combinação de pesquisa textual com a social, à medida que recuperam a acepção estruturalista sobre a relativa autonomia das formas culturais, situando-as num contexto de forças diversas, bem como do culturalismo, o valor da experiência dos sujeitos para a mudança social”.

No quarto capítulo, apresenta-se a discussão teórico-metodológica da pesquisa, realizando a aproximação entre as representações sociais e a teoria das mediações. A partir da premissa de que as mediações decorrem, do mesmo modo que as representações sociais, da experiência de vida do sujeito, discorreu-se sobre questões relacionadas às mediações propostas por Martín-Barbero (1993). Segundo esse autor, na produção de sentido do sujeito diversos elementos entram em cena, permeando o processo, intercalando-se, podendo transformar-se à medida que o indivíduo entra em contato com outras realidades. Além dessa

discussão, também apresenta-se um pouco mais sobre a Microrregião estudada para, posteriormente, apresentar também o grupo de jovens entrevistados e a dinâmica da pesquisa.

No quinto capítulo realiza-se a análise das entrevistas, examinando-se o modo com que as mediações podem permear a construção das representações sociais concebidas pelos jovens rurais a respeito da ruralidade. A partir das diferentes vivências dos jovens pesquisados foram sendo identificados os grupos de mediações, categorizando-as à medida que a trajetória dos jovens se desvendava. Além disso, foi considerada também a importância central de começar a partir da experiência vivida (LONG, 2007). Sabia-se que a partir dos elementos objetivos e subjetivos é possível analisar o modo com que determinado grupo interage e realiza as representações e a maneira que sente o território. Para tanto, foram consideradas as TIC por assumirem papel muito importante na formação das representações. Entretanto, pelo fato de as TIC não serem os únicos elementos, também se tentou identificar quais as outras mediações que acabam participando dessa construção simbólica. Para tanto, organizou-se um quadro que sintetiza as representações sociais sobre ruralidade a partir dos três grupos de mediações sugeridos por Martín-Barbero: competência cultural, temporalidade social, cotidianidade familiar. O último capítulo, então, realiza o apanhado geral da Tese, trazendo as principais conclusões a partir da trajetória da pesquisa.

A importância deste estudo, além do fato de dizer que as novas tecnologias de comunicação e informação modificaram os espaços rurais, é que se acredita que os relatos dos jovens rurais tornou possível analisar o modo com que eles constroem as representações sociais sobre a ruralidade, sendo possível identificar as mediações presentes nesse processo. Entender o modo com que os jovens rurais representam o espaço onde vivem (além de seus modos de vida) e de que forma as mediações participam desse processo pode trazer subsídios para se entender mais sobre as concepções de mundo do jovem rural. As representações sociais, por estarem contidas no cotidiano, foram percebidas, pois, a partir delas, os sujeitos conseguiram identificar, interpretar, decidir e, às vezes, se posicionarem a respeito da realidade. Como Stropasolas (2005) sugere, é preciso, hoje, que se trabalhe muito além das preocupações agrárias tradicionais, restritas aos processos de produção.

## **2 RURAL, RURALIDADES E JUVENTUDES RURAIS**

A ruralidade, inicial e principalmente nos países latino-americanos, era concebida fruto de uma discussão de como poder-se-ia desenvolver o rural, depois passou pela dicotomia entre rural e urbano e hoje se apresenta como uma nova realidade, diversificada e composta por vários cenários que ainda estão sendo estudados. Veiga (2006, p. 333) afirma que, nos países centrais, os processos foram outros e lá surgiram os três vetores fundamentais que caracterizam essa nova ruralidade. O primeiro diz respeito aos aspectos econômicos, relacionados às questões das “amenidades naturais por meio de um leque de atividades que costumam ser tratadas no âmbito do turismo”. O segundo é o “desdobramento paisagístico dos esforços de conservação da biodiversidade”. E, o último, trata da “crescente necessidade de buscar a utilização de fontes renováveis de energia disponíveis nos espaços rurais”.

A partir dessa perspectiva pode-se dizer que existem processos distintos, fazendo com que muito se pense sobre as aproximações ou distanciamentos existentes entre as realidades europeias, norte-americanas e latino-americanas. O fato é que mesmo que não se perceba, de um modo ou de outro, o processo de pesquisa acaba recaindo incondicionalmente em duas hipóteses extremas: “a de completa urbanização ou a de um renascimento rural” (VEIGA, 2006, p. 333).

Nesse sentido, para que se consiga entender a “nova ruralidade” é preciso que se discuta acerca do termo rural e de que modo, hoje, essa realidade é debatida e estudada no campo da sociologia, da antropologia, da comunicação e em outros campos do desenvolvimento regional. Essa preocupação reside no fato de que “o tema da ruralidade não pode ser tratado sem que se recorra à história da ocupação do território, de suas formas sociais de produção e de organização social” (BRANDENBURG, 2010b, p. 417) porque a noção de rural revela uma pluralidade de significados e sentidos tanto no que se refere aos aspectos econômicos quanto aos sociais e culturais (MEJIA, 2012).

## 2.1 O mundo rural ontem e hoje

*O que é urbano e o que é rural?* Esse questionamento era bem recorrente na sociologia rural clássica, na qual a dicotomia cidade-campo deveria ser bem explicitada, pois a primeira tinha sempre uma perspectiva de moderno, e, a segunda, de atraso. Nesse sentido, em sua constituição como uma disciplina específica, ela foi responsável pela retificação de uma imagem oposta da sociedade, “sustentada na oposição entre cidade e campo, como dois universos substantivamente distintos” (CARNEIRO, 2008b, p. 22).

O urbano, por exemplo, estaria estruturado essencialmente sob a base da produção industrial; já, o espaço rural estaria fundamentado na produção agrossilvipastoril e no extrativismo. Endlich (2006) escreve sobre a relevância do embate rural/urbano para os estudos sobre as pequenas cidades. A autora mostra que esse questionamento foi respondido há mais de 5.500 anos. As condições políticas e sociais foram as responsáveis e realizaram a divisão socioespacial do trabalho, fazendo com que alguns homens produzissem alimentos e outros os consumissem. Essa condição, historicamente, tornou-se bem explícita no momento em que os muros realizavam essa divisão entre as cidades e o campo, e depois de séculos, mesmo sem os ditos muros, durante muito tempo esse dualismo acompanhou os estudos rurais, levando sempre em consideração a presença do urbano.

Durante o século XX grandes transformações começaram a ocorrer. A introdução da industrialização acabou por organizar outras dinâmicas de vida e de trabalho das populações rurais, além de levar outros atores para a cena rural. A partir de então se iniciou uma nova discussão sobre o rural, cuja principal preocupação era a de poder categorizar qualitativamente essa realidade. Havia o intuito de “compreender os espaços rurais, em oposição às lógicas da sociedade urbana” (SILVA e ROCHA, 2011, p.10), sendo as correntes francesa e norte-americana as responsáveis por desenvolver estudos a respeito dessa área. Vale destacar, ainda, que os primeiros a realizarem estudos interdisciplinares na sociologia rural foram os da corrente europeia.

A primeira [corrente] voltada aos problemas do desenvolvimento ou à Sociologia Agrária, ao comportamento da população rural face ao progresso, às relações comunitárias de vizinhança, solidariedade e cooperação, ao associativismo rural e aos estudos sobre os objetivos do planejamento local e regional. A segunda, a norte-americana, direcionada à definição e à explicação do mundo rural a partir de suas especificidades sociais, demográficas e produtivas, ao estudo comunidade, extensão e difusão de práticas agrícolas, avaliação de programas governamentais de saúde, previdência social rural e assim por diante (SILVA e ROCHA, 2011, p. 10).

Segundo Bernstein (2011, p. 57), a distinção do setor agrícola só começou a ser realizada “quando o setor industrial se tornou proeminente no hemisfério Norte [no século XIX]; e, posteriormente, quando a industrialização passou a ser o principal objetivo

econômico do ‘desenvolvimento nacional’ nos países do hemisfério Sul [a partir do século XX]”. Assim, a valorização da industrialização acentua a migração rural-urbana, fazendo com que se vivessem novas realidades nas zonas rurais e se realizassem aproximações entre o urbano e o rural. Essas mudanças, “observadas no espaço rural dos países desenvolvidos passaram também a ser detectadas no rural brasileiro” (ELESBÃO, 2007, p. 48).

No decorrer dos anos, com os estudos de Marc Mormont e Jean Remy, na Europa, Maria de Nazareth Baudel Wanderley e Maria José Carneiro, no Brasil, percebe-se que antes de se preocupar com a diferença entre estes dois mundos é preciso perceber que há características substanciais no que se denomina rural-campo e urbano-cidade. Brandenburg (2010b) enfatiza que, anteriormente, o termo rural era banalizado, pois se problematizava ou se questionava pouco sobre o sentido dessa categoria.

Conforme já mencionado, a preocupação maior em relação ao rural era fazer com que ele fosse modernizado, principalmente porque a primeira noção de rural era associada à produção de alimentos e de matéria-prima, sendo “fruto da hegemonia da sociedade burguesa industrial, que identifica a cidade como local de residência e de trabalho, e onde se encontram o conforto e o lazer necessários à era da modernidade” (CARNEIRO, 2012, p. 30). No entanto, ao se considerar a história brasileira, essa dinâmica não poderia ter sido padrão, pois, aqui, o poder exercido não ocorreu a partir da burguesia como aconteceu na Europa, mas por proprietários fundiários. O café, por exemplo, teve grande importância no Brasil desde a sua implantação até as primeiras três décadas do século XX, chegando a ser responsável por 72,5% do valor das exportações brasileiras (ELESBÃO, 2007). Durante esse período, “as ações governamentais foram direcionadas especificamente para este setor, devido não só à importância do café para a economia brasileira, mas principalmente, à influência política das elites agrárias” (ELESBÃO, 2007, p. 49).

Segundo Carneiro (2012, p. 30), a cidade não se opunha ao campo, mas se colocava como uma extensão deste, “numa relação de dependência inversa àquela reconhecida como constituidora da relação campo-cidade, definida como objeto pela Sociologia Rural”. Assim, pode-se

reconhecer, sobretudo na sociologia de tradição urbana industrial (a americana e alemã), uma tendência à valorização do urbano, que é considerado como espaço da civilização, do progresso e da modernidade, enquanto que o rural cabe o estigma de atraso, da tradição e do estático (CARNEIRO, p. 2012, p. 33).

A partir de 1950, no Brasil, foram mais significativos os fluxos das áreas rurais em direção aos principais centros urbanos (BARCELLOS, 1996), fazendo com que as discussões das particularidades entre o rural e o urbano no país fossem iniciadas. Já, em 1954, Gioconda



Mussolini (1954) afirmava que a maioria das cidades brasileiras era um prolongamento da zona rural, fazendo com que a alteração desse fenômeno, considerado uma retrospectiva das relações cidade/campo, mostrasse a importância nessas transformações e a necessidade de estudo. Porém, nessa concepção, percebe-se a visão hegemônica.

Naquele momento, assistia-se a penetração do capitalismo nas relações produtivas do campo, transformando e submetendo toda a produção ao capital, ainda que mantidas as antigas estruturas fundiárias (VENDRAMINI, 2004). “Em relação às políticas públicas, podemos dizer que o período que se estende do pós-guerra até meados da década de setenta é entendido como uma fase em que o rural era percebido quase como um espaço de produção de alimentos e de fibras” (PIRES, 2007, p. 29).

Nas décadas de 1950, 1960 e 1970 começou a ser implantado, no Brasil, um processo que vinha acontecendo em décadas anteriores nos Estados Unidos e em alguns países da Europa: a “Revolução Verde”. Essa condição tinha o intuito de elevar “a produtividade através do uso intensivo de novos fatores de produção, como sementes melhoradas, fertilizantes, agrotóxicos e mecanização”, sendo uma das principais políticas a concessão de crédito rural (ELESBÃO, 2007, p. 51). Essa realidade, no entanto, não era exclusiva do Brasil, mas da maior parte da América Latina. Nessa fase, mesmo que algumas especificidades tenham sido mantidas, observava-se que as fronteiras estavam cada vez mais dissipadas,

tendo em vista a penetração do capitalismo no campo e a transformação das relações sociais, a submissão direta ou indireta ao capital, a transformação do latifúndio em capital latifundiário, o avanço das agroindústrias e da integração dos pequenos produtores rurais, a produção para o mercado nacional e internacional, a utilização da terra como reserva de valor e, especialmente, a imposição do assalariamento na sua forma mais perversa de exploração: trabalho temporário, “diarista”, sem carteira assinada e sem direitos e garantias (VENDRAMINI, 2004, p. 153).

A proposta de modernização da agricultura passou a ser entendida como a introdução de “novos fatores” que incluíam desde as sementes geneticamente melhoradas da “Revolução Verde”, os adubos e os defensivos químicos, as máquinas e os equipamentos e até a educação formal (ACSELRAD, 2001; GAZOLLA, 2004).

A partir de então, o Estado (sob o comando da ditadura militar), aliado aos interesses da indústria, desenvolveu um programa de modernização agrícola que visava transformar as unidades produtivas rurais em modernas empresas com tecnologia de base industrial (BRANDENBURG, 2010a, p. 169).

A economia começou a crescer e a tomar impulso, principalmente aquela ligada ao solo. Mas, como era comandada da zona urbana, a primeira começou a perder espaço nas decisões. “As modificações socioculturais operadas na comunidade rural, decorrentes do

processo histórico de desativação da indústria rural, tornou-a cada vez mais dependente dos serviços oferecidos pelo cidadão” (JACKS e RONSINI, 1995, p. 233). Essa relação fez com que alguns autores chegassem a afirmar que desenvolver o meio rural significava urbanizá-lo.

O crescimento acelerado da população e da renda per capita, somado à abertura de mercados no exterior, começou a mostrar que era fundamental realizar investimentos ligados às ciências agrárias no Brasil. Assim, o então presidente da república, Emílio Garrastazu Médici, sancionou a Lei n. 5.851, que autorizava o poder executivo a instituir uma empresa pública para desenvolver pesquisas relacionadas a esse campo, surgindo, à época, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura. A partir de então importantes estudos foram desenvolvidos sobre a cadeia alimentar a fim de buscar maior produtividade da terra, em relação ao cultivo do arroz, do milho e da soja.

Com as transformações técnicas e produtivas que ocorreram por causa da modernização, a agricultura familiar se inseriu em uma dinâmica de mercado. Essa situação fez com que muitos perdessem “a autonomia do processo produtivo e inclusive a tradição e o corpo do saber de produzir os próprios alimentos para consumo” (GAZOLLA, 2004, p. 20). Nesse sentido, uma parcela importante da agricultura familiar deixou de produzir seus alimentos e passou a adquiri-los no comércio local, com vendedores ambulantes (fruteiros, verdureiros) ou centros regionais, fazendo com que esse setor aumentasse consideravelmente. Essa situação se agravou ainda mais com uma condição histórica presente na realidade brasileira: o fato de a identidade camponesa ter sido concebida a partir da etnia e do trabalho rural baseado na mão de obra familiar, tendo como origem também o trabalho escravo. Exatamente por isso não se atribuía valor ao trabalho rural, o que diminuía cada vez mais a importância da agricultura familiar naquele período. Por isso, pode-se dizer que o agricultor brasileiro, desde sua origem, é considerado um lavrador sem terra, sem casa, sem cidadania (CARNEIRO, 2012, p. 31).

Para Milanese (1978, p.108), foi a partir dessa condição que a sociedade rural, “com a sua autossuficiência econômica, homogeneidade e os seus valores preservados sem grandes mutações começa a desintegrar-se. A cidade explora o campo e este depende da cidade”. Nos anos de 1970, a população urbana aumentou consideravelmente e a migração para os centros urbanos só tendia a crescer. Até a década de 1960, a maior parte da população era rural. Uma década depois, a população urbana representava 56%. Os anos de 1970 foram os últimos em que a população rural cresceu, mesmo com os fluxos migratórios que tinham sido iniciados na década de 1950.

Entre 1950 e 1960 a população urbana aumentou 66,7% e a rural 16,9%. Já de 1960 para 1970 a urbana cresceu 66,4% e a rural apenas 5,9%. No entanto, a diferença mais significativa vai dar-se entre os anos de 1970 e 1980, quando a população urbana aumentou 54,4% e a rural diminuiu 6,1% (ELESBÃO, 2007, p. 54).

Mesmo com esses números, durante vinte anos os estudos sobre aspectos rurais deixaram de ser o foco de interesse de pesquisas e pouco eram explorados (WANDERLEY, 2012). Existiam muitos embates teóricos, muitas indefinições e uma urbanização crescente que fazia com que o rural não tivesse muitos atrativos enquanto objeto de pesquisa, “pois começou a ser aceito que a urbanização do campo era uma questão de tempo” (BLUME, 2004, p. 18).

Durante esse período, segundo Wanderley (2012), somente o estudo de Maria Isaura Pereira de Queiroz (1973) sobre os bairros rurais paulistas obteve destaque. Com exceção ao estudo de Queiroz (1973), nada muito representativo foi realizado entre as décadas de 1970 e 1990 no país, mas

paradoxalmente, isso aconteceu, justamente num momento em que os estudos rurais se consolidaram como um campo particularmente denso nas ciências sociais. As explicações para tal lacuna apontam, sobretudo, para a proeminência do tema da modernização da agricultura que se tornou, então, a matriz explicativa dos processos sociais ocorridos no mundo rural (WANDERLEY, p.15, 2012).

A atenção, à época, centrava-se, basicamente, no modo com que o rural poderia ser modernizado, e, segundo Wanderley (2012, p. 16), “pouco importando onde moravam [os trabalhadores rurais]”. Não havia um interesse em compreender como se configurava o mundo rural, sendo o foco principal a industrialização da agricultura e a urbanização do campo. Mas, segundo Marcuzzo e Ramos (2005), o rural não poderia ser considerado sinônimo de atraso e o urbano de desenvolvimento, assim, segundo Graziano da Silva (1997), tornava-se cada vez mais difícil diferenciar o que era rural. Porém, conforme o autor, realizar as comparações entre urbano e rural não deveria ser prioritário, porque a diferença tornava-se cada vez menos importante em decorrência das transformações ocorridas desde a década de 1970.

Do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária e, do ponto de vista social, a organização do trabalho na cidade se parece cada vez mais com a do campo e vice-versa (GRAZIANO DA SILVA, 1997, p. 43).

A partir das mudanças percebidas, pesquisas eram realizadas para tentar entender as mudanças que estavam acontecendo no meio rural. A ideia de “modernizar o campo” a partir do século XX gerou outros problemas. Percebeu-se, anos mais tarde, que o processo de modernização da agricultura brasileira não tinha ocorrido de maneira homogênea. De um

lado, se assistia a uma nova paisagem agrária, caracterizada pela introdução de instrumentos técnicos que multiplicou e especializou atividades. Entretanto, de outro, existia “um rural de precariedade estrutural, de atores diversos, constituído por camponeses, agricultores, povos tidos como tradicionais, que guardam uma tradição ou uma vida social, segundo suas especificidades históricas” (BRANDENBURG, 2010a, p. 179). Essa realidade acabou dividindo os que viviam no mundo rural, pois alguns tiveram a chance de acompanhar o processo de modernização e outros não. Nesse sentido, a desigualdade evidenciou-se com o aumento da pobreza, além dos impactos sobre o meio ambiente (ELESBÃO, 2007). Entre esses problemas é possível citar: “a poluição dos recursos hídricos provocadas pela utilização de pesticidas e herbicidas, a compactação do solo, a contaminação dos alimentos, entre outros” (PIRES, 2007, p. 30).

A partir da ampliação do enfoque dado ao tema, que inicialmente se centrava na produção de alimentos e de matérias-primas, a atenção, com os passar das décadas, também se voltou às atividades não agrícolas, somada à preocupação com os pequenos produtores rurais e com o meio ambiente.

A modernização da agricultura assume fortes características de exclusão, tendo como principais vítimas agricultores familiares. Esse processo de ocupação seletiva agravou as desigualdades regionais, exigindo a priorização de novas alternativas que, no mínimo, evitassem a intensificação da exclusão (DALLABRIDA, 2004, p. 45).

Portanto, somente na década de 1990, em função do aumento no isolamento rural, começou-se a propor formas para que o êxodo rural não aumentasse, e projetos para reter parte da mão de obra excedente na agricultura começaram a ser idealizados, visando a diminuir a migração do campo para as cidades (COSTA, 2005). Em decorrência dos anos anteriores, cujo ideal de modernização da agricultura não contemplava os pequenos agricultores, uma grande lacuna havia surgido no meio rural, onde grandes disparidades econômicas, sociais, tecnológicas e culturais tinham se instalado, principalmente no que se refere ao eixo Norte e Sul do país. Abramovay; Silvestro; Cortina et al (1998, p. 16) constataram, a partir de coletâneas de estudos realizados à época, que deveria ser encarada “como fatalidade inelutável a desertificação social, econômica e cultural” que ameaçava tantas regiões brasileiras naquele período, referindo-se, sobretudo, a um tema que ainda é pauta de pesquisa na atualidade: a sucessão familiar. Na Europa, essa situação já havia acontecido no final da década de 1960. Percebeu-se, nos estudos realizados naquele continente, que os primeiros a serem atingidos pelo “desenvolvimento” do rural foram os que se denominavam “rurais” e não agricultores, entre eles os artesões, que se dirigiam às cidades

para realizar o trabalho industrial (WANDERLEY, 2012), fugindo da pobreza de seus locais de origem.

No Brasil, em função da preocupação voltada para a agricultura familiar, o governo lançou, na década de 1990, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar). O programa tinha como intuito atingir agricultores que não haviam sido incluídos nos programas de desenvolvimento anteriores, especialmente em função do êxodo rural verificado em décadas passadas e das disparidades que começaram a ser combatidas em âmbito nacional. O intuito, então, era o de criar “novas perspectivas de revisão do modelo agrícola nacional, no sentido de inserir econômica, social e politicamente estes agricultores no processo de desenvolvimento social” (FLORES, 1998, p. 9). A partir desse programa acreditava-se ser possível diminuir o êxodo, pois um dos grandes problemas, à época, também era o da sucessão familiar e a falta de recursos disponibilizados para que a agricultura familiar tivesse investimentos.

É claro que, à época, o que se denominava desertificação do rural atualmente não é uma realidade, porque não se pode dizer, hoje, que haja um “esvaziamento” no meio rural. Começa-se a perceber que todas as mudanças ocorridas nos países europeus, nas décadas de 1980 e 1990, começaram se repetir também no Brasil, com a revalorização do mundo rural.

A retomada da democracia no país, ao consolidar os movimentos sociais tanto na cidade como no campo, aprofundou o espaço político de formulação de novas demandas e novas visões do desenvolvimento, inclusive do desenvolvimento rural, a partir de então, apoiadas em novas referências teóricas e políticas, entre as quais as exigências a respeito do meio ambiente. Foi a confluência desses fatores que favoreceu a (re)emergência, já nos finais do século XX, da reflexão sobre a ruralidade brasileira contemporânea (WANDERLEY, 2012, p. 17).

Nesse momento foram buscadas alternativas de planos de desenvolvimento rural (MARCUIZZO e RAMOS, 2005, p. 105) e o PRONAF foi uma delas. Com essa nova concepção, novas tecnologias, tanto na agricultura quanto na indústria começaram a ser implantadas, alterando as formas de organização do processo de trabalho e criando um potencial de desenvolvimento da zona rural de forma mais equilibrada. Segundo Bordenave (1981), por algum tempo grande parte dos problemas de renda e de emprego precisaram ser tratados nas áreas rurais, enfrentando desafios de proporções significativas no campo da comunicação ao serviço da melhoria da vida rural. Assim,

com o aumento da urbanização do campo e o surgimento de novas dinâmicas que apontam para uma nova ruralidade, muitas vezes distante do contexto das atividades agropecuárias, proporcionaram a retomada e a intensificação desses debates, diante de sua crescente importância (REIS, 2005, p. 83).

A grande transformação ocorrida no meio rural fez, segundo Costa (2005), com que as políticas públicas fossem desafiadas a romper a maneira com que era tratado o meio rural, considerando-o exclusivamente agrícola e desprezando as grandes transformações nele ocorridas. Não se pode esquecer que, qualquer que seja a distribuição geográfica das populações ocupadas com o processo produtivo agrossilvipastoril, existem necessidades inerentes à condição humana e que devem ser satisfeitas — lazer, serviços de saúde, escola e comércio. Para os homens residentes no meio rural, todos os grupos de ocupação não agrícola (indústria de transformação, comércio não especializado, motoristas, serviços domésticos, serviços não domésticos e construção civil) obtiveram melhores condições que o grupo de trabalhadores permanentes e temporários na agricultura (COSTA, 2005). Então, a partir da “crise do modelo produtivista, as áreas rurais passaram a ser vistas tanto como áreas de produção como também de consumo” (PIRES, 2007, p. 31).

Nesse momento, uma das características específicas do desenvolvimento de áreas rurais é o de uma ação previamente articulada que induz mudanças em determinado ambiente rural. Por ser a única esfera da sociedade com legitimidade política assegurada para propor mecanismos no sentido da mudança social, o Estado funda-se, para tanto, em uma estratégia preestabelecida, com metas definidas, metodologias de implementação, lógica operacional e demais características específicas de projetos e ações governamentais que se destinam à modernização do meio rural (NAVARRO, 2001).

Para Wanderley, “o mundo rural é parte da história dos países latino-americanos” (2010, p. 20), alegando que a forma com que o rural e a ruralidade se configuraram nessa região foi muito semelhante a de diversos países, representado, principalmente pelos “slogans de desenvolvimento, modernização e progresso” (2010, p. 20). Essa condição, citada anteriormente, como é o caso brasileiro, gerou grande movimentação para os centros urbanos e considerável diminuição populacional nas regiões rurais. A partir dessa configuração muitos foram os movimentos para tentar compreender os processos sociais rurais, pois não é mais possível encontrar, inteiramente, segundo Wanderley (2010, p. 22), “as formas pretéritas que o [meio rural] caracterizavam em outros contextos”. Nessa nova realidade há a necessidade de entender e debruçar-se sobre o estudo dessa nova configuração, decorrente, conforme Wanderley (2010, p. 21), de quatro processos sociais que tiveram consequências definitivas para o mundo rural na América Latina:

1. Os avanços da ciência, especialmente nos campos da genética e da ecologia, que respaldaram as críticas políticas às formas de progresso, ditas “produtivistas” que, na verdade, pouco avançaram no sentido do progresso da sociedade;
2. A consciência, que se tornou universal, da necessidade de preservação da natureza, como condição da preservação da própria vida humana na Terra, o que se

traduz, no nosso caso, pela exigência de conservação dos espaços naturais e de respeito às leis da natureza, nos processos produtivos;

3. As conquistas tecnológicas no campo da comunicação humana que desqualificaram para sempre qualquer concepção que isole partes das sociedades de sua dinâmica de conjunto, tanto no plano interno, de cada sociedade nacional, quanto na dimensão da mundialização;

4. A ampliação e o aprofundamento do espaço da democracia, que permitiu afirmarem-se as demandas por reconhecimento e pelo direito à cidadania, bem como as expressões organizadas da diversidade social.

A partir do que Wanderley considera processos que possibilitaram mudanças no mundo rural pode-se perceber que, no rural, hoje, há uma nova configuração com a introdução de tecnologias de informação e comunicação que aproximaram o rural do urbano, não só relacionadas a aspectos de ordem laboral, mas também de condições de vida. Dessa forma, os produtores rurais precisaram se adequar tanto às novas formas de produção quanto de comercialização e de socialização, aderindo às inovações tecnológicas (VIERO E SILVEIRA, 2011).

Nas últimas décadas, o rural brasileiro se transformou, sob vários aspectos, tanto em relação aos de ordem econômica — com a presença de atividades não agrícolas e introdução de programas governamentais —, infraestruturais, sociais, culturais, e também os de ordem tecnológico-comunicacional. Claro que não somente as TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) podem caracterizar o rural brasileiro atual, mas, de certa maneira, elas permeiam o cotidiano dos moradores desse espaço.

Atualmente, as fronteiras são mais flexíveis, contribuindo para mobilidade física (...) o que era impossível para uma geração anterior. Hoje o carro e os meios de transporte em geral (além dos meios virtuais de comunicação) não apenas propiciam o deslocamento entre territórios distintos, tornando as localidades mais complexas, como também favorecem a fixação dos moradores em suas vilas de origem, o que, por sua vez, contribui para reforçar laços de pertencimento (CARNEIRO, 2012, p. 42).

O crescimento da utilização do telefone celular, por exemplo, segundo Viero e Silveira (2011, p. 262), pode ser o grande indicador de apropriação das TIC que ocorre “tanto para uso doméstico quanto para atividades produtivas. Junto à ela [telefonia celular] surge a possibilidade de acesso à rede mundial de computadores, ainda que em escala modesta”, e que pode ocorrer mais em umas regiões do que em outras. A posse de computador, por exemplo, 54% dos domicílios da área urbana possuíam pelo menos algum tipo de computador, mais que o dobro do percentual relativo à área rural (25%). (CETIC, 2015)

Pode-se dizer que algumas regiões do Brasil são contrastantes (REIS, 2005). De um lado há uma realidade, que, segundo Rocha (2009), pode ser uma das mais problemáticas, pois em grande parte das zonas rurais brasileiras os habitantes vivem em

situação de indigência, decorrente de um déficit cultural/simbólico que acaba constituindo-se em fator de minoridade, de dependência heteronômica na construção da consciência e de visão de mundo (ROCHA, 2009). De outro, há um fato bem distinto: a de propriedades rurais que conseguiram participar das grandes mudanças possibilitadas pelo acesso aos sistemas de comunicação, sistema de serviços, novas atividades realizadas nesse espaço, alterando completamente as condições de acesso do agricultor à informação (VIERO e SILVEIRA, 2009) e à maneira com que ele pode perceber o mundo em que vive.

A partir de comparações realizadas no próprio âmbito do rural é possível constatar que existem muitas disparidades nessas regiões, em que dois mundos podem ser percebidos de maneira mais clara, não se desconsiderando as diferentes nuances que podem existir entre um e outro. “Hoje, já não seria mais possível pensar o mundo ou o espaço rural sem admitir que um mesmo espaço é sempre um espaço plural, no qual há diferentes modos de se afiliar ou identificar com um território” (FROEHLICH, 2012, p. 202). A partir dessas transformações e constatações, pesquisas são realizadas para tentar analisar as mudanças que estão acontecendo no meio rural e entender as suas pluralidades. Porém, alguns analistas ainda permanecem na análise baseada em tipologias generalistas, propondo formas de classificação, nas quais o rural acaba sendo “absolutizado ao invés de percebê-lo como uma categoria, ao mesmo tempo relativa e relacional” (GERHARDT, 2004, p. 8).

Há diferenças significativas de um território para outro. Mas, por exemplo,

um elemento que contribuiu para uma maior ou menor permanência de um estilo de vida rural é a distância dessas comunidades dos centros urbanos. Até há pouco tempo os meios de comunicação e locomoção eram precários e o rádio era uma das principais fontes de informação para muitos povoados. Em muitos casos, o afastamento das cidades é também um dos fatores da precariedade nas condições de vida, uma característica que se perpetua até os dias atuais (BRANDENBURG, 2010b, p. 419).

Correa, Farah e Grammont (2008), ao abordarem sobre os novos processos que fazem parte da “nova ruralidade”, evidenciam, entre outros fatores importantes, que essas tecnologias transformaram tanto a vida no campo quanto na cidade. A utilização das novas tecnologias de comunicação e informação possibilita uma nova realidade no meio rural, fazendo com que novas possibilidades e configurações comecem a ser pensadas nesse espaço. “Nessa circunstância, já não se pode mais falar de um rural marcado por um único estilo de vida. A vida social no campo se moderniza, os meios de comunicação,



como o rádio, mais tarde a TV, atingem os mais distantes locais” (BRANDENBURG, 2010b, p. 423), e não se pode pensar somente em aspectos econômicos quando o rural pode ser representado. É preciso considerar também aspectos que hoje circulam no universo simbólico do meio rural e a maneira com que os novos meios de comunicação e informação afetam essa representação.

Com a difusão da tecnologia, da informação e da indústria cultural cosmopolita, já não é possível conceber o rural desconectado de certos recursos, como a TV, o rádio, o telefone, a informática e a internet. Acompanhando a transformação tecnológica, percebemos também a mudança nos padrões de produção-consumo e comportamentais dos habitantes das comunidades rurais, que passam a adquirir com maior frequência produtos industrializados, não só bens duráveis, mais também alimentos, roupas, cosméticos e outros itens que caracterizavam um estilo de vida urbano (SILVA, 2014, p. 3).

Conforme Santos (2010, p.1), “a convergência midiática tem contribuído para favorecer e tornar menos desigual o acesso às redes sociais por parte das populações de contextos populares, por exemplo”. Nesse contexto, “as modernas tecnologias informacionais, informática e telecomunicações, alteraram vagarosamente as interações sociais, os limites de espaço-tempo e a forma de produzir e trabalhar” (SCHNEIDER, 2009, p. 70). A partir desse novo panorama inicia-se toda uma preocupação em tentar categorizar o rural.

### **2.1.1 O conceito de rural e ruralidade na contemporaneidade**

Considerando-se que, se, inicialmente, as comunidades humanas habitavam em dois mundos, o urbano e o rural, em que o primeiro estruturava-se essencialmente sob a base da produção industrial, e o segundo fundamentava-se na produção da terra, hoje essa divisão não se aplica mais, pois existem nuances que transitam nessas duas realidades.

A separação entre o que é rural e o que é urbano no Brasil, a exemplo do que já aconteceu com os países desenvolvidos, também passa a se tornar cada vez mais desnecessária diante de uma realidade cada vez mais complexa, que demonstra que esses conceitos se interpenetram mais a cada dia. De fato, é impossível realizar um recorte espacial perfeito diante de toda a complexidade de uma realidade composta por diferentes níveis de integração e distanciamento entre os espaços rurais e urbanos (REIS, 2005, p. 90).

Nas últimas décadas, as mudanças no campo foram profundas e pode-se afirmar que, em determinadas áreas, o campo transformou-se em um prolongamento da zona urbana, e a diferença entre esses “dois mundos”, a partir de então, não é mais foco de discussão, mas uma discussão inócua e sem sentido (SCHNEIDER, 2009). É possível perceber que nesse espaço existe um conjunto de atividades diferentes das tradicionais.

Essas atividades caracterizam-se pela incorporação de novos produtos agropecuários, industriais, prestação de serviços e atividades de entretenimento, caracterizadas pela busca por espaços bucólicos e/ou marcados pela tradição cultural, nos momentos de ócio. Essas atividades emergentes em vários pontos do globo entusiasmaram grupos de estudiosos brasileiros que passaram a falar de um “novo rural” no Brasil (LAUBSTEIN, 2011, p. 94).

No Brasil constatou-se que o padrão de desenvolvimento fordista industrial não estava fornecendo elementos suficientes para “desenvolver” o rural, e o modelo de urbanização seria posto em cheque, o que levou “a um questionamento acerca do lugar do agricultor e de suas práticas, que vai surtir efeito sobre a maneira de se perceber a ruralidade. A crise da superprodução instala uma crise de identidade do agricultor” (CARNEIRO, 2012, p. 34).

Durante as décadas de 1980 e 1990, conforme já se mencionou, iniciou-se um debate porque novas imagens começaram a se desencadear no mundo rural e agrícola, o que, de certa forma, já havia iniciado, em certa medida, na década de 1960, com a criação de parques ambientais, em função do desgaste da natureza. Esse desgaste se intensificou com a superprodução da década de 1980, gerando uma crise que deu mais intensidade a essa questão, pois esse sistema de modernização agrícola acabava esgotando não somente a terra, mas também a economia e a sociedade. Aliados aos problemas ambientais causados pela modernização agrícola, também podem ser incluídos os efeitos da globalização, que fez com que alguns estudos se dedicassem ao entendimento das mudanças ocorridas, “tais como nas formas de trabalho e suas repercussões sobre a mobilidade da forma de trabalho e as alterações do papel das políticas públicas para agricultura e meio rural” (SCHINEIDER, 2009, p. 09). Pode-se dizer, também, que esse debate e interesse sobre as transformações nas formas de gerir o espaço rural surgiu pelas transformações que as economias capitalistas tiveram a partir da década de 1970.

Com esse novo cenário elaboraram-se novas imagens do meio rural e o modelo de desenvolvimento rural foi revisto. A preocupação ambiental fez com que Organizações Não Governamentais começassem a mediar as políticas públicas e a competir com os produtivistas agrícolas, abrindo as bases para pensar sobre um espaço rural mais diversificado (PIRES, 2007). No momento em que as áreas rurais deixaram de ser vistas apenas como espaços de produção de alimento, as atividades não agrícolas passaram a ter mais importância e novas imagens do rural começam a aparecer. Dessa forma,

a noção de paisagem, até então uma criação da população urbana, é integrada à noção de território num movimento de resgate e valorização da cultura e da sociedade local, num esforço de reorientação parcial da política de subsídio agrícola na direção de ‘reinsere os agricultores na paisagem para que elas permaneçam camponesas (CARNEIRO, 2012, p. 35).

Incontestavelmente, hoje, no meio rural, existem novas realidades. Pode-se dizer que a partir dos anos 2000 começou-se a lançar um novo olhar sobre esse mundo, que não pode ser considerado uma única categoria (WANDERLEY, 2000). Em decorrência dos avanços tecnológicos, da introdução de novos meios de comunicação e de informação, da evolução capitalista, da revalorização do espaço e de uma série de atividades que anteriormente não eram realizadas no campo, mas que atualmente fazem parte desse cenário, muitos acreditam que exista, hoje, um novo rural. Este, por sua vez,

consistiria justamente na incorporação de outras ocupações que não as especificamente agrícolas aos espaços tidos como rurais. Em outros termos, a novidade do rural contemporâneo estaria na combinação, nos mesmos espaços, de atividades tidas até então como “típicas” do meio urbano, tais como as do setor de serviço, com as ocupações “características” do meio rural, ou seja, as agrícolas. Aqui, duas noções surgem como complementares à caracterização desse rural que se inova: a de *continuum* rural-urbano<sup>24</sup> e a de pluriatividade (CARNEIRO, 2012, p. 39).

Essa nova realidade que se configurou a partir da “Revolução Verde” e se intensificou ao longo dos anos possibilitou mudanças, no cenário rural, relacionadas principalmente ao âmbito econômico, mas fazendo com que não se possa mais caracterizar o meio rural somente a partir de parâmetros agrários (GRAZIANO DA SILVA, 1997). O espaço que antes estava associado exclusivamente à produção de alimento e matéria-prima, agora incorpora novas práticas. Nela entram questões de ordem sociológica, cultural, econômica e tecnológica, que acabam produzindo diferentes representações sociais entre os que residem no meio rural.

As representações sociais dos espaços rurais e urbanos reiteram diferenças significativas, que têm repercussão direta sobre as identidades sociais, os direitos e as posições sociais de indivíduos e grupos, tanto no campo quanto na cidade. O que parece mais importante a registrar é que estas diferenças se dão não mais ao nível do acesso aos bens materiais e sociais, que seriam, então, de uma certa forma, similarmente distribuídos entre os habitantes do campo ou da cidade, nem mesmo no que se refere ao modo de vida de uns e de outros. As diferenças vão se manifestar no plano das “identificações e das reivindicações na vida cotidiana”, de forma que o “rural” se torna um “ator coletivo”, constituído a partir de uma referência espacial e “inserido num campo ampliado de trocas sociais (WANDERLEY, 2001, p. 33).

Sobre o pressuposto dessa nova ordem de relações espaciais, Silva e Rocha (2011) se referem ao que Teixeira e Lages (1997) enfatizaram há 15 anos, de que o espaço rural deveria ser concebido como espaço particular de vida social, de identidades e de representações específicas. Carneiro (1998, p. 53), por exemplo, já pontuava que “não se pode falar de ruralidade em geral; ela se expressa de formas diferentes em universos culturais, sociais e econômicos heterogêneos”. Assim, o que antes era bem definido a partir de uma categoria de

---

<sup>24</sup> “O fim do isolamento entre as cidades e o meio rural é frequentemente expresso através do conceito de *continuum* rural-urbano” (WANDERLEY, 2000, p.32)

produção agrária, hoje se configura com a introdução de novas atividades econômicas não agrícolas, fazendo surgir novas práticas políticas, econômicas e sociais. Além do mais,

as transformações da ruralidade nas sociedades contemporâneas se expressam não apenas em novas configurações socioespaciais (devido aos interesses dos novos atores sociais que aí se estabelecem e à expansão das atividades econômicas alternativas à agricultura), mas também nas novas identidades sociais que emergem de relações conflituosas resultantes da disputa por imagens e interesses distintos sobre esses espaços (CARNEIRO, 2012, p. 36).

Segundo Carneiro (2012), há basicamente três correntes de pensamento que realizam suas interpretações sobre o rural. A primeira seria, de fato, a extinção do mundo rural porque a urbanização seria inevitável em consequência da modernidade. Essa primeira corrente, no entanto, mudou a direção de seu olhar ao perceber que não poderia afirmar que o rural estivesse sofrendo um esvaziamento social, econômico e cultural. Se a preocupação inicial era a de conseguir definir a ruralidade conforme as mudanças socioeconômicas e demográficas, que ganharam projeção a partir do estudo da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para definir a ruralidade a partir de “indicadores territoriais de ruralidades”<sup>25</sup> (SCHNEIDER, 2009), constatou-se, a partir de críticas a esses indicadores, que a definição do rural seria bem mais ampla “do que a mera vinculação da população a uma unidade política ou administrativa” (SCHNEIDER, 2009, p. 13). Afinal, começam a existir no rural

novas formas de sociabilidade e de relações sociais sustentadas numa complexa rede de atores sociais que não pode mais ser compreendida pura e simplesmente como um processo de urbanização que se encaminharia na direção da homogeneização espacial e social entre o campo e a cidade (CARNEIRO, 2012, p. 25).

A partir dessa constatação surgiu a segunda corrente de pensamento que sustentava as diferenças espaciais e sociais, mas “contextualizadas por processos históricos de reelaboração contínua da dualidade campo-cidade engendrando novas ruralidades” (CARNEIRO, 2012, p. 25). As transformações sociais e econômicas que afetavam a agricultura e o espaço rural no período de globalização foram denominadas por Bernard Kayser (1990) de “renascimento do rural”. O nome deve-se ao fato de que, para o pesquisador, o rural estaria renascendo, revitalizando-se em função do esgotamento do modelo fordista e pela crise dos centros urbanos e descentralização da indústria. Mas a partir da visão dessas duas correntes pode ser percebido de que há o intuito de qualificar o rural, “seja como uma categoria historicamente datada, seja como uma realidade em constante transformação” e de que acaba trabalhando sempre com a dualidade rural-urbano (CARNEIRO, 2012, p. 26).

---

<sup>25</sup> Os estudiosos da OCDE, naquele período, tiveram a preocupação de entender e comparar o rural entre os países da organização. Entre as maneiras de entendimento, indicadores demográficos foram utilizados, sendo o de densidade demográfica o principal (SCHNEIDER, 2009).

Já, a terceira corrente interpretativa do rural põe fim ao dualismo, sustentando o término da dicotomia rural-urbano ou indústria-agricultura. Essa corrente toma como base o exemplo da terceira Itália, momento em que se leva indústrias para o meio rural<sup>26</sup>.

Em vários países, simultaneamente as profundas alterações socioespaciais, observou-se, durante o século XX, a modificação da característica primária que constitui o embasamento dessa visão: o campo passa a abrigar de forma expressiva as atividades do tipo não agrícolas (REIS, 2005, p. 81).

Percebe-se, nesse período, uma preocupação em entender as categorias rural e ruralidade. Assim, cientistas franceses, alemães e brasileiros, de maneira crítica, começaram a mostrar diferenças substanciais entre elas, pois o termo ruralidade, em meados da década de 1980, começou a ser utilizado. Com efeito,

o rural associado a essa resignificação da natureza e da cultura passa a ser visto como lugar de outro tipo de trabalho, não mais restrito à produção de alimentos e de matérias-primas para as indústrias, mas como de produção de bens simbólicos que alimentam a indústria cultural e a comunicação entre universos culturais distintos, sejam de origem urbana ou de origem rural (CARNEIRO, 2012, p. 35).

Nessa discussão existem duas linhas de estudo: uma determina o rural a partir da modernização e da cultura; a outra apresenta o rural como uma categoria construída pelos agentes sociais. A primeira tem sua origem na sociologia rural clássica. No Brasil, Wanderley (2001, p. 32) se apropria do rural, considerando-o o “lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência “identitária”) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção na sociedade nacional)”, sendo sustentada pelo sentido histórico. O termo rural, nesse sentido, não se trata de uma essência, “a-histórica, que deva ser reconhecida indistintamente, em todos os lugares e todos os tempos” (WANDERLEY, 2010, p. 17). Wanderley (2001), e também Veiga (2006), a partir das transformações ocorridas no meio rural, começam a defender a ideia de que no Brasil se começava a vislumbrar uma nova ruralidade. Essa condição era posta em relação a uma nova realidade que se apresentava no meio rural, com a participação de novos atores, além do camponês tradicional, e também por outras atividades econômicas e interesses sociais, realidade não mais centrada exclusivamente na produção de alimentos e na economia focada exclusivamente na agricultura. Assim,

o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para a emergência de uma nova ruralidade (WANDERLEY, 2000, p. 89).

---

<sup>26</sup> A dinamização econômica nos centros menores e em zonas rurais, na Itália, durante os anos de 1980, levou atividades industriais para pequenos distritos rurais no contexto do processo de internacionalização da economia, o que teria mudado os termos da troca entre zonas rurais e urbanas (CARNEIRO, 2008a).

Entretanto, esse tipo de abordagem não foi aceita por muitos pesquisadores, pelo fato de que o sentido histórico e cultural pode ser utilizado por qualquer outro tipo de universo social e que, na verdade, não se trata de pensar o rural como novo, mas sim a partir da concepção de que exista uma diversidade de ruralidades.

A segunda linha de estudo, na qual a perspectiva central centra-se nos agentes sociais, preocupa-se com as percepções simbólicas do rural, não se voltando somente para a produção de bens econômicos, mas considera também bens simbólicos. Estes, por sua vez, podem ser produzidos tanto no campo quanto na cidade.

Sendo o espaço rural ocupado e usado por vários atores (turistas, ambientalistas, interessados na preservação do patrimônio, esportistas, ex-residentes), inclusive os agricultores, torna-se necessário buscar uma definição que leva em consideração a heterogeneidade de sentidos que cada um destes atores e grupos atribui ao rural. Isto remete à análise das construções mentais que os atores e agentes estabelecem em relação ao rural, o que dá início a um conjunto de estudos sobre vida cotidiana e como a ruralidade é vivenciada na cotidianidade (SCHNEIDER, 2009, p. 09).

Marc Mormmont, Bernard Kayser e Maria José Carneiro são os que adotam essa linha (BIAZZO, 2008), porque para eles a sociedade não pode ser dividida, e os processos de mudança na sociedade só podem ser entendidos a partir da construção realizada pelos atores sociais, sendo, nesse sentido, dependentes da representação social que se faz dessas categorias. A partir de então se pode pensar em distinguir o rural de ruralidade, sendo o primeiro associado mais às relações sociais, e o segundo dependente da representação que existe nele. Nesse sentido, “a ruralidade pode ser vista como um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos das culturas locais com base na incorporação de novos valores, novos hábitos e novas técnicas” (CARNEIRO, 2012, p. 61).

A partir disso, pode-se considerar cidade e campo como formas no espaço, enquanto que o rural e o urbano especificam o conteúdo social dessas formas (SANTOS, 1994). Essa condição beneficia o debate acerca do rural como construção teórica, ganhando cada vez mais força a ideia de ruralidade, mostrando a diferença entre rural e ruralidade, estando ambas cada vez mais associadas à representação.

A ruralidade começa a ser entendida, então, pelo viés das questões culturais e da representação,

indicando que o espaço rural possui um sentido que vai além das características paisagistas e das formas de uso dos recursos naturais. Trata-se de uma perspectiva que pretende desvincular o rural da sua base físico-espacial, argumentando que a ruralidade é uma forma de percepção e representação que está relacionada à cultura e à identidade dos indivíduos e atores (SCHNEIDER, 2009, p. 81).

Assim, o rural pode ser “encarado como ‘narrativa’, na qual os atores sociais são produtores não apenas do rural, mas da imagem de ruralidade” (BIAZZO, 2008, p. 122). Essa

condição mostra o quão complexo é, na atualidade, definir identidades de rural e de urbano, pois essas identidades podem estar presentes no mesmo ator social. “o rural deixa de ser um atributo específico de determinados grupos sociais, residentes em certas localidades, passando a ser uma representação social, produzido por diferentes grupos (sejam eles de origem urbana ou rural)” (PIRES, 2004, p.167). Esse ator pode ter sua identidade formada a partir de contextos culturais diferentes, porque, como afirma Moreira (2002), a identidade não é algo acabado e se forja numa relação de alteridade.

Conforme Carneiro (1998) enfatiza, não se pode falar de ruralidade de forma geral, pois ela acaba sendo expressa de maneiras diferentes.

Já que as culturas podem ser exercidas em diferentes territórios a partir da comunicação e da mobilidade, é possível falar da expressão de identidades urbanas em espaços tidos como rurais e vice-versa. Em outras palavras, a desterritorialização da cultura nos permite pensar a ruralidade como um espaço onde o urbano também se constitui em elemento definidor de identidade de atores coletivos (CARNEIRO, 2012, p. 43).

A ruralidade, nesse sentido, pode ser tanto o entendimento que se possui do território quanto os modos de vida que nele estão inseridos. A categoria rural, do mesmo modo que a categoria urbano não designa espaços ou propriedade empiricamente observados, mas representações sociais (CARNEIRO, 2012). Assim,

Ao invés de tentarmos redefinir as fronteiras do rural e do urbano ou, mais simplesmente, ignorar as diferenças culturais compreendidas nesses amplos rótulos, consideramos mais proveitoso, em termos analíticos, orientar nossos esforços para buscarmos, a partir do olhar dos atores sociais, os significados das práticas sociais que tornam operacional esse tipo de interação (...) percebermos essas categorias como representações sociais que podem ser manipuladas ou resgatadas como mobilizadoras de ações coletivas. Nesses termos, a principal questão seria a de identificar o lugar e o significado que elas preenchem nas relações sociais em um espaço determinado (CARNEIRO, 2012, p. 45).

A partir dessa nova configuração do que pode ser entendido por rural e o que pode ser entendido por ruralidade, torna-se necessário realizar uma leitura para perceber de que maneira, hoje, as pessoas que vivem no meio rural representam essa realidade. De que forma elas percebem a ruralidade, descrevendo, possivelmente, aquilo que pode ir muito além do espaço e da localidade.

Diante da complexidade e heterogeneidade que vêm sendo constituídas no campo, torna-se imprescindível recorrer a estudos de casos, bem como às representações sociais, a fim de compor um panorama mais preciso e aprofundado do capital social, pois cada unidade familiar agrícola e suas comunidades interagem, constituindo redes de sociabilidades e relações de poder diferentes que atuam no nível doméstico (CAPELO; MARTINS; AMARAL, 2013, p. 224).

Em 2013, por exemplo, o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura publicou o livro “Concepções da Ruralidade Contemporânea: as singularidades brasileiras”.

Nele há um estudo de como a ruralidade é concebida em alguns países da América Latina. Com uma preocupação de apagar o conceito de atrasado que o rural carrega, o objetivo do estudo é

construir uma tipologia atualizada dos espaços rurais no Brasil, tomando por base os avanços conceituais da temática da ruralidade e territorialidade desenvolvidos no âmbito da academia, de entidades governamentais gestoras de políticas agrárias e dos movimentos sociais, avaliando as implicações dessa abordagem atualizada do rural brasileiro e das políticas públicas de promoção do seu desenvolvimento (MIRANDA e SILVA, 2013, p. 5).

Nesse sentido, realizando um levantamento de pesquisas e realidades brasileiras e latino-americanas, o estudo anteriormente mencionado atualizou não somente o conceito de rural, mas também o de urbano, com a intenção de que se pudesse realizar “uma nova leitura do rural brasileiro e com base nela propor uma tipologia das áreas rurais do Brasil” (BEZERRA e BACELAR, 2013, p. 36). No entanto, não se pode confundir tipologia com conceito e representação. A primeira tem como principal intuito perceber as diversas faces e ainda realizar comparações que abarcam o urbano e o rural. Cada país tem sua própria definição de rural, tendo como ponto de partida aquelas áreas residuais consideradas urbano.

Schneider (2009), além das concepções de Carneiro, ao dizer que os estudos sobre ruralidade poderiam ser divididos nas três formas de entendimento já citadas, inclui mais um esforço para a redefinição conceitual e analítica da ruralidade na contemporaneidade. Trata-se de uma perspectiva que também considera as mudanças ocorridas na pós-modernidade que fez com que os espaços rurais se tornassem diversificados e heterogêneos. Entre as mudanças mais significativas encontram-se a “descentralização econômica e política, as novas tecnologias informacionais, os fluxos de comunicação e interação, entre outros” (SCHNEIDER, 2009, p. 11). A discussão do pesquisador baseia-se no conceito de ruralidade diferenciada proposto por Marsden (1998), que, de certa maneira, se assemelha um pouco à segunda linha de novas ruralidades defendida por Carneiro, pois esta, também, considera a perspectiva orientada aos atores, acrescentando-lhe as redes construídas através da sua interação social e econômica.

A ruralidade diferenciada estaria composta por uma tipologia que contempla quatro tipos de percepção da ruralidade, a saber: a ruralidade preservada (onde ainda se preserva as paisagens o rural e associado a um espaço idílico), a ruralidade contestada (onde já se verificam conflitos entre os agricultores e os demais interessados no espaço rural), a ruralidade paternalista (onde há um encontro de interesses do Estado e dos produtores que praticam uma agricultura produtivista) e a ruralidade clientelista (que ocorrem em regiões afastadas onde a agricultura e a população rural dependem diretamente dos subsídios do Estado) (SCHNEIDER, 2009, p. 15).



Como é possível perceber, são várias as abordagens para se entender a ruralidade. No presente estudo, parte-se do princípio de que a ruralidade é uma construção social, dependente da relação dos sujeitos com o espaço, na construção do território, na vida concreta que se relaciona, das representações que os sujeitos fazem dela. As mudanças ocorridas nos últimos anos, conforme enfatiza Carneiro (2012), acabaram construindo novas identidades sociais e novas imagens sobre o rural. “A visão do rural como agrícola vai ficando totalmente superada, pelo menos como campo de análise, já que novas funções vão sendo consolidadas e incorporadas nas estratégias de reprodução de muitas famílias que habitam esse espaço” (ELESBÃO, 2007, p. 58).

A partir desse entendimento, de certa maneira, no momento em que o objetivo é o de entender o modo com que, hoje, as juventudes rurais enxergam e entendem esse espaço, poder-se-á ter uma noção do que esperar do futuro em relação não somente a esse espaço, mas também aos vários sentidos que a ruralidade possa representar. “Olhar para o rural contemporâneo requer primeiramente que se atente para sua diversidade. Esta palavra não pode ser esquecida ao se analisar o rural, seja qual for a dimensão” (ELESBÃO, 2007, p. 58). Assim, a noção de pertencimento que os jovens podem ter do campo, a maneira como eles sentem o território define a maneira com que eles poderão criar possibilidades de desenvolvimento (FLORES, 2006) e perceber as potencialidades do espaço onde vivem.

## **2.2 Juventude e juventudes rurais**

Até a Idade Moderna não havia uma diferenciação de crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. “Os processos através dos quais ocorria a cristalização social das idades da vida eram múltiplos e convergentes” (PERALVA, 1997, p. 15) e dependiam da forma com que a instituição familiar começava a ser valorizada. Nesse sentido, “o surgimento da família estaria associado à invenção da infância e ao enfraquecimento do Estado, num primeiro momento, na gestão da vida coletiva” (MIRANDA, 2009, p. 22).

Desse modo, como objeto de pesquisa, a juventude e a infância começam a ser estudadas em função das mudanças que ocorreram nas organizações familiares a partir da Idade Moderna. Até a Idade Média, a valorização maior era o convívio comunitário (MIRANDA, 2009). No momento em que começou a ocorrer uma separação mais nítida entre o espaço familiar e o mundo exterior, um lugar mais pontual da criança, por exemplo, foi proposto no interior da família (PERALVA, 1997), pois esta, “nem sempre foi esse espaço privilegiado de cuidado e proteção” (MIRANDA, 2009, p. 22), considerando-se que o espaço público era o cenário principal da vida privada.

Ariès (2006) sinaliza que, embora a família existisse como um agrupamento em torno da linhagem, o sentimento de família era desconhecido na Idade Média e emergiu por volta dos séculos XVI e XVII em decorrência da organização do grupo familiar em torno do casal conjugal (ANTUNES, 2010, p. 18).

No caso da juventude, essa fase se diferencia das demais idades no seio da burguesia do século XVII e XVIII (PAIS, 1990; WEISHEIMER, 2003, 2009; FREITAS, 2008; PERALVA, 1997;). Os setores da burguesia e da aristocracia do século XVII e XVIII eram os que podiam manter seus filhos longe da vida produtiva e social, enviando-os para escolas e liceus, com o objetivo de prepará-los para funções futuras. A partir dessa condição as crianças não iniciavam sua vida laboral cedo, centrando-se na educação. Por consequência dessa preocupação que estreiam os estudos sobre crianças e juventude, com o intuito de fortalecer mais as técnicas pedagógicas para esse grupo<sup>27</sup>.

Posteriormente, com a institucionalização e universalização do processo educacional, como etapa preparatória para a inserção das novas gerações no mundo do trabalho, foi tornando-se cada vez mais visível a especificidade da etapa intermediária entre a infância e o mundo adulto, configurada pela adolescência e a juventude (WEISHEIMER, 2013, p. 11).

Nesse sentido, a juventude surgiu como um fenômeno social moderno a partir de uma construção social, cultural e histórica. “Sob o paradigma das Ciências Sociais, os estudos sobre juventude apontam para uma perspectiva”, na qual se deve considerá-la como uma categoria “que está intimamente ligada às transformações do mundo moderno” (FREITAS, 2008, p.4).

A juventude é uma categoria social que passa a se constituir e adquire o sentido atual a partir do advento da modernidade. Deste modo, cabe salientar que as percepções correntes sobre ela são, necessariamente, sociais, culturais e historicamente determinadas. Isto implica reconhecer que, mesmo que já existissem jovens nos períodos históricos anteriores, seus significados, características e papéis sociais eram bastante diversos do que se atribuem recentemente (WEISHEIMER, 2013, p. 10).

Os primeiros estudos referentes ao tema, de maneira direta, ocorreram no início do século XX, com a publicação *Adolescense*, de Stanley Hall. Entretanto, o trabalho não foi aprovado porque o autor não considerava a cultura como integrante da formação da personalidade juvenil (TAVARES, 2012). Alguns anos mais tarde, Karl Mannheim, húngaro radicado da Inglaterra, publicou um livro que se tornou “um marco decisivo na constituição de um campo de estudos sobre a Sociologia da Juventude como parte de suas reflexões sobre sociologia do conhecimento e dos fatos culturais” (TAVARES, 2012, p. 182).

<sup>27</sup> Nesse período, surgiram diversos escritos de Filosofia especulativa que buscavam atribuir sentidos metafísicos à condição juvenil. São populares ainda os manuais de etiqueta que versavam sobre o modelo de bom comportamento de infantes, direcionados a rapazes e moças (...). São desta fase os primeiros tratados de natureza pedagógica, cuja obra, intitulada *Émile* ou da Educação de Jean Jacques Rousseau (1712-1778) é tido como um exemplo paradigmático. (WEISHEIMER, 2009, p. 57).

A teoria sociológica sobre juventude, proposta por Karl Mannheim, via “nos jovens os recursos latentes de que as sociedades dispõem para sua revitalização” (WEISHEIMER, 2009, p. 62). Em função do regime fascista que acometeu a Europa até a II Guerra Mundial, os estudos sobre juventude não se desenvolveram, sendo o trabalho realizado por Karl Mannheim o único. Em função dessa situação, os Estados Unidos tornou-se um dos locais onde a sociologia ligada à juventude encontrou espaço maior. A Escola de Chicago lançou pesquisas que se estenderam até a década de 1960, centradas em temas geralmente associados a problemas sociais decorrentes da urbanização. Esses estudos tinham como foco entender a violência, os comportamentos, os papéis sexuais e de desistências por parte de grupos de jovens que não se enquadravam no sistema ou de grupos que estavam surgindo a partir de uma dinâmica capitalista de consumo<sup>28</sup>. Em função dessa tendência, “parte considerável da sociologia da juventude constituir-se-á então como uma sociologia do desvio: jovem é aquilo ou aquele que se integra mal, que resiste à ação socializadora, que se desvia em relação a certo padrão normativo” (PERALVA, 1997, p. 18). Assim, durante um longo período o tema juventude permaneceu associado a problemas de ordem social (PAIS, 1990), até o momento em que a juventude começou a ser percebida como “um processo de desenvolvimento social e pessoal de capacidades e ajustes aos papéis de adulto” (WEISHEIMER, 2009, p. 64).

Também em meados do século XX, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura) começou a desenvolver estudos direcionados à juventude, realizando, em 1964, a primeira conferência mundial sobre o assunto. No evento, ocorrido na França, foi apresentado um relatório que apontou tendências nos estudos sobre juventude na Europa e nos Estados Unidos. A partir desse estudo começou a ser incorporada a noção atual de juventude (WEISHEIMER, 2009).

Na América Latina, em 1960, iniciaram-se os estudos sobre juventude, apoiados pelo Instituto Latino-americano de Planejamento Econômico e Social (ILPES). O primeiro estudo, realizado por José Medina Echavarría, em 1967, foi sobre o estado da arte do tema. Mas as “formas de referirse a la juventud seguían siendo tradicionales y parecían estar en abierta

---

<sup>28</sup> “No contexto norte-americano, em especial aquele relacionado à Escola de Chicago, destacam-se alguns autores como Thrasher (1927) e Shaw (1966) e Whyte (2005), autor de *A sociedade de esquina*, obra que se refere ao estudo da juventude urbana, nos anos 30 do século XX. Nesse estudo, que foi realizado através do convívio com gangues de jovens filhos de imigrantes italianos em uma região segregada de Boston. (...). Posteriormente, outras abordagens, como em Parsons (1962), apostam no caráter de ordem estrutural. Elas discutem sobre a emergência da adolescência nas sociedades urbanas ocidentais, que ocorre a partir do fenômeno de desenvolvimento de um conjunto de padrões de comportamento que envolvem uma combinação em termos geracionais e elementos de papéis sexuais nos estilos *bad boys*, dos garotos, e *glamour girls*, das garotas” (TAVARES, 2012, p. 182).

contradición con los procesos de modernización tecnológica y de globalización que el mundo estaba viviendo” (BENDIT, 1998, p. 342). Esse cenário, aparentemente, mudaria a partir dos anos de 1980, momento em que os estudos sobre jovens se intensificavam, devido basicamente: a maior participação da juventude, em função disso, 1985 foi considerado o Ano Internacional da Juventude; às crises que os países latino-americanos estavam passando com o fim da ditadura e o renascimento da democracia (ISLAS, 2006). O apoio maior para esses estudos era da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe). Tanto que, em 1986, a Revista da CEPAL dedicou um número inteiro sobre o assunto, onde foi posto em cena as pesquisas realizadas na Argentina, Brasil, Colômbia, Uruguai, Peru e Chile.

A pesar de esta dinamización impulsada por el AIJ, es necesario reconocer que, hasta fines de los '80, para la mayoría de los gobiernos académicos y expertos de América Latina, "política de juventud" continuaba siendo -en el mejor de los casos- sinónimo de políticas sectoriales. Esto es parte de la política de familia, de la educacional, de la laboral, de la de salud o de la "protección al menor", generalmente de tipo recreativo y cortoplacista, no integradas ni consensuadas con el actor social al que se dirigían. Además, se trataba, por lo general, de políticas poco coordinadas entre sí, de escasa continuidad y casi nunca evaluadas en cuanto su eficiencia para alcanzar los objetivos y grupos-objetivo que se proponían (BENDIT, 1998, p. 342).

De certa forma, no Brasil, essa tendência também foi seguida. Durante as décadas de 1960 e 1970 o tema juventude, no país, também começou a ser desenvolvido, sendo o engajamento político o pano de fundo para essa questão, influenciado pela participação política desse segmento naquele período. O estudo que marcou esse início foi o realizado por Otávio Ianni, em 1962<sup>29</sup>. Nele, o sociólogo faz uma análise sobre a juventude na sociedade capitalista a partir de uma visão estrutural das implicações das determinações político-econômicas e de classes sobre o jovem; podendo este tornar-se um jovem radical ou um conservador.

Nos anos 1960 a juventude passou a se apresentar para a sociedade com maior ênfase por intermédio do movimento estudantil, com suas variadas tendências político-ideológicas, e da juventude católica, organizada na ACE (A Ação Católica Especializada era formada pelas juventudes da JAC (agrária), JEC (estudantil), JIC (independente - mulheres de classe média), JOC (operária) e JUC (universitária) (SOFIATI, 2009, p. 9).

Mesmo que o estudo sobre juventude não seja novo na pesquisa sociológica, o tema vem ganhando força no país nos últimos anos, tanto no que se refere a pesquisas quanto a ações específicas para esse segmento (LEÓN, 2005). Além disso, deve-se contextualizar o termo, pois, para Bourdieu (1983), o conceito de juventude é uma construção social. No

<sup>29</sup> Talvez o primeiro esforço no sentido de se pensar a situação do jovem nos quadros da sociologia brasileira – levando em conta as tensões inerentes de sua conexão com o universo socioeconômico e visto através de um processo histórico – tenha como o marco inicial o texto de Otávio Ianni “*O jovem radical*”, extraído de seu livro *Industrialização e desenvolvimento social no Brasil* (1962).

momento em que se considera juventude como representação social e autorrepresentação, na concepção de Weisheimer (2005; 2009; 2013) é um conjunto de relações sociais específicas, vividas por elementos classificados como jovens em uma dada sociedade. Nesse sentido,

os jovens estariam sujeitos à incorporação de uma série de papéis sociais ou funções socialmente atribuídas pelos processos de socialização. A alternância de papéis sociais e de processos de socialização que marcam a condição juvenil está voltada a assegurar a reprodução ou a continuidade social. Esta abordagem permite-nos entender a constituição de diferentes expressões juvenis, ou seja, percebe a juventude como realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas. Entre as diferentes representações acerca do que é a juventude, temos aquelas elaboradas pelos próprios jovens. Essa forma de categorizar é bastante interessante para a apreensão das identidades evocadas pelos atores sociais, sejam elas coletivas ou individuais. (WEISHEIMER, 2005, p. 24).

Considerando-se que se trata de um período pelo qual a maioria das pessoas passam, decorrente da transição da infância para a fase adulta (WANDERLEY, 2007), essa passagem ocorre a partir de influências sociais, “a partir do processo de socialização e entendido como incorporação das normas e dos valores sociais necessários à sua integração como membro da sociedade” (WEISHEIMER, 2009, p. 62).

No que se refere à delimitação etária, de acordo com a legislação brasileira (Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990), a adolescência, compreende a idade entre 12 e 18 anos. No entanto, segundo a ONU (Organizações das Nações Unidas) e o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a juventude compreende a faixa etária que vai dos 15 aos 29 anos. Conforme mencionado anteriormente, as faixas etárias se cruzam entre os 15 e os 18 anos.

A Constituição da República Federativa do Brasil apenas reconhece a juventude no ano de 2010, quando, através da emenda constitucional nº 65, de 13 de julho desse ano, altera o Capítulo VII, do Título VIII da Constituição Federal, que passa a denominar-se “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”. E estabelece, no artigo 227, a absoluta prioridade da efetivação dos direitos da criança, do adolescente e do jovem. A atual política nacional da juventude define a faixa etária para a sua atuação como sendo dos 15 aos 29 anos (OLIVEIRA MÁXIMO, 2012, p. 32).

Nesse sentido, torna-se importante abordar o conceito de “adolescência” para que se possa entender melhor de qual jovem se está falando: daquele recém-saído da fase adolescente ou daquele que está entrando na fase adulta. Zagury (2004) cita, em sua obra, algumas características da adolescência que permitem entender melhor esse período. Para essa autora, a adolescência é marcada por uma fase de transformações físicas, sociais e emocionais, na qual o ser humano começa a perceber a realidade social. Embora conviva com determinados grupos, o adolescente expande a sua percepção de mundo. Trata-se de uma fase em que ocorre a transição entre a infância e a juventude, sendo que tudo tem mais urgência, e o senso crítico começa a ser apurado ao mesmo tempo em que ocorre o desenvolvimento intelectual.

A sociabilidade também é maior, embora a insegurança seja muito grande. Há uma busca de identidade, para qual o jovem precisa de um tempo, pois acarreta angústia, dificuldades de relacionamento, confusão e medo. Por isso alteram períodos que quanto mais amigos à sua volta melhor com outros em que se enfunam no quarto, pouco ou nada falando com ninguém durante dias e até semanas. Há um crescente interesse pelas coisas que ocorrem no mundo, e é comum o surgimento de preocupações sociais. Começam a perceber com acuidade – às vezes com angústia – as diferenças sociais, as carências de determinados segmentos da população. Não é à toa que um grande número de movimentos revolucionários encontra nos jovens seus maiores defensores e até líderes (ZAGURY, 2004, p. 27).

A necessidade de ser aceito, de ser aprovado pelo grupo de amigos ganha grande peso nessa faixa etária, por isso o grau de importância do grupo de amigos aumenta consideravelmente, pois a tendência à imitação novamente assume ênfase. Nessa fase da vida, há uma necessidade de ser igual ao grupo. Por essa razão é comum observar que os adolescentes não só se vestem de modo semelhante, mas também o modo de andar e agir, a utilização de gírias e expressões acabam sendo reconhecidos somente entre eles. O fato de não seguirem os padrões do grupo os amedronta, procurando agir sempre como a maioria, justamente por temerem a rejeição do grupo. No fragmento a seguir, a autora Zagury (2004) reflete sobre quão complicada é essa fase da vida para quem a está vivenciando.

É fácil compreender o quanto esses anos são difíceis para os jovens. O difícil é conviver com tanta contradição. Sentem-se imortais, fortes, capazes de tudo. Momentos depois acham-se feios, desengonçados, deselegantes. Espinhas e cravos acabam com a pele, há pouco deliciosamente perfeita, suave, agradável ao tato. E isso é um capítulo à parte um golpe fatal na sensibilidade e no orgulho deles. A beleza e a integridade física assumem aqui talvez seu momento mais proeminente. Em nenhuma outra fase da vida é tão importante ser forte, belo, desejável (ZAGURY, 2004, p.29).

Já, para Silva e Lopes (2009), a adolescência pode ser caracterizada como um processo de transformação biológica, ao passo que a juventude se caracteriza por uma transformação sociológica, na qual o indivíduo se prepara para assumir suas atribuições na condição de adulto. Essa condição fica clara no momento em que a característica mais presente se traduz na ansiedade do jovem, pois ele acaba tendo consciência de que esse é um período de transição e ele não pode mais ficar dependente espiritualmente da família. É um momento em que ele deve começar a sair do “aconchego familiar”, iniciar seu ingresso “na ordem social e continuidade cultural, que é necessário compreendê-las e absorvê-las mantendo uma atitude mental e espiritual independente a seu respeito” (WEISHEIMER, 2009, p. 61). Então, é em função disso que ele precisa começar a ter relações comunitárias, uma liberdade de movimento maior e espontaneidade.

Mesmo que a demarcação entre juventude e fase adulta, conforme afirma Wanderley (2007, p. 22), seja imprecisa e possa ser “referida ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída de casa paterna ou à constituição de uma nova família”, os jovens podem

ser caracterizados dentro de dois subgrupos: os “jovens adolescentes”, com idades entre 15 e 19 anos, e os “jovens adultos”, com idades entre 20 e 24 anos.

Sobre a categoria juventude, a sua historicização aponta para a dificuldade de uma precisão cronológica que delimite o início e o fim da fase juvenil. Segundo Schindler (1996), a idade de catorze anos foi tomada no início do século XIX com corte demarcatório entre infância e juventude, em função do ingresso no mundo do trabalho, mas é somente para as camadas mais letradas que vale a ideia moderna de juventude como período de formação no qual se está livre da necessidade do trabalho. O final da fase juvenil, desde os primórdios da idade moderna (XVI), já estava claramente estabelecido pelo matrimônio e pela casa própria, distinta e independente da família original (RONSINI, 2007, p. 23).

Os jovens, independentemente do local onde vivem, hoje são pauta de discussão em vários países e as demandas desse grupo passaram a ser consideradas “importantes e legítimas e a serem incorporadas pelo Estado e, mesmo, pelos movimentos sociais, no bojo de um processo em que novas dimensões passaram a ser consideradas como estruturantes da dinâmica social” (WEISHEIMER, 2005, p.3). No Brasil, por exemplo, no ano de 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude que teve como intuito a coordenação de políticas e de ações voltadas para promover a participação econômica e social dos jovens. É fato que “o debate sobre a categoria “juventude” torna-se central à medida que as muitas concepções que se entrecruzam definem olhares e mesmo a atuação do poder público” (CASTRO, 2007, p.18).

### **2.2.1 Os jovens rurais na agenda de pesquisa**

De acordo com Weisheimer (2003, p. 5), se “o termo ‘juventude’ designa assim um conjunto de relações sociais específicas vividas por elementos considerados jovens de uma sociedade”, no momento em que se faz referência à juventude rural deve-se estar ciente de que o conceito de jovem não significa grupo homogêneo, nem mesmo no meio rural. Entretanto, houve um período em que se percebia que esse grupo não era considerado em termos geracionais, o que Durston (1997) nomeou de “invisibilidade da juventude rural latino-americana” (WEISHEIMER, 2003, p. 7), e que, segundo Castro et al (2009, p. 23), foi decorrente da própria imagem que se tinha do jovem, desinteressado pelo meio rural, o que “contribui para a invisibilidade da categoria como formadora de identidades sociais e, portanto, de demandas sociais”.

Essa invisibilidade, de certa forma, foi amenizada a partir da década de 1990. Com a intensificação dos estudos sobre a juventude em geral, os enfoques de estudos sobre a relação desse grupo com a violência urbana, a gravidez prematura e o desemprego foram os mais numerosos. A partir desse período a visão mudou se comparada à década anterior. “Já não são

mais a apatia e desmobilização que chamam a atenção; pelo contrário, é a presença de inúmeras figuras juvenis nas ruas, envolvidas em diversos tipos de ações individuais e coletivas” (ABRAMO, 1997, p. 31). A juventude rural, por sua vez, e em menor medida, também começou a participar desse processo e passou a ser incluída nas pautas desses estudos, em função da migração campo-cidade, sendo o enfoque fixado em torno da sucessão familiar, da masculinização do campo e do êxodo rural (WEISHEIMER, 2003).

O tema foi inserido no quadro das pesquisas e renasceu junto à temática da agricultura familiar dos anos de 1990, tanto que, em 1998, foi lançado o livro “Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios”, organizado por Abramovay, Silvestro e Cortina (1998). O livro, na verdade, é a divulgação de uma pesquisa realizada junto a famílias localizadas na região Oeste de Santa Catarina. O trabalho tem como pano de fundo a realidade que, em décadas anteriores, também preocupava os europeus e os americanos, no tocante a processos sucessórios e ao esvaziamento do espaço rural. Na obra mencionada é apresentada a especificidade de sucessão da agricultura e a preocupação com o futuro da mesma, além da carência de investimentos e de ações para motivar os jovens a permanecerem no meio rural. Nesse livro, também são sugeridas formas de valorizar o jovem rural e ampliar o seu papel no interior das unidades produtivas, enfatizando-se o processo de envelhecimento e de masculinização da juventude das áreas rurais<sup>30</sup>.

Assim, nos últimos 15 anos houve uma preocupação constante voltada a esse grupo (WANDERLEY, 2007; BRUMER, 2007), sendo a juventude rural, em função da sucessão familiar, o grande foco de preocupação, não somente no Brasil, mas também em grande parte da América Latina.

A juventude rural, especialmente quando vinculada à agricultura familiar, possui especificidades que expressam os diferentes papéis que lhes são atribuídos ou esperados – essencialmente diferentes dos que incidem sobre jovens pertencentes a outros contextos socioeconômicos, considerando também a dimensão do binômio rural-urbano, principalmente no que se refere à sua influência na constituição dos sujeitos, impactando, portanto, na diferenciação das demandas e necessidades dos/das jovens rurais –, pois são vistos como uma categoria-chave para a reprodução social do meio rural no Brasil (MDA, 2011, p.2).

Em um estudo realizado pelo Centro Latino-Americano sobre Juventudes (ESPINDOLA, 2004), apoiado pelo Banco Mundial e UNESCO, que teve o intuito de realizar uma análise de experiências de movimentos juvenis rurais da Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, mostrou que esses movimentos não possuem uma identidade coletiva que os represente ou um conjunto de identidades. É o que, de certa forma, Abramovay, Silvestro e

---

<sup>30</sup> As moças deixam o campo antes dos rapazes.



Cortina (1998, p. 90) já haviam constatado ao citar uma pesquisa realizada pela CEPAL, em 1996, de que “é raro que surjam atores sociais organizados na representação dos jovens”. Pode-se dizer que se trata de uma situação bem diferente daquela a que se refere Hall (2003) quando questões étnicas entram em jogo, dando como exemplo o negro-britânico ou asiático-britânico. Entretanto, ao se falar de jovens rurais, parece haver uma identidade forjada, pois quando aparece nesses grupos ela está mais associada a entidades institucionais, entre as quais organizações não governamentais ou relacionadas aos adultos, do que a aspectos elaborados pelos próprios indivíduos jovens que integram esses grupos. Assim, o que preocupa são

las expresiones y asociaciones juveniles rurales y campesinas existentes en los países del MERCOSUR, evidencian una extendida existencia, pero escasa representatividad, poca continuidad en el tiempo, poca identidad centrada en las cuestiones específicamente juveniles, y no cuentan con recursos propios para su desarrollo (ESPÍNDOLA, 2004, p. 24).

A partir desse panorama se intensificaram os estudos sobre a temática. Em um levantamento realizado por Weisheimer (2005), intitulado *Juventudes rurais: mapas de estudos recentes*, o pesquisador analisou a produção sobre o tema entre os anos de 1990 e 2004. Nesse período foram identificados cinquenta estudos realizados por cerca de 36 pesquisadores brasileiros<sup>31</sup> que abordavam o tema da juventude rural. Entre as produções está o livro organizado por Abramovay, Silvestro e Cortina (1998). As produções sobre o tema mostram que “a partir dos anos 2000, a juventude rural começa a constituir-se como um novo ator político” (CASTRO et al, 2009).

Dois anos depois do livro de Weisheimer (2005) foram lançados mais dois livros sobre o tema. Um escrito por Maurício Barros de Castro (2007b), intitulado “*Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento*”, e outro organizado pelas pesquisadoras Maria José Carneiro (2007), referência na área da sociologia rural<sup>32</sup>, e Elisa Guaraná de Castro (2007), sob o título “*Juventude rural em perspectiva*”. O primeiro é uma produção financiada pelo Instituto Souza Cruz e se trata de um olhar mais fotográfico e histórico, bem otimista, sobre a atuação do jovem rural, apontando algumas ações<sup>33</sup> realizadas no que se refere à atuação dos jovens rurais em todas as regiões do país. Já, o livro de Carneiro e Castro (2007) lança um olhar mais crítico e aborda novamente o tema de sucessão familiar e o problema do

<sup>31</sup> “Entre o total de trabalhos encontram-se duas teses de doutorado, três livros, 18 dissertações de mestrado e 27 artigos publicados em periódicos ou anais de congressos científicos” (WEISHEIMER, 2005, p.9).

<sup>32</sup> Carneiro inclusive já tinha escrito dois artigos sobre o tema, um publicado no livro organizado por Francisco Carlos Teixeira da Silva, em 1998, no qual ela trabalha o ideal rurano, sob a ótica do campo e cidade no horizonte dos jovens; e outro, que ela apresentou no IX Congresso Brasileiro de Sociologia, acontecido no ano de 1999, em Porto Alegre, no qual ela discute exatamente a Juventude rural no contexto de novas ruralidades.

<sup>33</sup> O livro retrata as experiências do MEPES, MOC, SERTA, ARCAFAR-NORTE, EFAORI/UNEFAB, PROJovem, ARCAFAR-SUL e CEDEJOR.

envelhecimento no campo, mostrando as consequências que isso tem causado para inviabilizar a continuidade da agricultura familiar. Esse livro, dividido em duas partes. Na primeira, apresenta artigos de pesquisadores apontando as principais preocupações que os estudos sobre juventude rural precisam ter, e algumas pesquisas realizadas junto a esse grupo; na segunda, apresenta o debate, no início de 2006, ocorrido durante o Seminário Juventude Rural em Perspectiva, no Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento da Universidade Rural do Rio de Janeiro, quando as pesquisadoras Anita Brumer, Helena Abramo, Marília Sposito, Maria de Nazareth Baudel Wanderley, entre outros, conversam com representantes dos mais variados segmentos<sup>34</sup>. O intuito, segundo Carneiro e Castro (2007), foi o de reunir estudos que pudessem dar uma dimensão de como a juventude vinha sendo tratada, fomentando, assim, “o diálogo entre três tipos de olhares distintos sobre questões que afetam a juventude no meio rural brasileiro: o acadêmico, o político-governamental e o de movimentos sociais” (CARNEIRO e CASTRO, 2007, p. 17).

O que pode ser percebido a partir dos estudos apresentados é que a temática do êxodo rural sempre acaba centrada na juventude, possivelmente porque

dentre as principais questões acerca do êxodo rural, percebe-se que a mobilidade dos/das jovens rurais para o urbano tem sido um fator de grande influência (CASTRO et al 2009). Isso fica claro ao constatar que os maiores índices de migração no meio rural brasileiro ocorrem entre homens de 20 a 24 anos e entre mulheres de 15 a 19 anos (CONDRAF, 2011, p. 2-3).

Essa condição é o que pode justificar vários estudos centrados nessa temática. Elisa Guaraná de Castro publicou, em conjunto com outros pesquisadores<sup>35</sup>, em 2009, o livro “Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político” e, em 2013, o resultado de sua tese de doutorado, “Entre ficar e sair - uma etnografia da construção”. No primeiro, os autores mostram os resultados de uma pesquisa sobre os jovens dos movimentos sociais rurais, fornecendo informações sobre o dia a dia deles, questões referentes à escolaridade, gênero e reivindicações e a maneira com que o protagonismo desse grupo tem sido estabelecido.

Esse livro é dividido em quatro capítulos e mostra o resultado da pesquisa etnográfica dos processos organizativos a partir de eventos realizados por jovens de movimentos sociais rurais no ano de 2006 e 2007. O primeiro capítulo trata sobre o problema de invisibilidade,

---

<sup>34</sup> Elenice Anastácia, coordenadora da Comissão Nacional de Jovens da Contag; Fabiano Kempfer, coordenador de Políticas para a Juventude da SRA/MDA; Regina Novaes, Presidente do Conjuve e Secretária Executiva da SNJ; João Paulo Rodrigues, Diretor Nacional do MST; Severine Carmem Macedo, coordenadora da juventude da Fetrat-Sul etc.

<sup>35</sup> Maíra Martins, Salomé Lima Ferreira de Almeida, Maria Emília Barrios Rodrigues e Joyce Gomes de Carvalho.

abordado por Weisheimer (2003) em sua tese de doutorado, e sobre a juventude no campo temático, traçando o estado da arte sobre os estudos da juventude rural no Brasil e a emergência da juventude nos movimentos sociais. Já, o segundo capítulo apresenta o perfil dos jovens pesquisados, abordando questões referentes tanto aos aspectos demográficos quanto sociais, mostrando também qual a percepção desses jovens sobre a sua permanência no meio rural. O terceiro capítulo aprofunda as questões mais ligadas ao gênero, e o último mostra a emergência de um jovem rural e protagonista político.

O livro de 2013, “Entre ficar e sair - uma etnografia da construção”, trata do resultado da tese de doutorado de Castro, defendida em 2005, que versa sobre o jovem rural no assentamento rural Mutirão Eldorado (RJ), e é o resultado de uma experiência etnográfica entre os anos de 2000 e 2003. Nele, a autora diz que “o próprio sentido do “sair” e “ficar” precisa ser compreendido também a partir das relações internas à família, além de relações em outros espaços “dentro” e “fora” (CASTRO, 2013, p. 164), e percebe como o jovem está ligado ao grupo numa eterna dúvida marcada pela cobrança da permanência e continuidade da agricultura familiar.

Mesmo depois de mais de 15 anos da publicação do livro de Abramovay, Silvestro e Cortina (1998), ainda que os movimentos de esvaziamento do campo tenham diminuído<sup>36</sup>, não sendo unidirecional e nem linear (CARNEIRO, 2007), o tema recorrente é a permanência do jovem no campo. Em 2014, Arlene Renk publicou “Juventude rural, cultura e mudança social”, que aborda a continuidade na agricultura familiar, a problemática da sucessão familiar, as transformações no mundo do trabalho rural e seus significados para as novas gerações.

A intensificação da comunicação entre cidade e campo, facilitando o acesso a bens e valores urbanos, somadas ao desemprego e ao aumento da violência nos grandes centros urbanos, acabou por produzir uma situação em que a vida na cidade deixa de ser tão atraente como há 20 anos atrás. Há de se levar em conta também as dificuldades enfrentadas nos centros urbanos por um jovem de origem rural são bem maiores, tanto em termos de competição por um lugar no mercado de trabalho, como em termos dos arranjos de sobrevivência. Cientes dessa realidade, os jovens rurais passam a reconhecer as vantagens de morarem no campo, mas desde que lhes seja garantido o acesso a um conjunto de bens, simbólicos e materiais, semelhantes aos disponíveis nos centros urbanos: principalmente, lazer, estudo e trabalho. (CARNEIRO, 2008a, p. 265).

Entretanto, mesmo sabendo dessa necessidade “falada” pelos próprios jovens em vários estudos realizados (ABRAMOVAY, SILVESTRO e CORTINA, 1998; STROPASOLAS, 2002; WEISHEIMER, 2009; CARNEIRO e TEIXEIRA, 2012; WEDIG e

<sup>36</sup> “Em cada 100 jovens rurais, 84 querem continuar no campo. Esta é uma proporção alta; em geral, as pessoas poderiam esperar que fosse menor, olhando para o que aconteceu no País com a saída das pessoas do campo para as cidades” (CASTRO, LIMA, SARMENTO, VIEIRA, 2013, p. 27).

MENASCHE, 2009; CASTRO, 2009; WANDERLEY, 2007), o que se percebe é que esses estudos centravam-se na mesma temática, o da sucessão familiar e sua permanência na agricultura. O assunto era tão presente que, em 2014, o Ministério de Desenvolvimento Agrário publicou o estudo “Juventude Rural e Políticas Públicas”, organizado por Maria Aparecida de Menezes, Valmir Luiz Stropasolas e Sergio Botton Barcellos. Nessa publicação é abordada a importância do I Seminário Nacional “Juventude Rural e Políticas Públicas” acontecido em 2012. O livro tem como objetivo

ampliar o diálogo entre governo, movimentos sociais e academia e registrar os avanços atuais do debate sobre juventude rural e políticas públicas no Brasil. A obra faz parte de um esforço da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), de divulgar e ampliar o debate sobre políticas públicas e juventude rural no Brasil (CASTRO e ABRAHÃO, 2014, p 19).

É nesse sentido que se torna importante entender a representação social de ruralidade que o jovem residente no meio rural possui, para tentar compreender como esse espaço é percebido e sentido. Carneiro (1998, p. 14) constata que a migração dos jovens rurais para a cidade, temporária ou definitiva, expõe a juventude ao contato com um sistema variado de valores que podem ser absorvidos ou rejeitados, atuando tanto no sentido de reforçar os laços identitários com a cultura original quanto no sentido de negá-los.

Segundo Toledo (2008), “os jovens rurais têm escolaridade mais elevada [em relação a gerações anteriores], cresceram com uma cultura diferente da dos pais e incorporaram parte do modo de vida urbana”. Silva et al, (2011) realizaram um estudo sobre o comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação às atividades desenvolvidas pela agricultura familiar<sup>37</sup>. Nesse estudo, os autores constataram que a qualidade de vida, a segurança e a tranquilidade são as principais vantagens apontadas pelos jovens rurais para viver no meio rural. Entretanto, nessa pesquisa não foram abordadas questões relacionadas ao acesso à informação e nem à representação que esses jovens têm sobre a ruralidade. E o que mais preocupou foi o fato de que os que ainda permaneciam nas unidades produtivas agropecuárias eram principalmente jovens que possuíam menor escolaridade.

Segundo pesquisa realizada sobre dinâmica populacional e sucessão da agricultura familiar no Vale do Taquari pela UNIVATES/FETAGRS/MDA (2005) os fatores que mais atraem os jovens para a área urbana, na opinião dos responsáveis das atuais propriedades são: salário constante, trabalho menos penoso, mais tempo livre (férias, fim-de-semana livre), possibilidade de estudo, liberdade de escolha de opções de trabalho, ilusão, possibilidades maiores de aposentadoria, mais lazer, vida social mais intensa, melhor status. Já os fatores que mantêm os jovens na área rural na

---

<sup>37</sup> Foram entrevistados em torno de 114 jovens rurais, com faixa etária média de 22 anos, provenientes de propriedades com tamanho médio de 24 hectares. Trabalhou-se com seis grupos de jovens agricultores nos Municípios de Marechal Cândido Rondon, Quatro Pontes, Nova Santa Rosa, Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Mercedes.

opinião dos responsáveis das atuais propriedades são: apego e amor a terra, custo de vida mais barato, um lugar mais seguro, ser dono de seu próprio negócio, melhor qualidade de vida, garantia de trabalho, tradição, dificuldade de arrumar emprego, vocação, mais próximo à família, melhor remuneração (SILVA et al, 2011, p. 174).

É por isso que a juventude é vivida e processada, conforme Nirenberg (2011), de maneiras diferentes, pois, como qualquer outro segmento, está relacionada aos grupos de referência e aos contextos culturais nos quais está inserida.

### **2.2.2 A juventude rural num contexto de novas ruralidades**

As diferentes realidades às quais os jovens rurais são expostos não são exclusivas desse grupo, nem da realidade brasileira. Sabe-se que as diferenças entre rural e urbano são cada vez menores, e a grande questão ainda reside nas diferenças que existem no que tange ao acesso a diversos bens e serviços. Rossana Reguillo, citada por Garcia Canclini (2012, p.07), narra que entre os jovens mexicanos existem dois tipos de juventude, uma que é “mayoritaria, precarizada, desconectada no sólo de lo que se denomina la sociedad red o sociedad de la información, sino desconectada o desafiada de las instituciones y sistemas de seguridad (educación, salud, trabajo, seguridad), sobrevivendo apenas con los mínimos”, e outra que é “minoritaria, conectada, incorporada a los circuitos e instituciones de seguridad em condiciones de elegir”. Essa condição é, segundo Garcia Canclini (2012), o resultado de diferenças relacionadas à educação.

Na atualidade, mesmo que a escolaridade média da população de 15 anos ou mais que vive na zona rural corresponda a quase metade da estimada para a população urbana, ainda assim, hoje, eles possuem maior escolaridade que seus pais, sendo recente o prolongamento da escolarização de filhos de agricultores, para além do Ensino Fundamental. Essa condição pode indicar que eles estejam mais esclarecidos, pois saem do meio rural para estudar em centros urbanos para adquirirem maiores conhecimentos e aplicarem o que aprenderam no meio em que vivem. (CASTRO, 2013; ZARGO, 2016). Além disso,

as transformações sociais e culturais da contemporaneidade, associadas à era da informática e ao mundo globalizado, onde o conhecimento é elemento de poder, estimula a mobilidade física e sociais dos jovens e eles desenvolvem atividades, na maior parte das vezes, paralelas às atividades laborais. (MEJIA, 2012, p. 158)

Aliado a isso, existem projetos destinados à alfabetização e à educação desse público. No Rio Grande do Sul, por exemplo, é possível perceber essa perspectiva a partir da atuação do CEDEJOR (Centro de Desenvolvimento dos Jovens Rurais). Trata-se de uma associação civil, sem fins lucrativos, criada em 2001 e reconhecida como Organização da Sociedade

Civil de Interesse Público (OSCIP)<sup>38</sup>. O público para o qual suas ações prioritárias estão direcionadas é a juventude rural. Jovens com idade entre 16 e 24 anos que, preferentemente, tenham concluído o Ensino Médio e que pretendam desenvolver empreendimentos que visem ao desenvolvimento sustentável e ao fortalecimento do tecido socio-organizativo do meio rural.

Outro exemplo é a Associação Regional de Juventude Rural (AREJUR), fundada em 2005. A Associação é uma entidade educacional, social, cultural e esportiva que abrange 12 municípios da região Centro Serra do Rio Grande do Sul, envolvendo por volta de 9.000 jovens e que tem o intuito de:

- a) ser um órgão representativo dos conselhos e associações filiadas; b) assessorar os conselhos e associações municipais filiadas; c) participar e apoiar os eventos dos conselhos e associações municipais filiadas; d) divulgar os trabalhos realizados em prol da juventude rural em âmbito municipal, regional e estadual nos meios de comunicação; e) buscar o patrocínio para a realização de atividades sócio-educativas, tais como: excursões, encontros, convenções, exposições, intercâmbios, seminários, desfiles, treinamentos de lideranças, atividades esportivas, culturais, etc (REDIN et al, 2013, p. 234).

Ao se considerar as diferentes formas de acesso à escola, há também dinâmicas diferentes. Não se pode esquecer que ao se falar em juventude rural é preciso considerar que se trata de uma categoria social “construída a partir das experiências de trabalho, sociabilidade, troca cultural e interação socioambiental” (GALINDO, 2014, p. 123), além da multidimensionalidade da categoria juventude rural, na qual também entram questões relacionadas a partir de componentes étnico, de gênero, territorial, de orientação afetivo-sexual e religioso (GALINDO, 2014).

No contexto da crise da agricultura familiar e dos processos econômicos recentes que transformam o rural em um espaço cada vez mais heterogêneo, diversificado e não exclusivamente agrícola, a juventude rural chama a atenção como a faixa demográfica que é afetada de maneira dramática por essa dinâmica de diluição das fronteiras entre os espaços rurais e urbanos (CARNEIRO, 1998, p. 01).

O mundo jovem, de maneira geral, possui maior familiaridade com as novas tecnologias de comunicação e informação. Em muitos casos, a utilização da internet em escolas faz com que esses jovens levem essa realidade para dentro de suas casas, mostrando para seus pais a configuração de um novo mundo de informação. Por isso, é preciso ter o “cuidado de levar em conta a heterogeneidade dos valores que mobilizam a chamada

---

<sup>38</sup> OSCIPs são ONGs criadas por iniciativa privada, que obtêm um certificado emitido pelo poder público federal ao comprovar o cumprimento de certos requisitos, especialmente aqueles derivados de normas de transparência administrativas. Essa qualificação é decorrente da lei 9.790 de 23/03/99, também conhecida como Lei do Terceiro Setor. Fonte: <http://www.sebraemg.com.br/culturadacooperacao/oscip/02.htm>. Data de acesso: 17 de julho de 2009.

“juventude rural”” (CARNEIRO e TEIXEIRA, 2012, p. 76). Essa heterogeneidade pode ser demonstrada, por exemplo, nas formas com que as pessoas se apropriam dos bens materiais e simbólicos dos territórios, ou, como Carneiro enfatiza, localidades. “Essa apropriação não depende apenas do capital econômico, cultural e social de cada indivíduo, mas também sua posição nas redes sociais locais” (CARNEIRO, 2012, p. 48).

O contato constante com a cidade, mesmo a sede do município, as informações obtidas através dos mais variados meios de comunicação e as relações com outros jovens de realidades diferentes, permitem ao jovem rural acessar outros quadros de significações. Essa “nova” realidade interfere e reorganiza o conhecimento mútuo que insere o jovem na comunidade, levando-o, possivelmente, a questionar suas ações práticas ou discursivas. Por isso, a importância de estudar o modo com que o jovem rural constrói a representação social da ruralidade, pois “a representação social interfere na construção ou formação das identidades sociais individuais” (FROSSARD, 2003, p. 42). As representações sociais, por sua vez, são produtos socioculturais e estruturas significantes que derivam da sociedade e conseguem expor suas características (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009).

De acordo com o dizer de Feitosa (2006, p. 30), esses jovens, “enquanto trabalham a terra, cobrem o telhado de um galinheiro, ou distribuem aipim pelas residências de uma agrovila, escutam música, falam ao telefone celular, comentam um baile que acontece no próximo final de semana, combinam uma visita a uma *lan-house* na cidade”. Então, no que se refere ao universo do jovem rural, inicialmente dois universos acabam sendo percebidos por eles: as questões de ordem objetiva, sentidas no momento em que o acesso à escola e ao trabalho é difícil entre jovens rurais; e as de ordem subjetiva, quando essa distinção ocorre a partir da reprodução da hierarquia rural/urbano, existindo uma representação negativa em se morar no campo. A partir disso torna-se vital perceber como a ruralidade é representada pelos jovens residentes no campo, ou seja, estudar as representações sociais que os jovens rurais possuem sobre o território em que vivem a partir da nova configuração do rural. É preciso olhar para dentro e perceber que “o território deve ser entendido como um espaço de articulação de estratégias de desenvolvimento” (FLORES, 2006) na qual a transversalidade deve ser constante.

É fundamental que se reconheça que as TIC no meio rural potencializam a comunicação e facilitam as trocas, de experiências, sobretudo, entre os jovens, que veem nela a possibilidade de sair para além de seus espaços geográfico e social, podendo fazer-se pertencer a diferentes redes, onde a organização social pode emergir como resultado de um processo de partilha de interesses e sentimentos de pertencimento (REDIN et al, 2013, p. 230).

Assim, existe uma heterogeneidade nas condições de vida dos jovens que vivem no meio rural, o que faz com que se definam “diferentes inserções produtivas, de acesso a serviços públicos, de diferentes padrões de sociabilidade” (WEISHEIMER, 2005, p. 03) e onde também se poderia incluir, de escolaridade. Essa condição conduz a dois paradoxos: há os jovens cujas famílias dependem da agricultura familiar e que conseguem visualizar o território e sentir suas potencialidades, entretanto, há aqueles que acabam por abandonar e/ou negar o ambiente rural. Claro que se trata de dois paralelos bem distantes, sendo que entre um e outro podem existir nuances relacionadas à maneira com que esses jovens experienciam a vida.

Assim, esse contato com diferentes realidades e novas possibilidades provavelmente faça com que o jovem rural construa suas visões de mundo e a representação social sobre essas novas ruralidades que se apresentam. Carneiro (2007, p. 54) lança alguns questionamentos sobre as novas realidades rurais:

será que a industrialização da agricultura, a intensificação da comunicação entre campo e a cidade, o desenvolvimento tecnológico dos meios de comunicação, sobretudo os virtuais, e a ampliação do acesso a esses meios, estariam colocando em xeque a especificidade do rural? Qual o lugar do rural num mundo globalizado, informatizado e televisionado? Quais os conceitos e noções que devemos utilizar para compreender e nomear essa nova realidade? E finalmente, como perceber o lugar da juventude nesse novo contexto?

O jovem rural, a partir do contato que mantém com diferentes realidades e grupos sociais, acaba construindo não só a sua representação social, mas também a representação social do espaço em que vive, sendo que este acaba interferindo na formação de sua identidade. “Uma das dificuldades é precisamente identificar ou definir o que se entende por rural, questão que se acentua com a intensificação da comunicação entre os universos sociais e culturais do campo e da cidade” (FEITOSA, 2009, p. 31). Além disso, as diversas interpretações sobre o rural, conforme enfatizam Souza e Lima (2006), são decorrentes, em muitos casos, do tratamento dado pela sociedade ao território, a partir de sua história e do tipo de uso a ele atribuído, caracterizando uma perspectiva espaço-temporal.

As transformações da ruralidade nas sociedades contemporâneas se expressam não apenas em novas configurações socioespaciais (devido aos interesses dos novos atores sociais que aí se estabelecem e à expansão das atividades econômicas alternativas à agricultura), mas também nas novas identidades sociais que emergem de relações conflituosas resultantes da disputa por imagens e interesses distintos sobre esses espaços. (CARNEIRO, 2008b, p. 26)

São concepções diferentes que criam várias possibilidades de pertencimento e de identidades. A formação de identidade do sujeito é um processo construído historicamente e pela linguagem que estão presentes no universo cultural em que esse sujeito viveu. É



composto pelo sujeito, pela coletividade ou pelo processo histórico (RUFFINO, 1997). Mas, quais são as representações desses jovens sobre ruralidade e de que maneira ela é construída a partir das mediações que participam desse processo?

Na visão de Carla Adriana Batista da Silva, extensionista de Bem-Estar Social do escritório da EMATER/ASCAR<sup>39</sup>-RS, em Santa Cruz do Sul, não se tem trabalhado de forma adequada com os jovens rurais: "constatamos que não tem havido um trabalho voltado aos jovens, a não ser ações pontuais endereçadas ao lazer e esporte" (FIORI, 2011, s/p). Mas no que tange às suas opiniões e percepção sobre ruralidade, parece não existir uma ação direcionada aos jovens. Somado a isso, há indicativos também de que eles não têm noção do seu protagonismo e nem mesmo as famílias conseguem enxergar esse potencial. Sabe-se que "a sucessão familiar é um dos pontos a serem trabalhados, pois muitos pais veem o jovem apenas como mão de obra para a propriedade, e não como protagonistas" (FIORI, 2011, s/p). Essa condição direciona para o estudo mais aprofundado dos mediadores sociais que influenciam a maneira com que a ruralidade que os cerca é representada por eles e de que forma as novas tecnologias de comunicação e informação podem interferem nessa representação.

A grande questão é que se os jovens rurais parecem não identificar quais são as suas identidades, as escolhas realizadas por eles podem influenciar a maneira com que eles irão desempenhar seu papel social. É nesse sentido que se torna importante entender a representação social de ruralidade que o jovem residente no meio rural possui e averiguar de que maneira a convergência midiática contribui para a construção desse processo. Carneiro (1998) reforça que esse grupo é o mais afetado pelo processo de aproximação entre urbano e rural. É necessário considerar, explica Fleury (2009, p. 55), que

o fenômeno das representações sociais está ligado aos processos implicados com diferenças na sociedade, se articulando tanto com a vida coletiva, como com o processo de constituição simbólica nos quais os sujeitos lutam para dar sentido ao mundo, para entendê-lo e nele encontrar o seu lugar, através da identidade social.

Ao se verificar como ocorre a formação da identidade rural juvenil é possível entender melhor esse grupo. Aparentemente, parece que não há traços de identidades exclusivos desse segmento (ESPINDOLA, 2004). No entanto, quando se considera o campo das representações compreende-se melhor as influências e a maneira com que esse grupo etário percebe o mundo e a representação do espaço onde vive.

---

<sup>39</sup> Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural pública e atende praticamente todos os municípios do Rio Grande do Sul.

A modernização do espaço rural direciona para um estudo mais aprofundado dos mediadores não apenas culturais, mas também os sociais, econômicos e tecnológicos que influenciam a maneira com que a ruralidade que cerca os jovens rurais hoje é representada por eles e de que forma a percepção do espaço onde vivem acaba sendo reelaborada. O rural deve ser entendido a partir de um conjunto de representações sociais que podem ir muito além da demarcação de áreas ou de atividades, além da apropriação e práticas (RODRIGUES, 2014), pois o rural não existe apenas como um lugar onde se desenvolvem atividades agrícolas.

Embora não exista acordo em relação ao modo de classificar e definir o conteúdo e a extensão da ruralidade, há consenso de que os processos sociais, as dinâmicas econômicas (produtivas e tecnológicas) e os traços culturais que ocorrem no espaço rural são fluídos, permeáveis, transpassados e de algum modo integrados à sociedade contemporânea (SCHNEIDER, 2009, p. 8).

É preciso considerar, nesse sentido, todo o conjunto de influências que podem representar essa ruralidade, sob o ponto de vista de uma experiência prática material e simbólica (BRANDENBURG, 2010a). Por isso, acredita-se que no momento em que se estudam os grupos de mediadores que influenciam a representação social de ruralidade é possível responder a principal questão do presente estudo.

### **3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E MEDIAÇÕES: A CONSTRUÇÃO DO UNIVERSO SIMBÓLICO DOS SUJEITOS SOCIAIS**

O campo das representações sociais e mediações está intimamente ligado a aspectos culturais e é o responsável pela construção do universo simbólico dos sujeitos. O primeiro, refere-se ao modo de significar o mundo. Trata-se do “conjunto de informações, imagens, símbolos, definições, ideias, crenças, saberes, concepções culturais que surgem das inter-relações coletivas do ser em um dado contexto social” (FROSSARD, 2003, p. 42) e “constituyen el lugar donde el individuo va a hablar y a actuar en la sociedad” (GUTIERREZ VIDRIO, 2005, 29). Sendo a “representação, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2013, p. 62), a partir dela pode-se visualizar a ruralidade como uma construção social, não que ela seja tangível ou estática, mas se trata de algo que se constrói a partir da convivência social e da experiência do indivíduo mediante negociação e interação (GUTIERREZ VIDRIO, 2011). Dessa forma, a partir das representações sociais pode-se entender de que modo os jovens rurais vivenciam as ruralidades, atualmente, e as caracterizam, pois com elas é possível ter “uma forma de saber prático que liga um sujeito a um objeto” (SÁ, 1998, p. 32) e possibilita identificar “categorias de pensamento que expressam a realidade, explicam-na, justificando-a ou questionando-a”. (MINAYO, 2000, p. 89).

Já, as mediações são as influências que vão formando o sujeito social e dependem da trajetória de vida e condicionamentos culturais de cada indivíduo (OROZCO, 1996). Como exemplo, pode-se dizer que a família pode ser uma das mais fortes mediações, pois o sujeito se relaciona com esse grupo durante grande parte de sua vida, absorvendo dele identidades e aprendendo com ele as coordenadas sociais. Consequentemente, o grupo familiar também pode exercer forte influência na formação das práticas culturais de uma pessoa, suas visões de mundo e representações sociais.

Entretanto, o indivíduo não está inserido somente no meio familiar: entram em cena outros grupos sociais, com os quais ele se relaciona ao longo de sua vida, entrando em contato com outras realidades e outros contextos sociais que também poderão influenciar suas práticas, comportamentos e representações. De acordo com Horton (1977), pode-se

denominar “instituição<sup>40</sup>” cada grupo de pessoas organizado para um propósito particular. Orozco (1996, p. 88) contribui para com esse conceito ao dizer:

Las instituciones sociales median la agencia del sujeto de diferentes maneras. Una manera es dando significado a los guiones para la interacción social. Cada institución tiene una esfera de significados, aunque todas las instituciones compartan varios aspectos y tengan elementos básicos en común que precisamente las convierten en instituciones [...]. Desde su particular especificidad histórica cada institución trata de socializar a sus miembros. Las instituciones utilizan varios recursos para llevar a cabo su mediación. El poder y las reglas son algunas estrategias, los procedimientos de negociación son otras, las condiciones materiales y espaciales también sirven a las metas institucionales.

Nesse sentido, as instituições podem influenciar a forma com que os sujeitos interpretam a realidade na qual estão inseridos e podem, por sua vez, influenciar as respostas que dão a esse ambiente. Alguns grupos que podem ser considerados instituições são a família, a igreja, a escola, entre outros. Essas instituições têm origem nos padrões que emergem quando as pessoas vivem juntas e em cada uma delas existe um status e papel específicos. Assim, durante o desenvolvimento como ser social, o ser humano está em constante processo de socialização, aprendendo a agir e a reagir em cada situação à qual é exposto, havendo sempre em cada novo grupo um conjunto de normas, valores, status e papéis a serem representados.

Quando se analisa o comportamento do ser humano é inevitável perceber que ele não se baseia unicamente em fatores individuais, porque o indivíduo está em permanente contato com outras pessoas. Desde o seu nascimento, o ser humano, através de línguas, de equipamentos, de sistemas de representação e de ideias, entra em contato com fatores que irão estruturar e “construir” sua experiência. É nesse ponto que as mediações e as representações se conectam, pois, esta última se relaciona “con la manera cómo nosotros, sujetos sociales, apreendemos los acontecimientos de la vida diaria, las características de nuestro medio ambiente, las informaciones que en él circulan, las personas de nuestro entorno próximo lejano” (GUTIERREZ VIDRIO, 2005, p. 22). A maneira com que os jovens representam em seu universo simbólico a ruralidade está relacionada à vida coletiva. Consequentemente, a teoria das representações sociais se articula não só com a vida coletiva de uma sociedade, mas também a partir dos processos de elaboração simbólica, fazendo com que sujeitos sociais lutem para dar sentido ao mundo, entendê-lo e nele encontrar o seu lugar (JOVCHELOVITCH, 2000b).

---

<sup>40</sup> Cabe ressaltar que há toda uma teoria que estuda as instituições e a forma como os indivíduos apropriam-se delas. Hayek, por exemplo, acredita que as instituições possuem papel central como objeto de estudo do economista e do cientista social, pois elas podem ser entendidas como sistema de regras. No presente estudo, considera-se instituição conforme os apontados no corpo do texto.

Sabe-se que “a cada etapa de nossa trajetória social, a coletividade nos fornece línguas, sistemas de classificação, conceitos, analogias, metáforas, imagens, evitando que tenhamos que inventá-las” (LEVY, 1993, p. 142). Contudo, ainda resta compreender quais seriam as mediações mais significativas desse processo, saber como e com o que contribuem. Nessa perspectiva, pode-se perceber que também a oferta cultural e midiática pode fazer com que o indivíduo adquira novas representações sociais, tão fortes quanto os relacionados a outras instituições. Conforme mencionado no capítulo anterior, o rural, hoje, não pode ser considerado apenas um lugar, “um espaço onde se desenvolvem atividades agrícolas ou aquelas que têm a ver com a gestão da natureza, mas também como um mundo que se reproduz no conjunto da sociedade”. (BRANDENBURG, 2010a, p. 169).

Em função de toda uma nova configuração dos espaços rurais pode-se dizer que não há somente uma ruralidade, mas sim ruralidades.

O meio rural sofreu, especialmente nas últimas três décadas, profundas alterações na sua configuração. Os produtores tiveram de se adaptar a mudanças nas formas de produção, de comercialização e, até mesmo, de relações sociais, que implicaram na necessidade de aderir a inovações tecnológicas, rever a gestão das propriedades e adequar-se a visão empresarial de administração do negócio agrícola (VIERO e SILVEIRA, 2011, p. 258).

É por isso que também se faz importante identificar como, onde e de que forma as pessoas que vivem no meio rural adquirem informação, pois a representação social está relacionada à reprodução social e à circulação de informação (GALINDO CÁCERES, 1987).

[...] la organización social puede ser entendida a partir de las relaciones de información-comunicación, tanto en su composición, como en su devenir. En la medida que los actores sociales en tanto práctica y conciencia se ubican en el mundo a partir de la información que reciben de él, actúan en el mundo a partir de las redes de interacción en las cuales se integran y en las cuales son socializados, aculturados. En esa medida se entiende que la información y las redes de comunicación son elementales para la composición social y por lo tanto se requiere su estudio (GALINDO CÁCERES, 1987, p. 137).

As TIC tornaram-se mediadoras importantes na construção e difusão das representações sociais sobre o mundo desde o final do século XX (MERCHANTE, 2012), momento em que a revolução comunicacional e digital iniciou e sua expansão começou a acontecer. A partir dessa realidade “las fuentes que emiten sus opiniones y argumentos en los medios masivos tienen un papel importante en la formación de las representaciones” (GUTIÉRREZ VIDRIO, 1998, p. 47). As TIC, portanto,

constituem-se em um conjunto de recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de hardware, software e telecomunicações, interações entre processos de negócios, de pesquisa científica, de ensino e aprendizagem. Como exemplo citamos o rádio, o telefone (fixo e móvel) a televisão (analógica e digital) e a internet, considerada a responsável pela revolução das redes em função de sua capacidade de promover interatividade entre os sujeitos, aproximando sentidos através da informação e mecanismos de sociabilidade, como o fazem as redes sociais (REDIN, 2014, p. 229).

No livro, “O Paraíso via Embratel”, Milanesi (1978, p. 15), entre os anos de 1969 e 1975, realizou uma pesquisa na cidade de Ibitinga e mostrou de que forma uma cidade relativamente isolada do interior paulista mudou em decorrência da introdução das tecnologias de informação e comunicação, mais especificamente a partir da expansão e popularização da televisão. Segundo o autor, o jornal, o rádio e a televisão foram os meios de comunicação que possibilitaram a passagem de elementos característicos dos grandes centros urbanos para as pequenas cidades, propiciando, dessa maneira, um confronto de valores, alterações de costumes e aproximação cultural entre esses dois mundos. No caso de Ibitinga, a possibilidade foi a de ampliação do lazer, porque, segundo seus habitantes, assistir a programas de televisão tinha como diferencial uma grande vantagem, pois proporcionava distração barata, informação e cultura.

As alterações observadas situaram-se ao nível de costumes, entendidos aqui como padrões de comportamento que o meio sancionou; ao nível das atitudes, caracterizadas como tendência para determinada postura em relação ao meio. Novas atitudes puderam ser identificados, pois manifestavam-se externamente. Se as pessoas deixavam de fazer visitas ou se o conteúdo das conversas se restringia aos programas televisionados, isso poderia ser notado e era (MILANESI, 1978, p. 13).

Outros estudos sugeriram após o de Milanesi (1978), no que se refere aos estudos de comunicação<sup>41</sup>, com o intuito de perceber as mudanças culturais e sociais que os meios de comunicação propiciaram em pequenas comunidades e em zonas rurais. Entretanto, segundo Jacks (2008), o que predominou entre os objetos de estudos, principalmente na década de 1990, foi o “processo de comunicação de informação proveniente de pesquisas e extensão, ou difusão de inovações para o produtor rural” (2008, p. 203). Milanesi (1978), por exemplo, conseguiu realizar um estudo a partir da própria expansão da televisão e do rádio, conseguindo realizar um apanhado histórico junto à própria população e também verificando a evolução dos aspectos culturais da região.

---

<sup>41</sup> “Na interseção dos estudos de comunicação com o meio rural, a pesquisa vem surgindo gradualmente, mas ainda não há uma produção representativa. Os trabalhos produzidos na década de 1990, por exemplo, somam apenas 20 pesquisas. Entre elas, 15 examinam diferentes elementos da presença da comunicação no contexto rural, enquanto cinco tratam de sua recepção” (JACKS, 2008, p. 203).

Hoje, sabe-se que a realidade é outra, a televisão, o rádio, o telefone celular e antena parabólica são protagonistas entre os meios de comunicação na zona rural do Brasil (CETIC, 2015), sendo que 94%, 68%, 86% e 70% dos domicílios, respectivamente, possuem esses equipamentos.

O uso exclusivo pelo telefone celular ocorre especialmente entre os usuários de classes sociais menos favorecidas e aqueles da área rural. Um exemplo disso é que, entre os indivíduos de classes DE, 28% utilizam Internet, e a maioria deles (65%) usa a rede apenas pelo telefone celular. O mesmo acontece com as áreas rurais: 34% da população dessas áreas é usuária de Internet, e a maioria dessas pessoas (56%) utiliza apenas pelo celular (CETIC, 2016).

O estudo de Milanesi (1978) foi um dos exemplos de como ocorreu a implantação do rádio e da televisão em uma comunidade rural e realizou uma comparação de antes e depois dessa incorporação. Nesse estudo, o autor constatou que, no transcorrer do século passado, “as possibilidades de fazer chegar a informação à cidade aumentaram com a velocidade do trem, do rádio e da TV” (MILANESI, 1978, p. 213), mostrando de que maneira foi sentida essa transformação pelos seus habitantes. Por causa dessas transformações, acontecidas principalmente a partir do século XX, é que os meios de comunicação têm sido objeto de investigação para a teoria das representações sociais. Para se ter uma ideia dessa dimensão, Guareschi e Jovchelovitch (2000, p.20) dizem que “em sociedades cada vez mais complexas, onde a comunicação cotidiana é em grande parte mediada pelos canais de comunicação de massa, representações e símbolos tornam-se a própria substância sobre as quais ações são definidas e o poder é – ou não – exercido”.

En Europa, por ejemplo, Farr (1986), Doise (1991; 1993), Rouquette (1996), Wagner y Elejabarrieta (1994), Wagner y Hayes (2005), entre otros, han insistido en la importancia teórica de estudiar las RS [Representações Sociais] considerando los medios de comunicación y, con esto, alcanzar un nivel de análisis colectivo (...) En la región latinoamericana, también a manera de ejemplos, podemos identificar los trabajos de Gutiérrez (2006), Valencia (2007), García (2004), que promueven la vinculación del estudio de las RS con el análisis del discurso o retoman los postulados de Moscovici sobre los sistemas de comunicación mediática. (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009, p.12)

Anibal Ford (1994) escreveu que quando se refere aos meios, em seus gêneros, em suas formas de construção de sentido, em sua produção e em sua recepção, na segmentação, na demanda e oferta, nos seus usos e efeitos, não se pode isolá-los das transformações socioculturais e econômicas, pois o próprio desenvolvimento dos meios produz complexas transformações na cultura, nas formas de percepção e construção de sentido em uma sociedade.

La comunicación es el elemento fundamental para el mantenimiento, la elaboración y la transformación de la cultura. Es el medio a través del cual se construyen, reconfiguran y debaten los significados y los sentidos sociales. (...) La cultura, por su parte, es una estructura de sentido que se materializa en sistemas de creencias, valores compartidos y en producciones materiales de diversa índole. En términos generales, se puede decir que la comunicación es la cultura puesta en acción, que es la comunicación objetivada. (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009, p.20).

Williams (1990) também já mostrou a estrita relação entre tecnologia e práticas sociais, ao dizer que o próprio desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação influenciaram historicamente as transformações da sociedade moderna. “O poder dos meios de comunicação imbrica-se a processos culturais e políticos específicos, delimitados historicamente por condições técnicas sociais e políticas” (SANTOS e CARNIELLO, 2013, p. 1-2). A televisão, por exemplo, gerou grandes repercussões sociais, entre as quais: alteração dos hábitos, das relações sociais, das instituições, das formas de entretenimento, da percepção básica da realidade, da formação de opiniões, etc (WILLIAMS, 1990).

Segundo Domínguez Gutiérrez (2006), as representações sociais circulam nos discursos, nas palavras, nas mensagens e também nos meios de comunicação, que podem cristalizá-las e materializá-las. Por sua vez, Domínguez-Gutiérrez (2006, p. 9) diz que “a través de las imágenes de la televisión es donde la representación de la modernidade se hace cotidianamente accesible a las mayorías: son ellas las que median el acceso a la cultura moderna en toda la variedad de sus estilos de vida”. Aliás, como será analisado no subcapítulo 3.2, uma das características das representações sociais é o fato dela considerar os fenômenos sociais que surgem a partir do século XX, caracterizados pela intensidade das mudanças sociais influenciadas pela informação através dos meios de comunicação de massa, do mesmo modo que o próprio desenvolvimento da ciência e a mobilidade social (DOMÍNGUEZ-GUTIÉRREZ, 2006). Nesse sentido, para que se possa entender melhor essa ligação, antes de abordar de maneira mais aprofundada a teoria das representações, se torna necessário mostrar as contribuições dos estudos culturais nas pesquisas sobre comunicação, já que a partir deles que se chegou à teoria das mediações.

### **3.1 Estudos Culturais e a teoria das mediações**

Os Estudos no campo da comunicação iniciaram no começo do século XX, juntamente com a emergência dos fenômenos decorrentes da introdução dos meios de comunicação e o desenvolvimento de novas tecnologias, e também do processo de industrialização. A partir das transformações ocorridas, e com o intuito de exemplificar o funcionamento da sociedade de massa, os norte-americanos foram os primeiros a considerar os meios de comunicação



através da denominada “teoria hipodérmica<sup>42</sup>” que mostrava o poder desempenhado pelos meios de comunicação. “O termo hipodérmico, ou seringa, mostra como o público é comparado aos tecidos do corpo humano, que atingido por uma substância (no caso a informação), todo o corpo social é atingido indistintamente” (FERREIRA, 2001, p. 107). Essa visão mostrava uma sociedade passiva e sem reações frente aos meios de comunicação, os quais eram pouco estudados, pois a sua supremacia, segundo os teóricos da época, era certa. Nessa perspectiva, outras correntes se desenvolveram, no entanto, por se tratar de um modelo simplista e por não considerar a sociedade e a cultura, acabou não sendo muito difundido, mas contribuiu para com outras correntes norte-americanas. Do outro lado do mundo, e sob outra realidade, após a Segunda Guerra Mundial, a Escola de Frankfurt desenvolveu a Teoria Crítica a partir de pressupostos das teorias marxistas, investigando a produção da mídia como um produto decorrente da era capitalista. Theodor Adorno e Max Horkheimer, dois dos principais pensadores dessa Escola, desenvolveram o conceito de Indústria Cultural<sup>43</sup>, que se tornou central para os estudos culturais e as análises de mídia (RÜDIGER, 2001).

Os estudos culturais são relativamente jovens nos padrões acadêmicos, e emergiram entre as décadas de 1960 e 1970. Para se ter uma ideia, no século XVIII era comum ouvir que “o povo estava sujeito a pressões para ‘reformular’ sua cultura segundo normas vindas de cima”, fazendo com que houvesse “uma alienação entre a cultura patriciana e a da plebe” (THOMPSON, 2015, p. 13). Entretanto, havia, conforme diz Thomson em seu estudo sobre a cultura popular tradicional, “os mais sensíveis” que começaram a ter interesse em estudar a “pequena tradição plebeia”, o que fez surgir o estudo do folclore que, à época, era relacionado aos costumes do povo como remanescentes do passado. Essa visão começou a mudar com a evolução dos meios de comunicação e as transformações sociais decorrentes da industrialização, que dificultava cada vez mais o seu estudo, uma vez que a antropologia, área que se dedicava ao estudo da cultura, não conseguia mais fazê-lo.

Los Estudios Culturales se fundaron en un cambio del análisis dominante o prácticas culturales de élite hacia el análisis de las prácticas culturales populares. Pretendían dar a la clase trabajadora un sentido del valor de sus propias prácticas y experiencias cotidianas, opiniones y manifestaciones características en contra de la cultura dominante (ROSAS PINEDA, 2012, p. 5)

Segundo Jameson (1998), os estudos culturais também surgiram em função da insatisfação em relação a outras disciplinas, não somente pela maneira com que a cultura era

---

<sup>42</sup> *Bullet theory*

<sup>43</sup> O termo refere-se à conversão da cultura em mercadoria.

tratada, principalmente a popular - ou a não tradicional - e os meios de comunicação, mas porque ela não era considerada para explicar os processos sociais diante da alteração de valores da classe operária da Inglaterra, do pós-guerra. Por isso, trata-se de uma área em que diferentes disciplinas interatuam, com o intuito de estudar os processos culturais e sociais, ocupando, assim,

uma zona de fronteira entre as ciências sociais e as humanidades. Tem-se preocupado, quase que exclusivamente, com produções da cultura popular, em contraste com a tradição literária anterior. Enfatiza o uso dos media como reflexo de um certo contexto sociocultural e como processo de dar sentido a produtos culturais e a experiências do dia a dia. Esta escola de investigação rejeita, em simultâneo, o modelo de “estímulo-resposta” e a noção do texto ou mensagem onipotente. Envolve uma visão de usos dos media como sendo em si próprio um aspecto significante da “vida quotidiana”. (MCQUAIL, 2003, p. 14)

A partir dos anos de 1950, quando têm início as grandes transformações tanto tecnológicas quanto econômicas, políticas e sociais, os estudos culturais surgem como uma forma de explicar essas mudanças, explorando principalmente os modos de produção, de criação de significados e de sua difusão.

Três textos que surgiram nos final dos anos 50 são identificados como as fontes dos Estudos Culturais: Richard Hoggart com *The Uses of Literacy* (1957), Raymond Williams com *Culture and Society* (1958) e E. P. Thompson com *The Making of the English Working-class* (1963). O primeiro é em parte autobiográfico e em parte história cultural do meio do século XX. O segundo constrói um histórico do conceito de cultura, culminando com a ideia de que a "cultura comum ou ordinária" pode ser vista como um modo de vida em condições de igualdade de existência com o mundo das Artes, Literatura e Música. E o terceiro reconstrói uma parte da história da sociedade inglesa de um ponto de vista particular - a história "dos de baixo". (ESCOSTEGUY, 2001b, p. 152).

Richard Hoggart e Raymond Williams conectaram a cultura com a sociedade e realizaram estudos principalmente sobre o efeito dos meios de comunicação em comunidades populares e conseguiram elevar a cultura popular a um objeto de investigação científica. “Aunque los estudios culturales no se dediquen exclusivamente a la cultura popular, las preguntas sobre qué está en juego cuando se estudia cultura popular ha sido central en ellos” (HOLLOWS, 2005, p.17). A ideia de uma cultura ‘legítima’ implica também uma segunda oposição, dessa vez entre as obras consagradas e as do que se passou a denominar ‘cultura de massa’, produzidas pelas “indústrias culturais” (MATTELART & NEVEU, 2004).

Os estudos de Hoggart e Williams começaram, a partir de então, a mostrar que cultura significa construir, compartilhar, transformar significados, estando nela inserida a comunicação.

Os estudos culturais entendem os meios de comunicação como uma produção cultural inserida em um contexto histórico e social particular. Sua ideia de “cultura” não está vinculada apenas às “produções do espírito”, mas a qualquer produção simbólica a partir da qual o ser humano entende seu mundo [...]. A concepção de cultura é modificada em prol de uma definição mais elástica, pronta para conceituar e interpretar as práticas simbólicas do cotidiano moderno (MARTINO, 2009, p. 243-44).

Richard Hoggart, utilizando principalmente metodologias qualitativas, começou a pesquisar não somente a produção, mas considerou também a recepção das mensagens. A partir dessa mudança de pensamento, constatou que, do mesmo modo que a teoria crítica afirmava, existiria, de fato, uma manipulação das massas. Para tanto, o pesquisador investigou a cultura popular e os meios de comunicação que, à época, não eram considerados, mostrando que, em relação à audiência, há tanto submissão quanto resistência. Ao analisar publicações destinadas à classe operária, o pesquisador mostra que se subestimava a influência dos produtos da indústria cultural sobre as classes populares. O livro de Hoggart foi considerado o primeiro de seu campo de estudo por pesquisadores dos estudos culturais (MATTELART e NEVEU, 2004).

Williams (1969, p. 332), um ano mais tarde, na sua obra *Cultura e Sociedade*, escreveu que “uma cultura viva não pode, em momento algum, reduzir-se aos seus artefatos”, e completa o pensamento de Hoggart, ao mostrar, por exemplo, a procedência do conceito de cultura na sociedade industrial, alertando para a necessidade de mudar o conceito que se tinha de cultura e realizar uma mudança nos questionamentos que diziam respeito aos meios de comunicação, pois, para ele, “os novos meios de comunicação representam um dos maiores avanços técnicos do nosso tempo” (WILLIAMS, 1969, p. 310). O que era necessário entender era o que as pessoas faziam com os meios de comunicação e não o contrário.

As novas técnicas, em si, no meu modo de ver, são na pior das hipóteses, inteiramente neutras [...]. Não há, segundo penso, nenhuma forma de atividade social que tenha sido substituída pelo uso de técnicas modernas. Na pior das hipóteses, houve alteração do tempo gasto com tais atividades, já que as técnicas nos colocaram diante de alternativas novas. Mas a alteração é obviamente condicionada não apenas pela técnica, mas, principalmente, pelo conjunto de circunstâncias da vida comum (WILLIAMS, 1969, p. 311).

Através de pesquisas realizadas, desde os finais dos anos de 1950, por Richard Hoggart, Raymond Williams, e mais tarde com E. P. Thompson, os estudos culturais se estabelecem como área, em 1964, através do *Centre for Contemporary Cultural Studies* (CCCS), ligado ao *English Department* da Universidade de Birmingham. Hoggart foi o primeiro diretor, ficando no cargo até 1968, quando foi substituído por Stuart Hall, que desempenhou um importante papel de empreendedor científico e intelectual em Birmingham (MATTELART e NEVEU, 2004). Thompson e Williams consideravam a cultura como uma

rede de práticas e de relações cotidianas, sendo o indivíduo o protagonista desse processo (ESCOSTEGUY, 2001b).

As questões ora implicadas nos significados da palavra cultura são questões diretamente surgidas das grandes transformações históricas que, à sua maneira, se traduzem nas alterações sofridas pelas palavras indústria, democracia e classe e são de perto acompanhadas pelas modificações experimentadas pela palavra arte. A evolução da palavra cultura dá testemunho de numerosas reações, importantes e continuadas, a essas alterações de vida social, econômica e política e pode ser encarada, em si mesma, como um especial tipo de roteiro, que permite explorar a natureza dessas mesmas alterações (WILLIAMS, 1969, p. 18).

Outra característica dos estudos culturais está na sua transdisciplinaridade, permitindo

a

combinação de pesquisa textual com a social, na medida que recuperam a acepção estruturalista sobre a relativa autonomia das formas culturais, situando-as num contexto de forças diversas, bem como do culturalismo, o valor da experiência dos sujeitos para a mudança social (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005, p. 38).

Escosteguy (2001, p. 151) diz que não se pode “reduzir os Estudos Culturais a um modelo de comunicação, pois os questionamentos propostos por essa tradição extrapolam o campo da comunicação”, e “todas as expressões culturais devem ser vistas em relação ao contexto social das instituições, das relações de poder e da história”. (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 26). Dessa forma, os estudos culturais abriram espaço para uma multiplicidade de objetos de investigação, abordando todas as diferentes vertentes do feminismo, marxismo, de diferentes tipos de trabalho psicanalítico, de estudos étnicos, de gênero, tornando-se, por exemplo, um refúgio para as disciplinas marginalizadas que deram fortes contribuições para a compreensão da sociedade contemporânea (JACKS e THUFTE, 1998).

Pensar os conteúdos ideológicos de uma cultura nada mais é que perceber, em um contexto dado, em que os sistemas de valores, as representações que eles encerram levam a estimular processos de resistência ou de aceitação do status quo, em que discursos e símbolos dão aos grupos populares uma consciência de sua identidade e de sua força, ou participam do registro “alienante” da aquiescência das ideias dominantes. (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 73).

Os anos de 1970 podem ser considerados o período em que ocorreu o maior desenvolvimento científico do CCCS (MATTELART e NEVEU, 2004) e essa perspectiva teórica começou a ser difundida pelo mundo, tendo ramificações mundiais, incluindo a América Latina (JACKS e ESCOSTEGUY, 2005).

A experiência do popular vinculada ao espaço da comunicação foi protagonista da emergência dos estudos culturais no contexto latino-americano. [...] o objeto preferencial de estudo dessa perspectiva se concentra no espaço do popular, das práticas da vida cotidiana, fortemente relacionado com as relações de poder e conotação política (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 49).

A partir de um cenário complexo, os estudos latino-americanos não puderam simplesmente absorver as teorias lançadas do outro lado do oceano, mas tiveram que criar novas teorias, analisar e categorizar um mundo em transformação com a incidência das novas TIC na vida das pessoas, com o mapa cultural latino-americano (ULLOA TAPIA, 2008). Nesse território, os estudos culturais se manifestaram de maneira bem pontual, principalmente em função da realidade política e social que os países latino-americanos viviam à época. Em decorrência da ditadura havia uma ação muito forte dos movimentos sociais, pois se “tratavam, na verdade, de verdadeiras lutas simbólicas pela representação do mundo trazida pelas novas práticas sociais” (GIRARDI JÚNIOR, 2009, p.117).

Podemos qualificar, portanto, a emergência dos Cultural Studies como a de um paradigma, de um questionamento teórico coerente. Trata-se de considerar a cultura em sentido amplo, antropológico, de passar de uma reflexão centrada sobre o vínculo cultura-nação para uma abordagem da cultura dos grupos sociais. (MATTELART & NEVEU, 2004, p. 13)

Com os grandes movimentos sociais e a flexibilização econômica e política que ocorreu a partir dos anos 1970, mais mudanças começaram a ocorrer. “A comunicação estava a entrar numa fase de intensificação sem precedentes; a cultura florescia; a informação era valiosa. Os media [meios de comunicação] e a cultura começaram a concentrar sobre si todas as atenções” (HARTLEY, 2004, p. 09). Nesse sentido, iniciaram os estudos de recepção dos meios massivos, especialmente literatura popular, séries televisivas e filmes com grande bilheteria.

A crise e a desindustrialização massiva dos anos de 1980 também se constituiriam em outro traumatismo social e identitário, sendo as subculturas jovens um dos terrenos, no qual os pesquisadores do CCCS centram sua atenção, tornando-se, “ao mesmo tempo, os mais produtivos, os mais inventivos, os que mais imediatamente percebiam as dinâmicas sociais” (MATTELART e NEVEU, 2004, p. 62). Outra área de atuação ocorreu em relação aos gêneros e questões étnicas, na qual se percebe cada vez mais que questões culturais não estão relacionadas à sabedoria recebida ou experiência passiva, e que podem ser expressas a partir do discurso e representação (ESCOSTEGUY, 2001b). Dessa forma, “os estudos culturais abriram espaço à inclusão para grupos marginalizados ganharem legitimidade acadêmica suficiente para se firmar como pontos importantes da sociedade” (MARTINO, 2009, p. 246). Nesse sentido, nesse grupo pode ser incluída a comunidade rural que, em função também das grandes transformações com início na metade do século XIX, começou a ser considerada também a partir do âmbito cultural.

Mesmo com a efervescência de produção e de pesquisa do CCCS até os anos de 1980 e 1990, os Estudos Culturais britânicos desempenharam um importante papel na análise da recepção dos meios de comunicação, e a influência dessa corrente de pesquisa se estendeu por diversos polos, sendo os Estados Unidos um dos principais países onde havia vários departamentos dedicados aos Estudos Culturais.

Apesar de o CCCS ter fechado as suas portas em 2002, a sua herança desenvolveu-se mundialmente, sendo, hoje, uma importante tendência da crítica cultural que questiona a hierarquia estabelecida das formas e das práticas culturais, reconhecendo o papel constitutivo da cultura e das representações nas relações sociais (ESCOSTEGUY, 2001b).

### **3.1.1 Estudos Culturais latino-americanos e a teoria das mediações**

A corrente britânica incorpora outras influências diante do desafio de compreender os processos culturais latino-americanos, resultante de uma série de fatores, entre os quais os históricos, econômicos, políticos, tecnológicos, “decorrentes, principalmente, de uma observação sobre a desestabilização das identidades sociais, ocasionadas, sobretudo, pela aceleração do processo de globalização” (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 35). Os estudos culturais britânicos foram os que auxiliaram o entendimento desses processos, pois o que a Inglaterra tinha vivenciado, a partir dos anos de 1950, a América Latina começou a viver a partir dos anos de 1970.

O que se observa, então, é que não há coincidência entre o surgimento da comunicação popular e o interesse acadêmico despertado por ela. Formas populares de expressão, de resistência e de contestação existiram desde sempre, assim como alternativa à cultura dominante. Mas é ao final dos anos 70, início dos 80, que estas formas são transformadas em objeto de estudo. Todavia, isso não aconteceu gratuitamente nem como fenômeno de moda, mas como resultado do contexto social (BERGER, 2001, p. 264).

Os primeiros estudos a considerar a linha dos Estudos Culturais Latino-americanos desenvolveram-se a partir da década de 1980, através de uma perspectiva hoje conhecida como Teorias Latino-americanas, tendo como principais autores Jesús Martín-Barbero e Nestor Garcia Canclini.

Os Cultural Studies ingressaram na América Latina, onde já se desenvolvia uma pesquisa de resgate da cultura popular e uma crítica divisória elitista entre alta e baixa cultura. Martín-Barbero e Canclini incorporam aportes evidentes de Williams e Hall, para traçar um panorama das Culturas Híbridas (BERGER, 2001, p. 268).

O termo cultura, de acordo com Garcia Canclini (1983, p. 17), possuía um “bosque de definições (antropológicas, sociológicas, semióticas e de outras ciências), que, em 1952, já chegava ao número de trezentas, de acordo com a compilação de Kroeber e Kluckhohn”. Essa

condição, de certa forma, mostrava uma realidade que possivelmente incentivou Hoggart e Williams quando iniciaram uma nova discussão sobre o termo cultura e fundaram os Estudos Culturais.

Para Garcia Canclini (1983, p. 12), o enfoque mais adequado de cultura é aquele que a entende “como um instrumento voltado para a compreensão, reprodução e transformação do sistema social, através do qual é elaborada e construída a hegemonia de cada classe”. Nesse sentido, no momento em que se direciona a discussão para culturas populares, que também são um dos focos dos estudos culturais, esse autor acredita que é preciso “ver as culturas das classes populares como resultado de uma apropriação desigual do capital cultural, a elaboração específica das suas condições de vida e a interação conflituosa com os setores hegemônicos”. (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 12).

Entretanto, mesmo com todo o enfoque voltado para “a cultura das classes trabalhadoras” pelos dois fundadores dos estudos culturais a fim de indicar uma cultura relativamente autônoma da classe trabalhadora — ‘do povo’ (KELLNER, 2001), a valorização do popular ocorreu a partir de Antonio Gramsci, conquistando, a partir desse autor, “um novo lugar científico e político” (GARCIA CANCLINI, 1983, p. 47) e que gerou grandes contribuições para o debate sobre esse conceito na década de 1970 (HALL, 2003). “O popular como campo de abordagem é uma ideia que se encontra tanto nas reflexões de Martín-Barbero e Garcia Canclini quanto nas de Stuart Hall, assim como o espectro mais geral de estudos culturais”. (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 112). Hall (2003, p. 57) escreve que para que se possa definir a cultura popular é preciso partir das relações que “colocam a cultura popular em uma tensão contínua (de relacionamento, influência e antagonismo) com a cultura dominante. Trata-se de uma concepção de cultura que se polariza em torno dessa dialética cultural”.

No entendimento de Hall (2003), Gramsci, mesmo trabalhando dentro do paradigma marxista, “revisou, renovou e sofisticou amplamente muitos dos aspectos dessa estrutura teórica para torná-la mais pertinente as relações sociais contemporâneas no século vinte” (p. 294). As ideias do teórico italiano, conforme as palavras de Escosteguy, permitiram “o entendimento de contextos históricos e específicos e formações sociais em que a história é ativamente produzida pelos indivíduos e grupos sociais, mantendo-se, ainda que de forma não acentuada, uma tensão entre as estruturas e sujeitos” (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 105).

Para Stuart Hall (2003), que dirigiu o CCCS de 1968 a 1978, definir cultura popular é algo muito complexo, porque tanto “cultura” quanto “popular” são dois conceitos muito difíceis de definir. Porém, o autor acredita que

no decorrer da longa transição para o capitalismo agrário e, mais tarde, na formação e no desenvolvimento do capitalismo industrial, houve uma luta mais ou menos contínua em torno da cultura dos trabalhadores, das classes trabalhadoras e dos pobres. Este fato deve constituir o ponto de partida para qualquer estudo, tanto da base da cultura popular quanto de suas transformações (HALL, 2003, p. 247).

De acordo com Escosteguy (2001, p. 107), “durante um longo período a cultura popular foi desprezada e relegada como objeto de estudo”. Porém, a partir da nova configuração social e das disputas simbólicas, ela se tornou uma das áreas mais férteis dos estudos culturais. Martín-Barbero, que também se apropriou das ideias de Gramsci e utilizou o popular como campo de abordagem, explica em seu livro — que se tornou referência para os estudos culturais latino-americanos — o modo com que o romantismo viu a cultura popular e a ruptura que ela introduziu no espaço político e da cultura. A inovação do povo legitima o poder da burguesia na medida exata em que essa inovação articula sua exclusão da cultura. E é nesse movimento que se geraram as categorias “do culto” e “do popular”, designadas a partir não de como os indivíduos eram, mas pelo que lhes faltava. Através da coletividade, surgimento e reação contra o iluminismo, o romantismo construiu um novo imaginário, fazendo com que, pela primeira vez, se nomeasse cultura aquilo que vinha do povo. Claro que essa apropriação só foi possível no momento em que a noção de cultura mudou de sentido, decorrente do contato com sociedades primitivas não europeias (MARTÍN-BARBERO, 1993).

Com a industrialização, a massa popular começou a ser afetada, causando transformações que não eram esperadas pela burguesia, pois, em certo sentido, colocavam em perigo os pilares da civilização. Ou melhor, “a ordem”. Entretanto, foi necessária toda a força econômica desse novo império (o americano) e todo o otimismo do país que havia derrotado o fascismo para que fosse possível o investimento - capital e de sentido - que permitia aos teóricos norte-americanos assumirem a cultura produzida pelos meios massivos como cultura desse povo. Contudo, não pode ser esquecido que a sociedade de massa, que inicialmente acreditava-se que tivesse sido utilizada pela primeira vez nos anos de 1930/40, já tinha, em 1930, quase um século de história. A partir de 1835 gerou-se uma concepção nova do papel e do lugar das multidões na sociedade. Concepção que guardava em suas dobras o medo desta e o desprezo que a aristocracia sentia em relação ao povo (MARTÍN-BARBERO, 1993). E Hall (2003, p. 250) completa: “um dos principais obstáculos que se interpõem a periodização da cultura popular é a profunda transformação na cultura das classes populares que ocorre entre os anos de 1880 e 1920”.

No entanto, a partir dos estudos culturais a cultura popular passou a “descrever a arte produzida pelo povo e para o povo, como esfera oposta à cultura dominante ou hegemônica,



que é, muitas vezes, uma cultura colonialista, imposta de cima para baixo” (KELLNER, 2001, p. 51). Na concepção de Hall (2003, p. 349), a cultura popular

é constituída por tradições e práticas culturais populares e pela forma como estas se processam em tensão permanente com a cultura hegemônica. Nesse sentido, ela não se resume a tradição e ao folclore, nem ao que mais se consome ou vende; não se define por seu conteúdo, nem por qualquer espécie de ‘programa político popular’ preexistente. Sua importância reside em ser um terreno de luta pelo poder, de consentimento e resistência populares, abarcando, assim, elementos da cultura de massa, da cultura tradicional e das práticas contemporâneas de produção e consumo culturais.

Segundo Lull (1998), a corrente latino-americana é mais inclusiva do que os estudos ingleses e americanos. No que se refere aos estudos de comunicação, até o final dos anos de 1970, “estavam ligados a uma perspectiva norte-americana, francesa ou alemã, com alguns poucos autores fora desse circuito” (MARTINO, 2009, p. 179). Para Lull, o grande mérito dos estudos, tanto em relação à comunicação quanto à cultura, realizados em solo latino-americano, se aproximavam muito dos problemas reais das sociedades de seus países.

Quando vemos os estudos culturais dos EUA, quase todo mundo está mais confortável, especialmente os estudantes - eles são classe média. 80% do país é classe média, comparado com cerca de 20% no Brasil. Quando você tem uma enorme classe média e você tenta falar sobre lutas culturais e assim por diante, para eles a luta cultural é “que filme eu vou assistir hoje à noite”, isso é uma luta cultural! (LULL, 1998).

O livro lançado por Martín-Barbero, “Dos meios às mediações”, publicado pela primeira vez em 1987, se tornou um dos principais estudos que permitiu perceber as mudanças ocorridas na América Latina com o desenvolvimento da Indústria Cultural. Isto porque não se sabia, à época, se as ideias criadas para explicar o que acontecia na Europa ou Estados Unidos poderiam ser úteis nessa região. O intuito do autor ao escrever o livro era tratar “de entender as relações da cultura de massa, criada nos Estados Unidos ou a partir de modelos norte-americanos com culturas locais e tradicionais da América Latina” (MARTINO, 2009, p. 179). No entendimento de Lull (1997), é possível perceber no estudo de Martín-Barbero uma grande sensibilidade para explicar a crise corrente, crise social, crise econômica, crise cultural e política que percorre todo o panorama dos países latino-americanos, o que dá força e originalidade aos estudos culturais com uma forte tendência social.

A experiência popular vinculada ao espaço da comunicação foi a protagonista da emergência dos estudos culturais no contexto latino-americano (...) o objeto preferencial de estudo desta perspectiva se concentra no espaço do popular, das práticas da vida cotidiana, fortemente relacionadas com as relações de poder e conotação política (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 49).

O livro de Martín-Barbero inicia com a frase: “fazer história dos processos implica fazer história das categorias com que os analisamos e das palavras com que os nomeamos”

(1993, p. 31). A frase do autor sintetiza o que ele irá desenvolver na primeira e segunda parte da obra: a historialização dos conceitos “povo”, “cultura de massa”, “cultura popular”, “indústria cultural”, “sociedade de massa”.

Na percepção de Martín-Barbero, o campo da comunicação acabou se transformando em um espaço estratégico, a partir do qual se pode pensar sobre os bloqueios e as contradições que dinamizam os latino-americanos, a meio caminho de um desenvolvimento acelerado e uma modernização compulsiva. Para esse autor, o debate sobre a identidade continua em aberto na América Latina, pois, de um lado, é possível encontrar um nacionalismo populista obcecado pelo resgate das raízes e com a perda da identidade; e, de outro, um progressismo iluminista que continua vendo o povo como se este fosse um obstáculo para o desenvolvimento. Além disso, esse autor foi um dos responsáveis por colocar em pauta o processo de modernização nessa região, mostrando os processos nos quais alguns países latino-americanos passaram para se constituir Estados-Nações.

Martín-Barbero também escreve sobre a importância que os meios de comunicação, principalmente o rádio e o cinema, tiveram para a constituição de uma cultura nacional. A partir dessa perspectiva, o autor analisa os meios de comunicação na América Latina, as mediações e os movimentos sociais, mostrando a necessidade de distinguir duas etapas bem diferentes no processo de implantação dos meios e constituição do massivo na América Latina: a que foi de 1930 até 1950, na qual os meios eram os porta-vozes da interpelação que vinha do Estado; e a que iniciou a partir dos anos de 1960, quando os meios foram desviados de sua função política e o dispositivo econômico se apoderou deles - cedendo aos interesses privados a tarefa de dirigir a educação e a cultura.

A implicação do pensamento barberiano de analisar a comunicação a partir da cultura pressupõe não centralizar a observação unicamente nos meios, mas ampliar a análise para as mediações. É através das observações conceituais que se pode conceber a mediação como conexões com elementos diversos que formam um todo novo, espécie de ponte que permite alcançar um novo panorama sem sair totalmente do primeiro (DANTAS, 2008, p. 04).

Então, fixando-se nas mediações, Martín-Barbero explora as questões culturais, políticas, econômicas e sociais dos meios de comunicação. O autor, nesse sentido, propõe um mapa “noturno” para explorar o novo campo, ou melhor, um esquema que sirva para reconhecer situações a partir das mediações e dos sujeitos e na qual ele irá aproximar radicalmente comunicação e cultura.

Essa nova perspectiva significa recolocar os problemas de comunicação em outro campo, o dos processos sócio-culturais; por isso propõe o estudo dos fenômenos de comunicação através das mediações, ou seja, indica a entrada ao campo do estudo das instituições, organizações e sujeitos, pelas diversas temporalidades sociais e multiplicidade de matrizes culturais (JACKS, 1995, p. 38)

Para explicar melhor as mediações, de maneira ampla, o conceito poderia ser definido como as “articulaciones entre prácticas de comunicación y movimientos sociales, las diferentes temporalidades y la pluralidad de matrices culturales” (MARTÍN-BARBERO, 1993, p. 224). O que se pode considerar por mediações são todos aqueles fatores e dispositivos que permeiam um processo, sejam eles políticos, sociais ou culturais, e que foram sendo construídos com a própria evolução desses mesmos processos. São elementos e fatos que ficam “entre acontecimentos” e que, muitas vezes, se juntam a estes, modificando a configuração dos significados.

As mediações são os conhecimentos e as práticas sociais das pessoas. São estruturas simbólicas dinâmicas a partir das quais é atribuído o sentido de uma mensagem em um determinado momento no espaço e no tempo (...). Pode-se entender por mediações as estruturas de construção de sentido às quais o receptor está vinculado. A história pessoal, a cultura de seu grupo, suas relações sociais imediatas, sua capacidade cognitiva são mediações, mas também interferem no processo sua maneira de assistir televisão, sua relação com os meios e com as mensagens veiculadas. A própria ideia de mediação presume a existência de dois termos – a mensagem e o receptor – intermediados por uma série de código, signos e práticas responsáveis por estabelecer pontos de flutuação de sentido entre efeito planejado pelo produtor da mensagem e a reconstrução feita pelo sujeito (MARTINO, 2009, p. 179-180).

Mesmo que o primeiro a se referir ao termo mediações tenha sido Manuel Martín Serrano, Martín-Barbero (1993) estava convencido de que se os meios de comunicação tinham uma dinâmica social e cultural diferente na América Latina, as mediações, inicialmente propostas pelo espanhol Serrano, não seriam as mais apropriadas no contexto latino-americano.

Para Martín Serrano (2011, p. 24),

los individuos y la misma sociedad desarrollan y utilizan sistemas de regulación institucionalizados para reducir la disonancia. Cuando estos sistemas operan a nivel cognitivo, los denominamos modelos de orden, o modelos mediadores. Desde el punto de vista formal, la mediación equivale al sistema de reglas y de operaciones aplicadas a cualquier conjunto de hechos, o de cosas pertenecientes a planos heterogéneos de la realidad, para introducir un orden.

Martín Serrano, na década de 1970, ao escrever o livro intitulado “La mediacion Social”, baseado na sua tese de doutorado realizada na França<sup>44</sup>, teve o intuito de “explicar as alterações provocadas pela televisão na visão de mundo dos franceses” (BERGER, 2008, p. 06) e oferecer um novo objeto de estudo para as ciências sociais: estudar a produção, transmissão e utilização da cultura a partir de modelos culturais e suas funções. Tratava-se de uma nova maneira de estudar os fenômenos que estavam sendo percebidos com a evolução

---

<sup>44</sup> “L’Ordre du Monde a travers la T.V. Structure du discours électronique”, leída en l’ Université Louis Pasteur de Strasbourg, en 1974.

dos meios de comunicação de massa e seu papel nas sociedades capitalistas avançadas (FRANCO ROMO, 2011). Martín Serrano

partia da hipótese de que os meios de comunicação de massa [MCM] afetam os processos cognitivos das audiências porque oferecem junto com os relatos dos acontecimentos, modelos de representação do que acontece e como estes devem ser lidos. Estas tarefas comunicativas dos MCM, para Serrano, são operações de mediação, separadas para fins de análise em mediação cognitiva e mediação estrutural. A mediação cognitiva operando sobre os relatos, oferece às audiências modelos de representação do mundo e a mediação estrutural oferece modelos de produção de comunicação (BERGER, 2008, p. 06-07).

O fato de, no presente estudo, não se considerar as mediações de Martín Serrano ocorre porque a intenção na presente pesquisa não é o de realizar um estudo de comunicação tampouco saber qual a representação que os meios de comunicação atualmente estão realizando frente ao mundo rural. Além disso, parte-se do princípio de que não somente os meios de comunicação são os mediadores das representações, mas, sim, participam outros grupos de mediações.

Conforme escreve Gutiérrez Vidrio (2003), os meios de comunicação participam do processo de mediações, mas nessa relação de produção de sentido também existem outras instâncias mediadoras: a família, a escola ou outros grupos com os quais o sujeito interage. “Las innovaciones tecnológicas, la movilidad social y la globalización han sido incorporadas al discurso y a la teoría comunicativa de Jesús Martín-Barbero, para quién existen nuevas formas de mediaciones” (TORRICO VILLANUEVA, 2008, p. 15).

Nesse sentido, pretende-se, nesta pesquisa, saber de que maneira as representações sociais dos sujeitos são realizadas, partindo-se das mediações propostas por Martín-Barbero, o qual propõe um grupo de três mediações consideradas as principais para captar as referências culturais e suas concretizações, isto é, a partir “de los lugares de los que provienen las constricciones que delimitan y configuran la materialidad social y la expresividad cultural” (1993, p. 233): a “cotidianidade familiar”, a “temporalidade social” e a “competência cultural”<sup>45</sup>. Esse grupo é o que ele denominou Mapa Noturno, que se tornaria uma das

---

<sup>45</sup>O autor, após a obra de 1987, realizou uma ampliação de seu trabalho e transformou as mediações inicialmente propostas (cotidianidade familiar, competência cultural e temporalidade social) em outras dimensões (institucionalidade, sociabilidade, ritualidade, tecnicidade), invertendo seu olhar que antes estava direcionado às mediações sociais e culturais dos meios de comunicação para posteriormente olhar a cultura e as mediações a partir da comunicação, chamado de Mapa das Mediações Comunicativas da Cultura. Além disso, o autor, a partir da sua revisão, considera que se deve analisar tanto a recepção quanto à produção e de que a comunicação é mediadora de todas as formas da vida cultural e social dos sujeitos. O presente trabalho utiliza a primeira proposta do autor por acreditar que nessa primeira proposta o seu olhar volta-se essencialmente para questões culturais e sociais do sujeito, alheios a produção, porque a proposta não é analisar a recepção, mas sim as mediações que participam do processo de construção das representações sociais. Como o intuito da presente tese não é estudar a recepção e nem os meios (produção), a primeira proposta é a que mais se adequa.

principais referências para explorar o novo campo da cultura e comunicação que se configurou nesta parte do hemisfério.

As mediações são concebidas como conexões, amálgamas que misturam elementos, formando um todo novo. São pontes que permitem alcançar um segundo estágio, sem sair totalmente do primeiro. Dessa forma, as mediações constituem-se entre articulações entre matrizes culturais distintas, por exemplo, entre tradições e modernidade, entre rural e urbano, entre popular e massivo, também, em articulações entre temporalidades sociais diversas, isto é, entre o tempo do cotidiano e o tempo do capital, entre o tempo da vida e o tempo do relato (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 101).

A primeira mediação, como o próprio nome sugere, dá ênfase à família, porque ela representa para a maioria das pessoas a “situação primordial de reconhecimento”, e a partir da reconstrução da cotidianidade familiar poder-se-ia identificar os principais mediadores para entender as representações sociais dos jovens sobre a ruralidade e de que maneira ela pôde ter sido construída. Martín-Barbero afirma que o âmbito familiar é um dos poucos espaços onde os indivíduos se confrontam como pessoas e onde irão encontrar possibilidades de manifestar suas ansiedades e frustrações.

No âmbito da temporalidade social, Martín-Barbero inicia a construção desse conceito valendo-se do exemplo do folhetim. Escreve que, ao se realizar a análise do meio, é necessário considerar a mediação constituidora da leitura, ou seja, de uma leitura que as pessoas irão realizar a partir de suas vidas e dos movimentos sociais em que elas estão enredadas. Nesse sentido, a temporalidade social também remeteria a uma “reprodutibilidade técnica”, sobre a qual se refere Walter Benjamin (1969), pois, a partir da dinâmica de tempo vivida pelos jovens e a maneira que este utiliza as mais diferentes tecnologias de informação, outras linguagens e outros lugares são acessados por eles, é a partir dessa dinâmica que os sujeitos podem adquirir as mais diversas experiências culturais. Para completar essa ideia, as mudanças ocorridas nas condições de produção possibilitam e remetem a uma transformação dos modos de percepção e experiências sociais. Melhor dizendo, não apenas se conheceriam outros lugares e linguagens, mas essa experiência faz com que o público modifique a percepção da realidade na qual está inserido.

O último aspecto para os estudos das mediações seria a competência cultural, relacionada, principalmente, à educação formal, às etnias, à classe social, às culturas regionais, aos dialetos locais, aos lugares onde as pessoas vivem e configuram as modalidades de competências. Essas competências vivem da memória – narrativa, gestual, auditiva – e também dos imaginários que “atuam” e “alimentam” o sujeito social. O acesso a esses modos passa por uma aprendizagem da percepção, a qual permite explicitar e confrontar as diversas modalidades e competências por ela ativadas, e pelos relatos das experiências dessas

aprendizagens. Possivelmente, essa mediação pode ser a mais significativa para explicar as representações que os jovens fazem da ruralidade, porque se trata de todo um grupo de influências que eles recebem durante toda sua vida, sejam elas de origem coletiva ou de ordem individual. Nesse sentido, o relato sobre a trajetória dos jovens poderia ser uma maneira capaz de captar essas aprendizagens e, conseqüentemente, as mais diversas competências culturais envolvidas no processo de representação sobre a ruralidade.

A partir de vários exemplos em seus estudos, Martín-Barbero evidencia a importância da cultura de bairro popular para a construção de identidades, dizendo que o acesso à cotidianidade desse local passará pelo reconhecimento do protagonismo das mulheres, as quais fazem o bairro a partir da percepção do cotidiano, configurada basicamente na maternidade social, tornando o bairro um prolongamento de suas casas. O bairro surge, então, como o grande mediador entre o universo privado da casa e o mundo público da cidade. É nele que as classes populares podem estabelecer uma solidariedade duradoura e personalizada; pertencer ao bairro para as classes populares significa ser reconhecido em qualquer circunstância.

Nessa perspectiva, pode-se incluir o meio rural, local permeado de contradições. Nele, as identidades se hibridizam (GARCIA CANCLINI, 1983) e as representações proliferam, considerando-se que a ruralidade contemporânea não pode ser entendida como se fosse somente característica relacionada ao espaço, mas, sim, de toda a dinâmica de relações interpessoais, valores e representações que se estabelecem em uma relação intersubjetiva entre os indivíduos e a sociedade, independente da sua localização (MOREIRA e HESPANHOL, 2013). É a partir dessas relações que se pode encontrar as mediações. Todas as mediações terão maior ou menor intensidade dependendo da situação em que o sujeito se encontra. Assim, a produção de sentido irá depender da combinação das diferentes mediações que entram em jogo no seu processo de elaboração das representações sociais.

Também podem ser incluídas, na discussão sobre mediações, as ideias de Guillermo Orozco (1991), que utiliza concepções semelhantes às de Martín-Barbero, reconhecendo que o sujeito não nasce, mas se faz, porque “mediaciones provienen de sus propias capacidades, historia y condicionamientos genéticos y culturales específicos” (OROZCO, 1996, p. 37) do sujeito. Já, Hall (1997) escreve que o sujeito sociológico – denominação que dá ao indivíduo moderno – reflete a crescente complexidade do mundo e a consciência de que esse núcleo inferior do sujeito não é autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas importantes para ele, que mediavam os valores, os sentidos e os símbolos.

Orozco, por sua vez, procura não apenas definir o conceito de mediação, mas também uma forma de como avaliar suas possibilidades descritivas a fim de categorizá-las em seus múltiplos aspectos (SIGNATES, 1998). Nesse sentido, Orozco (1991) propõe um modelo, apontando a existência de vários conjuntos de influências que estruturam o processo de recepção da informação e seus resultados, denominadas por ele de “fontes de mediações”.

A recepção é um “processo mediado”, diz Orozco (1991), que antecede o momento em que se está consumindo um meio de comunicação. No momento em que se refere à recepção de informação, não pode ser esquecido que a elaboração das representações sociais considera os meios de comunicação e, nesse sentido, é possível afirmar que o processo de recepção e o processo de elaboração de representações sociais estão conectados, pois um acaba dependendo do outro. Representações, do mesmo modo que as mediações, não são criadas por um indivíduo isoladamente. “Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações, enquanto velhas representações morrem” (MOSCOVICI, 2013, p. 41).

Orozco (1991) reflete sobre as mediações que entram no jogo da recepção da informação e mostra o processo complexo que se desenvolve a partir da relação emissor-receptor. Nesse jogo, o processo de recepção não se restringe ao instante, mas a diferentes momentos e cenários que irão mostrar a relevância das mediações no processo de recepção, pois esse é o momento de interação que joga com as cartas marcadas. Por isso o autor reconhece a existência de vários conjuntos de influências que estruturam o processo de recepção e seus resultados: o saber, a cultura, a política, a economia, a classe social, o gênero, a idade, a etnia, os meios, as condições situacionais e os movimentos sociais, entre outros, podendo, cada um deles, se constituir em fonte de mediação para outras mediações. O autor assinala alguns elementos e relações fundamentais que permitem descrever o terreno de múltiplas mediações. Essas mediações estariam divididas, inicialmente, quando se considera, por exemplo, a audiência em frente à televisão — onde se enquadrariam as mediações videotecnológicas —, quando a audiência se encontra em frente à programação —, onde entrariam as mediações cognitivas e situacionais —, e quando a audiência está mais além da tela — onde se incluiriam as mediações institucionais e de referência. A partir dessas condições o autor explica como atua cada uma das mediações.

Entre as mediações *videotecnológicas* inclui-se qualquer tipo de meio de comunicação, pois, além de serem uma “instituição social”, os meios também dispõem de recursos técnicos que farão com que exista a naturalização da significação da realidade. Assim, essa mediação poderá influir, conseqüentemente, em outra mediação. Os meios provocam uma série de

reações racionais e emotivas nos sujeitos e ajudam a configurar ou reelaborar as suas representações sobre o mundo que os rodeia, pois esse processo “pasa por la comprensión, la selección, la valoración de lo percibido, su almacenamiento e integración con informaciones anteriores y, finalmente, se realiza una apropiación y una producción de sentido” (OROZCO, 1991B:56). Nessa situação, entra em cena a mediação *cognitiva* que seria um conjunto de fatores que influem na recepção, processamento e apropriação de elementos/acontecimentos que estão diretamente relacionados à aquisição de conhecimentos e que abarca referências morais e emocionais do sujeito. Para Orozco (1996), essas mediações seriam “guiones”, ou seja, esquemas mentais que podem ser entendidos como

secuencias específicas para la acción y para el discurso, para lo que hay que hacer y decir en un escenario social en un momento determinado. De este modo, los guiones perciben para el actuante formas ‘adecuadas’, culturalmente aceptadas para su interacción social con otros (OROZCO, 1996, p. 37).

Assim, além da mediação cognitiva, pode ser incluída a mediação situacional, a qual o próprio nome pode justificar-se por si só. Ou seja, depende das circunstâncias ou cenário em que acontece o momento da recepção. Um exemplo disso seria o fato de o sujeito encontra-se sozinho ou acompanhado, além também do local onde acontece o processo de recepção, podem influenciar a maneira com que o sujeito irá interpretar o que está ouvindo, vendo ou lendo. Entretanto, não é apenas no momento do consumo de meios de comunicação que as mediações estão atuando, mas sim antes e além do momento do consumo. Nesse sentido, as mediações de “*referência*” seriam as que acenam às identidades do sujeito, isto é, são as que englobam o gênero, idade, a etnia, nível de instrução, classe-social, o lugar onde mora e sua procedência geográfica. Já, nas mediações *institucionais* estariam incluídas todas as instituições sociais com as quais o sujeito se relaciona (vizinhança, trabalho, religião, escola, família, etc.) e diferenciam-se uma das outras a partir da autoridade, poder e proximidade dos sujeitos.

Desde su particular especificidad histórica cada institución trata de socializar a sus miembros. Las instituciones utilizan varios recursos para llevar a cabo su mediación. El poder y las reglas son algunas estrategias, los procedimientos de negociación son otras, las condiciones materiales y espaciales también sirven a las metas institucionales. La autoridad moral y la académica son otros recursos. La asignación de identidad y el desarrollo de clasificaciones que imparten sentido al mundo son también aspectos importantes de las mediaciones institucionales. (OROZCO, 1996, p. 88).

Pelo fato de se pretender, neste estudo, analisar de que maneira os jovens rurais representam a ruralidade e identificar quais as mediações mais significativas no processo de construção de suas representações, a abordagem de Martín-Barbero pode ser a alternativa



mais adequada, pois esse autor propõe a perspectiva das mediações quando se trata de compreender as culturas populares e a realidade trazida pelos meios de comunicação. Não há como desconsiderar o novo contexto em que esses jovens estão inseridos, onde há um contexto de novas possibilidades midiáticas que as tecnologias de comunicação e informação proporcionaram nos últimos anos.

Embora as mediações não sejam balizas prontas para que o pesquisador possa se apropriar delas para explicar determinado fenômeno, é a partir de uma construção metodológica que o próprio objeto revela ao pesquisador quais as mediações que estão interferindo no processo. Então, antes de iniciar a aproximação entre as mediações e representações sociais é preciso saber mais sobre essa última teoria.

### **3.2 Teoria das Representações Sociais**

A teoria das representações sociais tem se tornado uma das abordagens principais para o estudo de fenômenos sociais, pois se trata de uma forma de conhecimento compartilhado socialmente que surge dos intercâmbios cotidianos de pensamento e ações sociais existentes em um grupo. “As representações sociais geram fatos sociais, fazem emergir identidades sociais, mobilizam e organizam socialmente pessoas e grupos em torno de reivindicações específicas, redefinindo a história e a dinâmica das sociedades” (STROPASOLAS, 2002, p.24). No momento em que os atores sociais dão sentido ao mundo que os rodeia, constroem a sua realidade, e essas relações se estabelecem continuamente. Por isso é necessário centrar-se mais no estudo das representações e processos que caracterizam a população rural e refletir sobre a noção de ruralidade na sociedade contemporânea.

A expressão representação social foi inaugurada por Moscovici (2013), na década de 1960, baseada na teoria da representação coletiva proposta, inicialmente, por Émile Durkheim, no final do século XIX. A principal diferença existente entre as duas abordagens está no fato de Moscovici acreditar que a subjetividade deve ser valorizada e de que a ideia de que não somente o coletivo possui força e é determinante, contrariando o caráter homogêneo das representações coletivas defendido por Émile Durkheim. Não se pode considerar que exista um poder absoluto da sociedade sobre o indivíduo, porque existe o pluralismo da realidade social (MINAYO, 2000). Além disso, o modelo de sociedade na qual Durkheim se baseou para pensar sobre as representações não possuía, no entendimento de Moscovici, um caráter tão complexo quanto o das sociedades modernas. No mundo vivido por Durkheim, por ser mais tradicional e estático, as mudanças se processavam de maneira mais lenta e as representações poderiam ser mais estruturadas e cristalizadas, justificando o termo coletivo,

pois seriam transmitidas a partir das tradições e atravessavam as gerações. Essa dinâmica não poderia ser considerada no mundo moderno porque nele ter-se-ia uma realidade fluida e dinâmica, em que as representações poderiam se espalhar rapidamente, por exemplo, a partir dos meios de comunicação, e, em função das mais variadas mudanças sociais, culturais, políticas e econômicas, poderiam ter um curto espaço de vida. Não era possível desconsiderar uma nova realidade que estava sendo instaurada porque “los medios masivos tienen un papel importante en la formación de las representaciones. (...) Es precisamente la comunicación de masas la que al reflejar, crear y transformar las representaciones sociales” (GUTIÉRREZ VIDRIO, 2003, p. 403)

Dessa forma, Serge Moscovici trocou o “coletivo”, associado mais a uma tradição positivista e estática, por “social”, que daria uma dimensão mais dinâmica e apropriada às sociedades modernas (GUARESCHI, 2000).

Para sintetizar: se, no sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de ideias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que eu uso o termo “social” em vez de “coletivo” (MOSCOVICI, 2013, 49).

Para Duveen (2013), a representação é uma forma de conhecimento prático que conecta um sujeito a um objeto. No momento em que se quer qualificar esse conhecimento como prático, é preciso considerar não somente a experiência, os referenciais e as condições em que esse conhecimento é produzido, mas considerar, principalmente, o modo com que a representação é construída para que o sujeito possa agir no mundo. Parte-se do pressuposto de que as representações são entidades quase tangíveis, pois elas “circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através de uma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano, sendo que, em sua maioria, elas podem ser históricas” (DUVEEN, 2013, p.10).

La idea de RS se refiere al sistema holístico, organizado, de ideas, creencias, imágenes, actitudes que se elaboran en torno a un objeto social relevante dentro de un grupo social. Por eso se habla en singular. Sin embargo, es posible hablar de RS en plural para indicar modos distintos de pensar los objetos sociales, divergencias o controversias en las formas de interpretarlos entre distintos grupos sociales. . (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009, p.15)

Assim, é de extrema importância compreender a capacidade que as representações sociais possuem de ditar o comportamento dos indivíduos, gerando movimentos que estimulam uma coletividade.

As representações sociais se manifestam em palavras, sentimentos e condutas e se institucionalizam, portanto, podem e devem ser analisadas a partir da compreensão das estruturas e dos comportamentos sociais. Sua mediação privilegiada, porém, é a linguagem, tomada como forma de conhecimento e de interação social. Mesmo sabendo que ela traduz um pensamento fragmentário e se limita a certos aspectos de experiência existencial, frequentemente contraditória, possui graus diversos de clareza e de nitidez em relação à realidade (MINAYO, 2000, p. 108).

Moscovici (2013) ainda evidencia que as representações podem surgir tanto entre duas pessoas quanto entre dois grupos, pois todas elas possuem representações. Nesse sentido, elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos.

As representações intervêm na nossa atividade cognitiva (...) elas convencionalizam os objetos, pessoas ou acontecimentos que encontram. Elas lhes dão uma forma definitiva, as localizam em uma determinada categoria e gradualmente as colocam como modelo de determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas. (...) Essas convenções nos possibilitam conhecer o que representa o quê. (MOSCOVICI, 2013, p. 39).

Seria exatamente por isso que se trata de um conhecimento do senso comum, que se for compartilhado por determinado grupo apresenta, por sua vez, uma dinâmica individual. E esta, na sequência, seria o reflexo da diversidade social e a pluralidade de suas construções simbólicas (RAMÍREZ, 2008). Por isso, Moscovici (2013, p. 9) insiste que “os fenômenos sociais que nos permitem identificar de maneira concreta as representações e de trabalhar sobre elas são, nós o sabemos, as conversações, dentro das quais se elaboram os saberes populares e o senso comum”.

Schutz usa o termo “senso comum” para falar das representações sociais do cotidiano. Para este autor, da mesma forma que o conhecimento científico, o senso comum envolve conjunto de abstrações, formalizações e generalizações. Esses conjuntos são construídos, são fatos interpretados, a partir do mundo do dia-a-dia. Portanto, a existência cotidiana, segundo Schutz, é dotada de significados e portadora de estruturas de relevância para os grupos sociais que vivem, pensam e agem em determinado contexto social. Esses significados, que podem ser objetos de estudo dos cientistas sociais -, são selecionados através de construções mentais, de “representações” do “senso comum” (MINAYO, 2000, p. 95).

O senso comum é uma forma de se fazer possível a existência de certa coesão em toda e qualquer sociedade, porque é um conhecimento existente em todos os indivíduos. Muitas vezes, esse senso comum pode ser utilizado para justificar alguma ação ou pensamento: “todos pensam assim” ou ainda “sempre foi assim”. Isto porque é um pensamento mais imediato e superficial, podendo ser, muitas vezes, até preconceituoso, mas, ao mesmo tempo, pode ser considerado de grande utilidade para a sociedade. O senso comum faz com que, de maneira geral, todos possam ter um mesmo conhecimento, independente de classe, idade ou gênero. Por outro lado, pode evitar que as pessoas busquem princípios científicos, verdades e informações sobre determinado assunto, pois, supostamente, já sabem a resposta através do senso comum.

De acordo com Moscovici (2013, p. 48), a sociedade possui uma necessidade contínua de reconstituir um “senso comum”, que cria o substrato das imagens e sentidos, sem o qual nenhuma coletividade poderia operar. Ainda, para o autor, as formas de representações são estáveis, exercem coerções e, assim, constituem a sociedade, e que as representações “possuem uma realidade que, embora simbólica e mental, é tão real, se não mais real, que uma realidade física” (MOSCOVICI, 2013, p. 287). Por esse motivo, as representações sociais carregam o status de teorias do senso comum, por se tratar de teorizações resultantes da percepção, interpretação e consolidação dos significantes sociais dentro do espaço amostral delimitado pelo cotidiano, no qual as mediações estão inseridas.

Assim, a análise das representações sociais deve concentrar-se naqueles processos de comunicação e vida que não somente as engendram, mas que também lhe conferem uma estrutura peculiar. Esses processos, eu acredito, são processos de mediação social. Comunicação é mediação entre um mundo de perspectivas diferentes, trabalho é mediação entre necessidades humanas e o material bruto da natureza, ritos, mitos e símbolos são mediações entre a alteridade de um mundo frequentemente misterioso e o mundo da intersubjetividade humana: todos revelam numa ou noutra medida a procura de sentido e significado que marca a existência humana no mundo (JOVCHELOVITCH, 2000b, p. 81).

São três as correntes surgidas a partir da construção teórica de Serge Moscovici. Denise Jodelet, também francesa, foi a que seguiu mais fielmente a teoria das representações sociais de Serge Moscovici, e a que se fixou mais no Brasil. Também existe a teoria de Willem Doise, que a articula a uma perspectiva mais sociológica, e a de Jean-Claude Abric, que enfatiza o processo cognitivo-estrutural das representações (SÁ, 1998).

Na corrente mais próxima do pensamento de Moscovici trabalha-se com uma abordagem mais dinâmica ou processual. Nessa linha, decorrente direta de Moscovici, as representações sociais são configuradas pelo conhecimento prático e possibilitam entender o contexto social, material e ideativo em que o sujeito vive e interpreta o mundo e interage com os demais (MENDONÇA e LIMA, 2014). Os tipos de pesquisa que seguem essa linha preocupam-se com informações de ordem qualitativa voltadas mais em perceber não só as representações, mas saber a dinâmica e o processo com que elas acontecem.

Já, a corrente de Willem Doise volta-se aos métodos estatísticos e traz uma abordagem societal, que tem como preocupação principal conectar o indivíduo ao coletivo, por isso segue essa abordagem quantitativa, na qual a representatividade torna-se fator fundamental. Abric, por sua vez, enfatiza uma abordagem estrutural, porque entende que as representações sociais são estruturas que fazem com que seja possível conhecer a vida social. Esse tipo de pesquisa também se preocupa com o método experimental e também segue uma tendência quantitativa (SÁ, 1998). Na corrente de Doise, a utilização de questionário e o número de pessoas

pesquisadas têm a preocupação de identificar as representações. Já, no de Abric, a ênfase maior é na associação ou na evocação livre.

O estudo das representações sociais envolve uma discussão intensa sobre métodos de pesquisa (...) De um lado, pesquisadores aplicaram técnicas já bem estabelecidas, tanto na pesquisa quanto na análise de dados, tal como medida e correlação. Tal solução tem sido cada vez mais questionada no sentido de que métodos puramente estatísticos não levam em conta a essência de um fenômeno como as representações sociais. (...) As representações sociais são fenômenos históricos, produzidos através de canais de interação cotidiana, elas envolvem aspectos múltiplos (JOVCHELOVITCH, 2000, p. 212).

Na presente Tese segue-se a linha de Serge Moscovici e Denise Jodelet. No momento em que se procura perceber de que maneira os jovens representam a ruralidade parte-se do pressuposto de que a representação social é fruto do somatório da análise de associações e ideias de várias perguntas, quando os estudos buscam entender as representações na perspectiva de grupos (SPINK, 2000). Segundo Sá (1998, p. 33), o estudo das representações precisa de três dimensões para se configurar uma pesquisa completa, não se limitando somente a descrever o conteúdo cognitivo de uma representação. É preciso ainda relacioná-los pelo menos “às condições socioculturais que favorecem a sua emergência” e/ou realizar “uma discussão de sua natureza epistêmica em confronto com o saber erudito”.

Representar o representarse, se entiende como un acto de pensamiento por el cual un sujeto se relaciona con un objeto, que puede ser una persona, cosa, evento material, psíquico o social, idea, teoría, etc., y este objeto puede ser real, imaginario o mítico; no hay representación sin objeto. Es así como la representación mental, la pictórica, la teatral o política, reemplaza al objeto, está en su lugar, lo hace presente cuando el objeto está lejano o ausente, y es entonces que la representación mental del objeto es su sustitución simbólica (DOMÍNGUEZ-GUTIÉRREZ, 2006, p. 2).

Nesse jogo, é preciso considerar as atitudes, as opiniões, os esquemas, as crenças, as metáforas, imagens, enfim, todas as informações possíveis que dão estrutura e sentido ao mundo (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009). Dessa forma, o que se pretende é entender de que maneira os jovens rurais constroem sua relação com o mundo, e como essa relação também cria um novo mundo de significados, pois, “ao serem internalizadas, as representações passam a expressar a relação do sujeito com o mundo que ele conhece e, ao mesmo tempo, elas o situam nesse mundo” (DUVEEN, 2000, p. 267). Entende-se que

o conceito de representação social é multifacetado. De um lado, a representação social é concebida como um processo social que envolve comunicação e discurso, ao longo do qual, significados e objetos sociais são construídos e elaborados. Por outro lado, e principalmente no que se relaciona ao conteúdo de pesquisas orientadas empiricamente, as representações sociais são operacionalizadas como atributos individuais – como estruturas individuais de conhecimento, símbolos e afetos distribuídos entre pessoas em grupos ou sociedades. Essa dupla visão do conceito o faz versátil (WAGNER, 2000, p. 149).

Mesmo que se tenha escrito sobre a representação do rural e sua diferenciação ou extensão em relação ao urbano, esses estudos contêm uma carência empírica e não exploram o modo com que as representações sociais são construídas. Brum Neto (2007), em sua dissertação de mestrado, intitulada “Regiões culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha”, analisou a ruralidade e os processos de representação social como perspectivas para alicerçar o desenvolvimento regional, tendo como intuito salientar as potencialidades socioculturais materializadas no espaço rural gaúcho via processos simbólicos de representação social. Esse estudo, entretanto, foi realizado junto às Secretarias de Cultura das Prefeituras Municipais, Centros de Pesquisa Culturais e Movimento Tradicionalista Gaúcho, e, a partir de informações que pudessem caracterizar as áreas estudadas, baseou-se também em informações secundárias passíveis de caracterizar a paisagem cultural.

Bonomo, em 2010, defendeu a tese de Doutorado intitulada, "Identidade social e representações sociais de rural e cidade em um contexto rural comunitário: campo de antinomias". Nele, a autora identifica, descreve e analisa a identidade social de membros de uma comunidade rural do Norte do Espírito Santo, a partir dos processos identitários e das representações sociais vinculadas às categorias rural e cidade. Esse estudo, semelhante a muitos outros, considera os processos que caracterizam a relação entre a minoria rural e o pensamento social hegemonicamente urbano. A partir de um conjunto de sete estudos transformados em artigos, a autora mostrou que existem alguns significados que compõem o campo de representação para os conceitos de rural e cidade. Em um dos estudos, Bonomo realizou uma pesquisa quantitativa com 200 moradores, com idades entre sete e 81 anos, de uma comunidade rural, para identificar de que modo ocorriam as representações a partir do campo afetivo entre esses dois espaços.

**QUADRO 1 – Representações sociais das categorias rural e cidade**

|  | Representação social de rural   | Representação social de cidade   |
|--|---|--|
| Campo representacional (Núcleo central) [A constituição semântica do objeto] | 1). Agricultura/trabalho<br>2). Natureza<br>3). Tranquilidade   | 1). Comércio<br>2). Muitas casas, muitas pessoas, muitos carros, poluição e prédios<br>3). Tumulto e violência   |
| Ancoragem (princípios organizadores) [avaliação do objeto]                   | 1). Quase autossuficiente<br>2). Mundo natural<br>3). Vida feliz  | 1). Centro dos recursos<br>2). Mundo artificial<br>3). Vida ruim   |
| Objetivação (Dimensão icônica) [A materialização do objeto]                  | 1). Recursos próprios do rural (naturais/agricultura familiar) e também os que se localizam na cidade e são utilizados pelo grupo (hospital, lojas)<br>2). Natureza (árvores, animais, rios)<br>3). Ambiente familiar-comunitário | 1). Comércio e indústria<br>2). Sem natureza e lixo/poluição<br>3). Tumulto, pobreza, vida corrida e estressante |

Fonte: (BONOMO, 2010, p. 404)

Já, Biasus e Branco (2013), também a partir de uma pesquisa quantitativa, e seguindo a perspectiva rural e urbana, direcionam mais seus esforços para um grupo específico, o dos jovens rurais. Os autores trabalham com categorias que identificam as representações sociais que os jovens residentes no meio rural possuem sobre o meio urbano e o meio rural. Como grande parte dos estudos realizados sobre os jovens rurais, o intuito dos pesquisadores foi o de tentar compreender o fenômeno da migração (ABRAMOVAY, 1997; GAZOLLA, 2004; STROPASOLAS, 2002, 2005, 2006; CASTRO, 2007, 2013; WEISHEIMER, 2003, 2005, 2009, 2013 entre outros). Para verificar de que modo o urbano e o rural eram representados, o método utilizado foi o de evocação de palavras a partir de um questionário e a utilização de um software para a organização dos dados. Entretanto, os autores realizaram uma análise mais superficial, baseada na lexicografia, atendo-se a palavras evocadas pelos sujeitos pesquisados.

De modo geral pode-se perceber que as representações a nível estrutural tratam o meio rural com uma visão mais negativa no que tange ao trabalho, renda e, como possibilidade de futuro, em contrapartida, a vida no meio rural é vista com mais positividade, abordando aspectos ligados à calma, à tranquilidade e à melhor qualidade de vida (BIASUS & BRANCO, 2013, p. 32).

O que Biasus & Branco (2013) mostram é uma visão já citada por diversos pesquisadores que realizam estudos empíricos sobre o mundo rural: de que existe uma representação negativa sobre o rural associada tanto ao aspecto de oportunidades de trabalho e também muitas vezes associada à representação histórica sobre esses dois mundos. Entretanto, partindo-se do princípio de que as representações sociais são construções sociais, torna-se

fundamental que nessa discussão também sejam consideradas as TIC, além, é claro, de entender quais as mediações que participam desse processo.

Outro estudo que segue uma linha semelhante ao anterior é o de Lídio de Souza, Mariana Bonomo, Giannino Melotti e Augusto Palmonari (2013). Nele, a ideia dos autores, partindo da análise dos processos de ancoragem psicológica, social e psicossocial, é conhecer os princípios que organizam as tomadas de posição de integrantes de um grupo rural a partir das representações de rural e cidade que os mesmos possuem.

Os resultados deste estudo mostraram como a inserção geracional, a existência de expectativas relacionadas à migração, a vivência exclusiva no campo ou o fato de já ter vivido em áreas urbanas, bem como a experiência de preconceito e os valores vinculados ao rural, participam com diferentes matizes da elaboração de representações sociais de rural e cidade. Foi possível constatar que quanto menor a experiência de contato com a cidade, mais figurativa e simplificada é a representação dos dois objetos; e, por sua vez, quanto maior a comparação campo-cidade, especialmente a partir de situações conflitivas vivenciadas, mais elaboradas (avaliativas e afetivas) tornam-se as representações dos referidos objetos, denotando a importância do conflito para a construção e fortalecimento da identidade social do grupo. (BONOMO et al, 2013, p. 114)

Anjo e Caldas (2014), por sua vez, realizaram uma discussão teórica sobre a forma com que o rural vem sendo representado. Os autores dizem que, a partir dos anos de 1990, quando emergiram novas discussões sobre como poderia ser concebido o espaço rural, fruto não somente das mudanças decorrentes da nova configuração do rural, mas também de todo um movimento nas Ciências Sociais, a ruralidade começou a ser vista “como un fenómeno social subjetivamente construido, situado mucho más en la mente de las personas que propiamente como realidad material y objetiva” (ANJO e CALDAS, 2014, p. 79). Os autores baseiam-se em Gray (2000) para realizar um apanhado histórico sobre a configuração do rural no espaço europeu. Nesse estudo, esses autores analisam as invenções do rural a partir de quatro fases, as quais, para Gray, são as mais representativas, pois decorrem de toda uma configuração política, econômica e social. A primeira fase, iniciada no começo dos anos 1960, se refere a um “rural ampliado, formalizado y públicamente visible, construido a través de lo que el autor citado denomina como una “práctica socio-lingüística improvisada” (ANJO e CALDAS, 2014, p. 79). Com o término da Segunda Guerra Mundial foi necessário

fomentar una imagen de la sociedad rural que retratase a las personas y su modo de vida en el campo, con sus valores culturales, reconociendo que los intereses rurales eran políticamente importantes para los países miembros (...).(ANJO e CALDAS, 2014, p. 80).



La segunda fase enunciada por Gray es cuando lo rural es proyectado como representación social, *como lugar*, mediante determinadas prácticas discursivas. El objetivo de conciliar equidad social y eficiencia económica representa la fuente de grandes conflictos existentes en el seno de la PAC en el periodo comprendido entre 1970 y 1980.(ANJO e CALDAS, 2014, p. 80).

La tercera fase revela un cambio substancial en la representación social de lo rural. La ruralidad se vuelve autónoma frente a la agricultura. En el curso de esta transformación, no sería una exageración afirmar que lo rural se convierte mucho más en un local para el *consumo* que propiamente para la *producción* agrícola. (ANJO e CALDAS, 2014, p. 82).

La cuarta y última fase delineada por Gray coincide con el momento en que la Comisión Europea presenta una serie de documentos que propugnan la imagen de una ruralidad diversificada, inserta en el marco de una amplia agenda de desarrollo rural. Como vimos anteriormente, una nueva imagen de lo rural fue erigida creando nuevos cuadros de referencia e imponiendo una nueva forma de recrear la realidad, con sus implicaciones e interfaces que merecen ser analizadas. (ANJO e CALDAS, 2014, p. 83).

A partir dessa perspectiva histórica, Anjos e Caldas (2014) dizem que hoje se pode representar o rural de duas maneiras; o idílio rural e o rural como sinônimo de natureza.

Um aspecto que se pode perceber é que a maior parte dos estudos parecem se centrar na dicotomia campo-cidade e urbano-rural, onde o ponto principal é realizar uma diferenciação da representação percebida. Possivelmente, esses estudos basearam-se, principalmente, no que diz Carneiro (1998, p. 53; p. 60) ao escrever que

o ritmo das mudanças nas relações sociais e de trabalho no campo transforma as noções de "urbano" e "rural" em categorias simbólicas construídas a partir de representações sociais que, em algumas regiões, não correspondem mais a realidades distintas cultural e socialmente. Torna-se cada vez mais difícil delimitar fronteiras claras entre as cidades e os pequenos vilarejos ou arraiais a partir de uma classificação sustentada em atividades econômicas ou mesmo em hábitos culturais. Como vemos, as noções de "rural" e de "urbano", assim como a de "ruralidade" e a dualidade que lhes é intrínseca são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas.

Loose e Niederle (2014), ao realizarem uma pesquisa para mapear as representações sobre ruralidade no Brasil, baseada na análise de um programa de televisão, diferenciam sua pesquisa de estudos anteriores por terem o intuito de “compreender o papel das mídias diante de um quadro de rápidas transformações socioambientais que perpassam o rural contemporâneo” (LOOSE & NIEDERLE, 2014, p. 696), identificando as características que estão presentes no discurso do programa Globo Rural. Os autores, a partir de um recorte de programas, realizam o contraponto entre o denominado “novo rural”, em que novas atividades produtivas são desempenhadas e nas quais há certa homogeneização com o urbano, e as denominadas “novas ruralidades”, vertente que acredita nas novas formas de sociabilidade que se apresentam no rural contemporâneo, fazendo com que uma heterogeneidade de

sentidos conviva no mesmo espaço. O trabalho de Loose e Niederle (2014) mostrou, a partir da análise dos programas, que a imagem do rural no programa ainda está associada à produção de alimentos e de que a dicotomia cidade-campo ainda é enfatizada. Entretanto, de maneira bem sutil, os autores identificaram, em alguns programas, a ideia de rural relacionado ao lazer e ao retorno à natureza e também à valorização dos aspectos tradicionais e da visão de que o rural também pode ser encontrado no urbano.

Entretanto, muito se teoriza e pouco se sabe sobre o consumo midiático das pessoas que vivem nos espaços rurais e de que maneira elas buscam informação, a qual poderá afetar o modo com que elas representam a ruralidade e o espaço onde vivem. Acredita-se que os meios de comunicação, do mesmo modo que a família, a escola, o trabalho, entre outros, é um dos grupos que influenciam as visões de mundo dos sujeitos. Isto ocorre porque as representações são sustentadas pelas influências sociais da comunicação e “constituem as realidades de nossas vidas cotidianas e servem como principal meio para estabelecer associações com as quais nós nos ligamos uns aos outros” (DUVEEN, 2013, p. 8).

O fenômeno das representações sociais, e a teoria que se ergue para explicá-lo, diz respeito à construção de saberes sociais e, nessa medida, envolve a cognição (...).A construção da significação simbólica é, simultaneamente, um ator de conhecimento e um ato afetivo. Tanto a cognição como os afetos que estão presentes nas representações sociais encontram a sua base na realidade social. O modo mesmo da sua produção se encontra nas instituições, nas ruas, nos meios de comunicação de massa, nos canais informais de comunicação social, nos movimentos sociais, nos atos de resistência e em uma série infindável de lugares sociais (GUARESCHI e JOVCHELOVITH, 2000, p. 20).

Carneiro (2008) acredita que não existe uma nova ruralidade, mas o que existe são novas formas de categorização da ruralidade. A autora escreve que não é mais possível definir a ruralidade com base na oposição à urbanidade. “O rural e o urbano corresponderiam, portanto, a representações sociais sujeitas a reelaborações e ressemantizações diversas de acordo com o universo simbólico a que estão referidas” (CARNEIRO, 1998, p. 73). E enfatiza que é preciso reorientar o olhar sobre as novas dinâmicas da ruralidade, porque “a noção de rural corresponde a construções simbólicas pertencentes a diferentes universos culturais que lhes atribuem significados distintos” (CARNEIRO, 2008b, p. 30). Torna-se, então, importante, para que se possa compreender essa categorização, perceber os mediadores que participam desse processo. Conforme Brandenurg (2010a, p. 169), não se pode partir do princípio de que o rural é somente um lugar, um espaço onde são desenvolvidas “atividades agrícolas ou aquelas que têm a ver com a gestão da natureza, mas também como um mundo que se reproduz no conjunto da sociedade, sob o ponto de vista de uma experiência prática (material) e simbólica”, em que novas práticas e interações sociais são reconhecidas. Para se

ter uma ideia, se forem consideradas apenas as possibilidades e mudanças relacionadas às TIC, pode-se destacar, por exemplo,

a ampliação de horizontes e incorporação de expectativas; a constituição de grupos de comercialização; novas políticas públicas; estimativas de safras e desempenhos nas bolsas de valores e commodities; serviços bancários; cooperativas de crédito e de produção; educação a distância e assistência técnica (VIEIRO & SILVEIRA, 2011, p. 261).

Para tanto, é preciso construir novos conhecimentos sobre o mundo rural, partindo-se do pressuposto de que a ruralidade é uma construção, não é um fato ou uma evidência, mas decorre dos novos processos sociais que se caracterizam por transformações nas formas de sociabilidade, por exemplo. Além disso, torna-se necessário perceber também como essas novas formas de sociabilidade impactam as representações e a construção do próprio rural, e perceber de que forma as novas tecnologias de comunicação podem estar mediando essas representações. Afinal, segundo Rodriguez Salazar (2009), as representações sociais são o resultado dos processos comunicativos e socioculturais. Elas modelam o comportamento e justificam sua expressão, pois a “representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar”. (ALEXANDRE, 2004, p. 132).

Assim, ao se pretender estudar as representações sociais dos jovens rurais a respeito da ruralidade, e identificar os mediadores mais importantes nesse processo, é possível perceber que o presente estudo se volta para uma característica singular dos Estudos Culturais — a de estudar a produção simbólica da realidade social —, considerando-se tanto sua materialidade quanto sua produção e processos envolvidos. Afinal, as representações são produções que fazem com que seja possível compreender o modo com que se organiza e se processa o mundo da cultura (HALL, 2010), e “as relações entre a cultura contemporânea e a sociedade, isto é, suas formas culturais, instituições e práticas culturais, assim como suas relações com a sociedade e as mudanças sociais, vão compor o eixo principal de observação dos *Centre for Contemporary Cultural Studies*<sup>46</sup>” (ESCOSTEGUY, 2001a, p. 21).

Considerando-se a relação entre cultura e sociedade, os fenômenos que podem ser “lidos” como um texto cultural e que tenham um significado simbólico — que seja capaz de produzir formações discursivas — pode ser o objeto de estudo dos estudos culturais: “desde el arte y la literatura, las leyes y los manuales de conducta, los deportes, la música y la televisión, hasta las actuaciones sociales y las estructuras del sentir” (RIOS, 2001, p. 1). Além disso, não se pode esquecer que a teoria das representações sociais possui, hoje, uma

---

<sup>46</sup>O *Centre for Contemporary Cultural Studies*, da Universidade de Brighman, foi onde os estudos culturais começaram a ser desenvolvidos. A origem dessa corrente será abordada na sequência.

repercussão bem significativa no campo dos estudos culturais, pois ela acabou se tornando uma ferramenta de análise bem eficiente para que se possa compreender e explicar as dinâmicas socioculturais (GUTIERREZ VIDRIO, 2011; GOMES, 2006). Para Mesquita e Almeida (2009), o conceito de representação social é híbrido, por depender de informações de origem sociológica — como a cultura e a ideologia — e de elementos de procedência psicológica — imagem e pensamento. “As representações sociais acontecem de forma dinâmica, no movimento da interação entre sujeito, na cultura onde estão inseridos. A partir da inserção no todo social, constroem suas representações que têm uma finalidade prática e são usadas para construir uma realidade” (MESQUITA e ALMEIDA, 2009, p. 39).

Stuart Hall (2010) foi um dos primeiros pesquisadores da escola de Brighman a abordar a relação entre os estudos culturais e as representações e mostrar a importância deste último. O autor, entretanto, não chegou a utilizar as representações sociais cunhadas por Moscovici, mas relacionou o conceito de representação com a de significado, linguagem e cultura, a partir de Ferdinand de Saussure e Michael Foucault. Sobre esse aspecto, Hall (2010) diz que a representação é uma parte essencial do processo de produção de sentido e de trocas simbólicas entre os membros de uma mesma cultura, mas para que isso ocorra é necessário o uso da linguagem, dos signos e de imagens que estão no lugar das coisas ou as representam. Moscovici (2013) também diz, em sua teoria, que há uma aproximação evidente entre linguagem e representações sociais quando, de maneira bem sucinta, explica que os sujeitos podem conhecer o que os rodeia se também puderem falar sobre isso.

Ahora se puede entender fácilmente por qué sentido, lenguaje y representación son elementos tan críticos en el estudio de la cultura. Pertenecer a una cultura es pertenecer aproximadamente al mismo universo conceptual y lingüístico, es saber cómo los conceptos e ideas se traducen a diferentes lenguajes, y cómo el lenguaje refiere, o hace referencia al mundo (HALL, 2010, p. 452).

A partir das palavras de Hall não há como desconsiderar as contribuições dos estudos culturais para o presente trabalho. Ruralidade é uma construção social e depende da representação que os sujeitos fazem dela (CARNEIRO, 2012; SCHNEIDER, 2009; CASTRO, 2013; BIAZZO, 2008; MEJIA, 2012), o que direciona o estudo para o viés cultural e social. No momento em que se percebem mudanças significativas no meio rural, e em que se pretende entender a maneira com que a ruralidade é representada no universo simbólico dos jovens rurais, elementos culturais, sociais e midiáticos entram no processo.

### 3.3 Aproximações entre a teoria das representações sociais e a teoria das mediações

É possível perceber que as representações sociais e as mediações interligam-se. Isto porque se pode dizer que as representações que os sujeitos fazem da realidade em que vivem podem ocorrer de acordo com o contexto social e com os grupos com os quais se relacionam. “El conjunto de esas mediaciones muestran sus efectos en la existencia de representaciones colectivas (GUTIÉRREZ VIDRIO, 2003, p. 404). Em consequência, é a partir das mediações que ocorrem as representações, pois podem ser definidas como regiões distintas que possuem dinâmicas, lógicas e fronteiras próprias, porém, interligadas. Caso se queira entender as representações é necessário “entender os processos através dos quais elas são produzidas e transformadas” (DUVEEN, 2000, p. 263). Conforme explica Jovchelovitch (2000a; 2000b), as mediações não geram somente as representações sociais. As representações sociais, por sua vez,

são forjadas por atores sociais para lidar com a diversidade e a mobilidade de um mundo que, ainda que pertença a todos nós, coletivamente nós transcende. Elas são um espaço potencial de fabricação comum, onde cada um vai além das dimensões de sua própria individualidade para entrar noutra dimensão, fundamentalmente relacionada com a primeira: a dimensão da esfera pública. Nesse sentido, as representações sociais não somente surgem através das mediações sociais mas tornam-se, elas também, mediações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000a., p. 65)

As representações sociais originam-se das mediações e também podem se tornar mediações. “Elas expressam por excelência o espaço do sujeito, em sua relação com a alteridade do mundo, lutando para dar sentido, interpretar e construir os espaços nos quais se encontra” (JOVCHELOVITCH, 2000b, p. 81). Para explicar melhor essa relação é preciso considerar que a formação das representações acontece a partir do que Moscovici (2013) denomina Ancoragem e Objetivação. Elas “são as formas específicas de mediação social das representações sociais, que elevam para um nível material a produção simbólica de uma comunidade” (JOVCHELOVITCH, 2000b, p. 81). Trata-se de mecanismos baseados na experiência de vida do sujeito e explicam de que maneira o social transforma um conhecimento em representação e como esta, por sua vez, modifica o social (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009).

La objetivación es el proceso de transformar información abstracta en conocimiento concreto, a través de la comunicación, que culmina con la creación de significados figurativos, metafóricos o simbólicos compartidos en distintos grados. Este proceso de objetivación implica otros como la *selección*, la *esquematisación* y la *naturalización*. El anclaje, por otra parte, consiste en la incorporación de los eventos, acontecimientos, significados extraños a categorías y nociones familiares dentro de un grupo social específico. Este proceso de anclaje depende de la difusión de conocimientos y creencias en diferentes grupos sociales (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009, p.19)

O primeiro mecanismo — ancoragem — refere-se ao processo que todos os sujeitos fazem ao tentar tornar conhecido aquilo que não lhes é familiar. Segundo Sá (1998), é o mais difícil de ser identificado porque, para que isso seja possível, é preciso realizar a “pesquisa da história de vida e do pensamento popular”. No momento em que o sujeito tentar dar um sentido ao objeto, pode-se dizer que as mediações entrarão em cena, porque estas ocorrem conforme a trajetória do sujeito. “A ancoragem se dá em relação a um sistema de pensamento preexistente, trata-se sempre de um sistema que se constituiu e opera no âmbito de uma determinada posição no campo social” (SÁ, 1998, p 75). Já, em relação à objetivação, trata-se da familiarização do objeto, o que é transformado em conceito ou imagem. A objetivação, por sua vez, pode ser identificada de maneira mais fácil junto a sujeitos, mas também pode estar evidenciada nos meios de comunicação e em outras “materializações” daquilo que se quer representar.

Assim, no momento em que as representações sociais são ancoradas e objetivadas, a partir da trajetória e de experiências, elas realizam a construção simbólica tanto individual quanto do grupo (JOVCHELOVITCH, 2000a; 2000b), pois, a produção e a circulação das representações acontecem a partir da cultura, da linguagem e comunicação e da sociedade (MOSCOVISCI, 2013; SÁ, 1998).

O primeiro mecanismo tenta ancorar ideias estranhas, reduzi-las a categorias e a imagens comuns, coloca-las em um contexto familiar (...). O objetivo do segundo mecanismo é objetiva-los, isto é, transformar algo abstrato em algo quase concreto, transferir o que está na mente em algo que exista no mundo físico. (MOSCOVISCI, 2013, p. 61).

Sabe-se que o processo de socialização ocorre a partir de diferentes processos, entre os quais a dinâmica familiar, escolar e consumo cultural, pois a função mediadora é atribuída a diferentes grupos dos quais os jovens rurais participam.

La organización social puede ser entendida a partir de las relaciones de información-comunicación, tanto en su composición, como en su devenir. En la medida que los actores sociales en tanto práctica y conciencia se ubican en el mundo a partir de la información que reciben de él, actúan en el mundo a partir de las redes de interacción en las cuales se integran y en las cuales son socializados, aculturados. En esa medida se entiende que la información y las redes de comunicación son elementales para la composición social y por lo tanto se requiere su estudio (GALINDO CÁCERES, 1987, p. 137).

A ruralidade, nesse contexto, é o objeto de representação. No momento em que se conecta o sujeito com o objeto se estabelece o que se denomina “saber prático”, que, por sua vez, é a representação social. Para que esse saber possa ser analisado, três questionamentos devem ser feitos:

(1) Quem sabe e de onde sabe?, cujas respostas apontam para as condições de produção e circulação das representações sociais; (2) O que sabe e como sabe?, que corresponde à pesquisa dos processos e estados das representações sociais; (3) Sobre o que se sabe e com quê efeito?, o que leva a uma ocupação com o estatuto epistemológico das representações sociais (SÁ, 1998, p. 32).

É a representação social que liga um sujeito a um objeto. Esses três questionamentos seriam as três dimensões que a pesquisa, no campo das representações sociais, precisa cumprir e podem ser observadas no quadro a seguir.

#### QUADRO 2 – DIMENSÕES PARA A ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

| 1ª. Dimensão   | 2ª. Dimensão   | 3ª. Dimensão  |
|--|--|---|
| Quem sabe e de onde sabe? — cujas respostas apontam para as condições de produção e circulação das representações sociais.   | O que sabe e como sabe? — corresponde à pesquisa dos processos e estados das representações sociais. | Sobre o que se sabe e com quê efeito? — o que leva a uma ocupação com o estatuto epistemológico das representações sociais. |
| Cultura<br>Linguagem e comunicação<br>Sociedade  | Discurso e Comportamento do sujeito, documentos, práticas.   | Conhecimento, Comunicação, transformação.   |
| Valores,<br>Modelos<br>invariantes culturais, contextos ideológicos, e históricos, comunicação interindividual, institucional e de massa, inserção social dos sujeitos, grupos pertinentes | Dependem do processo de pesquisa, da externalização do sujeito.                                      | Distorções, supressões, suplementações.   |

Fonte: adaptado de Sá, 1998.

A partir desses questionamentos também é possível identificar as mediações nesse processo, pois são elas que ajudam a construir as representações sociais, fazendo parte dessa ação. A partir desses questionamentos é possível identificar quais os grupos de mediações participantes e perceber como eles configuram as representações sociais.

Toda representação possui duas faces interdependentes, que são as faces icônicas e simbólicas, as quais possuem uma imagem e uma significação. “Representação é, fundamentalmente, um sistema de classificação e de denotação, de alocação de categorias e nomes” (MOSCOVICI, 2013, p. 62) que pode ser expressa das mais diversas maneiras.

Esta teoría llama la atención sobre la complejidad del pensamiento de sentido común, abre la posibilidad de estudiar cómo distintas cogniciones y creencias culturales se organizan jerárquicamente para comprender un objeto en un grupo social dado, y destaca los procesos sociales de comunicación y discurso en que surgen, se afianzan y se transforman (RODRIGUEZ SALAZAR, 2009, p.14).

Nesse sentido, é a partir da trajetória que se formam as representações sociais e na qual as mediações participam. Afinal, “é da soma de experiências e memórias comuns que o sujeito extrai imagens, linguagens e gestos necessários para superar o não familiar, com suas consequentes ansiedades” (MOSCOVICI, 2013, p. 78).

É no espaço explicativo que se pode perceber as representações sociais coletivas. “Um espaço explicativo é definido aqui como um conjunto de conceitos que podem ser ligados por relações implicativas que sustentam explicações lógicas válidas” (WAGNER, 2000, P. 157). No momento em que se analisa a fala dos jovens e a realidade onde eles estão inseridos pode-se perceber de que maneira eles estão representando o rural. O fenômeno das representações sociais está “espalhado por aí”, na cultura, nas instituições, nas práticas sociais, nas comunicações interpessoais e de massa e nos pensamentos individuais”. (SÁ, 1998, p.21).

Como “não é fácil transformar palavras não familiares, ideias ou seres, em palavras usuais, próximas e atuais”, “é necessário dar-lhes uma feição familiar, pôr em funcionamento os dois mecanismos de um processo baseado na memória e em conclusões passadas”. (MOSCOVICI, 2013, p.60). Toda trajetória é significativa e precisa ser recuperada, e no presente estudo pretende-se identificar as mediações propostas por Martín-Barbero (cotidianidade familiar, temporalidade social e competência cultural), no processo de representação social sobre a ruralidade desses jovens. Dessa maneira, “as representações sociais devem ser vistas como uma maneira específica de compreender e comunicar o que nós já sabemos” (MOSCOVICI, 2013, p. 46). Elas devem ser tratadas

como uma forma de pensamento social, cuja gênese, propriedades e funções devem ser relacionadas com os processos que afetam a vida e as comunicações sociais, com os mecanismos que concorrem para a definição da identidade e a especificidade dos sujeitos sociais, indivíduos ou grupos (JODELET, 2005, P. 50)

Assim, a partir dos relatos do grupo pesquisado foi possível perceber as diferentes possibilidades desse grupo, entendendo as representações sociais que os jovens rurais possuem sobre a ruralidade e em que medida as novas tecnologias de comunicação e informação também medeiam esse processo. O viver em grupo permite o confronto entre as pessoas e cada uma vai construindo o seu Eu nesse processo de interação, através das constatações de diferenças e de semelhanças entre o nós e os outros. É nesse processo que se desenvolve a individualidade, a identidade social e a consciência de si mesmo. “A cultura



molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar entre as várias identidades possíveis” (WOODWARD, 2000, p.18).

A identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconsistentes, e não é algo inato, existente na consciência no momento do nascimento (...). A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é “preenchida” a partir de nosso exterior, pelas formas através das quais nós imaginamos ser vistos por outros (HALL, 1997, p. 38)

No momento em que se incluiu, nessa discussão, a teoria das mediações e a teoria das representações sociais para analisar a vida de jovens rurais, tentou-se entender de que modo a ruralidade é interpretada por esse grupo e a maneira com que ele visualiza o futuro, verificando de que forma as mediações influenciam na representação sobre ruralidade.

Para entender esse processo é preciso considerar que o universo das representações é composto por três dimensões (MOSCOVICI, 2013): informação, campo de representação e atitude. A primeira dimensão trata do conhecimento que esse jovem tem sobre a ruralidade; a segunda é o conteúdo concreto, é o momento em que ele externaliza suas representações; e a terceira é a representação em relação ao objeto. É o que ele vai fazer com aquilo e como pode influenciar outras representações. Essas três dimensões podem estar ligadas aos grupos de mediações. Por exemplo, no que diz respeito ao conhecimento sobre o objeto, poder-se-á questionar, na hora da análise, quais são as mediações que participam na formação desse conhecimento? Essa situação pode ser captada no momento em que se pode identificar onde o sujeito busca informação, de que maneira a informação sobre o espaço rural lhe é passada ou buscada. A dimensão relacionada ao campo, que é o que se absorveu sobre a ruralidade, quais as mediações são as mais evidentes. Já, quando se chega à terceira dimensão, o que entra em evidência é a maneira com que o sujeito irá externalizar suas representações sociais e como passará adiante esses conceitos, e o que ele pretende fazer com isso. Acredita-se que a relação existente entre mediações e representações ocorre a partir de um ciclo. As mediações participam do processo de elaboração das representações e estas, por sua vez, também participam do processo de mediações. Afinal, “as representações substituem o fluxo de informações que chegam até nós do mundo externo” (MOSCOVICI, 2013, p. 99).

Partindo-se dessa premissa, para que se verifique de que modo os jovens rurais representam a ruralidade, foi necessário avaliar o cotidiano desses jovens e a maneira deles se relacionarem com diferentes grupos. Além disso, pretendeu-se identificar os principais mediadores que influenciam as representações sociais que eles fazem sobre ruralidade.

#### 4 O MAPA DA PESQUISA: UNINDO OS PONTOS

No momento em que se buscou identificar as representações de mundo a partir de distintas experiências de vida, tornou-se importante organizar o processo a partir de quatro momentos. Inicialmente, foi preciso entender a dinâmica da Microrregião de Santa Cruz do Sul, com o intuito de caracterizar o espaço em que os jovens entrevistados estão inseridos. Posteriormente, relatou-se a trajetória dos 14 jovens rurais entrevistados, no intuito de conhecer um pouco sobre a vida desses sujeitos antes de realizar a análise das mediações relacionadas às diversas faces que o próprio meio rural fornece. O que singularizou os jovens rurais foi a identificação do local de moradia e/ou atividade (CASTRO et al, 2009). Por último, visando facilitar o processo de análise, elaborou-se um mapa metodológico para auxiliar a identificar as mediações (cotidianidade familiar, competência cultural e temporalidade social) – apresentadas no próximo capítulo - a partir da fala dos jovens e perceber como elas participam do processo de elaboração das representações sociais sobre ruralidade, “ou ruralidades no plural, veio marcar o entendimento como um constructo social e pensá-lo não mais a partir de suas propriedades físicas, mas como uma forma de constructo social” (PIRES, 2004, p. 168).

Para a realização das entrevistas, o que se seguiu foi a indicação de Jodelet (2000), de que se deve, em um primeiro momento, elaborar perguntas mais concretas, factuais e que estejam relacionadas ao cotidiano e ao histórico do entrevistado, para que se possa, posteriormente, fazer perguntas mais complexas e reflexivas. “As representações são veiculadas na vida cotidiana. Esses suportes são basicamente os discursos das pessoas e grupos que mantêm tais representações, mas também os seus comportamentos e as práticas sociais nas quais estes se manifestam” (SÁ, 1998, p. 73). Ainda mais porque não se fala, atualmente, somente de uma nova ruralidade, mas de “novas ruralidades” (CARNEIRO, 1998, 2012). Nesse sentido, as representações sociais dos jovens rurais seriam os suportes para que se possa entender essas ruralidades.

A partir das entrevistas aqui realizadas a memória desses jovens foi recuperada. Com o intuito de contextualizar os vários mundos vividos por eles, tentou-se reconstruir suas práticas cotidianas com os vários grupos de convívio, considerando-se tanto o relacionamento com a

família quanto com o de outras instituições: a escola, a comunidade, o local de trabalho, a universidade, os meios de comunicação, enfim, com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo (BOSI, 1998).

Para Galindo Cáceres (1994), o individual pode ser considerado uma projeção do geral ao particular: são formações que implicam e expressam a sociedade e as culturas mais gerais. Por essa razão é que os depoimentos orais têm tanta significação, pois eles são centrais na aproximação ao sociocultural. Para Maria Isaura Pereira de Queiroz, antiga defensora dessa técnica (CAMARGO; HIPÓLITO e LIMA, 1983), é também através dos relatos que se atinge a coletividade, pois o informante é um representante dela, e tem que ser encarado como tal (QUEIROZ, 1988). É preciso saber que as experiências humanas são descritas em sua dimensão temporal e permitem alcançar os mecanismos que as contêm. Isto é, “em um momento decisivo da análise, o discurso do ator - com sua individualidade e especificidade - é decomposto, reagrupado e interpretado, e pode ainda diluir-se na trama social que integra o conjunto de atores (CAMARGO; HIPÓLITO e LIMA, 1983, p. 12). O valor subjetivo dos relatos é o valor mais original, pois se trata do fenômeno social presente na trajetória de uma pessoa, permitindo, assim, que exista e circule entre os sentidos de uma coletividade e uma época.

Não há como desconsiderar que as maneiras de receber mensagens são maneiras de agir (THOMPSON, 1995), e toda forma de interação social acaba por influenciar as práticas, o que afeta as representações sociais sobre o mundo. Então, para poder realizar as análises, neste estudo foram considerados os modos de vida dos habitantes (cultura, costumes e hábitos), que vão além do espaço geográfico, da materialidade, na qual se deve considerar toda a trajetória, tanto do indivíduo quanto da região em que vivem. Em função dessa especificidade, aliada às entrevistas, adotou-se um diário de campo, anotando-se nele todas as impressões e percepções que se teve a respeito dos jovens pesquisados e que estavam relacionadas com a experiência em campo da pesquisadora.

O ato de questionar fatos do passado para recuperar como ocorreram as principais mudanças vividas por esses jovens, contém, segundo Galindo Cáceres (1994), um fator importante para que se possa trabalhar com entrevistas qualitativas, que é a percepção do tempo social. Essa percepção significa que a fala do sujeito não se limita ao passado, pois a história de cada um não se trata de um fato que tenha ocorrido há mais ou menos tempo, mas se baseia na realidade em que o indivíduo se insere na atualidade e alimenta cotidianamente a percepção do mundo ao seu redor, fazendo com que ele possa visualizar o futuro, pois a história de hoje se reflete na história de amanhã (MARINAS & SANTAMARINA, 1993).

Conseqüentemente, essa percepção do tempo social poderia ser definida como lembranças do passado, vivências do presente e visões do futuro, mesmo que a oralidade do entrevistado, em um primeiro momento, esteja associada ao passado. É importante salientar o que Sá (1998) explica ao dizer que quando uma pesquisa em representações sociais utiliza a técnica de entrevista<sup>47</sup>, a maneira mais comum de realizar a sua análise ocorre através da análise de conteúdo. Assim, o discurso dos atores — com sua individualidade e especificidade —, por exemplo, foi decomposto, reagrupado e interpretado, e pode ainda ser diluído na trama social que integra o conjunto de atores (CAMARGO; HIPPIÓLITO e LIMA, 1983).

Alguns desses jovens, mesmo vivendo nas zonas rurais, não são herdeiros de um modo de vida no qual o cultivo da terra é o eixo principal que estrutura as famílias e comunidades, pois, hoje, a heterogeneidade que se apresenta no espaço rural é uma realidade. Considerando-se essa condição, os jovens rurais da pesquisa são pessoas entre 18 e 24 anos, solteiros, residentes na zona rural e dependentes financeiramente dos pais e vivem com eles. Nesse grupo também foram considerados os jovens que, em função de estudo ou trabalho, retornam somente no final de semana para suas casas. Além disso, era preciso que eles tivessem acesso às TIC mais recentes, como televisão, celular, internet. Essa última condição está associada principalmente ao fato de que são eles que possuem maior familiaridade com essas novas realidades que se apresentam e estão vivendo de forma mais intensa as transformações contemporâneas.

De acordo com o IBGE, jovem é o indivíduo entre 15 e 29 anos. No entanto, neste estudo, conforme já mencionado anteriormente, a idade dos jovens pesquisados foi de 18 a 24 anos, que, segundo o mesmo instituto são nomeados de jovens-jovens<sup>48</sup>. Somado a isso, segundo o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), a infância é compreendida até os 12 anos incompletos; e a adolescência, entre 12 e 18 anos (LEI n. 8.069, 1990)<sup>49</sup>. Optou-se em estudar os jovens que já estão na maioridade porque se acredita que eles já possuem autonomia para fazer suas escolhas pessoais e profissionais, além de poderem autorizar sua presença na pesquisa. Em virtude disso, eles assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE D).

---

<sup>47</sup> Segundo Sá (1998), o estudo das Representações Sociais pode ocorrer a partir de três formas de pesquisa, que são caracterizadas a partir dos principais pesquisadores que se valeram da grande teoria de Moscovici (2013). “Se quiséssemos insistir em uma apresentação esquemática e simplificada da questão, diríamos o seguinte: à perspectiva de Jodelet correspondem aos métodos ditos qualitativos; à perspectiva de Doise, os tratamentos estatísticos correlacionais; à de ABRIC, o método experimental” (SÁ, 1998, p. 81). Ver capítulo 3 desta Tese.

<sup>48</sup> O IBGE subdivide o grupo dos jovens em três: jovens adolescentes (15 a 17 anos; jovens-jovens (18 a 24 anos); e jovens adultos (25 a 29 anos).

<sup>49</sup> Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm). Data de acesso: 20 de agosto de 2016.

Considerou-se, como recorte geográfico, a Microrregião de Santa Cruz do Sul e, nele, os jovens residentes dos municípios de Vera Cruz (Ferraz, Entre Rios), Venâncio Aires (Linha Saraiva), Sinimbu (Linha Almeida) e Santa Cruz do Sul (Linha João Alves, Cerro Alegre, Linha Santa Cruz<sup>50</sup>, Rio Pardinho). A indicação, conforme abordado no início da Tese, foi a partir da indicação de conhecidos (alunos, colegas e professores) da pesquisadora e também a partir de contato com instituições, como foi o caso da EMATER, UERGS e UNISC.

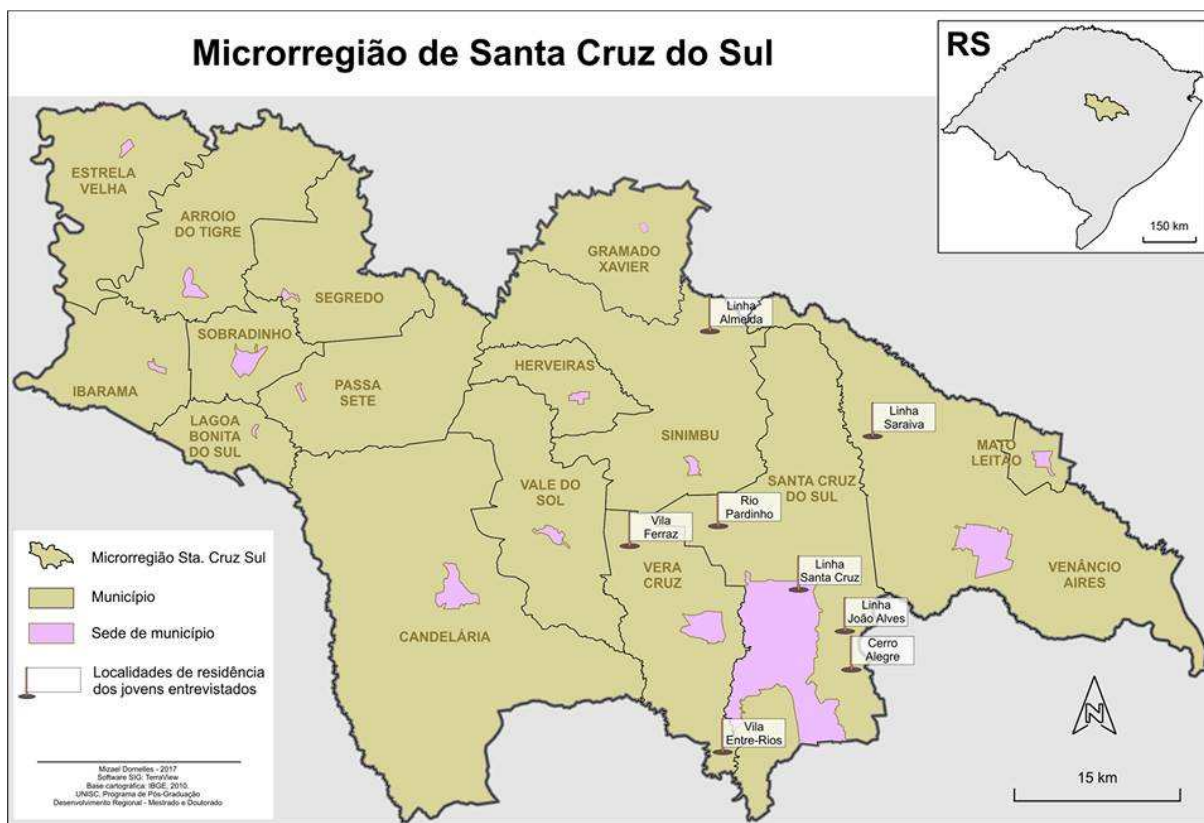
Os municípios localizados na Microrregião de Santa Cruz do Sul são “os maiores produtores de tabaco [no Sul do Brasil], sem contar que se trata de uma formação socioeconômico-territorial dotada de identidade cultural e histórica bastante nítida” (BREITBACH, 2014, p. 2)<sup>51</sup>. Essa região, como no restante do país, também passou pela migração da população rural para os centros urbanos (STÜLP, 1999) e também vem sendo afetada pelas novas realidades do espaço rural. No mapa a seguir apresenta-se a distribuição da região no Rio Grande do Sul e também as localidades onde os jovens residem.

---

<sup>50</sup> A localidade Linha Santa Cruz é um processo recente de emancipação da área urbana, fato explicado pelo aumento de condomínios na região. A localidade possui características rurais e os jovens entrevistados dessa região consideram-se jovens rurais. É preciso lembrar também o que Veiga (2003;2006) escreve, de que o Brasil é mais rural do que se imagina.

<sup>51</sup> “As cidades de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz processam cerca de 80% da produção de tabaco realizada no Sul do Brasil” (SILVEIRA; DORNELLES; FERRARI, 2012, s/p).

**FIGURA 1 – MAPA DA MICRORREGIÃO DE SANTA CRUZ DO SUL E LOCALIDADES PESQUISADAS**



Fonte: IBGE – base cartográfica, 2010. Organização: Yhevelin Guerin. Elaboração: Mizaél Dornelles.

Antes de apresentar os jovens que participaram desta pesquisa, torna-se necessário, em um primeiro momento, apresentar a região em que esses jovens residem, explicando o processo de ocupação do espaço e a forma de organização do lugar.

#### 4.1 A Microrregião de Santa Cruz do Sul

A colonização alemã, no Rio Grande do Sul, iniciou-se em 1824, em decorrência da política de colonização oficial do século XIX do Governo Imperial e Provincial, cujo intuito era o de trazer pessoas do Velho Mundo para povoar o território rio-grandense. Esse evento se diferenciava do que havia ocorrido nas áreas “dominadas pelas oligarquias canavieira e cafeeira” (VOGT, 1997, p.54), as quais estavam à procura de mão de obra, pois, no Sul do país, essa colonização estava condicionada, basicamente, a três aspectos fundamentais:

1ª) a constituição de uma agricultura voltada para o mercado interno, uma vez que a florescente agricultura gaúcha da segunda metade do século XVIII e início do XIX não se restabeleceu da crise do trigo e dos efeitos da Revolução Farroupilha; 2ª) a povoação da província através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilitasse a reconstituição de uma sociedade dualista no Rio Grande do Sul, baseada na agricultura e na criação de gado e, não somente na última (...). A existência de comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios

proprietários caracteristicamente conservadores, restabeleceria o equilíbrio e a ordem política, ainda mais se fossem formadas por imigrantes habituados e afeitos ao regime monárquico (CUNHA, 1991, p. 73)

Entretanto, para que fossem instaladas colônias de produtores rurais na Microrregião de Santa Cruz do Sul, diferente da primeira leva de imigrantes, iniciada em 1824 (na Região do Vale do Rio dos Sinos), que recebeu terras, ferramentas e subsídios de forma gratuita do Governo Imperial, a segunda leva, iniciada no final de 1844, foi assumida pelo Governo Provincial<sup>52</sup>. Para tanto, “as províncias recebiam terras que poderiam transferir aos imigrantes por preços mínimos estipulados” (DREHER, 2008, p. 20), mas, a partir de 1951, essa função passou a ser executada por empresas particulares que tinham o objetivo de vender as terras aos imigrantes. Essas terras eram devolutas ou de particulares e foram divididas em lotes para que fossem instaladas colônias por iniciativa privada, mas com a supervisão da Província.

Para atrair emigrantes, as empresas de transportes marítimo faziam propaganda a respeito das possibilidades no Rio Grande do Sul. (...). A maioria das colônias era concedida uma forma de aditamento para a compra de terras boas e baratas, bem como também para cobrir as necessidades de custos para as suas primeiras instalações. (...). Nesse contexto, várias empresas colonizadoras estabeleceram-se na região e transformaram a colonização em um expressivo setor de negócios imobiliário e agenciamento de colono (AHLERT, 2005, p.79).

A Colônia de Santa Cruz foi fundada pela Província de São Pedro, recebendo as primeiras cinco famílias alemãs, que totalizaram 12 pessoas, em dezembro de 1849. Ainda seguindo a Lei vigente, 77 hectares foram entregues de maneira gratuita a cada família. Dois anos depois, a Lei Provincial n. 229, de dezembro de 1951, diminuiu para 48,4 hectares a área doada aos imigrantes. A partir de 1854, uma nova Lei foi promulgada, fazendo com que os lotes não fossem mais doados, mas vendidos, podendo ser pagos em cinco anos.

Em função das propagandas lançadas para atrair pessoas para colonizar o Rio Grande do Sul, os imigrantes “vinham completamente iludidos quanto ao tipo de vantagem que teriam” (VOGT, 1997, p. 62) e despreparados para enfrentar os problemas que os esperavam. “Ainda que muitos deles não tivessem sido agricultores na Europa, o governo provincial fez deles agricultores por bem ou por mal” (VOGT, 1997, p. 63). No caso da colônia de Santa Cruz, ainda havia o agravante de que não possuía rio navegável, estando a 40 quilômetros de distância do porto da cidade de Rio Pardo, que era o principal mercado na época (VOGT, 1997). Para que se tenha uma ideia da desilusão, “até 31 de dezembro de 1854, 53 pessoas haviam abandonado a Colônia de Santa Cruz” (CUNHA, 1991, p. 68). Contudo, além dos imigrantes vindos direto da Europa, também nessa região se instalaram colonos da primeira

<sup>52</sup> “Em 1848, o governo imperial delegou às províncias maior participação no processo de povoamento do país, o que fez surgir as colônias provinciais de Santa Cruz, Santo Ângelo, Monte Alverne, Nova Petrópolis e outras” (VOGT, 1997, p. 56-57)

colônia alemã do Rio Grande do Sul, Vale do Rio dos Sinos, que trouxeram a sua expertise na produção agrícola (BREITBACH, 2014).

Os primeiros imigrantes que chegaram à Colônia de Santa Cruz receberam alimentação para um mês, diversas sementes, ferramentas (foice, enxada, machado, pá, serra, facão, lima, formão, martelo, formão, etc.), panelas, espingarda e alguns outros materiais para que pudessem desbravar a floresta. Em contrapartida, os imigrantes eram incumbidos de providenciar as escrituras presenteadas pelo governo (MARTIN, 1999).

Segundo Cunha (1991), as primeiras plantações realizadas pelos imigrantes alemães eram de batata inglesa, abóbora, ervilha, feijão, aveia, centeio, linho, algodão, milho, trigo, entre outros. O fumo também começou a ser cultivado para consumo próprio, pois já era plantado na Alemanha desde o século XVI. A produção agrícola começou a crescer, mas ainda era de subsistência. Entretanto, com a vinda cada vez maior de imigrantes, as trocas comerciais sem a intermediação de dinheiro começaram a intensificar-se, o que fez também com que em pouco tempo essa colônia prosperasse, sob a direção de diversos diretores. Então, “desde o início foi adotada a policultura. E isto se deu em virtude do isolamento das colônias e da dificuldade de obter mercadorias de primeira necessidade” (VOGT, 1997, p. 70). Além, também, do fato de que as atividades dessa colônia contrastavam com a realizada na região de Rio Pardo, onde a principal atividade econômica era a pecuária (BASSAN e SIEDERNBERG, 2003). Essa condição facilitou ainda mais o desenvolvimento da região, pois a colônia alemã era o principal fornecedor da cidade de Rio Pardo. Dezesesseis anos depois da vinda dos primeiros imigrantes já eram produzidas, mesmo que fosse para consumo próprio, várias frutíferas: pessegueiros, laranjeiras, figueiras, bananeiras, pereiras, limoeiros, amoreira, noqueira, goiabeiras, amendoeiras, macieiras, entre outras.

Os pomares, além das frutas “in natura”, fornecem matéria-prima para a produção artesanal desenvolvida pelas mulheres como compotas, geleias produzidas com o acréscimo de batatas doces e melados de cana, doces, passas, cucas, pães e licores obtidos pela maceração de frutas em aguardente de cana (CUNHA, 1991, p. 148).

Como a Colônia de Santa Cruz tinha sido a primeira colônia fundada pela província de São Pedro do Rio Grande do Sul, houve grande incentivo e auxílio por parte do governo, pois a vinda de mais imigrantes dependia do êxito das famílias que ali se instalassem. Ela, inclusive, foi “considerada pelos contemporâneos um dos mais promissores empreendimentos de imigração e colonização com imigrantes alemães na América do Sul” (DREHER, 2008, p. 20). Existia toda uma orientação sobre o quê e de que maneira o imigrante poderia produzir e das plantações testadas, o tabaco, “a médio e a longo prazo, proporcionou os resultados mais satisfatórios” (VOGT, 1997, p. 70), sendo a primeira colheita a ser usada como mercadoria de



troca destinada ao comércio e a primeira a ser exportada. Mesmo assim, durante muitos anos o milho foi o líder nas exportações, logo seguido pelo feijão. Contudo, a partir de 1866, os dois foram superados pelo tabaco, que se tornou “o carro chefe da economia local” (VOGT, 1997, p. 79).

Efetivamente o tabaco desta região colonial do Rio Grande foi se firmando no mercado interno e externo. Os países do Prata e da Europa, mormente a Alemanha, apareciam como destacados importantes do fumo gaúcho. A razão de Santa Cruz se especializar na produção do tabaco talvez possa ser tributada a uma necessidade histórica. Isto é, o fato de cultivar exatamente os mesmos produtos que as demais colônias situadas nos arredores de Porto Alegre fazia com que aquela não pudesse competir comercialmente com estas (VOGT, 1997, p. 79).

Em função da vinda dos imigrantes e o aumento das famílias, o número de pessoas cresceu consideravelmente na colônia. Foram loteadas, na região, diversas Linhas, Vilas, Picadas e Travessões, entre as quais Picada Nova ou Rio Pardinho, São João e Sinimbu, Ferraz (1859), Linha João Alves, Linha Santa Cruz, Vila Teresa (atual município de Vera Cruz), Serro Alegre, São João da Serra. No dia 6 de setembro de 1859, a Lei provincial n. 601 desmembrou Monte Alverne de Santa Cruz, pois a ideia era a de formar novas colônias. A partir da Colônia de Monte Alverne, outras Linhas e Picadas foram criadas e localizavam-se onde é, atualmente, o município de Venâncio Aires.

Se em 1849 o número de habitantes na nova colônia era 12, dez anos depois aumentou para 2.723 pessoas. A partir de 1854, a concessão de pequenos lotes começou para que fossem estabelecidas as bases da povoação na região e se desse início ao processo de urbanização a partir dos traçados das primeiras ruas e quadras (MARTIN, 1999)<sup>53</sup>. Com o processo de povoação também se iniciou, com rápido desenvolvimento, o comércio. “Os comerciantes locais estavam, em sua maioria, ligados aos grandes atacadistas de Porto Alegre, que, no último quartel do século XIX, fizeram Santa Cruz transformar-se no centro comercial de toda a região colonial” (SKOLAUDE, 2008, p. 25). Também nesse período, meados do século XIX, teve início o processo de industrialização (BASSAN e SIEDERNBERG, 2003). Em 1866, o número de moradores subiu para 4.794 pessoas (CUNHA, 1991). Em decorrência disso, “maior número de lotes passaram a ser ocupados, e as roças foram, pouco a pouco, substituindo as florestas. A produção, em vista disso, cresceu paulatinamente” (VOGT, 1997, p. 70). Em 1859, a colônia de Santa Cruz foi elevada à categoria de Freguesia e, em função do crescimento e da representatividade comercial, em 1877 passou a ser Vila, sendo

---

<sup>53</sup> Santa Cruz teve desde o início, o seu traçado planejado de modo simétrico, tendo sido o seu plano diretor bastante arrojado para a época pois, enquanto a maioria das cidades crescia desordenadamente, em um emaranhado de ruelas, Santa Cruz já possuía um plano diretor geométrico onde os quarteirões eram separados por largas avenidas perpendiculares entre si (BAIOTO, 1998, p. 46 e 47).

desmembrado do município de Rio Pardo para tornar-se município autônomo a partir de 28/09/1878 (MARTIN, 1999).

Em 1890, o número de moradores de Santa Cruz praticamente triplicou em relação à década de 1870, que subiu de 5.809 para 15.572 pessoas (DREHER, 2008). Vinte anos depois o número de pessoas duplicou, possivelmente pelo fato de o município, em 1905, ter sido ligado por via férrea às cidades de Porto Alegre/Uruguaiana, o que fez com que prosperasse cada vez mais, em função de ter um ramal ferroviário que ligava a cidade de Santa Cruz do Sul à estação Couto (Ramiz Galvão), que ficava em Rio Pardo (CUNHA, 1991, p. 68).

A região, por razões históricas, caracteriza-se pelo cultivo do tabaco, um tipo de agricultura voltada principalmente à mão de obra sem grandes evoluções tecnológicas (VOLGT, 1997; BREITBACH, 2014). “O fumo obtido naquela época, o que sói ocorrer ainda hoje, necessitada de intenso trabalho que não dispensava nem as mãos dos mais velhos, nem as das crianças” (VOGT, 1997, p. 81). Desde o início de sua produção nas colônias, o tabaco já se destacava,

especialmente pelo fato de ser uma cultura que exigia pouco capital, que demandava um baixíssimo nível tecnológico, que podia ser cultivada em pequenas áreas de terra através do emprego da mão de obra familiar, e acima de tudo que aferia um bom preço no mercado, tanto para os colonos como para os comerciantes (SILVEIRA, 2007, p. 153).

Depois de ter ultrapassado o milho e o feijão, o fumo era cada vez mais produzido e exportado e, a partir de 1881, “a economia das suas áreas coloniais acaba se especializando na cultura do fumo em folha” (SILVEIRA, 2007, p. 153). Tratava-se de um produto que era de fácil transporte, principalmente porque a colônia não possuía um rio navegável próximo. Essa condição foi ainda mais intensificada a partir do início do século XX. A instalação de energia elétrica (1906) e de rede hidráulica (1908) proporcionou maiores condições para o desenvolvimento do beneficiamento e para as indústrias (BREITBACH, 2014). Com essa oportunidade, “outros ramos industriais desenvolvem-se na região, como o de produtos alimentares (beneficiamento de carnes, frios e banha), bem como vestuário, móveis e outros bens em substituição aos comprados de fora” (BREITBACH, 2014, p.8). Mas mesmo com a introdução de outros ramos industriais, o foco maior era o tabaco, e a maneira como se cultivava o tabaco transformou-se em um sistema de ‘produção integrada’, introduzido com a chegada da empresa internacional *British American Tobacco*, em 1918.

A agricultura familiar adere à lógica de produção capitalista, e amplia sua importância, enquanto setor produtivo responsável pela geração de renda e postos de trabalho. A partir da política de incentivos fiscais, os grupos econômicos fomentam a ampliação da lavoura de fumo através do sistema integrado de produção. Importantes áreas destinadas a cultivos agrícolas (milho, feijão e batata, entre outros) são incorporadas, implantando uma lógica com exigências de produtividade

e qualidade com o estabelecimento de metas a serem cumpridas pelos produtores (DUTRA e HILSINGER, 2013, p. 26).

Um agravante para essa condição também foi o modo utilizado para que o aumento da produção fosse cada vez maior, coincidindo com o desenvolvimento de produtos sintéticos e pesticidas para que a produtividade aumentasse, o que acarretou preocupações relacionadas às doenças ocasionadas pelo uso desenfreado desses pesticidas que prejudicavam tanto as famílias agricultoras quanto os consumidores do tabaco. A partir disso, no século XXI, houve o início da discussão para regulamentar essa atividade. A Assembleia Mundial da Saúde, composta por 192 países, envolvendo “a academia, os produtores, os sindicatos, a indústria e o sistema de saúde, entre outros atores. Surgem argumentos que defendem a atividade<sup>54</sup> e argumentos que a questionam<sup>55</sup>” (DUTRA e HILSINGER, 2013, p. 26). Entretanto, em 2003, esse grupo propôs um tratado internacional para combater principalmente o que eles denominaram epidemia do tabagismo. Trata-se da Convenção Quadro para o Controle do Tabaco que entrou em vigor em 2005, a qual tem como objetivo: “proteger as gerações presentes e futuras das devastadoras consequências sanitárias, sociais, ambientais e econômicas geradas pelo consumo e pela exposição à fumaça do tabaco [...]” (INSTITUTO NACIONAL DO CÂNCER, s/p, 2014). No Brasil, por exemplo, a produção de cigarros

segundo dados da Receita Federal (2015), entre 2000 e 2011, manteve uma média de 5.267.670.822 de embalagens (com vinte unidades) produzidas. A partir de 2012 foram registradas quedas sucessivas nessa produção, que representam um declínio de 31% em 2014, comparadas à média mencionada (DORNELLES, 2016, p. 77).

Essa situação gerou preocupação por parte dos agricultores produtores de tabaco e também em relação à economia da região, pois, durante mais de 150 anos a principal fonte de renda da maior parte das famílias agricultoras dessa região foi o tabaco, sendo até os dias de hoje a principal âncora da agricultura local, exportando 85% de sua produção (BREITBACH, 2014).

No que concerne à agricultura da microrregião de Santa Cruz do Sul, aí sim, podemos falar em hegemonia da produção de fumo, sabendo que, nas unidades rurais, são realizadas: plantação, colheita, secagem (ou cura), pré-classificação do tabaco e preparação para transporte. Entre 2007 e 2012, esse produto representou, em média, mais de 70% do valor da produção agrícola, segundo dados do IBGE. Muito distanciada das demais culturas, todas alimentícias, a lavoura de fumo ultrapassa-as, com ampla diferença (BREITBACH, 2014, p.44)

Ao se considerar a supremacia do tabaco na agricultura da região, que representa, em média, 70% do valor da produção agrícola da região, o Ministério do Desenvolvimento Agrário propôs o Programa de Apoio à Diversificação Produtiva nas Áreas Cultivadas com

<sup>54</sup>Geração de emprego e renda, atividade adequada para as propriedades familiares.

<sup>55</sup>Malefícios à saúde, trabalho infantil e desmatamento, entre outros.

Fumo. A intenção é fazer com que os agricultores produtores de tabaco estejam preparados para a diminuição da cultura do tabaco, decorrente do combate internacional. Para tanto, o Governo tenta estimular os fumicultores a implantar novas atividades agropecuárias em suas unidades, através dos seguintes instrumentos: financiamento; acesso à tecnologia; agregação de valor à produção; e apoio à comercialização (BREITBACH, 2014). Possivelmente em função desses incentivos o perfil da região parece estar mudando. Ocorreu uma diminuição, mesmo que pequena, da empregabilidade na indústria do tabaco, “e áreas como a de produtos de metal, bem como de móveis, de máquinas e equipamentos e, em menor monta, de produtos de madeira e de equipamentos de informática” (BREITBACH, 2014, p. 11) vêm aumentando a sua importância na região. Na agricultura, o interesse por outras culturas também vem aumentando. A fruticultura, hortaliças e produtos de origem animal começaram a atrair o olhar de alguns agricultores na microrregião. No que se refere à indústria, ela não pode ser caracterizada “como especializada em produtos do fumo, uma vez que, junto com este, há uma variedade de outras atividades com níveis de emprego significativos e com um dinamismo econômico aparentemente sustentado” (BREITBACH, 2014, p. 16). Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz apresentam os valores mais elevados relacionados ao PIB per capita dos municípios, porque são os municípios que concentram atividades industriais e serviços (indústria de transformação, comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas, construção, educação; administração pública, defesa e seguridade social; serviços domésticos), fazendo com que exista também uma grande mobilidade pendular.

De acordo com o IBGE (2010), os movimentos diários, deslocamentos pendulares, relativo à ocupação e educação. Os deslocamentos por ocupação e educação de pessoas de 10 anos ou mais de idade, em 2010, ocorreram com maior intensidade que em 2000 na Região. (...) Nestes deslocamentos, o município que polariza a atração regional é Santa Cruz do Sul. O movimento diário realizado pelos trabalhadores dos municípios da região e estudantes correspondia diretamente a 10.760 e 5.466 pessoas, respectivamente (DORNELLES, 2015, p. 10).

Na região há 33.601 propriedades rurais que possuem, em média, 17,3 hectares. Estrela Velha é o município que possui a maior média, 27,6 hectares, seguida por Sinimbu, com 20,5 hectares. O município que possui a menor média é o de Mato Leitão, com 9,1 hectares. As propriedades rurais de Santa Cruz do Sul, Venâncio Aires e Vera Cruz possuem uma média de 12,8 hectares. Em área plantada, de acordo com dados do Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra (2016), nos 16 municípios que integram a Microrregião de Santa Cruz do Sul, o milho possui uma área plantada maior que a do tabaco, com 77.145 ha contra 59.970 ha. A soja ocupa a terceira posição, com 47.300 hectares destinados a essa cultura e tendo um aumento muito significativo nos últimos anos.

**Tabela 1 – Número de Propriedades e área plantadas**

|                            | <b>Propriedades</b> | <b>Média/<br/>ha</b> | <b>Tabaco</b> | <b>Milho</b>  | <b>Soja</b>   |
|----------------------------|---------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| <b>Arroio do Tigre</b>     | 2.250               | 13,1                 | 6.650         | 4.400         | 8750          |
| <b>Candelária</b>          | 4.902               | 40                   | 7.400         | 7.830         | 17.000        |
| <b>Estrela Velha</b>       | 905                 | 27,6                 | 1.400         | 1.570         |               |
| <b>Gramado Xavier</b>      | 824                 | 20                   | 2.200         | 1.800         | 2.200         |
| <b>Herveiras</b>           | 660                 | 17,7                 | 1.550         | 1.850         |               |
| <b>Ibarama</b>             | 1.250               | 16                   | 2.250         | 3.800         | 900           |
| <b>Lagoa Bonita do Sul</b> | 823                 | 12                   | 2.100         | 1.100         | 1.400         |
| <b>Mato Leitão</b>         | 680                 | 9,1                  | 230           | 2.500         | 450           |
| <b>Passa Sete</b>          | 1.188               | 18                   | 3.250         | 2.030         | 2.500         |
| <b>Santa Cruz do Sul</b>   | 4.365               | 12,7                 | 5.690         | 10.000        | 2.000         |
| <b>Segredo</b>             | 1.185               | 19,4                 | 3.300         | 3.580         | 4.700         |
| <b>Sinimbu</b>             | 2.297               | 20,5                 | 3.500         | 6.000         | 1.400         |
| <b>Sobradinho</b>          | 712                 | 13,2                 | 1.850         | 1.210         | 2.100         |
| <b>Vale do Sol</b>         | 1.822               | 13                   | 6.000         | 6.500         | 250           |
| <b>Venâncio Aires</b>      | 5.800               | 12,5                 | 8.600         | 17.300        | 3.050         |
| <b>Vera Cruz</b>           | 3.938               | 13,4                 | 4.000         | 5.675         | 600           |
| <b>Total</b>               | <b>33601</b>        | <b>278,2</b>         | <b>59.970</b> | <b>77.145</b> | <b>47.300</b> |

Fonte: Elaborado pela autora a partir dos Guia Socioeconômico do Vale do Rio Pardo e Centro-Serra 2016

Na região encontra-se um total de 135 agroindústrias familiares localizadas na zona rural dos municípios. Santa Cruz do Sul (41) e Venâncio Aires (21) destacam-se com o maior número de estabelecimentos, seguidas por Arroio do Tigre (12), Segredo (11), Candelária (10), Sobradinho (10) e Lagoa Bonita (8). Vera Cruz e Sinimbu possuem, respectivamente, seis e quatro agroindústrias familiares<sup>56</sup>.

A região está em busca de alternativas para uma maior diversificação das atividades agrícolas valorizando uma característica própria da região que é a chamada agricultura familiar. As agroindústrias familiares então surgem como uma alternativa de desenvolvimento regional<sup>57</sup>

Em relação à educação formal, na região existe um total de 276 escolas de Ensino Fundamental, com a concentração maior de escolas nos municípios de Venâncio Aires (61 escolas) e Santa Cruz do Sul (49 escolas), seguidas por Candelária (34 escolas) e Vera Cruz (25). No que se refere ao Ensino Médio, o número de escolas cai drasticamente, totalizando 47 instituições. Santa Cruz do Sul possui 14 escolas de Ensino Médio e Venâncio Aires, 11. A

<sup>56</sup> Fonte: Relatório parcial do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo, 2016.

<sup>57</sup> Idem Ibidem, página 72.

maioria dos municípios possui somente uma Escola de Ensino Médio<sup>58</sup>, sendo todas estaduais<sup>59</sup>. No que se refere à educação superior, Santa Cruz do Sul destaca-se por sediar a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), que oferece 53 cursos de graduação, tornando-se polo de educação de vários municípios em um raio de 100 quilômetros. Além da UNISC, há na cidade mais cinco instituições de ensino superior: UNINTER, FDA, UERGS, UNOPAR, UNIP. Em Sobradinho, Venâncio Aires e Arroio do Tigre também há outras instituições, algumas são campi da UNISC e UNINTER. Quanto à formação de cursos técnicos existem três escolas voltadas para agricultura, localizadas em Candelária, Vale do Sol e Santa Cruz do Sul. “Na região ainda estão localizados dois Institutos Federais (Candelária e Venâncio Aires)”; Escolas com Magistério em Candelária; “SENAI e SENAC em Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires; e uma escola técnica de Enfermagem (Arroio do Tigre)”<sup>60</sup>.

**Tabela 2 – Escolas de Ensino Fundamental e Ensino Médio por município**

| <b>Município</b>           | <b>E.F</b> | <b>E.M</b> |
|----------------------------|------------|------------|
| <b>Arroio do Tigre</b>     | 18         | 2          |
| <b>Candelária</b>          | 34         | 5          |
| <b>Estrela Velha</b>       | 4          | 1          |
| <b>Gramado Xavier</b>      | 14         | 1          |
| <b>Herveiras</b>           | 5          | 1          |
| <b>Ibarama</b>             | 7          | 1          |
| <b>Lagoa Bonita do Sul</b> | 6          | 1          |
| <b>Mato Leitão</b>         | 2          | 1          |
| <b>Passa Sete</b>          | 5          | 1          |
| <b>Santa Cruz do Sul</b>   | 49         | 14         |
| <b>Segredo</b>             | 8          | 1          |
| <b>Sinimbu</b>             | 17         | 1          |
| <b>Sobradinho</b>          | 10         | 1          |
| <b>Vale do Sol</b>         | 11         | 2          |
| <b>Venâncio Aires</b>      | 61         | 11         |
| <b>Vera Cruz</b>           | 25         | 3          |
| <b>Total</b>               | <b>276</b> | <b>47</b>  |

Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados do IBGE, 2015

<sup>58</sup> Estrela Velha, Gramado Xavier, Herveiras, Ibarama, Lagoa Bonita, Mato Leitão, Passa Sete, Segredo, Sinimbu, Sobradinho e Vale do Sol.

<sup>59</sup> Fonte: Relatório Parcial do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo, 2016.

<sup>60</sup> Idem Ibidem, página 98.

De acordo com dados do Censo 2010, na Microrregião de Santa Cruz do Sul há 108.638 domicílios. A posse de computador com acesso à internet era de 26%, sendo que os municípios de Santa Cruz do Sul e Sobradinho foram os que ficaram acima dessa média, com 38,5% e 27,6%, respectivamente. Acredita-se que com o barateamento e a facilidade de acesso a essas tecnologias essa proporção hoje seja maior. Na região há dez empresas que fornecem internet para o interior<sup>61</sup>, além da telefonia móvel que ampliou e também barateou o acesso à internet. Já, a posse de celular na região era de 87,3%<sup>62</sup>.

**Tabela 3 – Posse de Computador com acesso à internet e celular por município - 2010**

|                            | Domicílios     | Computador com acesso à internet | %           | Celular       | %            |
|----------------------------|----------------|----------------------------------|-------------|---------------|--------------|
| <b>Arroio do Tigre</b>     | 3.944          | 763                              | 19,3        | 3.336         | 84,6         |
| <b>Candelária</b>          | 10.426         | 1.866                            | 17,9        | 8.930         | 85,7         |
| <b>Estrela Velha</b>       | 1.136          | 167                              | 14,7        | 944           | 83,1         |
| <b>Gramado Xavier</b>      | 1.210          | 88                               | 7,3         | 830           | 68,6         |
| <b>Herveiras</b>           | 916            | 60                               | 6,6         | 605           | 66,0         |
| <b>Ibarama</b>             | 1.372          | 78                               | 5,7         | 1.157         | 84,3         |
| <b>Lagoa Bonita do Sul</b> | 1.372          | 78                               | 5,7         | 723           | 52,7         |
| <b>Mato Leitão</b>         | 1.324          | 318                              | 24,0        | 1.202         | 90,8         |
| <b>Passa Sete</b>          | 1.616          | 97                               | 6,0         | 1.244         | 77,0         |
| <b>Santa Cruz do Sul</b>   | 40.540         | 15.599                           | 38,5        | 36.645        | 90,4         |
| <b>Segredo</b>             | 2.223          | 191                              | 8,6         | 1.814         | 81,6         |
| <b>Sinimbu</b>             | 3.171          | 243                              | 7,7         | 2.267         | 71,5         |
| <b>Sobradinho</b>          | 4.843          | 1.339                            | 27,6        | 4.233         | 87,4         |
| <b>Vale do Sol</b>         | 3.533          | 329                              | 9,3         | 3.016         | 85,4         |
| <b>Venâncio Aires</b>      | 23.011         | 5.458                            | 23,7        | 20.648        | 89,7         |
| <b>Vera Cruz</b>           | 8.001          | 1.590                            | 19,9        | 7.227         | 90,3         |
| <b>Total</b>               | <b>108.638</b> | <b>28.264</b>                    | <b>26,0</b> | <b>94.821</b> | <b>87,3%</b> |

Fonte: Relatório parcial do projeto do plano regional de desenvolvimento regional do VRP (2016)

Referente aos meios de comunicação, a região conta com nove jornais impressos. Venâncio Aires (Jornal Folha do Mate), Candelária (Folha de Candelária, Jornal de Candelária), Santa Cruz do Sul (Gazeta do Sul, Riovale Jornal), Sinimbu (Jornal Tribuna Popular, Folha de Sinimbu), Sobradinho (Jornal Gazeta da Serra) e Vera Cruz (Jornal Arauto) são os únicos municípios que possuem empresas jornalísticas. Já, no que refere a emissoras de

<sup>61</sup> As empresas não quiseram dizer qual era a sua base de assinantes no espaço rural: RR Telecom, BITCOM, GPS NET, Infotec, Aliança Hum, Santanet, Compusat, CST, Infoservnet, Azis internet.

<sup>62</sup> Fonte: Relatório Parcial do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo, 2016

rádio, são 18 emissoras, localizadas em Candelária (Rádio Princesa AM, Rádio Sorriso FM, Rádio Triângulo FM), Mato Leitão (Rádio Jovem Pan FM), Santa Cruz do Sul (Rádio Terra Gaúcha, Rádio Cidade, Rádio Comunitária, Rádio Gazeta AM e FM, Rádio Santa Cruz), Sinimbu (Rádio Comunitária Sinimbu), Sobradinho (Rádio Sobradinho, Rádio Umbu FM, Rádio Jacuí FM), Venâncio Aires (Rádio Venâncio Aires AM, Rádio Terra FM, Rádio Vênus FM) e Vera Cruz (Arauto FM)<sup>63</sup>.

#### **4.2 Apresentação dos jovens entrevistados**

A partir dos elementos objetivos e subjetivos se torna possível analisar como esse grupo interage e realiza as representações sobre a ruralidade e a maneira como representa o território. Assim, considerando-se a importância da experiência vivida (LONG, 2007), buscou-se entender, a partir da trajetória de jovens rurais, em suas mais diferentes realidades, as mediações existentes no modo com que esses sujeitos formam a sua representação sobre o espaço onde vivem. No total foram 14 jovens entrevistados, entre julho de 2016 e janeiro de 2017. Cada entrevista teve, em média, uma hora de duração, e todas foram gravadas e posteriormente transcritas com o auxílio do Sonal, um software para transcrição e análise de entrevistas<sup>64</sup>.

Dez dos encontros ocorreram de maneira individual, e em cinco situações, um ou dois familiares (mãe, pai, avó, irmã) permaneceram junto com os jovens entrevistados, mas na maioria os que se manifestaram mais e contribuíram para as informações dadas pelos entrevistados foram as mães. Os encontros realizaram-se em locais que os jovens frequentavam e foram sugeridos por eles (universidade, local de trabalho, propriedade, cafeteria, feira rural). Vale salientar que, apesar de existir o roteiro semiestruturado (APÊNDICE C), a conversa respeitou a livre manifestação dos entrevistados de acordo com o interesse e as associações realizadas durante sua fala (SIERRA, 1998).

Dessa forma, na primeira parte do roteiro para a realização das entrevistas, no primeiro bloco de perguntas, visou-se saber dados pessoais e sociofamiliares. Entretanto, conforme Sierra (1998) esclarece, esse roteiro serve como um guia para que a conversa possa ser realizada e não se trata de um protocolo estruturado de perguntas. Aborda-se uma lista de tópicos e assuntos necessários para que exista a interação verbal que o entrevistado sistematiza, com temas principais. “La elaboración se esta guía sólo busca apoyar al

---

<sup>63</sup> Fonte: Relatório Parcial do Plano Estratégico Participativo de Desenvolvimento Regional do Vale do Rio Pardo, 2016.

<sup>64</sup>O Sonal foi desenvolvido no final de 2009 pelo sociólogo francês Alex Alber (Université de Tours), que decidiu criar essa ferramenta para ajudar em suas investigações sociológicas.



entrevistador en el recordatorio de los principales temas sobre los que se harán preguntas en la entrevista” (SIERRA, 1998, p. 316). Por isso, incluíram-se temas relacionados à família, aos meios de comunicação, ao cotidiano e também elementos relacionados às representações sociais. Nesse instrumento também foram contempladas informações importantes para caracterizar o estilo de vida dos jovens, características da localidade, enfim, informações essenciais que pudessem caracterizar tanto o jovem rural quanto o espaço em que ele estava inserido. Nesse sentido, características familiares, participação social, tamanho da propriedade, atividades diárias, grupos de convívio, consumo de bens e de produtos, acesso à informação e comunicação, participação de grupos, lazer, cursos, entre outras informações, foram abordados. Além disso, também foram consideradas as representações sociais desses jovens a partir tanto de associações livres, relacionadas ao mundo em que vivem, quanto da maneira como concebem o espaço, a partir de fatores positivos e negativos percebidos no meio rural, e também quanto a mudanças percebidas, valores sociais e imagens, pois “categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa com ele” (MOSCOVICI, 2013, p.63). No quadro a seguir é possível identificar o grupo pesquisado a partir da localidade, idade e principal atividade<sup>65</sup>.

---

<sup>65</sup>A renda familiar dos entrevistados não foi considerada, uma vez que não teria como realizar a análise uma vez que entre os jovens agricultores não é possível determinar uma renda. Além do mais, acredita-se que a partir das características da moradia, acesso ao ensino e tipo de consumo é possível se ter uma base da situação econômica familiar. Vale também salientar, que há consciência de que o grupo pesquisa não é representativo, tratando-se de um grupo com características específicas por terem acesso às tecnologias de comunicação e informação.

QUADRO 3 – Apresentação dos jovens Entrevistados

|          | <b>Idade</b>                   | <b>Local</b>         | <b>Tamanho propriedade</b> | <b>Distância da sede</b>         | <b>Principal atividade</b> | <b>Possui condução própria</b> | <b>Acesso propriedade</b> | <b>Escolaridade</b>  | <b>Escolaridade pai</b> | <b>Escolaridade mãe</b> | <b>Meios na residência</b>   |
|----------|--------------------------------|----------------------|----------------------------|----------------------------------|----------------------------|--------------------------------|---------------------------|--|-------------------------|-------------------------|--|
| <b>A</b> | 22 anos<br>Mulher<br>Sem irmão | SCS                  | 1 hectare                  | 12 km                            | Trabalha num escritório    | Não                            | Asfalto                   | Superior Completo – UNISC – 2016/2 (Administração)         | 4ª. série               | 4ª. série               | Televisão, smartphone, Parabólica, notebook.   |
| <b>B</b> | 21 anos<br>Mulher<br>Sem irmão | SCS Rio Pardinho     | 1 hectare                  | 24 km de SCS<br>10 km de Sinimbu | Estudante                  | Não                            | Asfalto                   | Superior Incompleto – UNISC (Jornalismo)                   | Médio Completo          | Médio Completo          | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, Rádio, notebook.              |
| <b>C</b> | 21 anos<br>Home m<br>Sem irmão | SCS Rio Pardinho     | 1 hectare                  | 13 km de SCS<br>24 km de Sinimbu | Estudante e estagiário     | Não                            | Asfalto                   | Superior Incompleto – UNISC (PMA)                          | Graduação Completa      | Graduação Incompleta    | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, playstation, rádio, notebook. |
| <b>D</b> | 20 anos<br>Home m<br>1 irmão   | SCS Cerro Alegre     | 6,5 hectares               | 14 km SCS                        | Estudante                  | Moto                           | Asfalto                   | Superior Incompleto – UNISC (Educação Física)              | Médio Completo          | Médio Completo          | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, playstation, rádio, notebook. |
| <b>E</b> | 21 anos<br>Home m<br>1 irmã    | Venâncio Aires       | 4 hectares                 | 25 km                            | Agricultor e estudante     | Moto                           | Asfalto e terra           | Superior Incompleto – UERGS - (Tecnologia em Horticultura) | 6ª. série               | Fundamental Completo    | Televisão, smartphone, Xbox, jornal, rádio, notebook.                                  |
| <b>F</b> | 19 anos<br>Home m<br>1 irmã    | SCS Linha Santa Cruz | 6 hectares.                | 12 km                            | Agricultor                 | Carro                          | Asfalto e terra           | Ensino Fundamental Completo                                | Fundamental incompleto  | Médio Completo          | Televisão, smartphone, rádio, Playstation, notebook.                                   |

|          | <b>Idade</b>                    | <b>Local</b>             | <b>Tamanho propriedade</b> | <b>Distância da sede</b> | <b>Principal atividade</b>     | <b>Possui condução própria</b> | <b>Acesso Propriedade</b> | <b>Escolaridade</b>                                  | <b>Escolaridade pai</b> | <b>Escolaridade mãe</b> | <b>Meios na residência</b>  |
|----------|---------------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------|--|-------------------------|-------------------------|---|
| <b>G</b> | 19 anos<br>Homem<br>2 irmãos    | SCS<br>Linha Santa Cruz  | 9,5 hectares               | 10 km                    | Agricultor                     | Moto                           | Asfalto e terra           | Ensino Médio Completo                                | Ensino Médio            | 8ª.série                | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, rádio, notebook. |
| <b>H</b> | 18 anos<br>Mulher<br>1 irmão    | SCS<br>Linha João Alves  | 45 hectares                | 14                       | Agricultor a                   | Moto                           | Asfalto e terra           | Ensino Médio Completo                                | Fundamental incompleto  | Fundamental incompleto  | Televisão, smartphone, rádio, notebook.                                   |
| <b>I</b> | 19 anos<br>Mulher<br>Sem irmãos | SCS<br>Cerro Alegre      | 45 hectares                | 13 km                    | Cuida da agroindústria do pai. | Carro                          | Asfalto e terra           | Ensino Médio Completo                                | 4ª. série               | 4ª.série                | Televisão, smartphone, rádio, notebook.                                   |
| <b>J</b> | 23 anos<br>Mulher<br>2 irmãos   | SCS<br>Cerro Alegre      | 25 hectares                | 14 km                    | Agricultor a                   | Não                            | Asfalto                   | Ensino Médio Completo.                               | 4ª. série               | 4ª.série                | Televisão, smartphone, rádio, notebook.                                   |
| <b>K</b> | 24 anos<br>Mulher<br>2 irmãs    | SCS<br>Linha João Alves  | 30 hectares                | 14 km                    | Agricultor a                   | Não                            | Asfalto e terra           | Superior Completo Contabilidade (2016/2) - UNISC     | 4ª. série               | 4ª.série                | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, rádio, notebook  |
| <b>L</b> | 21 anos<br>Mulher<br>1 irmão    | Sinimbu<br>Linha Almeida | 14 hectares                | 22 km                    | Estagiária                     | Não                            | Asfalto e terra           | Técnico Agrícola Incompleto -                        | 8ª. série               | 4ª.série                | Televisão, smartphone, rádio, notebook.                                   |
| <b>M</b> | 21 anos<br>Mulher<br>1 irmã     | Vera Cruz<br>Vila Ferraz | 4 hectares                 | 10 km                    | Agricultor a e estudante       | Carro                          | Asfalto                   | Superior Incompleto- UERGS (Técnico em horticultura) | 5ª. série               | Médio Completo          | Televisão, smartphone, TV por assinatura, wi-fi, jornal, rádio, notebook  |
| <b>N</b> | 22 anos<br>Homem<br>Sem irmãos  | Vera Cruz<br>Entre Rios  | 15,4 hectares              | 15 km                    | Estudante e estagiário         | Carro                          | Asfalto e terra           | Superior Incompleto- UERGS (Técnico em horticultura) | 5ª. série               | Fundamental Completo    | Televisão, smartphone, rádio, notebook.                                   |

Sendo o objetivo esta Tese o de entender o modo com que esses jovens “enxergam” o meio rural atualmente, foi de vital importância conhecê-los. Vale salientar que ao se buscar os entrevistados, quando se informava que a pesquisa tinha como sujeitos de estudo jovens rurais, alguns dos contatados alegavam que não eram agricultores, não se caracterizando como tal. Assim, diz Giorgetti (2006), as representações sociais estão relacionadas diretamente tanto às condições econômicas, sociais e históricas quanto a mecanismos internos de funcionamento — clichês, julgamentos que interagem com o que se é representado. Em função dessas tentativas em vão, modificou-se a forma de abordagem, pois se percebeu que jovem rural, na concepção dos sujeitos abordados, estava associado diretamente ao trabalhar com a terra. Dessa forma, alegou-se que a pesquisa visava contemplar jovens que residissem nas zonas rurais, deixando claro de que eles necessariamente não precisariam ser agricultores. Esse foi o caso da Jovem A, formada em Administração pela Universidade de Santa Cruz do Sul, em fevereiro de 2017. A entrevista foi marcada em um café, ao lado do edifício onde sua mãe é zeladora. Trata-se de uma garota bastante tímida. Seus pais se separaram quando ela tinha dez anos e há 13 anos ela não fala com seu pai, mesmo morando em Santa Cruz do Sul. Atualmente, ela mora com a mãe. O irmão mais velho da Jovem A mora na cidade de Santa Cruz do Sul, é casado e tem um filho de dez anos, é serralheiro e trabalha de maneira autônoma.

A Jovem A e sua mãe moram em uma localidade que fica a 12 quilômetros do centro de Santa Cruz do Sul. Quando os pais se separaram, a mãe ficou com a casa e o terreno adquirido dois anos antes da Jovem A nascer. Antes de se mudarem, o casal e o primeiro filho moravam próximo ao centro da Cidade.

Eles moravam próximo do centro, ali no Belvedere, antes. Ai eles foram morar lá, mas eu não sei por que. Era o que conseguiram comprar, eu acho. Na época, era mais no interior. E tinha uma época que o pai começou a criar porco, por isso também que eles foram pra lá. Eles tinham mais porco e galinha. Hoje nós temos alguma coisa de árvore frutífera que ela plantou bastante de um tempo pra cá. E tem dado bastante coisa. Laranja e essas coisas, só que mais pra consumo próprio. E a mãe planta alguma coisa, tipo espinafre, salsa, coisa mais básica. Espinafre vi elas colhendo que deu um monte (JOVEM A, 2017).

Apesar de os pais da Jovem A morarem no centro da cidade, os dois foram criados no interior. A família da mãe da Jovem A é de origem germânica, de Quarta Linha Nova Alta, próximo a Monte Alverne. Dos 12 irmãos, só uma continuou morando no interior e prosseguiu plantando tabaco, auxiliada pelo seu filho mais velho. Todos os demais moram na zona urbana. A família do pai morava em Linha Santa Cruz e também somente uma irmã continuou morando lá e atualmente está aposentada.

Tem só essa tia que mora lá ainda e planta fumo. Uma só por parte mãe e uma por parte de pai. E aí no caso, essa por parte de pai, os filhos nem ficaram lá mais. Só ela. E a por parte de mãe, o filho ainda fica, no caso. Quem vai ficar cuidando das terras é ele. Ele é mais velho que meu irmão, 32 ou 33, não sei (JOVEM A, 2017).

O início do Ensino Fundamental da Jovem A foi no interior, na localidade onde morava. No entanto, quando seus pais se separaram e a mãe começou a trabalhar no centro da cidade, ela continuou seus estudos em uma escola de Santa Cruz do Sul. Segundo a jovem, em função de ter estudado a maior parte do tempo na cidade, ela possui pouco contato com pessoas da localidade onde mora. Após a separação dos pais, a casa se tornou somente dormitório, pois suas atividades estão concentradas na cidade:

Eu estudei um ano lá perto. Depois eu vim pra cá [cidade]. Daí a mãe tinha que vim trabalhar no Centro e eu vinha pra cá. Daí eu fiz no Bartolomai. Daí, de manhã, eu fazia colégio e de tarde eu ficava no lar das meninas, que era tipo uma creche pra crianças maiores. Daí por isso que não tenho contato com as pessoas de lá. Eu estudava aqui e eu ficava pouco tempo. Mais ainda no inverno que tu já chega e fica escuro (JOVEM A, 2017).

A Jovem A disse que mesmo tendo vivido a vida inteira no interior e ter passado a maior parte do tempo “indo e vindo da cidade”, gosta de viver na localidade, por ser um lugar tranquilo. A ideia dela e da mãe é de conseguirem mudar-se para a cidade, porque as duas ficam mais tempo no centro porque a jovem estagia em um escritório de contabilidade e estuda na universidade.

A Jovem B e o Jovem C, ambos com 21 anos, também são estudantes universitários e moram em Rio Pardinho<sup>66</sup>. Os pais deles também não são agricultores. Ambos são filhos únicos. A jovem mora com a mãe e o padrasto, e o jovem mora somente com as suas mães. A mãe da Jovem B possui um minimercado, localizado na faixa que liga a cidade de Santa Cruz do Sul a Sinimbu. Ela se considera apaixonada por tecnologia – logo que ganhou um computador fez curso de informática. Antes mesmo de terminar o Ensino Fundamental, a mãe lhe deu de presente um computador com acesso à internet, o que fez com que no Ensino Médio se tornasse monitora de informática no colégio. Até hoje a Jovem B também auxilia sua mãe na parte de informática do mercadinho, que possui uma central de pagamentos e está todo informatizado.

A minha mãe disse assim: “porque a Pamela tá crescendo, daqui a pouco vai se formar no fundamental, vai fazer o Ensino Médio, vai precisar de computador, porque para fazer trabalho, para pesquisar e tudo mais”. Porque foi bem naquela época que estava realmente as escolas estavam iniciando aquele processo todo. E com isso então a minha mãe pegou, falou não eu pego o ponto, comprou computador, colocamos um ponto lá. Ela fez um pacote para 10 pessoas, porque naquela época a escola Cristiano colocou internet (JOVEM B, 2016).

---

<sup>66</sup> As entrevistas foram realizadas na universidade.

Ao que tudo indica, isso sempre foi muito incentivado pela mãe, que parece possuir uma postura bem empreendedora. Os pais da mãe da Jovem B plantavam tabaco no interior de Sinimbu. A mãe, ao terminar o Ensino Fundamental, continuou o Ensino Médio na cidade e conseguiu um emprego numa fábrica de calçados. Nessa empresa, ela conheceu o pai da Jovem B, que era catarinense. Depois de trabalhar na fábrica de calçados teve uma lotérica, vendia raspadinhas. Após essa experiência abriu uma locadora de filmes. Mas com o nascimento da Jovem B e com a separação, ela retornou para a casa dos pais, pois ficou difícil cuidar da filha e trabalhar. Durante um ano a mãe da Jovem B trabalhou com os pais na plantação de tabaco. Com o lucro, ela alugou as terras de um tio em Rio Pardinho e iniciou um mercadinho, que possui até hoje. Após alguns anos conseguiu comprar as terras do tio e é o local onde vive com a filha, a Jovem B.

Minha mãe então como deu bem naquela época difícil, criança pequena para cuidar e tudo mais ela fechou lotérica, foi morar com a minha vó durante um ano, aí ajudou naquela safra do fumo, aí conseguiu o dinheiro, comprou lá onde a gente tem hoje. E aí começou a fazer comércio, começou com fardinho de cachaça, fardinho de refrigerante e foi indo, foi indo e tamo aí até hoje. Aí minha mãe foi trabalhando, trabalhando, trabalhando, pagando conta, foi começando a guardar um pouquinho de dinheiro e tal e tal, compramos o terreninho do lado, aí com açude e tudo mais. Aí daqui a pouco, daqui a pouco foi trabalhando, foi passando o tempo, compramos mais um terreninho. Aí hoje dá uns cinco terrenos que a gente comprou (JOVEM B, 2016).

A Jovem B cursou o Ensino Fundamental no interior, em uma escola municipal da localidade. O Ensino Médio foi cursado em Sinimbu, cidade localizada a 10 quilômetros da propriedade. Segundo ela, foi nesse período que decidiu o que queria fazer no futuro e sempre foi incentivada pela mãe. Da família ela é uma das poucas pessoas que ingressou na universidade. Apesar da pressão dos conhecidos de que ela poderia seguir o negócio da mãe, ela não quis fazer nenhuma Faculdade ligada à área comercial ou vendas. A mãe também nunca a pressionou, até porque ela também foi uma das poucas jovens da família que não seguiu na agricultura:

A minha mãe é a mais nova. E aí todos os meus tios, eu tenho quatro tias e três tios e todos eles são agricultores e a minha mãe que seguiu para o ramo do comércio. Todos eles são agricultores e moram em Rio Pardinho. Só a minha tia que mora em linha João Alves. Aí os meus primos, eu tenho vários primos, a maioria deles fez só o Ensino Médio, a maioria deles não continuou estudando. Aí então, eu assim na família fui a única que seguiu estudando, seguiu fazendo faculdade e tudo mais. Todos eles plantam fumo (JOVEM B, 2016).

A família do Jovem C é toda urbana. O pai nasceu em Porto Alegre e a mãe é natural de Santa Cruz do Sul. O Jovem C possui uma trajetória de muitas mudanças. Quando seus pais se separaram, ele tinha oito anos, mudou-se com a mãe para Candelária. O pai ficou morando em Santa Cruz do Sul. Durante um ano e meio eles moraram nessa cidade que fica a

36 quilômetros de Santa Cruz do Sul. A mãe do jovem então conheceu o segundo marido e foram morar em Rio Pardinho, distrito que fica 13 quilômetros do centro de Santa Cruz do Sul. Mãe e filho julgaram agradável a ideia de ir para o interior, pois desde pequeno ele gostava de ir para o sítio dos avós paternos, em Tapes. Além disso, a mãe do jovem gostava muito de flores, plantas e do contato com os animais. O jovem acredita que esse interesse da mãe tenha surgido ainda no colégio.

Eu acredito, a minha mãe quando ela era criança eu sei que no colégio que ela estudou tinha uma aula de produção rural assim, não sei como é que chama, mas agricultura vamos dizer assim e talvez daí venha o interesse dela. Minha avó também gosta muito de flor, tem um monte de árvore na casa dela e coisa (...) O que tem lá mas daí é produção própria, vamos dizer assim não é pra venda tem coelho, galinha, tinha um tempo que tinha ovelha, tem um boi ainda (...) Tem flor, tem árvore frutífera, horta, tem ela gosta muito morango por exemplo, tem plantado eu nem sei pra ser bem sincero sabe, mas sei que tem um monte de coisa, árvore de fruta também, por exemplo laranja (JOVEM C, 2016).

Como o segundo marido era aposentado, acreditaram que seria interessante trocar a cidade pelo interior, fato muito recorrente na atualidade, quando pessoas de origem urbana passam a valorizar o rural, considerando-o um espaço com maior qualidade de vida, proteção e moradia (PIRES, 2007). No primeiro ano o Jovem C estudou em uma escola do interior de Sinimbu, pois sua mãe trabalhava nessa cidade, distante nove quilômetros de onde moravam. No ano seguinte, ele foi estudar em uma escola particular em Santa Cruz do Sul, e acabou se desinteressando em morar no interior. O fato de ele perceber que o local onde morava ficava distante de tudo e não possuía sinal de internet fez com que terminasse a 5ª. série e decidisse ir morar com o Pai, que tinha conseguido uma transferência na empresa onde trabalhava, para Montenegro, cidade distante 100 quilômetros de Santa Cruz do Sul.

Eu desde criança assim sempre gostava [de ir para o fora], o meu vô tinha um sítio assim e eu gostava bastante. (...) Eu pra ser bem sincero quando fui morar lá acabei me desinteressando por essa parte de interior assim. Quando eu fui lá e descobri que não pega celular, por exemplo, né, na época não tinha internet né, esse tipo de coisa aí e eu comecei a me desinteressar. Na 5ª série estudei em Santa Cruz, já morava em Rio Pardinho, aí eu fui pra Montenegro, aí teve essa diferença, onde eu morava em Rio Pardinho não tinha internet bem na época da 5ª série que ficava todo mundo no Orkut naquela época, e msn e eu não tinha, não tinha internet em casa. Influenciou bastante essa questão de ter ido pra Montenegro. Uma boa parte foi pra conviver mais com meu pai também, porque eu não sabia como ia ser morar com ele, mas a internet também teve sua participação assim na escolha. Era o que, acho que eu tinha uns 10, 11 anos. Aí pegou toda aquela fase da adolescência ali que é, enfim quando a pessoa mais fica interessada em computador (JOVEM C, 2016).

Durante três anos o jovem morou com o pai em Montenegro e acabou retornando quando teve problemas no colégio. O fato de ter ficado em dependência em uma matéria não permitiu que ele passasse de ano. No entanto, uma escola em Santa Cruz do Sul permitiu que

ele pudesse passar de ano, desde que cursasse as matérias que ele não tinha conseguido ter média na escola anterior concomitantemente com as demais. Além disso, a mãe se separou do segundo marido e o jovem considerou mais tranquilo voltar para a casa da mãe. Após finalizar o Ensino Médio em uma escola pública de Santa Cruz do Sul, o jovem foi morar com a avó paterna em Porto Alegre para fazer o cursinho pré-vestibular. Durante meio ano ele morou na capital, apesar de ter julgado interessante a experiência, não gostou muito dessa fase, até porque a maior parte dos amigos era de Santa Cruz do Sul e ele, por morar com a avó, não queria deixá-la preocupada, o que fazia com que ele não saísse muito de casa.

Eu lembro que de manhã eu saía daí eu começava a olhar aquele monte de prédios grandes, depois o movimento e achava isso tudo muito legal, só que daí quando eu tava num ônibus, cheio de gente, que eu tinha que ficar grudado na porta porque não tinha espaço eu achava horrível. Então foi uma mistura assim e como eu não tinha, eu não conhecia muita gente lá eu não costumava sair de noite porque a minha avó ficava preocupada que era perigoso. Então daí eu não saía em festas e coisa eu não saía (JOVEM C, 2016).

O Jovem D<sup>67</sup>, tem 20 anos e também é estudante universitário, possui uma trajetória semelhante ao do Jovem C. A família mudou-se para o interior quando ele tinha 14 anos, no entanto, essa mudança foi um aspecto positivo, tanto que ele optou por cursar o Ensino Médio na Escola Família Agrícola de Santa Cruz do Sul (EFASC)<sup>68</sup>. Segundo a mãe, ele gostava muito de ir para lá [a propriedade da família], ele, entretanto, disse não se lembrar do porquê da escolha.

Ele queria muito ir pra EFA. Tanto que naquele ano na oitava série, o primeiro trimestre ele rodou em quatro matéria. Ai, eu falei pra ele: “olha filho, se não melhorá, como tu vai entra na EFA?” Aí, no segundo ele conseguiu recuperar e no terceiro ele passou em todas. A vontade era grande de ir pra EFA. Ele Estudava no Santa Cruz até a 8a. Ele queria muito, muito. Ele gostava daqui né. Ele gostava muito aqui do interior. Pegava junto com o pai (MÃE DO JOVEM D, 2017)

Nem lembro porque escolhi...É que eu morava na cidade e não tinha muito espaço para correr e aí eu vim para cá e era outra coisa. A gente morava em casa, até tinha um terreno bem grandinho, mas não era aquela liberdade igual tem aqui né. (JOVEM D, 2017)

O pai nasceu em Candelária e quando jovem ajudava a família na plantação de tabaco. Todos os irmãos dele tinham ido embora da propriedade e ele permaneceu auxiliando o pai, entretanto, ao completar 22 anos ele disse ao pai que não iria continuar. Dessa forma, a família vendeu as terras em Candelária e se mudou para Santa Cruz do Sul. Durante muitos

<sup>67</sup> A entrevista foi realizada na propriedade da família e todos os familiares estavam presentes. Em alguns momentos o jovem pediu auxílio à mãe para falar de alguns assuntos.

<sup>68</sup> A escola oferece tanto o Ensino Médio e técnico profissionalizante, com habilitação para atuar como técnico agrícola. A escola segue uma pedagogia diferenciada, a pedagogia da alternância, em que o estudante fica uma semana na escola e outra na propriedade da família.



anos ele foi representante comercial de erva-mate e de vinho. Após um acidente de carro e ter ficado dois anos imobilizado, ele comprou 6,5 hectares no interior de Santa Cruz do Sul. A avó paterna do jovem foi a que primeiro se mudou para lá, e nos finais de semanas a família passava na chácara até o Jovem D completar 16 anos. Durante a entrevista os familiares estavam reunidos na varanda da casa.

O Jovem D finalizou o Ensino Fundamental na EFASC, no entanto, não quis continuar estudando mais um ano e formar-se técnico agrícola. Aos 18 anos se alistou no exército e após o período obrigatório decidiu fazer vestibular e continuar os estudos, para surpresa da mãe, pois, segundo ela, ele nunca gostou muito de estudar:

Foi muito difícil, ele não queria estudar. Foi uma briga enorme pra terminar o segundo grau. Tanto que quando ele saiu ele disse que quando tivesse filho não queria nem leva pra escola pra não vê uniforme. Ele odiava, odiava, odiava. Daí, um ano depois, ele chegou em casa e disse: “mãe, eu me inscrevi pro vestibular”. Ele mesmo se inscreveu sozinho. Pagou. Fez e começou a faculdade por conta própria. (MÃE DO JOVEM D, 2017).

Atualmente, ele está no terceiro semestre no curso de Educação Física, o que deixa claro a sua paixão por esportes. Em casa ele não auxilia mais o pai, o irmão mais novo, de 17 anos, faz esse papel, ajudando o pai na plantação de goiaba, de ameixa e, recentemente, de pêssego. “Agora não ajudo mais, mas antes de entrar pro quartel, sim. Eu já fiz a minha parte. Olha, eu ajudava, ajudava no que tinha que fazer, plantar e tudo mais” (JOVEM D, 2017).

Por se tratar de uma cultura – produção de frutas - que não precisa de muitos cuidados, o pai também trabalha em uma indústria como operador de empilhadeira. Nesse sentido, a receita familiar provém tanto da agricultura quanto do trabalho assalariado na cidade, caracterizando essa família como pluriativa<sup>69</sup>.

Os Jovens E, F, G, H, I, J, K, L, M e N são os entrevistados que possuem um vínculo maior com a agricultura. Todos eles possuem convicções de permanecerem trabalhando no campo, seja dando continuidade ao trabalho iniciado pelos pais — os Jovens F, G, H, I, K e M —, seja inovando o trabalho na propriedade ou iniciando novos projetos — como no caso dos Jovens E, J, L e N.

O Jovem E, morador do interior de Venâncio Aires, município localizado a 25 quilômetros de Santa Cruz do Sul, nasceu em 1994. Atualmente, ele divide o seu tempo entre

---

<sup>69</sup> Segundo Wanderley (2003, p. 52), “estabelecimento familiar é pluriativo se o seu chefe trabalha fora. Isso acontece porque seu desempenho lhe assegura um tempo livre ou, quando ocorre o contrário, o estabelecimento não é capaz de absorver plenamente sua força de trabalho. O trabalho externo dos filhos adultos, que ainda moram sob o mesmo teto dos pais, provavelmente aponta para o processo de individualização e de busca de autonomia desses filhos rumo à constituição em breve de outra família ou de tornar tal filho relativamente autônomo do ponto de vista financeiro.

a universidade e o trabalho na propriedade dos pais, que possuem quatro hectares. Ele é estudante da Universidade do Estado do Rio Grande do Sul (UERGS) - local onde ocorreu a entrevista - desde 2013, no Curso Superior de Tecnologia em Horticultura. Tem uma irmã de 17 anos que também pretende dar continuidade à agricultura familiar. Ele fez o Ensino Fundamental na localidade onde reside, mas decidiu, com o apoio do seu pai, cursar o Ensino Médio na EFASC, pois as perspectivas, na localidade onde mora, segundo ele, não eram muitas.

Houve uma Assembleia do Sicredi que fizeram divulgação da EFA, aí ali no caso eu me interessei bastante, porque eu já tava bem desestimulado até da escola pública sabe. Tava louco para me formar para ir para o quartel, que era isso que o pessoal que a gurizada do interior todo mundo quer, né (...) Daí quando apareceu essa oportunidade tanto eu como o pai gostamos bastante, já claro se preocupando se a gente ia ter condições e coisas né por que, mas aí ali que a gente se inscreveu e coisa né para conhecer (JOVEM E, 2016).

Toda a família do Jovem E é agricultora e era produtora de tabaco. Entretanto, logo no primeiro ano em que ele começou seus estudos na EFASC, a família desistiu de dar continuidade a essa cultura e, atualmente, produz leite, cultiva hortaliças e tem criação de suínos. O pai faz parte do sistema integrado da Cosuel, Cooperativa dos Suinocultores de Encantado, há vários anos.

O primeiro ano que eu entrei na EFA foi o último ano que a gente plantou fumo lá. Aí, naquele ano, a gente ainda plantava fumo só que conforme, pelo serviço, né, degradante, como lá é também uma área muito, muito montanhosa tudo fica bem mais complicado. Então tu vai ter que trabalhar ainda com uma cultura assim por si só é degradante pra tu trabalhar com ela, né, aí nós acabamos... o pai acabou mudando o sistema sabe, o sistema de produção mas foi porque ele quis. Também assim facilitou porque ficou mais, vamos dizer, mais light de trabalhar (JOVEM E, 2016).

A namorada do Jovem E também é estudante da UERGS e também estudou na EFASC, local onde se conheceram. A família dela também é agricultora e possui terras em um município distante 75 quilômetros de Santa Cruz do Sul e Venâncio Aires. O fato de a propriedade da família do jovem ter somente quatro hectares de área cultivável, ele está auxiliando o futuro sogro na propriedade, ajudando-o a implantar uma agricultura orgânica, selo que a propriedade de seu pai já possui. Ele acredita que assim está ajudando a irmã mais nova que terá mais espaço e disponibilidade de seguir a produção da família, pois a propriedade é pequena.

É muito pequena [a propriedade]. Quatro hectares e pouco. A gente já tinha suíno, já tinha leite, e aí então, justamente agora, minha irmã terminou estágio. Ela também se formou na EFA né, terminou o estágio e tava esperando uma oportunidade para também continuar na agricultura. Sabe, daí também tava eu e a minha namorada, eu e ela já meio que morando e trabalhando lá. Aí ela voltar também e ficar mais apertado ainda, então eu disse não, a gente tem essa oportunidade de ir para General

Câmara e então vai dar uma oportunidade também para ela e conseguir ficar melhor na propriedade. Em General Câmara a propriedade é e os pais da minha namorada, te mais de 30 hectares (JOVEM E, 2016).

O Jovem E possui uma postura bastante crítica, o que pode estar associado tanto ao fato de ele ter estudado na EFASC quanto por ter continuado os estudos nessa área. Tem uma atuação comunitária bastante forte e uma visão política bem estabelecida. Apesar disso, em primeiro momento, ele não considera problema o fato de o pai da namorada ainda plantar tabaco, porque o trabalho pesado é feito por trabalhadores contratados. Pode se perceber que “a valorização da atividade agrícola, quando existe, é acompanhada pelo desejo de nela permanecer, desde que as condições de trabalho não sejam mais tão desgastantes e sem retorno financeiro”. (CARNEIRO, 2008a, p. 265).

Leite e aí tem o fumo também né. Lá tem um fumo bastante, tem 140 mil pés de fumo lá, mas aí no caso ele trabalha mais com gente de fora, com peão, que fala, então trabalha mais com gente de fora a questão do fumo né. E no caso, as atividades que a gente mais lida, até porque já é atividade bastante trabalhosa, que é o leite, porque tem 25 vacas em lactação (JOVEM E, 2016).

O Jovem F é o único dos entrevistados que não concluiu o Ensino Médio. Hoje, com 19 anos, estudou até o Ensino Fundamental e sua atividade principal é a agricultura. A entrevista foi realizada na propriedade da família, distante 12 quilômetros do centro de Santa Cruz do Sul, quatro destes percorridos por estrada de chão. Logo na chegada, pode-se perceber a surpresa dele pelo fato de a pesquisadora ter conseguido encontrar o endereço. O primeiro contato foi realizado na Feira Rural onde a família comercializa sua produção, momento em que ele explicou como chegar até a propriedade. A mãe e sua irmã de 13 anos acompanharam a entrevista.

A propriedade possui seis hectares, mas, ao que tudo indica, eles conseguem aproveitar muito bem o espaço, pois as condições financeiras da família parecem estar equilibradas. Eles possuem caminhão, trator, dois carros, sendo um deles uma SUV último modelo, piscina e uma casa muito bem estruturada. Segundo a sua mãe, a maior parte da renda familiar provém da agricultura, sendo uma pequena parcela decorrente do aluguel da casa que eles moravam em Linha João Alves, onde ficaram até 2008, na propriedade dos avós paternos. A família da mãe do jovem é de Linha Santa Cruz, localidade rural de Santa Cruz do Sul, onde atualmente residem, e a do pai é de Sinimbu. Os pais do Jovem F se conheceram em um de grupo de amigos, apesar de viverem em localidades diferentes, nos finais de semana a turma se reunia.

As terras onde moram hoje foram compradas após tomarem conhecimento da venda em um classificado do jornal da cidade, Gazeta do Sul. Durante um período, após a compra,

passavam os finais de semana o local adquirido, mas logo depois se mudaram para lá, e há oito anos fixaram residência na localidade. Porém, a maior parte dos amigos continuou sendo de Linha João Alves, até porque nos últimos anos do Ensino Fundamental o Jovem F ficava durante a semana na casa dos avós paternos, pois, em função do transporte, tornava-se mais fácil ir para a escola.

É que antes a gente vivia da terra arrendada e daí a gente queria um lugar que fosse nosso, né? Daí a gente conheceu esse lugar com muita água, que pra verdura é a melhor coisa. No início nos compro só pra passar final de semana, aí a gente construiu. Lá em Linha João Alves nós também trabalhava com verdura também (MÃE DO JOVEM F, 2017).

Os avós do Jovem F nunca plantaram tabaco e sempre tiveram a tradição de plantar verdura, que é a principal renda familiar. Além disso, alugaram a casa construída nas terras dos avós paternos, alugada há pouco tempo, e em função desse aluguel a família consegue ter um rendimento extra e também a auxilia quando há problemas com o clima. Aliás, um evento marcante para a família aconteceu em 2015, quando uma chuva de granizo atingiu a plantação.

No último anos. Nós perdemos toda a lavoura por causa do granizo, mas não sobrou nada. Nem sabia se tinha grama. Foi horrível (...) Não tinha nem as folha nas árvores. Foi outubro do ano passado. Não foi outubro de 2015. Perdemos tudo, tudo, tudo, tudo (JOVEM F, 2017).

O Jovem G, nascido em 1997, concluiu o Ensino Médio em uma escola da cidade, em 2015, e não teve o interesse de ingressar na Universidade. A propriedade da família, que possui nove hectares, está localizada no interior de Santa Cruz do Sul e é bem diversificada.

A gente planta de tudo, frutas, hortifrutí, de tudo um pouco que a gente pode planta. Tem gado e porco, pra consumo próprio. Apicultura também, mas não é nada muito grande assim, mas pra ter aqui pra vender aqui na feira (JOVEM G, 2017).

Trata-se de um rapaz de poucas palavras, tanto que a entrevista foi a que menos tempo durou, por volta de 30 minutos, também possivelmente porque a entrevista tenha sido realizada em uma feira rural no centro da cidade, onde a família comercializa seus produtos nas quartas-feiras e sábados das 7h da manhã até às 12 horas. Ele não soube dizer a idade dos pais, mas sabe que o pai concluiu o Ensino Médio e que a mãe estudou até a 8ª. série e se conheceram em uma festa. A família do jovem é uma das maiores do grupo de entrevistado, pois ele possui mais dois irmãos: uma irmã de 14 anos e o caçula de 9 anos. Ele possui 11 tios, cinco por parte de pai e seis por parte de mãe. Com exceção de duas tias por parte de pai, o restante de seus tios mora na cidade de Santa Cruz do Sul, sendo o pai dele o único que seguiu o trabalho dos avós. A família materna é de Boa Vista e a paterna é da mesma localidade na qual residem hoje.

A propriedade da família, pertencente ao avô paterno, distante dez quilômetros do centro da cidade de Santa Cruz do Sul e foi adquirida a partir de heranças. Além disso, eles também são os responsáveis por cuidar das terras da tia, situação bastante recorrente na região.

Tem uma parte que a gente ainda não comprou, mas é mais ou menos, ela é da irmã do meu pai. Bota como nosso mesmo nove hectares e meio. Meu pai ganhou uma parte da herança do tio dele, pra cuida dele. Daí teve parte dali. Também teve herança, uma parte que ele ganhou, né, ganhou pra cuida dos mais velhos, né, e uma parte ele comprou daí (JOVEM G, 2017).

A Jovem H é namorada do Jovem G, mora em outra localidade, também em Santa Cruz do Sul. Ao contrário do Jovem G, ela mostrou-se bem disponível e muito à vontade para conversar, tanto que a entrevista durou 80 minutos, realizada em um shopping na cidade de Santa Cruz do Sul. O local ela mesmo definiu, pois durante o período da manhã ela estava trabalhando na feira, onde a família comercializa seus produtos. Ela parece gostar muito do que faz e apesar de morar com os pais e trabalhar com eles, ela diz possuir sua independência, principalmente pelo fato de possuir uma moto, o que faz com que se locomova sem problemas entre a localidade que vive e o centro.

Uma área em que a Jovem H também atua é a estética. Ela pensou em cursar o Tecnólogo em Estética e Cosmetologia, mas por questões financeiras e pela falta de tempo, acabou desistindo. O intuito dela é conseguir preencher o tempo que ela tem quando não está trabalhando na agricultura, que para ela é a atividade principal e da qual gosta.

Eu ainda não sei o que vou fazer. Ai não sei assim, que nem eu pensei em fazer Agronomia, só que daí eu falei com várias pessoas que fizeram Agronomia e elas me falaram que não valia a pena porque é um custo muito alto e tipo, tu não aprende muito mais coisas do que eu já sei, porque eu sei muita coisa, sabe (...)Daí eu pensei em fazer Estética e Cosmética, mas é muito caro né. Aí tá, ai tipo se tu for ver eu não tenho muito tempo assim pra esse tipo de coisa. Daí agora eu comecei a fazer unhas decoradas, mas por conta própria sabe. Eu tô treinando, mas eu quero começar assim, mas só tipo sábado de tarde, porque eu não faço nada sábado de tarde, daí nos outros dias eu ajudo o pai e a mãe porque eu também trabalho em outro lugar né, ajudo em casa, também planto verdura (JOVEM H, 2017).

Os pais da Jovem H moram nas terras do avô paterno que possui 45 hectares e onde os tios também moram. A família sempre plantou tabaco, mas parou com esse cultivo em função de problemas de saúde que estavam afetando a família. Atualmente, somente plantam verduras que comercializam nas feiras rurais. Os tios maternos, porém, ainda continuam com a cultura do tabaco. A jovem vibra pelo fato de a família ter parado.

Os meus tios por parte de pai moram todos ali bem pertinho, e são verdureiros no caso, um deles tem a propriedade em Pinheiral e o outro é do lado da casa do meu vô ali. E os da minha mãe todos eles plantam fumo. A gente plantava fumo até ano retrasado daí paramos, é que era mais por causa de doenças né, porque a gente tinha, eu já não consigo, o pai também não, daí era só a mãe. Essa transição pra mim foi ótimo porque eu não gostava de plantar fumo (JOVEM H, 2017).

Os planos dela e do namorado é o de irem morar nas terras do avô, que prometeu um terreno caso os jovens venham a se casar e continuem na agricultura. Nessa situação percebe-se um incentivo familiar para que a jovem permaneça no campo. Fato que pode estar associado ao tamanho da propriedade e ao poder aquisitivo da família.

É que como a gente tá sete anos quase juntos a gente pensa assim em talvez um dia continuar a feira do pai, do vô sabe, porque meu vô os três filhos dele são feirantes né, todos eles, então se talvez um dia a gente vá continuar a gente vai fazer nossa casa ali né, porque o vô deixa né porque ele disse que se a gente quisesse morar ele iria tipo dar a terra sabe, dar no sentido de ter onde morar (JOVEM H, 2017).

Semelhante ao que ocorre com os jovens residentes no espaço rural, a Jovem H cursou o Ensino Fundamental em uma escola do interior, e o Ensino Médio foi realizado na cidade de Santa Cruz do Sul. Segundo essa jovem, ela sentiu o preconceito principalmente quando foi estudar na cidade, mas que não se importava muito, pois, suas condições financeiras eram melhores do que a de muitos dos seus colegas. “Lá, assim, eu sofri bastante. Porque todo mundo sabia assim quem eu era. Vinha do interior, todo mundo ficava rindo, debochando. Só que eles não sabiam que o trator, as terras, eram de tanto valor assim. Então eu sempre, eu sempre fui debochada na escola” (JOVEM H, 2017). Apesar de ter sofrido o preconceito no período escolar, e pelo fato de continuar vivendo no interior, a situação não parece ter interferido em sua identidade de agricultora. Mesmo que seu pai possua apartamentos na cidade ela não tem interesse de se mudar, e acredita que pelo fato de poucas pessoas ainda continuarem na agricultura, a permanência dela, ali, será muito valorizada no futuro.

Meu pai tem apartamentos aqui [na cidade de Santa Cruz], estão alugados, né. Mas eu não quero isso pra mim. Se eu ganhar, eu vou vender eu acho, comprar outras terras até (...). É muito bom. É verdade, é maravilhoso. Eu sei que muita gente aqui da cidade não imagino que seja tão bom, mas eu gosto. Assim, eu acho que eu não trocaria. É que é uma coisa assim que vai ser muito valorizada com o tempo, até porque ninguém quer ficar (JOVEM H, 2017).

A Jovem I e a Jovem J vivem na mesma localidade, no interior de Santa Cruz do Sul, e ambas as entrevistas foram realizadas na propriedade da família com a presença das mães. A primeira é filha única e seus pais se conheceram em um jogo de futebol, em Rincão Nossa Senhora. Aos domingos, a maioria dos jovens de localidade próximas reunia-se em algum lugar para jogar futebol. Os rapazes jogavam e as meninas iam assistir. Sua mãe morava no interior de Passo do Sobrado, cidade distante 25 quilômetros de Santa Cruz do Sul, mas

próximo da localidade onde a jovem mora com a família. A segunda, Jovem J, é a mais nova de três irmãos.

A Jovem I, nascida em 1996, terminou o Ensino Médio na Escola Estadual de Ensino Médio Santa Cruz, no centro da cidade, em 2013. O Ensino Fundamental foi realizado na Escola Municipal do interior, distante aproximadamente quatro quilômetros da residência. Atualmente, ela está inscrita em um Curso Técnico em Agroindústria, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, na modalidade a distância, que possui sede na cidade de Vera Cruz. No entanto, ela não sabe ao certo quando o curso irá iniciar, pois é preciso que o número de alunos seja de 50 inscritos.

Agora eu me inscrevi num curso em Vera Cruz, curso à distância, em técnico em agroindústria. Mas tô esperando sai ainda, né? O Governo vai disponibilizar e precisa de 50 inscritos. Aí faltava 16 e aí nem sei como é que ficou, né? Eu também gostei por isso [o fato de ser à distância], porque às vezes quando tu tem muito serviço, aí bah! De noite tu tá cansada e ainda ir pro curso... Assim não, né! querendo ou não tu tem um tempinho a mais (JOVEM I, 2017).

A Jovem I parece ser uma garota bem decidida e quer seguir trabalhando com agricultura. A propriedade da família possui uma área de 45 hectares, mas nela somente moram os pais e o avô, diferente da Jovem H, em que a propriedade é utilizada também por seus tios. A propriedade em que a Jovem I vive pertence aos avós paternos, é administrada pelo pai, que possui somente um irmão, o qual seguiu a carreira política e atualmente é Deputado Estadual. Ela confessou que quando era mais nova não tinha certeza se iria trabalhar junto com a família ou ir para a cidade. Entretanto, a insistência do pai e a negociação feita, fez com que ela mudasse de ideia no momento em que ele abriu uma agroindústria para ela trabalhar. Entre os pequenos proprietários/produtores é possível perceber, nessa nova configuração do rural, “o surgimento de novas formas de organização e a articulação de outras estratégias sociais para garantir a permanência no campo. (CAPELO; MARTINS; AMARAL, 2013, p. 223).

Outro fator que também contribuiu para a escolha da Jovem I foi por ter constatado que muitos amigos do tempo do colégio não conseguiram bons empregos na cidade ou de ficarem indo e voltando.

Eu fiquei meio em cima do muro, assim né. Não sabia que eu fazia e tal e o pai e a mãe aqui sozinho e daí o pai disse: "se tu fica eu vou botar uma agroindústria pra ti" Daí, né. Eu até negocieei de ficá aqui, ele plantar verdura também. Daí tem o negócio da agroindústria, o negócio do aipim. O pai fica mais na lavoura eu fico na agroindústria (JOVEM I, 2017).

Na casa também mora o avô paterno. A avó, no entanto, teve que ser transferida para uma clínica em Santa Cruz do Sul, porque está com Alzheimer e não houve condições de

mantê-la em casa. Segundo a jovem, a família sempre viveu nessa localidade e a propriedade foi adquirida pelos bisavós que, desde o início, “sempre mexiam com verdura”:

Produzimos verdura: alface chinês, chicória, couve, tempero, moranga. Essas coisa tudo, assim, e ah! A gente planta soja também, e aipim, batata doce, beterraba, cenoura, tudo essa coisa. Fornecemos pra cozinhas industriais. E o aipim agora, no ano passado, comecei a leva pro mercado também. Fazer o pacotinho de 1 quilo. Eu trabalho com pacote de 20 quilos, porque é maior, é muita quantidade. Ai comecei a fazer de um quilo ano passado. Daí, o pessoal gostou bastante assim. É tudo pronto, não precisa descasca nem nada (JOVEM I, 2017).

A Jovem J tem 23 anos e gosta muito de plantar morangos. Há três anos ela decidiu iniciar a produção e o último ano ampliou o número de mudas. A família, que mora a dois quilômetros de distância da Jovem I, produção de leite, que é vendido para a Languiru, empresa de laticínios localizada em Teutônia. Além do leite, que é a principal renda, a família também produz milho, silagem para o gado e há a alguns anos iniciou, na propriedade, a extração de pedra, que também complementa os proventos da família no mês.

Isso é cascalho. Tem os cascalho por cima, mas tem as pedra grossa também. Isso daí eles furam e quebram as pedras. Daí tem os rochão grande que eles conseguem leva, né! Plantada essa terra sempre. Agora que nos inventemos de vender. Nos conseguimos vender pra Prefeitura. Eles pegam aqui e vão fazendo a estrada, né! É que é difícil achar cascalho por aí, pra bota na estrada. Hoje ninguém tem. Tinha parado um tempão aqui, época da eleição que não levavam mais. Agora, semana passada, começaram de novo. Daí temos uma renda um pouco melhor, porque vendemos isso. Ajuda um pouquinho (JOVEM J, 2017).

Os pais da Jovem J são da mesma localidade. A mãe da jovem é filha única, e entre os irmãos de seu pai, ele foi o único que permaneceu na localidade. Os três irmãos moram atualmente em Venâncio Aires. A família é de origem germânica, a bisavó paterna era alemã. A propriedade, que possui 25 hectares, foi herança dos avós paternos. A mãe, com 62 anos, estudou até a 4ª série, assim como o marido, e foi ela quem explicou como foi o processo:

Era dos meus sogros. Nos cuidemu os sogros, né! Aí, os irmãos do meu marido deram as “tera” pra cuida dos pais, neh. Nem precisava compra. O vó compro antigamente. Eles compraram. Ele era de linha João Alves. Ele comprou do cunhado. E depois a gente foi ficando. Uma parte foi vendida, depois compremu de volta, né. E assim que nos fiquemu com essa “tera” (MÃE DA JOVEM J, 2017).

Na propriedade dos pais da Jovem J também moram os dois irmãos mais velhos, um de 34 anos e o mais velho, de 38 anos. Os dois são casados e possuem filhos, moram na propriedade dos pais e construíram suas casas a, aproximadamente, 200 metros da casa em que moram os pais e a irmã. Os dois não trabalham mais com agricultura. No início eles chegaram a ajudar os pais na plantação de tabaco, quando ainda era cultivado na propriedade, mas hoje o mais velho trabalha no comércio do centro de Santa Cruz do Sul e o outro é pintor.



O mais velho, chegou a trabalhar um tempo, quando nos plantava fumo. Ele ajudava. Já fazem uns 6, 7 anos que não plantamos mais fumo e ai ele ficou com nojo que a firma não comprou, judiava demais e, por fim, não ganhou quase nada. Ele até ficou doente, deu um tique nervoso. Daí, ele mudou: "ai, eu não vou estragar a minha vida por causa do fumo". Aí, ele foi trabalhar fora. Ele tá pintando agora. O meu sogro já plantava fumo. (...)Passa muitas vezes pela tua mão até quando tu consegue vende, né! É cuida, plantá, colhe, seca, curti, guarda e ai vende. A gente tinha já leite junto com o fumo. Era uns 60 mil pés. A gente só parou com o fumo e aumentou a quantidade de leite (MÃE DA JOVEM J, 2017).

O caso da família da Jovem J é semelhante ao de diversas famílias que inicialmente diversificaram a cultura e diminuíram ou pararam a plantação de tabaco, caso também acontecido com o Jovem E, que reside em Venâncio Aires. A Jovem J, que ao terminar os estudos foi trabalhar em Santa Cruz do Sul, disse que não voltaria a trabalhar na propriedade caso a família tivesse continuado com a produção de tabaco. Como ela mesma disse: “Eu já disse, que se fosse o fumo eu não ia fica! Que é muito judiado”. Trata-se de uma situação bastante delicada, pois a produção de tabaco é feita de maneira manual, o que penaliza muito o trabalho do agricultor (MARIN; REDIN; COSTA, 2014). Tanto que uma pesquisa realizada por Marin, Redin e Costa (2014), no município de Arroio do Tigre, com o objetivo de analisar a opinião de 15 jovens rurais em relação “às mudanças desencadeadas pelas Convenções da OMS e da OIT nas formas de socialização e organização do trabalho das famílias dos agricultores que cultivam tabaco” (p. 160), identificou como o processo é realizado e as dificuldades na sua execução, pois se trata de uma cultura com baixa escala de produção por demandar muita mão de obra.

A entrevista da Jovem K foi no galpão onde a família trabalha e aconteceu enquanto a mãe dela organizava os produtos que seriam comercializados no dia seguinte na feira no centro de Santa Cruz do Sul. A jovem, de 24 anos, formanda em contabilidade<sup>70</sup>, mora com seus pais e duas irmãs mais novas, uma de sete e outra de nove anos, na propriedade do avô materno, já aposentado. Dos 30 hectares, 10 são utilizados para o cultivo de hortaliças e o restante é arrendado:

A propriedade em si é do pai da minha mãe. Então a gente produz aqui, mas o total são 30 hectares. Mas a gente ocupa 10 hectares. O resto ele aluga, arrenda, no caso. Aí, a gente nesses 10 hectares, a gente produz pra nossa produção e pra venda, né. Tem gado, algumas vacas pra leite, que vende um pouco. Tem as galinhas, mas é mais pra consumo próprio. O que sobra é vendido, vamos dizer. Mas no básico é isso aí (JOVEM K, 2017).

Dos três tios maternos, dois moram na cidade de Santa Cruz do Sul e não deram continuidade ao trabalho na agricultura. Já, o terceiro mora na cidade vizinha, Venâncio Aires, e produz leite e tabaco. A família da Jovem K chegou a plantar tabaco, mas há um ano

<sup>70</sup> A formatura aconteceria um mês depois.

pararam com o cultivo, concentrando o trabalho na produção de hortaliças. Ela também já chegou a trabalhar na lavoura de tabaco, mas após ter realizado o trabalho de conclusão de curso, em que realizou a análise de custos da propriedade, a família decidiu parar com o cultivo do tabaco.

Então eu trabalho junto com eles, né. Então a gente planta, colhe, todo dia quase. Final de semana é direto. O fumo também era né, mas aí as hortaliças tu tá envolvida diretamente, todos os dias. O fumo tinha só aqueles períodos<sup>71</sup>. Eram 50 mil pés de fumo. Foi de uma hora pra outra, assim. Foi sempre essa média que plantava, aí resolvemos parar e paramos, então (...) Mas aí as hortaliças, isso aumentou bastante. Era só uma porcentagem, aí a gente entrou na feira, agora completou meio ano que estamos lá (JOVEM K, 2017).

A Jovem L, de 21 anos, mora com mãe, o irmão de dois anos, dois tios e o padrasto na propriedade. Fez o Ensino Fundamental no interior de Sinimbu e estudou até o 2º ano do Ensino Médio em uma Escola Estadual da cidade forçada pela mãe, tanto que não chegou a concluir os estudos. Segundo ela, as aulas não incluíam aspectos que ela conhecia no dia a dia, e que eram aulas voltadas mais para o mercado de trabalho urbano. Essa fala coincide com a da Jovem B, que disse que a escola incentivava muito os jovens ao levar profissionais de diversas profissões, no entanto, nada foi comentado em relação a áreas voltadas ao meio rural. Ela queria ter ido estudar na EFASC, mas a mãe não deixou, alegando que ela precisaria estudar para “ser alguém na vida”, não reconhecendo a escola técnica como a mais adequada.

Eu fui! Pela vontade da mãe. Mas não era aquilo que eu queria exatamente, né. Eu tava indo, e segundo ano eu desisti né. Desisti de ir, de tudo. Porque era muito livro, não era o que queria. Eu tava, fazia certo, mas, sei lá, eu tava tipo como por obrigação. Tava numa prisão (JOVEM L, 2016)

Então, aos 17 anos abandonou o Ensino Médio. Segundo ela, se sentia na prisão, não entendia muito o que era ensinado na escola e “para quê tudo aquilo serviria?”, pois ela sempre gostou muito do espaço rural e das atividades que fazia na propriedade da família. A negativa da mãe possivelmente pode estar associada ao fato de que ela não queria que a filha tivesse a mesma trajetória agricultora da família, não sentia orgulho e também não conversavam a respeito. Os pais “querem poupar os filhos das dificuldades e sofrimentos por que passaram” (CARNEIRO, 2007, p. 61), poupando seus familiares e com o desejo de um “futuro melhor para os ‘seus’, diferente da roça” (CASTRO, 2013, p. 161). Ao que tudo indica, a vida da mãe da Jovem L se assemelha ao de muitas mulheres que levam uma vida de grandes dificuldades. Desde criança ela trabalhou na lavoura junto com os pais, casou-se e quando sua filha, a Jovem L tinha 11 anos, separou-se do marido, de quem sofria maus-tratos.

---

<sup>71</sup> O cultivo do tabaco acontece entre os meses de agosto e fevereiro. No inverno é realizada a produção de mudas e no verão a colheita, que deve ser feita todos os dias, a partir do amadurecimento das folhas.

Antes da separação elas chegaram a deixar a casa e moraram em outra localidade próxima, mas após a separação retornaram para a propriedade que estava sem cuidados.

Se separaram faz tempo. O meu pai não era dessas pessoas de dá apoio. Minha mãe trabalhava na lavoura e aí meu pai era mais da farra, né. Ele era da cerveja, do jogo e das outras coisas também, né? (risos). Daí, ele pegava o dinheiro e gastava. Aí, a mãe ficava muitas vezes, ela precisava ir no médico e não tinha dinheiro. Porque ele pegava o dinheiro pra pagar as contas que tinha, que a gente tava ainda pagando as prestações da terra, e ele não pagava e ia gastar em farra, em jogo, em bebida. E, por fim, a mãe sofreu muito violência doméstica da mulher. Tanto no trabalho, tanto por causa que tinha que fazer. Ela ficava sozinha, sozinha, né. A gente até saiu um ano da propriedade. A gente foi morar numa outra comunidade, por ali mesmo. Daí, a gente saiu por causa dele, né. Hoje ele tá morando em Porto Alegre. A gente voltou, só que a propriedade tava bem desorganizada (JOVEM L, 2016).

Essa trajetória de dificuldade pode ter sido a causa para que a mãe da Jovem L não tenha lembranças agradáveis do trabalho realizado e por isso o preconceito em relação à filha continuar agricultora, fazendo com que a sua percepção em relação à escola EFASC fosse negativa. A mãe aceitou a decisão da filha de abandonar o colégio, e a Jovem L ficou meio ano em casa trabalhando na lavoura. Durante esse período a jovem disse que pensou diversas vezes em ir morar com a tia paterna em Porto Alegre, pois os conflitos com a sua mãe eram constantes. No entanto, depois de brigas e conversas, a mãe finalmente a inscreveu na EFASC, mas não chegou a acompanhar a filha para ir fazer a prova de seleção e conhecer a instituição. Apesar de ela ter parado de estudar, fez a prova e uma entrevista, obrigatórias para o processo, e conseguiu passar. Em 2013, muito animada, ela reiniciou o Ensino Médio na escola que ela queria desde o início.

Era o momento, aí eu aproveitei. Aí até um dia depois a gente foi colher milho na lavoura. Aí eu disse: Eu vou junto colhe milho, porque eu não quero estudar lá. Não é o que eu quero. Aí a mãe brigou, a mãe me xingô. Eu tinha feito 17 anos. Aí a mãe disse: “mas tu tem que ir! O que que tu vai se no futuro?”. (...) Quer dizer, se tu não vai estuda, tu não vai ser alguém na vida, né. E é essa ideia que meus pais tinham naquela época, que é diferente de hoje, que mudou desde que eu fui pra EFA (JOVEM L, 2016).

Segundo a Jovem L, não foi muito fácil a mãe aceitar a nova situação que se apresentava na família pelo fato de a Jovem L começar a se envolver cada vez mais na propriedade, pois a escola exigia uma participação maior dos pais e dos familiares nos estudos.

Aí pra começar isso foi um desafio, porque a família não tava acostumada a ficar junto, né. Pra vê o que tu tá fazendo, nas atividade. Porque antes eu chegava em casa, pegava a mochila e largava no quarto. Ninguém sabia o que eu tava estudando, né, durante o Ensino Médio. E, a partir dali, mudou. Porque envolvia família. Que eram as entrevistas, as pesquisas em casa. O primeiro plano de estudo (JOVEM L, 2016).

Pouco a pouco a família da Jovem L começou a reconhecer a vontade dela e a respeitar sua decisão. Ela terminou o Ensino Médio na EFASC, mas deu continuidade por

mais um ano. Na época da entrevista ela estava realizando o estágio em uma Cooperativa de Agricultores – local onde ocorreu a entrevista –, finalizando o seu relatório para obter o diploma de Técnico em Agricultura. Ela divide a semana entre a propriedade e a cidade. De segunda-feira a quinta-feira ela fica na cidade, mora em uma pensão com mais outra menina. De quinta-feira para domingo ela retorna para a propriedade para ajudar os pais na produção de mandioca e tabaco, além de desenvolver o seu projeto voltado às frutíferas.

Os Jovens M e N vivem no interior de Vera Cruz. A propriedade da Jovem M fica a 15 quilômetros de Santa Cruz do Sul e a 10 quilômetros da sede do município. O acesso é facilitado, pois é feito por estrada asfaltada. Já para se chegar à propriedade do Jovem N é preciso percorrer 35 quilômetros desde Santa Cruz do Sul, e pelo menos metade destes via estrada de chão, realizado a partir da cidade de Vera Cruz. Em função dessa distância, assim como acontece com a Jovem L, o Jovem N volta para casa somente nos finais de semana. Tanto a Jovem M quanto o Jovem N são estudantes da UERGS – local onde ocorreram as entrevistas – e estudam Tecnologia em Horticultura.

A família da Jovem M apesar de atualmente não plantarem tabaco, tiveram toda a trajetória dos avós e dos pais relacionada ao cultivo desse produto. A mãe da jovem, quando nova, auxiliava os pais na lavoura, mas não gostava do que fazia e foi trabalhar em Santa Cruz do Sul em uma fábrica de massas e também chegou a trabalhar como empregada doméstica, reproduzindo a trajetória de muitas mulheres que saem da propriedade dos pais e vão tentar melhor qualidade de vida na cidade. Foi em um baile naquela cidade que conheceu o pai da Jovem M, que era borracheiro. Os dois se casaram e dividiam uma casa com outro casal de amigos. O lucro na borracharia começou a decair e o casal começou a passar dificuldade.

Ela trabalhava na cidade porque ela tinha horror ao campo também. Ela não queria sabe. Só que daí, então, quem nem diz ela: "a vida na cidade também não é fácil". A empregada doméstica naquele tempo era um horror, né. Não é que nem hoje em dia que tem todas as regalia. Mas, também a borracharia, que começou a entrar essas coisas de mecânica especializada e a borracharia foi ficando pra trás (JOVEM M, 2017).

Em função disso, decidiram voltar para a casa dos pais da mãe da Jovem M, em Vera Cruz, e voltaram a plantar fumo. Como o pai (avó da Jovem M) tinha falecido alguns anos antes, também foi uma maneira de ajudar a manter a propriedade. Porém, os tempos não eram fáceis e eles só contraíram dívidas e não havia retorno dos investimentos. A partir disso, decidiram abandonar novamente o tabaco. Ela começou a trabalhar em outras propriedades, na colheita de tabaco, e ele começou a trabalhar como caminhoneiro de uma distribuidora de frutas e verduras.

Ai eles construíram uma casinha coisa e tal nos pais da minha mãe. Na verdade só a vó. Porque o vô já tinha falecido uns quantos anos antes. Então, eles construíram uma casinha e começaram a plantar fumo. Aí eles quase morreram de fome! Porque que nem diz a mãe, ela não gostava daquilo e quando tu não gosta de uma coisa, a coisa não vai pra frente! O pai foi pra cidade. Ele foi trabalhar num negócio tipo transportadora de fruta assim, sabe. (...) Ai ele começou a trabalhar nisso e a mãe então trabalhava por dia. Ela trabalhava de peão. Ela colhia fumo por dia. A vó também. E assim eles foram se virando (JOVEM M, 2017).

O tio paterno da Jovem M tinha aberto uma fruteira e foi a partir dessa circunstância que o pai da jovem conversou com a mulher e decidiram começar a plantar verduras e hortaliças para poder fornecer para o irmão. O negócio, segundo a jovem, deu tão certo que ele deixou de ser motorista e a família toda começou a trabalhar na lavoura. O único pesar da família atualmente é o de terem vendido grande parte das terras para poder quitar as dívidas, e dos 21 hectares restaram somente quatro, considerados pouco para tudo o que eles estão produzindo. A história dessa família se assemelha a muitas outras que tiveram que vender terras para saldar suas dívidas. Sabe-se que a modernização da agricultura provocou desigualdades entre os agricultores. Alguns deles conseguiram prosperar, como foi o caso de algumas das famílias anteriores, mas outros empobreceram e tiveram que migrar para as cidades ou vender suas terras (PICOLOTTO e MEDEIROS, 2017).

O pai tava trabalhando na cidade. Então não passou pela cabeça deles que um dia eles iam volta a plantá alguma coisa. Aí, tipo agora, é só 4 hectares. Hoje em dia deveria compra mais um tanto de volta, sabe. Só que os cara não tão a fim de vende. Plantam fumo cada vez mais e ficou aquilo, sabe. Aí, que nem eu disse, hoje é uma área pequena, mas muito bem ocupada. A mãe que diz: "Duvido encontra uma área que tenha tanta coisa quem nem a nossa, assim". Ela é bem diversificada, apesar do tamanho, sabe (JOVEM M, 2017).

Quando a Jovem M nasceu, o casal já tinha voltado a morar no interior. Os estudos iniciais da jovem foram realizados em uma escola da comunidade e o Ensino Médio na cidade de Vera Cruz. Possivelmente pela trajetória de dificuldades a jovem sempre teve muita convicção de que não seguiria o mesmo caminho dos pais, mas no último ano do colégio ela mudou a sua opinião sobre o que queria fazer no futuro. Atualmente, mesmo com o preconceito sofrido na família, que para ela está muito associado ao fato de a família do pai ser toda urbana, ela está se formando como tecnóloga em horticultura. Independentemente do que os parentes falem, a Jovem M quer continuar trabalhando na propriedade dos pais e está se especializando na plantação de morangos, mesmo que alegue não gostar do fruto, mas a opção aconteceu em função de que a rentabilidade desse produto é uma das melhores entre os hortifrutigranjeiros.

Desde que eu nasci eu disse pra minha mãe: "Não, eu não vou trabalhar na roça". Aquele baita preconceito, que até hoje tem bastante, assim. E só, só que tipo, meus pais trabalham com a produção de hortaliças já faz, tipo, 12 ou 15 anos. E aí, fumo era horrível, né? Eu não queria nem saber. Mas, com a produção de hortaliças, aquilo foi mudando. Sabe? Tu via que era uma coisa rentável e ao mesmo tempo, tipo, tu era o dono do negócio. Então, eu resolvi ficar em casa, porque eu resolvi plantar morango. Então, o que eu mais gosto é de mexer nos morangos. Eu não como eles. Eu não como. Eu não gosto. Ai todo mundo ri de mim: "Mas tu planta uma coisa que tu não come". Mas ele é pra dá lucro. Pra gente vender (JOVEM M, 2017).

O Jovem N, de 22 anos, é filho único e perdeu a mãe no início de 2016. Os primeiros anos do Ensino Fundamental foram realizados em uma escola multisseriada da comunidade. Depois, da 5ª até a 8ª série ele estudou em uma escola distante seis quilômetros da propriedade. Findo o Ensino Fundamental, a caminho do ingresso no Ensino Médio, ele se matriculou em duas escolas: Escola Família Agrícola (EFASC) e em uma escola pública localizada no Centro de Vera Cruz.

Na verdade eu sempre pensava assim, a minha vontade era a de sair de casa, um pouco pra te independência, que era o que eu pensava, principalmente. Se livra dos pais, né (risos). E eu iria pra área da administração ou contabilidade. A minha primeira vontade sempre era ser bancário, trabalha no banco. Ai eu iria pra esse lado. Ai a partir disso teve um tempo de indecisão minha. Se era esse caminho que eu queria seguir, o da agricultura (JOVEM N, 2016).

Frequentou durante uma semana a escola da cidade então optou pela Escola Família Agrícola, onde, além de terminar o Ensino Médio, também formou-se como técnico agrícola. Quando fez a entrevista ele era estudante na UERGS. A experiência adquirida na EFASC foi o que o levou a escolhê-la para o estágio obrigatório que ele precisava fazer para a universidade. O jovem passava a semana inteira na EFASC e retornava somente nos finais de semana para a propriedade do pai, localizada no interior de Vera Cruz.

Como eu estudo à noite e faço estágio de dia, pelos custos, não tem como a viabilidade de eu ir só pra dormir, no caso, né. Então são 32 quilômetros da escola até lá em casa, né. Mais da metade é de estrada de chão. E ir pra casa só pra dormir não faz sentido, então preferi ficar aqui, né (JOVEM N, 2016).

A família do Jovem N possui uma trajetória voltada à agricultura, principalmente a plantação de tabaco. A propriedade onde o pai atualmente mora pertencia à família da mãe do jovem. Com a morte da mãe, e pelo o fato de o pai estar sozinho na propriedade, foi decidido que naquele ano não seria plantado tabaco, por se tratar de uma cultura que precisa de uma assistência maior. Apesar de o jovem ter sido estudante da primeira turma da EFASC, e da mãe e a avó materna terem falecido em decorrência do câncer percebeu-se que não ocorreram alterações na família no que se refere à mudança de cultura relacionada ao tabaco.

Na verdade vem a partir de herança, do meu avó e da minha vó, dos pais da minha mãe. Então se constituiu aquela área ali. E o meu pai e a minha mãe se casaram em 92, né. (...) A partir disso começaram a aumentar a produção de tabaco. Eles produziam em torno de 20 a 25 mil pés de tabaco lá no início. E no ano passado [2015] ficou em torno de 75 mil pés. Hoje o pai tá sozinho na propriedade. Hoje a gente tem uma propriedade de 15,4 hectares. Sendo que 8 é área de várzea e 7 alaga quando o Rio Pardinho Enche, né. Então, hoje, de área agricultável, que a gente planta, é de 5 hectare, com tabaco e alguma produção de mandioca e batata doce. Este ano a gente optou por não cultivar, foi plantado milho em torno das lavouras, que é algo mais fácil, né. Mas, o ano que vem a gente tá pensando, vai ser colocado um sócio, uma família da comunidade pra ajudar nisso. Pra ele continuar tocando a propriedade. O pai vai volta pro tabaco (JOVEM N, 2016).

O Jovem N, mesmo que na adolescência tenha ficado em dúvida sobre qual a profissão a seguir, hoje gosta de trabalhar na área agrícola e é um grande incentivador e motivador para os jovens estudantes da EFASC. Entretanto, ele não possui planos de permanecer na propriedade do pai, possivelmente em função do cultivo do tabaco. Isto porque ele é apaixonado pelo cultivo de produtos mais ecológicos e quer ajudar outros jovens a perceberem as potencialidades e valorizarem o espaço rural em que vivem através de práticas mais saudáveis, seguindo a linha, já descrita, dos Jovens E e L..

Percebe-se, nas famílias dos jovens entrevistados, que o cultivo do Tabaco tem diminuído. Essa realidade pode estar associada às políticas de combate ao tabagismo. Segundo a Agência Brasil, o tabaco atualmente é menos rentável se comparado aos anos anteriores (BRANCO, 2016). Em função do incentivo também de ações do governo, existe um estímulo para que as famílias diminuam ou troquem o tabaco por outras culturas, tanto que desde 2009 houve uma redução da área plantada de tabaco no Sul do país. Em 2009 eram 379 mil hectares, e em 2015 caiu para 308,2 mil hectares (BRANCO, 2016). Além disso, desde 2011 o faturamento do setor deixou de crescer, e entre 2014 e 2015 registrou queda de 19,6%. Na Microrregião de Santa Cruz do Sul, entre os anos de 2005 e 2015, houve uma redução de 12,16% da área plantada. Considerando-se os 16 municípios, em 2005 eram plantados 74.025 hectares de tabaco, e dez anos depois esse número baixou para 65.062. Com exceção de cinco municípios, todos os outros reduziram a área plantada (IBGE, 2016), conforme se constata na Tabela a seguir.

**Tabela 4 – Plantação de tabaco na Microrregião de Santa Cruz do Sul**

|                   | 2005           |                    |                        | 2015           |                    |                        |
|-------------------|----------------|--------------------|------------------------|----------------|--------------------|------------------------|
|                   | Toneladas      | Área plantada (ha) | Rendimento médio Kg/ha | Toneladas      | Área plantada (ha) | Rendimento médio Kg/ha |
| Arroio do Tigre   | 10.725         | 6500               | 1650                   | 12.600         | 7.000              | 1.800                  |
| Candelária        | 23.100         | 11.000             | 2.100                  | 15.651         | 7.400              | 2.115                  |
| Estrela Velha     | 2.024          | 1.150              | 1.760                  | 1.890          | 1.400              | 1.350                  |
| Gramado Xavier    | 5.000          | 2.500              | 2.000                  | 4.840          | 2.200              | 2.200                  |
| Herveiras         | 3.460          | 1.730              | 2.000                  | 4.070          | 1.850              | 2.200                  |
| Ibarama           | 5.000          | 2.500              | 2.000                  | 4.050          | 2.250              | 1.800                  |
| Lagoa Bonita      | 4.600          | 2.300              | 2.000                  | 4.725          | 2.100              | 2.250                  |
| Mato Leitão       | 660            | 330                | 2.000                  | 518            | 230                | 2.252                  |
| Passa Sete        | 4.901          | 3.025              | 1.620                  | 6.500          | 3.250              | 2.000                  |
| Santa Cruz do Sul | 16.131         | 8.490              | 1.900                  | 13.507         | 6.432              | 2.100                  |
| Segredo           | 7.505          | 3.950              | 1.900                  | 7.980          | 3.800              | 2.100                  |
| Sinimbu           | 9.870          | 4.700              | 2.100                  | 8.200          | 4.100              | 2.000                  |
| Sobradinho        | 3.927          | 2.100              | 1.870                  | 3.700          | 1.850              | 2.000                  |
| Vale do Sol       | 13.200         | 6.000              | 2.100                  | 13.230         | 6.300              | 2.100                  |
| Venâncio Aires    | 25.000         | 12.500             | 2.000                  | 23.460         | 10.200             | 2.100                  |
| Vera Cruz         | 10.600         | 5.300              | 2.000                  | 10.340         | 4.700              | 2.200                  |
| <b>Total</b>      | <b>145.703</b> | <b>74.075</b>      | <b>-</b>               | <b>135.261</b> | <b>65.062</b>      | <b>-</b>               |

Fonte: Elaborada pela autora com base no IBGE (2016).

O cultivo do tabaco, principalmente para pequenos agricultores, revela-se um trabalho penoso e as famílias lutam para que seus descendentes não lhe deem continuidade. Essa situação foi observada entre os jovens rurais, e entre os que eram agricultores nenhum deles estava envolvido diretamente com o cultivo.

Dos jovens que ainda permanecem no meio rural, observou-se que eles não chegam a estar de acordo com o que Castro (2009) identificou anos atrás, de que havia desinteresse e distanciamento do mundo rural por parte dos jovens. Por isso é importante perceber como atualmente esses jovens enxergam o rural, perceber também as transformações que têm acontecido nesse espaço a partir da vida desses jovens e de que maneira as representações sociais estão sendo construídas a partir das mediações. Entretanto, conforme escrito no início do capítulo, torna-se fundamental entender a aproximação entre as representações sociais e mediações.

#### **4.3 A teoria das representações sociais e a teoria das mediações no campo da pesquisa**

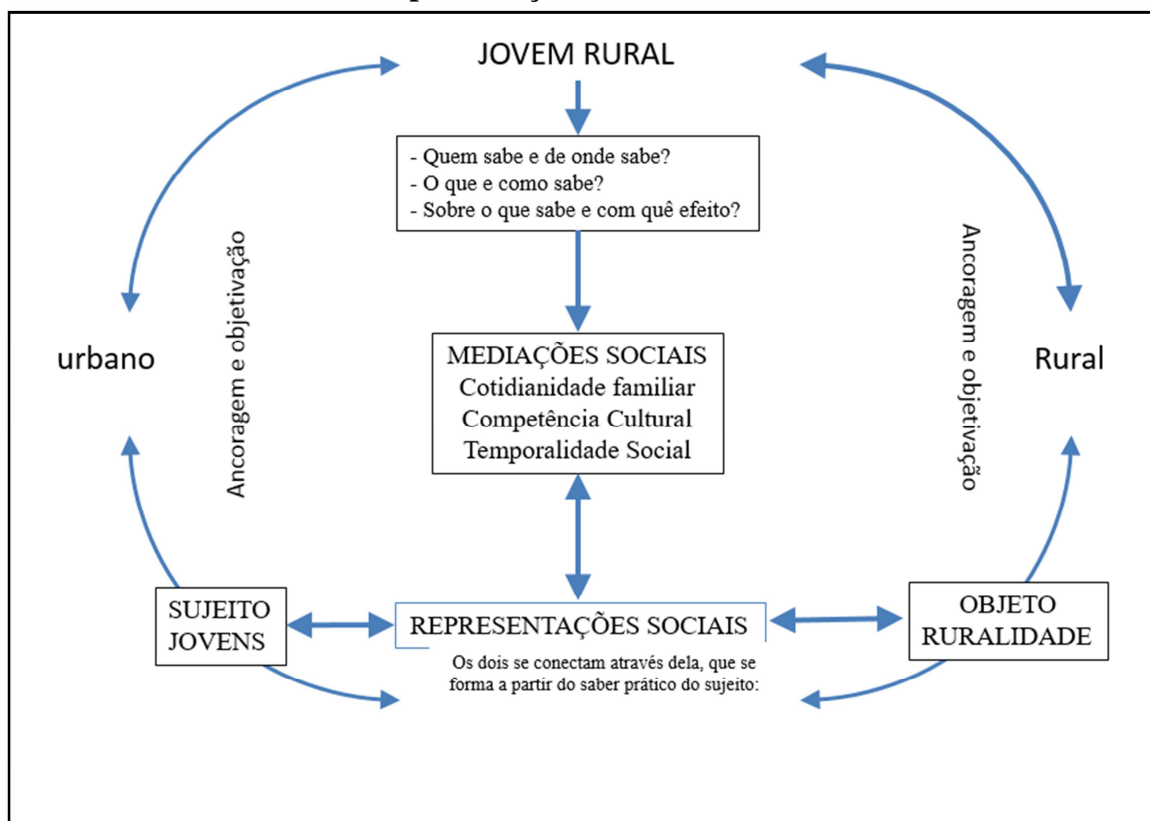
Entendida a realidade social vivenciada pelos jovens e a apresentação da trajetória de cada um dos entrevistados foi realizada a análise das entrevistas para identificar as mediações que participaram do processo das representações sociais da ruralidade. Pelo fato de as representações sociais serem veiculadas na vida cotidiana, é preciso buscar suportes para que possam ser apreendidas. “Esses suportes são basicamente os discursos das pessoas e dos



grupos que mantêm tais representações, mas também de seus comportamentos e as práticas sociais nas quais se manifestam” (SÁ, 1998, p 73)

Para tanto, organizou-se um mapa metodológico para auxiliar ainda mais a aproximação entre representações sociais propostas por Serge Moscovici e a Teoria das Mediações, de Jesús Martín-Barbero. O mapa possibilita entender de que maneira essas duas teorias podem ser utilizadas para o estudo da ruralidade e a necessidade de explorar elementos que fazem parte da vida dos jovens entrevistados.

**Esquema 1 – Organização metodológica da teoria das mediações e teoria das representações sociais na Tese**



Fonte: Elaborado pela autora (2017).

No momento em que se propôs analisar de que maneira as mediações propostas por Jesús Martín-Barbero participam das representações sociais sobre ruralidade dos jovens rurais foi possível mostrar que as mediações podem se tornar uma das maneiras de entender como as representações podem ser elaboradas, construídas, reconstruídas e reelaboradas. “O 'alguém que constrói' baseia sua construção num território simbólico que lhe dá o chão para a sua leitura do mundo, reafirmando a dimensão contextual já mencionada” (ARRUDA, 2002, p. 16).

Quanto às condições de produção e circulação das representações sociais, identifica-se três conjuntos designados pelos códigos genéricos de “cultura”, “linguagem e comunicação” e “sociedade”. Pesquisam-se as representações que a emergência e a difusão das representações sociais com fatores tais como: valores, modelos e invariantes culturais; comunicação interindividual, institucional e de massas; contextos ideológicos e históricos; inserção social dos sujeitos, em termos de sua posição e filiação grupal; dinâmica das instituições e dos grupos pertinentes (SÁ, 1998, p 32).

A construção das representações sociais não é uma situação estática e imutável, mas sim um processo que está em constante transformação, influenciado por fatores externos ao indivíduo e onde está inserido o seu campo das representações. “As representações podem ser encontradas nos hábitos da vida cotidiana, nos saberes que os sujeitos transmitem, nos diálogos formais e informais, nas instituições organizacionais e nos espaços públicos” (BUSS, 2009, 31), e é, exatamente por isso, que as mediações podem ser uma forma de estudar como as representações sociais são construídas, porque, diz Jovchelovitch (2000, p.81), “a vida social não é imediata; ela é mediada”.

A partir do esquema 1 é possível perceber as conexões existentes entre essas duas teorias e pode se tornar uma opção metodológica para entender o processo de construção das representações na atualidade. As mediações participam do processo de construção das representações sociais e estas, por sua vez, podem se tornar os mediadores também do processo, construindo outras representações. As representações sociais só podem

ser entendida em relação aos modos como ela se formam e se transformam. Os processos que dão forma e transformam as representações sociais estão intrinsecamente ligados à ação comunicativa e às práticas sociais da esfera pública: o diálogo e a linguagem, os rituais e os processos produtivos, as artes e padrões culturais, em suma, as mediações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000a, p. 80).

Para conseguir entender como o jovem rural entende e sente a ruralidade, buscou-se, nesta pesquisa, a partir do roteiro elaborado para a entrevista, saber sobre a trajetória, o cotidiano, educação, o processo de trabalho desse jovem, sua relação com as tecnologias de comunicação, relação com a família e comunidade, entre outros. Isto porque, seguindo a proposta de Jodelet (2002), é preciso entender o sujeito pesquisado, identificar quem sabe e a partir de onde sabe; o que e como se sabe; além de saber sobre o que se sabe, e com que efeito. A partir desses questionamentos é possível identificar as mediações que participam da construção das representações sociais, e foi considerando essas questões principais que o roteiro de entrevista (APÊNDICE C) foi estruturado, facilitando a identificação das mediações. Nesse caso, a cotidianidade familiar, a competência cultural e a temporalidade social foram percebidas na fala dos jovens. A partir da ligação delas com as representações sociais sobre ruralidade pode-se perceber como o jovem enxerga o rural e a forma como

elabora as suas representações, além de entender quais grupos de mediações se tornaram mais significativos nessa construção. Moscovici (2013) indica que é a partir das representações sociais que o sujeito (jovem rural) pode se conectar com o objeto (ruralidade). É preciso considerar que “indivíduos ou grupos situam-se através da comunicação que estabelecem entre si, da escolaridade (bagagem cultural), através de códigos, valores e ideologias, relacionados com a situação social em que vivem” (KUHLEN, 1995, p. 79).

Essa condição só se torna possível a partir da experiência do sujeito e de sua trajetória, tanto relacionadas ao meio urbano quanto ao rural, que dão suporte, ou seja, ancoram e objetivam a realidade em que atualmente os jovens rurais vivem.

Os processos constitutivos, a objetivação e a ancoragem, têm relação com a formação e o funcionamento da representação social, que eles explicam a partir de suas condições de emergência e de circulação, que são as interações e as comunicações sociais (JODELET, 2005, p. 47).

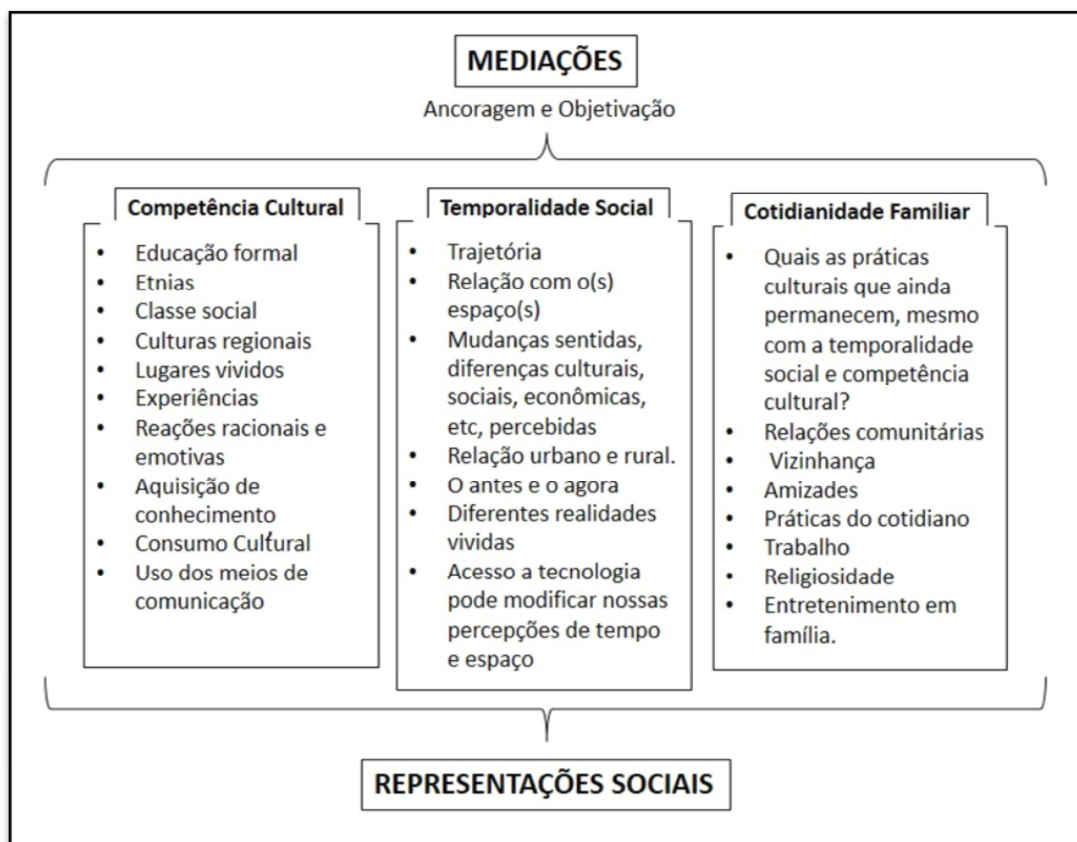
As representações sociais também são responsáveis pelo comportamento e pelas atitudes dos indivíduos de uma coletividade e podem sofrer mudanças a partir do convívio e vivência deles no grupo e da experiência adquirida (MESQUITA e ALMEIDA, 2009). Afinal, “o indivíduo cria ideias, conceitos sobre acontecimentos, pessoas ou objetos para poder compreender o mundo à sua volta” (CHIODINI, 2009, p. 47). Sabe-se que a função social da objetivação é facilitar a comunicação e expressar conceitos. A ancoragem, por sua vez, são mecanismos que facilitam o entendimento de como o conhecimento do indivíduo pode se integrar ao que já existe.

A objetivação explica a representação como construção seletiva, esquematização estruturante, naturalização, isto é, como conjunto cognitivo que retém, entre as informações do mundo exterior, um número limitado de elementos ligados por relações, que fazem dele uma estrutura que organiza o campo de representação e recebe um status de realidade objetiva. A ancoragem, como enraizamento no sistema de pensamento, atribuição de sentido, instrumentalizador do saber, explica a maneira pela qual informações novas são integradas e transformadas no conjunto dos conhecimentos socialmente disponíveis para interpretar o real, e depois são nela reincorporadas, na qualidade de categorias que servem de guia de compreensão e ação (JODELET, 2005, p. 48).

A objetivação e a ancoragem são os mediadores do processo de construção das representações. As duas “mostram claramente que a construção de representações sociais tem em estruturas históricas e sociais alguns de seus elementos principais” (JOVCHELOVITCH, 2000a, p. 41). Nesse sentido, pelo fato de as mediações participarem do processo de construção das representações sociais, elas também podem se tornar uma forma de entender a ancoragem e a objetivação. Essa condição poderia facilitar o processo de categorização ao se trabalhar com uma proposta metodológica qualitativa. No momento em que se pôde agrupar o sistema de ancoragem e de objetivação nos três grupos de mediações (cotidianidade familiar,

temporalidade social e competência cultural) foi possível identificar as categorias e agrupá-las para poder estudá-las. Pode-se dizer que a organização metodológica da tese se tornou uma nova proposta metodológica para se estudar as representações sociais e entender melhor o que pode é a objetivação e ancoragem, sem basear-se somente em dados estatísticos de evocação ou descrição de imagens. O fato da objetivação e ancoragem estarem contidas nas mediações, este grupo então pode ser identificado na trajetória dos jovens e perceber em de que maneira elas participam da construção das representações.

**Esquema 2 – Categorias utilizadas em cada grupo das mediações estudadas para analisar as representações sociais**



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

No esquema anterior agruparam-se as mediações identificadas nas entrevistas, o que facilitou o processo de categorização e análise. Com o auxílio do Sonal, a análise do material foi realizada. Esse programa, além de auxiliar na transcrição, permitiu gerenciar todo o conjunto dos extratos de entrevistas, facilitando o processo de análise. Na presente pesquisa, 25 eixos temáticos apresentados no Esquema 2 foram considerados e a cada tema foi atribuído uma cor. A partir da gama de cores, conseguiu-se visualizar as temáticas e pode realizar a sua análise. Sierra (1998) recomenda que uma técnica muito útil para realizar as análises é por

associação dos argumentos utilizados e expressos pelos entrevistados. No momento em que se realiza uma análise semântica, que busca estabelecer cadeias associativas de significantes e campos semânticos no processo de produção de sentido, é possível realizar as análises. Por esse motivo a entrevista qualitativa é extremamente útil na investigação de sistemas e normas, do mesmo modo que a percepção de imagens e representações. A partir das mediações identificadas na fala dos sujeitos analisaram-se como elas conectavam-se às representações sociais dos jovens a respeito da ruralidade. No grupo de mediações relacionadas à competência cultural, identificaram-se todas as situações em que, de alguma forma, a educação formal; os aspectos étnicos, de classe e religiosos; as experiências obtidas a partir da vivência em outros lugares; as reações emotivas e racionais dos sujeitos, além do próprio consumo cultural e do uso das tecnologias de comunicação e informação vividas no rural poderiam conectar-se às representações sobre ruralidade. “Essa mediação diz respeito a toda vivência cultural que o indivíduo adquire ao longo da vida, não apenas através da educação formal, mas por meio das experiências adquiridas em seu cotidiano” (WOTTRICH; SILVA; RONSINI, 2009, p. 4).

Essa mesma condição ocorreu quando foram identificados todos os aspectos que englobam a temporalidade social, que se referem não somente a mudanças relacionadas ao tempo e ao espaço, mas também ao estranhamento sentido no confronto com outras realidades. A própria relação que os sujeitos fazem quando estão no meio urbano ou rural e o próprio acesso às tecnologias de comunicação podem alterar a percepção que se tem sobre a realidade e influenciar o modo com que a ruralidade é sentida e vivida. A maneira como acontece o encontro do tempo social com o tempo individual é o que pode ser denominado temporalidade social. Esse encontro possibilita as mais diversas percepções e experiências (MARTÍN-BARBERO, 1993), as quais, por sua vez, podem influenciar a maneira como pode ser percebida a ruralidade. Além do mais, não se pode esquecer que todos os dias os diferentes tempos e espaços podem se defrontar e, de alguma forma, também podem alterar a percepção que se possui sobre o mundo. Já, o que está inserido na cotidianidade familiar trata de aspectos que fazem com que as pessoas se confrontem e mostrem como verdadeiramente o são, através das relações sociais e da interação dos indivíduos com as instituições (WOTTRICH; SILVA; RONSINI, 2009, p. 4). A partir da cotidianidade é possível entender as práticas diárias e a maneira de os jovens vivenciarem o espaço onde estão inseridos. Nela, os aspectos do trabalho, do lazer, da relação com os familiares, círculo de amigos e vizinhança, o cotidiano propriamente dito, podem interferir na forma como as representações são construídas. Do mesmo modo,

a comunicação constitui-se como mediação em um mundo feito de mundos infinitamente diversos; o trabalho constitui-se como mediação entre as necessidades humanas e o material bruto da natureza; o desenvolvimento dos ritos, dos mitos e dos símbolos constitui-se como mediação entre alteridade e o mistério do mundo e da mente humana: todas essas mediações revelam, em maior ou menor grau, a aventura da busca humana para dar sentido e ente entender sua própria existência no mundo (JOVCHELOVITCH, 2000b, p. 81).

Com o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação e sua introdução no meio rural, também se tentou perceber se elas teriam algum peso nas representações que os jovens rurais fazem da ruralidade, considerando-se que os meios de comunicação de massa também são os principais mediadores contemporâneos das representações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000b). Nesse sentido, as TIC poderiam estar inseridas nos grupos de mediadores propostos por Jesús Martín-Barbero.

Ao perceber como podem ocorrer as conexões entre representações sociais e a teoria das mediações, a análise das mesmas foi realizada. O mapa metodológico auxiliou o processo de análise e pode se tornar uma alternativa de cunho qualitativo para se estudar as representações. A partir dessa aproximação foi possível perceber como os jovens rurais percebem o espaço onde vivem e conseguiu-se identificar como a ruralidade da Microrregião de Santa Cruz do Sul está sendo representada.

## **5 RURALIDADES, REPRESENTAÇÕES E MEDIAÇÕES DOS JOVENS RURAIS**

Tendo-se organizado o material, de acordo com a proposta metodológica, a fala dos sujeitos foi separada a partir das mediações e foram elaborados quadros de análise que facilitaram o processo. Ao se analisar todas as entrevistas foi possível a visualização dos aspectos que se tornaram comuns (mediações) entre os jovens, e os que, de alguma forma, se diferenciavam. É claro que a presente pesquisa é um recorte amparado nas representações que os sujeitos fizeram naquele momento da entrevista. É preciso ter consciência também que quando as representações sociais entram em cena, o que existe é uma reprodução mental, por meio da construção ou da transformação de um objeto (ruralidade). “É através dessa representação mental que o objeto se apresenta ou é substituído, torna-se presente e restaura-se simbolicamente” (MENDONÇA e LIMA, 2014, p. 194). Por se tornar um ciclo, as mediações podem influenciar as representações, as quais, por sua vez, podem configurar novas mediações que irão participar na construção de novas representações. Partindo-se da ideia de que “as mediações se manifestam em práticas concretas” (SANTOS e NASCIMENTO, 2000, p. 5), na sequência apresenta-se cada grupo de mediações e a forma com que esses grupos podem participar do processo de construção das representações sociais sobre ruralidade, identificadas a partir da fala dos jovens entrevistados.

### **5.1 Competência cultural**

Conforme já descrito em outros momentos desta Tese, a competência cultural abarca todas as características relacionadas à educação formal, questões étnicas e culturas regionais, questões referentes à classe social, de gênero, as experiências adquiridas também a partir do cotidiano (conhecimento popular) do sujeito, o consumo cultural e o uso dos meios (RONSINI, 2007; JACKS, 1995). Enfim, relaciona-se a tudo aquilo que, de alguma forma, faz parte do processo de aquisição de conhecimento, configurando-se as modalidades de competência cultural (MARTÍN-BARBERO, 1993), participando do processo de construção das representações e, conseqüentemente, influenciando a forma com que o mundo pode ser percebido pelo sujeito.

Em relação à educação formal dos jovens, todos eles concluíram o Ensino Fundamental, situação que se diferencia da maior parte dos pais (TOLEDO, 2008; CASTRO, 2013), os quais não conseguiram finalizar os estudos, o que é confirmado na maior parte das

pesquisas na área. Percebe-se que o fato de os jovens terem estudado os anos iniciais em escolas do interior não gerou grandes consequências na percepção que eles tiveram da realidade em que viviam. Além disso, parece que a localidade ainda não foi afetada pelo fechamento das escolas rurais nos anos iniciais, pois todos os jovens conseguiram fazer o Ensino Fundamental em escolas de suas localidades. De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica, entre os anos de 2003 e 2013, 32.512 escolas foram fechadas no Brasil, somando em 2013, 70.816 escolas rurais<sup>72</sup>. Em 2014, esse número caiu novamente para 66.732. Trata-se de uma situação bastante preocupante, dado que muitos professores não conhecem a realidade rural de suas localidades e podem “pintar”, segundo Brumer (2007), uma imagem negativa.

A educação para as pessoas do meio rural, além de ser um direito assegurado ao cidadão brasileiro pela Constituição Federal, agrega diversos valores que reafirmam a identidade e valorizam as relações sociais e de trabalho nessas regiões, entretanto, isso não acontece, o que se deve a fatores diversos: falta de políticas públicas estruturantes, ausência de escolas e de propostas pedagógicas que considerem e que valorizem a realidade rural, entre outros, que igualmente revelam fragilidades do sistema educacional rural. Esta condição é reforçada por Brandão (1990, p. 175) ao afirmar que a meta da escola rural é “sempre” produzir algum resultado, mesmo que precariamente, de geração a geração. Por isso, em um nível mais amplo, a escola tem contribuído mais para alimentar anseios do que para adquirir saber, impulsionando o “jovem trabalhador rural a abandonar o campo por um emprego (ou subemprego) na cidade”. (BRANDÃO, 1990, p. 175),

No momento em que os jovens entrevistados tiveram que continuar os estudos na cidade, ao cursar o Ensino Médio, eles começaram a perceber um novo mundo e seus contrastes. Sabe-se que existem padrões de vida e de sociabilidade que podem ser influenciados pelos territórios e vice-versa. Os municípios que esses jovens residem possuem uma ligação muito forte com o meio rural, mas nas localidades onde vivem não existem escolas de Ensino Médio, e as escolas urbanas onde os jovens estudaram, ao que tudo indica, não consideraram esse aspecto e essa diversidade: a de terem estudantes vindos de áreas rurais, não adequando o currículo a essas características regionais (ALVES e OLIVEIRA, 2014). Este fato é percebido na fala da Jovem L, que ao ir estudar na cidade não via sentido no que estava aprendendo.

---

<sup>72</sup> Comissão do Senado aprova projeto que dificulta fechamento de escolas rurais. Portal do Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32804>



Não era! Eu sou do campo, mas eu não observava o que eu fazia na minha propriedade e não era incentivado a isso. A gente tem uma rotina assim, que é pegar os livros, tu tipo assim, tu tem que decorar pra fazer a prova e depois simplesmente tu esquece o que tu fez. Comigo acontecia isso. Eu não aprendia. Ainda que eu tava num local que é agricultura e não valorizava o rural. Por quê? Porque nos outros colégios não é mostrado isso, né (JOVEM L, 2016).

A Jovem L se refere a uma realidade que se discute muito quando se relaciona o território, juventude e educação, principalmente quando se trabalha a educação no meio rural. Para Alves e Oliveira (2014), abordar esse tema faz com que seja necessário entender primeiro a forma com que a juventude constrói e significa o espaço em que vive: os locais que frequenta, os estilos de vida, a produção de culturas juvenis, os padrões de consumo, as relações e a sociabilidade devem fazer parte do contexto da educação. Associar território e educação “exige também pensar de que forma os espaços vividos, construídos e (re)significados pelos jovens influenciam suas escolhas de vida” (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 18). Sabe-se, por exemplo, que a maior parte da juventude rural, principalmente agricultoras, que deseja continuar seus estudos, precisa andar longas distâncias (BRUMER, 2007; CASTRO, 2013; VENDRAMINI, 2015), o que, de certa forma, deixa o processo bastante penoso. Esse foi o caso dos Jovens E, F, G, C, L, M e N que precisavam percorrer longos trechos para chegar ao colégio. No caso do Jovem F, para poder estudar, ainda no Ensino Fundamental, foi necessário morar na casa da avó, pois, mesmo sendo em uma localidade do interior, o acesso à escola era mais facilitado: “É que quando eu estudava, tava no colégio, eu morava lá na vó. Porque lá era mais perto. Só pegava o ônibus na frente. Aqui já não tem” (JOVEM F, 2017).

Para um jovem que possui uma identidade vinculada ao meio rural é mais difícil continuar os estudos em um local que não conecta o território a temas abordados em sala de aula. A escola precisa reconhecer os jovens rurais e trabalhar melhor esses aspectos (ALVES e OLIVEIRA, 2014) para que o tempo de permanência deles na educação formal possa ser ampliado, pois a média de tempo no ensino escolar “do jovem do meio rural chega a ser a metade da permanência do jovem do meio urbano” (CUNHA, 2007, p. 74). Essa é uma condição que os Jovens E e L deixam bem claro.

E daí no caso da Educação era muito direcionada à cidade, era muito menos rural, também não é atrativo né, não é feito de uma forma mais atrativa. Não era contextualizada, né? A gente estudava coisas, a gente tinha a mesma educação toda formulada que alguém da cidade tinha. Para alguém da cidade talvez isso seria uma coisa mais interessante né, mas aí para alguém do interior, para alguém que trabalha com agricultura já não (JOVEM E, 2017).

Tem essa desigualdade dos colégio. Por isso que eu falo, porque eu já estudei no outro Ensino Médio [escola urbana]. E ali na EFA posso dizer que é diferente, No outro colégio eu podia tá até ouvindo, mas não era o que eu queria. Não tava entrando (risos). O que eu vou fazer com isso, um monte de conta? O que que eu vou fazer com isso depois, né? Que que eu quero saber de Inglaterra? Meu Deus! Eu quero saber daqui, do que eu tô fazendo, da minha realidade [batendo na mesa com força] (JOVEM L, 2017).

Percebe-se, além da falta de direcionamento, uma diferença na qualidade da educação retratada pelo Jovem E. Essa condição está mais condicionada a uma desigualdade que não está restrita somente no ambiente rural.

Em escola pública a educação é muito ruim. Então é muito desproporcional para concorrer com alguém que tem uma educação um pouco melhor, porque o município e o estado sempre investem um pouco mais em escolas que tão na cidade né. Aí, as escolas que são lá do interior, muitas vezes a educação, pelo menos lá, a educação é bem mais precária né. Aí, pelas operações que já estavam sendo feitas, eles juntavam muitas escolas de daí era muita gente junta. Tinha poucos professores. Então não digo que não acontecia na cidade também, mas na cidade já tinha mais escola sabe (JOVEM E, 2016).

Dos quatro jovens que estudaram na EFASC (D, E, L e N), três deles possuem planos para continuar na agricultura. A escola representou uma grande mudança na vida e no futuro desses jovens. A educação formal representou uma forma de propiciar conhecimento necessário para que esses jovens pudessem inovar. Com exceção do Jovem D, que não terminou o técnico na EFASC, para todos os demais a escola representou uma nova forma de ver o local onde moravam, a realidade em que viviam, a relação com suas famílias e a associar o rural ao futuro de suas vidas, quebrando um padrão que parecia se estabelecer em suas localidades.

Eu escolhi a EFA por ser um colégio agrícola que eu ia formar técnico para trabalhar fora. Essa era a minha mentalidade e a do pai também, né. Mas daí na hora que a gente começou a conhecer a propriedade, a mudar um pouquinho a dinâmica de produção, a atingir outros mercados, começamos a ir para feira, sabe. Mudei minha cabeça. Porque lá sempre assim. Os guris vão se formam e vão pro quartel e as gurias se formam e querem entrar em universidade. Geralmente para lá, pelo menos na nossa região, era assim. Ou ir pra universidade ou ir pro quartel. Se não conseguir entrar na universidade, iam pra fábrica de calçados, comércio, pra cidade (JOVEM E, 2017).

Na EFA é diferente. A gente tinha sessão familiar, que acontecia, que uma semana tu ficava em casa e na outra semana não, né. Pedagogia da alternância. Envolveu muito a minha família. Porque antes, eu não tinha noção do que eu tava plantando, porque eu tava fazendo aquilo ali, né Eu podia tá ajudando meus pais a plantar, né (...) mas eu não sabia porque que eu tava fazendo aquilo ali. Eu não sabia nem quantas hectares tínhamos, quantos metros quadrado tinha uma hectare (JOVEM L, 2017).

Entretanto, a maneira de trabalhar da EFASC também modificou a cotidianidade familiar, e os jovens relataram que demorou um pouco para que os pais aceitassem a intervenção da escola na propriedade. Em alguns casos, tiveram que adequá-la para que os

filhos pudessem realizar o que a escola denomina de experimento<sup>73</sup>. Entre os entrevistados que estudaram na EFASC não houve um relato que mostrasse a negação dos pais ao experimento mencionado. Neste ponto é possível perceber a circularidade das mediações, mostrando que elas dialogam entre si e também se complementam ou transformam-se.

Aí, pra começar isso foi um desafio, porque a família não tava acostumada a ficar junto pra ver o que tu tá fazendo, as atividade. Porque antes, no outro colégio, eu chegava em casa, pegava a mochila, largava no quarto e deixava assim num canto. Ninguém sabia o que eu tava estudando, né. E a partir dali, da EFA, tinha que fazer os plano de estudo, que envolvia a família. Eram as entrevistas, as pesquisas em casa (JOVEM L, 2016).

A Escola Família Agrícola (EFA) utiliza a Pedagogia da Alternância, método criado na França, em 1935. A iniciativa de se criar a Escola Família Agrícola buscou solucionar dois problemas, ambos relacionados, respectivamente, às questões do ensino regular direcionado às atividades urbanas, que levava os adolescentes camponeses a repudiar a terra, e também à necessidade de se fazer chegar ao campo o desenvolvimento tecnológico. A Pedagogia de Alternância consiste numa proposta de formação em tempo integral e integrada para jovens do meio rural, com estímulo à convivência solidária em grupo e práticas nas áreas de saúde, nutrição e cultura. Funciona nas escolas como um tipo de internato, em que o aluno passa um período na escola (Tempo Escola) e outro período na comunidade (Tempo comunidade), a fim de que sejam considerados os saberes do mundo rural e a relação deste com o conhecimento escolar (BEGNANI, 2006). A formação integral dos alunos e a promoção do meio rural são os principais objetivos da Escola Família-Agrícola (EFA), sendo que se busca como fundamental a interação escola-família, articulando esses dois ambientes como espaços de aprendizagem contínua, valorizando as informações da cultura rural e o calendário agrícola.

Na região há duas escolas vinculadas às EFAs, uma localizada em Santa Cruz do Sul (EFASC), que iniciou suas atividades em 2009, e outra a 40 quilômetros, no município de Vale do Sol (EFASOL), com sua primeira turma iniciada em 2014. Ambas surgiram por intermédio e iniciativa da Associação Gaúcha Pró-Escolas Famílias Agrícolas, com o objetivo de ofertar uma possibilidade para os jovens filhos de agricultores familiares seguirem seus estudos e se qualificarem profissionalmente, sem perder o vínculo com suas famílias.

A EFASC, local onde quatro dos 14 jovens entrevistados estudaram, segue a mesma linha das demais EFAs no Brasil e no mundo, que são mantidas e administradas pelos próprios agricultores que, juntamente com os parceiros públicos e privados, procuram

---

<sup>73</sup> Trata-se de projetos que os jovens precisam realizar em suas propriedades, e junto com seus pais lhes dá possibilidades de diversificação.

interferir positivamente em questões sociais importantes para todos, como o êxodo rural, a invisibilidade das comunidades do campo, a ausência de políticas públicas, o acesso à terra, a diversificação produtiva e, especialmente, a produção de alimentos saudáveis. Para isso, a EFASC desenvolve, através da Pedagogia da Alternância e dos princípios da agroecologia, a formação integral dos jovens estudantes e suas famílias e o desenvolvimento do meio onde está inserida. Um dos jovens entrevistados está realizando o estágio nessa instituição e relata como seu trabalho é realizado na escola, fazendo a comparação com as escolas tradicionais, principalmente as localizadas nos centros urbanos.

Na monitoria, primeiro tem que conhecer a realidade. No nosso Vale do Rio Pardo, é muito grande, né. A gente tem diversos contrastes de família. E outra coisa, né, o trabalho que a gente vai fazendo assim, posso dizer, é de formiguinha - na escola, nas aulas e tal - e tá repercutindo através da gurizada em casa, que eles tão fazendo. Hoje eles chegam bem mais jovens pra nós, em média de 14 anos, né. Infelizmente o processo de educação que a gente tem hoje eles apenas moram numa casa no meio rural. Eles não conhecem nada do espaço que tá na sua volta, né. Então, tu vê um jovem que nunca pensou nada sobre agricultura ter uma horta, ter uma produção de alimentos, tá envolvido, tá pensando naquilo ali. Isso é muito gratificante! Tem essa possibilidade dele conhecer o espaço que ele tá. Se ele vai ficar, se ele vai permanecer, isso é outra história! Mas ele teve a oportunidade de conhecer, que a outra escola não oportuniza isso. Então, acho que é isso. A relação com as famílias. De nós poder pouquinho a pouquinho pensa numa outra produção de alimento. Pensa no menor uso de veneno, também (JOVEM N, 2016).

A experiência da EFASC na família de alguns jovens fez com que a produção agrícola familiar se modificasse. As famílias do Jovem E, por exemplo, deixou de cultivar tabaco no segundo ano que ele estava na escola. Já, a família da Jovem L está pensando sobre o assunto. O fato de a EFASC valorizar a não utilização de produtos sintéticos na agricultura e o saber fazer do agricultor acabou sendo transmitido para as famílias desses jovens.

Nós optamos pela produção de mandioca, porque é algo que nós gostamos de fazer. E, justamente porque ali não foi utilizado veneno, porque antes era utilizado, né. Antes era utilizado em tudo, veneno. Do que a gente plantava um pouco de mandioca, de feijão, plantava batata. Que nem a gente não plantava arroz. A gente planta arroz agora. Desde que eu entrei pra EFA a gente começou a plantar arroz (...) Daí, a mãe veio e falou assim pra mim: "olha, a gente vai diminuir o fumo, talvez a gente até pare de planta o fumo pra investi mais na produção de alimentos". Eu vi a mão fala isso. Pra mim assim, é das coisas mais pequenas, mas é muito grato (JOVEM L, 2016).

Outro aspecto que sobressai entre os jovens que estudaram na EFASC é o de valorizarem o saber popular, algo que muitas vezes não é considerado conhecimento. Desconsidera-se que ele está inserido nas práticas cotidianas das famílias agrícolas e, muitas vezes, atravessam gerações. O simples fazer da horta, em certos casos, por exemplo, de práticas agroecológicas, como “cobertura do solo, que o protegem a partir de recursos locais, manifestam-se sempre ancoradas em elementos do passado” (MAZALLA NETO e

BERGAMASCO, 2017, p. 212). Além disso, dentro de uma perspectiva de desenvolvimento regional (FLORES, 2006), é necessário articular o saber popular e cultural local. Mesmo o Jovem D, que parece não querer continuar trabalhando na agricultura, possui um discurso bem alinhado com os demais colegas, da valorização do saber popular do agricultor.

Cada um tem um conhecimento diferente, né. E o importante é que a gente sempre valorizava o conhecimento popular, né. O conhecimento popular da família, do vô e da vô. Importante, como tu tem que plantá, né. O engraçado é que o conhecimento popular não é muitas vezes reconhecido, né. Tá sendo esquecido. E isso eu aprendi a valoriza na EFA, porque antes eu nem tinha interesse em saber o que que a mãe sabia, o que que meu pai, o meu padrasto sabia, o vô e a vô sabia. (JOVEM L, 2016).

A gente tem que se comunicar com o agricultor. Ele tem muito conhecimento. Ele tem um saber diferente do da academia, sim, mas tem muito saber que tá usando há muito tempo lá. Ele vive o dia a dia. Então, eu como técnico, eu não vou lá e não vou dá o leite e diz pra ele fazer assim ou faze assado. Eu vou lá e vou contribui de alguma forma com ele, em alguns aspectos, em algumas melhorias que ele pode tá fazendo. Primeiro pedi uma mão e obra dele, pra ter uma melhora de produtividade, uma melhora na qualidade de vida, né. Então, eu acho que é isso. Que as pessoas tem que reconhecer o saber do agricultor. Esse que eu acho que é o ponto. Dos municípios, de fato, de encampa que a agricultura tem a sua importância e que a gente precisa de uma política agrícola urgente, né. Que vá lá, faça uma reunião com os agricultores, discuta, e a partir disso fazer alguma coisa (JOVEM N, 2016).

O conhecimento popular relacionado à agricultura, na opinião da Jovem H, se sobrepõe ao conhecimento formal. Isso pode ser percebido quando ela alega que, por já saber questões ligadas à agricultura, não valeria a pena cursar uma Faculdade sobre o assunto. Essa questão também pode ser uma defesa porque ela não deu continuidade aos estudos, diferente dos demais: “Eu pensei em fazer Agronomia, só que daí eu falei com várias pessoas que fizeram Agronomia e elas me falaram que não valia a pena porque é um custo muito alto e tipo, tu não aprende muito mais coisas do que eu já sei, porque eu sei muita coisa, sabe.” (JOVEM H, 2017).

O Jovem E, por exemplo, sente que há um preconceito muito grande por parte das pessoas que acreditam que agricultor e educação formal não podem conviver de maneira harmoniosa. Na localidade onde vive o Jovem E, essa opinião é percebida principalmente entre os mais velhos, mas esse sentimento ele também sente em relação às pessoas que vivem nos centros urbanos: de que se a pessoa permanecer trabalhando na agricultura não é necessário continuar os estudos. Trata-se de uma situação já mostrada em outros estudos, das mais diversas formas, de que esse jovem rural circula em dois territórios e sente os dilemas e contrastes entre ambos (CASTRO et al, 2009; CARNEIRO, 1998). Mesmo hoje, em que, segundo alguns autores, as fronteiras estão mais difusas no que se refere à concepção de espaço físico (CARNEIRO, 1998; 2012), existe, de fato, uma diferenciação. Como diz Castro,

seriam aqueles que vivem um duplo “enquadramento”. “Por um lado, sofrem com as imagens pejorativas sobre o mundo rural e as consequências dessa desvalorização do mundo rural no espaço urbano. (...) Por outro, no meio rural, muitas vezes são deslegitimados por seus pais e adultos em geral, por serem muito urbanos” (CASTRO et al, 2009, p.39). Nesse caso, o estudo está associado a um ideal urbano.

Eu sinto bastante forte esse preconceito com algumas pessoas mais idosas que a gente “conversa, né: “Ah, mais o que tu vai querer ser colono e estuda”. Assim, isso é muito forte das pessoas: “porque que tem que estudar para puxar uma enxada”. Frases assim e tem que conviver muito com isso né. Principalmente com o pessoal da cidade, né, é bastante forte mesmo (JOVEM E, 2016).

Nesse contexto, também há o preconceito relacionado ao jovem ter optado em dar continuidade à agricultura familiar, não havendo o reconhecimento de que ele está estudando para melhorar as condições do trabalho no meio rural.

Ai, tipo, meus parentes são todo mundo contra, assim, sabe? Principalmente os parentes por parte da minha vó por parte de pai, que o pai vem da cidade assim, é todo mundo muito preconceituoso. As tia, assim, do pai, Meu Deus do Céu! Tem uma que até hoje não sabe o que que eu tô pensando da vida. O preconceito é bem grande assim. Tipo as tia do pai são totalmente contra. Porque a juventude tem que estudar, como se eu não estivesse estudando, Mas pra elas tem que trabalha no banco, tem que trabalha aqui, tem que trabalha ali. Tipo muitas vezes tu te estressa o dobro. Tu trabalha um monte e tipo tu não é nem feliz. Eu diria assim. Mas que nem eu disse, tem um preconceito grande: "aquele lá é do interior". (JOVEM M, 2017).

Dos jovens entrevistados, os Jovens A, E, F, I, L, M, N são os que alegam sentir ainda certo preconceito por parte das pessoas. Para os Jovens A e E, por exemplo, ainda é muito forte esse sentimento.

Eu acho que sim. Talvez sim. Por a pessoa ser um pouquinho mais simples. Até falam que andar de chinelo de dedo aqui é ruim, em outros lugares é bonito andar de havaianas, né. Aqui é colono quando anda de chinelo de dedo. Eu vim de chinelo e os guris vieram de tênis e eu perguntei porque eles não tinham vindo de chinelo. Então é assim, quase ligado a isso. Porque são mais simples, ou por ser rural, associa a isso. Uma pessoa com menos educação, com menos cultura, talvez. Acho que existe sim. (JOVEM A, 2017).

Eu sinto bem forte toda vez que tem a festa de São João que o pessoal vai lá se pinta o dente e coisa pra imitar o colono. Aí fala errado e coisa e tudo. Assim que é o agricultor. Não só ali. Eu sinto em toda eleição, eu sinto o preconceito por parte dos próprios agricultores, quando eles elegem o ‘doutor’ que é da cidade, né. Ele vem uma vez a cada eleição para o interior e aí reclamam da estrada, e aí reclama que não conseguem uma carga de cascalho para fazer uma entradinha na casa deles, aí na hora que vem o cara que é formado em medicina, que eles chamam de doutor, mas que muitas vezes não tem doutorado, ele vem para a comunidade e eles elegem ele. Isso eu sinto muito forte. É um preconceito muito forte pra esse lado (JOVEM E, 2016).

O preconceito, na opinião de alguns jovens, acaba sendo instigado pelos próprios meios de comunicação, ao mostrarem um rural pouco verdadeiro, solidificando ainda estigmas do passado. Trata-se de “um preconceito histórico, herdado do tempo da escravidão, que precisa ser ressignificado” (CAPELO; MARTINS; AMARAL, 2013, p, 226), que acaba classificando o trabalho na agricultura como inferior ao urbano. Os produtos televisivos, por exemplo, representam de maneira homogênea a vida no campo, principalmente quando se referem às classes populares vinculadas à agricultura familiar (SCHNORR, 2012). Muitas vezes, trata-se de um rural idealizado, um distanciamento entre imagem e realidade. “É uma representação como experiência vivida e deslocada do espaço ao qual a imagem originalmente se refere” (BIAZZU, 2008). Para Castro (2007, p. 129), há uma “desqualificação simbólica, associada ao rural, ao camponês, à roça, ao trabalhador rural, ao agricultor familiar, à imagem de atraso”,

A TV, ao invés dela mostrar o lado bom do interior, ela mostra só a parte ruim, quem nem aquela novela que teve. “Eta Mundo bom”, acho que é. Tipo, tinha o cara do rural, digamos assim, era um caipira, tipo assim, o Jeca Tatu<sup>74</sup> que surgiu, era um caipira. Eu acho assim, muito bobo. Aquilo ali ele é da roça, mas tipo, ele não anda direito, a roupa dele é remendada, uma perna da calça é mais curta, sabe. Ele fala errado, ele come de mal jeito. Não é assim sabe! É uma coisa bem errônea, assim. sei lá. (JOVEM M, 2017)

Os meios de comunicação contribuem fortemente com algumas representações sociais enraizadas na sociedade e acabam tendo um caráter hegemônico (CABECINHAS, 2009; ALEXANDRE, 2001).

os meios de comunicação de massa se tornam instrumentos fundamentais na produção da nova coesão social, exatamente porque lidam com a fabricação, reprodução e disseminação de representações sociais que fundamentam a própria compreensão que os grupos sociais têm de si mesmos e dos outros, isto é, a visão social e a auto-imagem (ALEXANDRE, 2001, p. 116).

Nesse grupo não podem ser esquecidas também todas as formas de produção simbólica produzida pela indústria cultural. Esta, por sua vez, pode nomear e ressignificar “as práticas sociais, políticas e culturais do meio rural mediante contínuos deslocamentos semânticos dos quais emerge um rural idealizado e sem contradições” (OLIVEIRA, 2012).

Muitos levam o campo como um turismo, né? Que pra chegar lá tem cavalo, tem boi, tem galinha, tem porco. Só que não é bem assim né? Não é como um turismo. Que tu chega lá e é tudo bonitinho. Não é nas perfeições, né. Não é novela! Não é uma peça de teatro que tu só pega ali e atua. Tem todo um envolvimento, né, que as pessoas não conhecem. (JOVEM L, 2016)

---

<sup>74</sup> Jeca Tatu é um caipira do interior paulista, criado por Monteiro Lobato. Ele é preguiçoso, avesso à higiene pessoal, não usa calçado, é pobre e com pouco estudo.

No país, após a televisão estabelecer-se como importante meio de comunicação, o imaginário do caipira, pautado em uma visão moderna e cheia de contrastes [urbano versus rural] e estabelecida a partir da literatura e do cinema, acabou sendo difundida de forma mais intensa a partir desse meio (SCHNORR, 2012). No trabalho realizado por Ronsini (1993), junto a mulheres agricultoras, percebe-se, por exemplo, que a televisão é a mediadora entre o ethos urbano e o rural, homogeneizando parcialmente os conteúdos. A televisão ao mostrar o fazendeiro sendo atendido pelas camponesas, mostrando claramente uma diferenciação social, também mostra a vida rural como se fosse um “hotel-fazenda”. Nesse sentido, as camponesas sentem-se ao mesmo tempo inferiores e superiores aos habitantes da cidade. Inferiores no sentido de terem menores condições financeiras e menos estudo formal, mas superiores por sentirem-se mais íntegras que os cidadãos.

Por isso que, “dadas as formas como a mídia transforma, e de certa maneira define, a circulação de bens simbólicos em sociedades contemporâneas, ela se torna uma fonte importante de reflexão para o estudo das representações sociais” (JOVCHELOVITCH, 2000a, p. 92). A mídia, além de constituir uma importante “fonte de formação das representações no mundo contemporâneo”, é nela – na televisão em especial – que melhor se configura a tendência de concretização das ideias em imagens”. (SÁ, 1998, p 71). A mídia ainda homogeneiza e mostra dualidades do mundo urbano e rural amparados ainda na modernidade. As telenovelas, por exemplo, reproduzem um rural muitas vezes associado ao camponês rude, cômico e atrasado; já nos noticiários o que aparece mais são aspectos ligados ao agronegócio.

Brumer (2007, p. 36) escreve que “a tendência emigratória dos jovens, em grande parte se justifica por uma visão relativamente negativa da atividade agrícola e dos benefícios que ela propicia”. Entretanto, na pesquisa realizada junto aos 14 jovens, apesar de alguns falarem que se trata de uma vida penosa e trabalhosa, existe uma valorização muito grande do espaço rural, associando-o à produção de alimentos, que possui grande importância. Essa lógica, de certa forma, evidencia uma representação baseada em conceitos tradicionais de modernidade. No entanto, no que se refere à valorização externa, “do pessoal da cidade”, essa sim foi mostrada como necessária. Possivelmente por isso muitos jovens falaram sobre a valorização do agricultor ser algo primordial. Mesmo entre os jovens que estão cursando a universidade, há a percepção de que é preciso dar uma atenção especial ao conhecimento do agricultor, porque, em função do preconceito, o saber fazer do agricultor não é reconhecido. Esse preconceito decorre de uma construção, na modernidade, ligada a imagens negativas das pessoas do meio rural, sendo associadas à ignorância e à limitação (BIAZZO, 2008).



Tem que valorizar o conhecimento do agricultor né, porque eu acho que às vezes tu acha que a solução vai vir de um técnico, de um livro e coisa e a solução tá no teu pai ou tá no teu avô, de tu valorizar os conhecimentos deles. Saber ver que são muito ricos né, assim de que eles acumularam toda uma, toda uma experiência que tiveram quantas vezes, quebraram a cara coisa e fizeram as coisas, eu acho que isso é o mais. (JOVEM E, 2016)

Além da falta de reconhecimento do saber fazer do agricultor, também não há a valorização do seu trabalho, entretanto, de acordo com os jovens, este saber é valorizado no momento em que eles recebem assistência técnica pública estatal. Nesse sentido, essa assistência recebida pelos agricultores pode ser outra mediação importante. A participação em eventos ligados à produção agropecuária também se mostra outra mediação que pode auxiliar na ampliação da representação social da ruralidade. A partir dessas duas mediações ligadas podem auxiliar no reconhecimento e na necessidade dos jovens, principalmente no que se refere ao conhecimento de políticas públicas, na compreensão do território em que vivem e a possibilidade de aprenderem outras possibilidades de produção e práticas no meio rural.

O pessoal da Emater acompanha. Tipo, agora vai ter curso e tal. Então eles oferecem, justamente pra mim, que sou nova. Isso agora, porque antes não era. Aí, como nós participamos da Copersanta, né, da Cooperativa de Santa Cruz, que também é exigido, por causa das políticas pra entrar nas chamadas públicas. Daí tem que ter, né, Todos os produtores tem que ter uma participação, né. Aí, agora tem muito mais assistência. Antes era pouco, né. Antes era mais relacionado ao fumo, o acompanhamento do instrutor, né. (JOVEM K, 2017)

A gente já sabe muita coisa sabe. E o que que a gente não sabe a gente vai tipo num que nem a Afubra, eles auxiliam bastante a gente, que nem pergunta pra Afubra ou liga pra Emater, vai lá na Secretaria da Agricultura tem nesses lugares assim. Acho que de dois em dois meses assim [visitas da Emater] ou quando tem algum encontro dos feirantes eles avisam, tudo é assim sabe. Na Expoagro também. Eu acho que os dias de campo [ENCONTRO PROMOVIDO PELA EMATER]. Entre os feirantes, né. É daí eles falam tipo ah sobre um determinado tema tipo, moranga ou moranguinho. Daí, é sempre na casa de um produtor. Daí tu aprende tudo sobre morango. Tô só supondo né, ou alface tudo assim, sempre um tema diferente daí. (JOVEM H, 2017)

Dos dez jovens que pretendem dar continuidade à agricultura familiar, quatro estão cursando o ensino superior e dois pretendem continuar os estudos. Os que estão cursando a universidade acreditam que ela lhes deu uma visão de mundo mais ampliada. Mesmo a Jovem K, que não cursou uma área diretamente relacionada à agricultura, de alguma forma acabou associando o seu saber-fazer com a educação formal através da monografia de conclusão de curso. A monografia teve o objetivo comparar o cultivo de hortaliças com o de tabaco. A partir dessa experiência, a família da Jovem K deixou de plantar tabaco, pois os resultados da pesquisa comprovaram que essa cultura era mais onerosa para a propriedade, trazendo menos retorno.

Daí eu fiz a análise dos dois. Qual produzia mais, vendia mais: a hortifruti ou fumo? Fiz a comparação na minha monografia e as hortaliças era o que rendia mais (...) Eu sempre digo que se eu não tivesse entrado na universidade eu não teria o conhecimento que eu tenho hoje, sabe. Eu não teria conhecimento de universidade, não teria conhecimento de cursos, né. A gente às vezes se fecha, né. Então conheci muita coisa. Aprendi muito. Fiz cursos vários (JOVEM K, 2017)

Na localidade do Jovem E, o ingresso na universidade é mais difícil, “quase impossível”, possivelmente por se tratar de uma região mais afastada e porque muitos jovens rurais não possuem a oportunidade de estudarem em escolas particulares. Tal como ele relata: “Aí, as escolas que são lá do interior, muitas vezes a educação, pelo menos lá, a educação é bem mais precária né”. Percebe-se que o jovem sente muito orgulho pelo fato de estar no curso superior: “Tipo para alguém que era da minha região lá entrar numa universidade é uma coisa muito impossível sabe, ninguém de lá geralmente entra na universidade, a não ser algumas gurias e coisa” (JOVEM E, 2016). A fala do Jovem E também indica uma tendência já retratada em outros estudos (WEISHEIMER, 2007), de que as mulheres são as que mais são incentivadas a estudar.

Todas as famílias têm origem alemã, sendo que os Jovens D, E, G, H, J, L, M dizem que conseguem entender “o alemão”. Entretanto, essa prática, segundo eles, foi mais incentivada pelos avós. Eles, apesar de entenderem, não chegam a conversar com o grupo de amigos. O Jovem E, por exemplo, por namorar uma menina que vive em uma cidade vizinha, na qual a colonização foi outra, sente as diferenças culturais e a dinâmica dos espaços rurais bem diferentes no que diz respeito à agricultura familiar voltada à produção de alimentos com a qual ele está acostumado em Venâncio Aires. Na região da família da namorada, o tabaco é também o cultivo principal, mas não há a diversificação na agricultura.

Lá o pessoal é mais descendente de português. Eles perderam completamente o hábito de produzir os próprios alimentos, sabe, completamente. Não tem nada de paisagismo assim, um espaço com flor, um espaço prá hortaliças, pra eles mesmo. Muitos não plantam mais nem feijão. O que eles têm geralmente assim em casa é mandioca e ainda nem tem mais o melado. As pessoas preferem plantar um pouco mais de fumo porque o melado é barato né, aí prefere implantar um pouco mais de fumo naquele pedaço que ia ser a cana-de-açúcar e comprar o melado (JOVEM E, 2016).

O poder aquisitivo das famílias dos jovens entrevistados aumentou em relação à juventude de seus pais e até pouco tempo atrás, o que parece ter facilitado a permanência deles no campo. Essa dedução também consta no estudo de Malagodi e Marques (2013, p. 201), de que entre esses jovens “há a percepção de que vivem em uma situação muito diferente do que aquela onde nasceram e cresceram seus pais. Embora se trate do mesmo lugar, de forma geral, tomando os jovens em seu conjunto, a maioria reconhece que suas vidas

melhoraram”. Todos os pais dos jovens entrevistados, com exceção do Jovem C, trabalharam na agricultura, fato associado possivelmente à economia e à história da região. Os pais dos Jovens A, C e D deixaram de trabalhar na produção agrícola, e o pai deste último, nos últimos 10 anos alia o trabalho na cidade à plantação de goiaba, caracterizando tipicamente uma família pluriativa. Na propriedade da Jovem I, que possui 45 hectares, por exemplo, as condições familiares melhoraram tanto que o trabalho pesado é feito por pessoas contratadas. Já, as Jovens J e K frisaram as mudanças recentes e melhorias realizadas pela família.

A gente tem trator e as máquinas que precisa pra lavoura. Tem a ordenhadeira pra tirar leite. Tem pra colher milho, tem pra planta milho. Se tu não tem isso, tu já não consegue mais. (...). Agora tem a moto serra e é mais prático tudo. Antes era com boi o arado e agora tem trator. Agora tem trato com ar condicionado, toda a proteção, né (JOVEM J, 2017).

Antes era arado, a boi, até poucos, quer dizer, poucos anos atrás. Quatro anos atrás era boi... Hoje é só com trator. Não tem mais nada pra puxa. Esse processo assim, da força braçal já diminuiu muito também. Se atualizou esse processo de produção também. Melhoramento de estrutura. Porque antes era outra estrutura, não era piso, não era assoalho. Então isso já melhorou muito. O processo evoluiu muito (JOVEM K, 2017).

Os jovens que não possuem atividades voltadas à agricultura (A, B, C, D), em nenhum momento comentaram sobre a importância da atuação política das pessoas que vivem na região rural, possivelmente por não conviverem de forma tão intensa nesse espaço e as famílias não serem dependentes da agricultura. Para esses jovens, esse espaço está mais associado ao sossego, tranquilidade, natureza, produção de alimentos e qualidade de vida, fato já apontado por Biasus e Branco (2013), Silva et al (2011); Schneider (2009), Castro, (2013), revelando com um olhar mais idílico em relação a esse espaço (ANJOS e CALDAS, 2014), no qual a ideia de rural se encaixa em um contexto mais autêntico de viver ao ar livre. Trata-se de uma representação social característica da ruralidade contemporânea. Na Europa, por exemplo, essa lógica principiou no final do século XIX, no momento em que houve um movimento de retorno e valorização do campo (RODRIGUES, 2014), ressignificando-o como lugar de lazer ou de preservação da natureza, o que proporcionou novos usos e novas imagens desse espaço (RODRIGUES, 2014). Essas percepções também aparecem entre os jovens que possuem suas atividades vinculadas à agricultura, sendo recorrentes nos relatos.

O pessoal lá estão sempre de boa. Parece que não tem ninguém cobrando metas deles, por enquanto. Até dar um granito...coisa assim (risos). Teve o sogro do meu primo que ele se matou enforcado porque perdeu toda a safra. Ele não tinha seguro. Mas também acontece. Mas eu acho que no mas é isso. É mais tranquilo. Não tem o que se estressar. (...) Eu gosto das paisagens em si. Bastante verde, alguma coisa nesse sentido, assim. Até indo pra Monte Alverne, a estrada é bem bonita assim. Tu vai olha em volta, tem bastante árvore. Tem uns campos abertos. Lá tem bastante coisa e eu achei bastante independente. Tem mercado, tem posto de saúde, tem hospital, acho que são bem independentes. Tem bastante coisa. (JOVEM A, 2017)

Na fala do Jovem B, por exemplo, há um discurso de que o rural possui um movimento de resistência em relação ao urbano, à industrialização e ao tecnológico (BIAZZO, 2008). Não se pode esquecer que na sociedade brasileira, o mundo rural, desde o processo de modernização, vivenciados a partir da década de 1930, é apresentado como um cenário separado do mundo urbano (DE PAULA, 1998). Mesmo que em um primeiro momento não tenha uma conotação negativa, no que se refere à informação, há ainda um contraste grande em relação ao urbano que é destacado pelos Jovens A e B. “O uso e a apropriação das TIC por famílias de agricultores familiares ainda é bastante limitado, causando o que autores chamam de ‘brecha digital’, na relação do espaço urbano com o rural” (FELIPPI, DEPONTI e DORNELLES, 2017, p. 6).

Agora se tu for parar pra pensar se tu quer ter uma vida saudável, é muito mais fácil tu ter no interior do que no meio urbano, só que não tem esse, esse glamour vamos dizer. No interior tu vê que tu não vai ter essa vida fitness, tu vai ter uma vida saudável, só que não é “glamourizável”. Tu pode ter uma vida muito mais saudável no interior, tu pode plantar a tua comida, tu planta o que tu mesmo vai comer, tu não precisa ir numa academia, tu pode correr, sei lá, na tua casa, pode correr no asfalto pra fazer exercício, na rua, só não é tecnológico (JOVEM B, 2016).

Falta informação por mais que falem: “Ah tá na internet”. Gente, as pessoas que vivem na rural nem sempre tem internet, nem sempre tem telefone. A gente percebe isso, tipo, quando tem pagamento de conta, porque quebrou uma ponte e muita gente não consegue pagar a luz porque não tem telefone para ligar, pra gente pagar (...) Eu acho que as pessoas categorizam muito tudo, dizendo que tá todo mundo na internet, mas não tá todo mundo na internet! Sabe, tem muita gente que não tá, tem muita gente que não entende as coisas, então, eu acho que falta realmente informação (...) “Ah, mas tá na televisão! Mas quem é que diz que no horário que passa o agricultor tá vendo televisão? Porque muitas vezes eles acordam cedo e vão dormir cedo, porque passam o dia inteiro trabalhando, então eu acho que falta dar a informação. De fazer folder, de fazer livro, o que for, fazer uma pesquisa fazer uma pesquisa com os agricultores. Eu acho que falta às empresas investirem mais, sabe, assim investirem realmente em informação sabe, em horários. Porque agora televisão não tá passando nada sobre risco de câncer de pele, sobre risco tabaco, sobre risco de intoxicação com agrotóxico, porque a gente vive naquela coisa do capitalismo, todo mundo quer lucrar, lucrar, lucrar, lucrar e muita gente não se preocupa com o próximo (JOVEM A, 2016).

A maioria dos jovens ganhou seu primeiro computador quando iniciou o Ensino Médio, o que também aconteceu com a internet. Algumas famílias, por exemplo, em locais que havia acesso à internet via rádio, providenciaram a conexão quando os filhos tinham entre 14 e 15 anos, ou, no caso da Jovem K, com o ingresso na universidade. Os que não tinham acesso via rádio, como ainda hoje não têm, o realizam a partir de modem de empresas de telefonia celular. Essa situação se assemelha muito quando se estuda a aquisição de tecnologias pelas classes populares urbanas, porque, enquanto jovens da classe média e alta tiveram acesso ao computador (e, pode-se dizer, também à internet) praticamente desde a

infância, os setores populares tiveram que esperar, por exemplo, até ingressarem na universidade para incorporar a prática (WINOCUR, 2009).

No que se refere ao consumo de meios de comunicação, o rádio e a internet se destacam no uso entre os jovens entrevistados. No entanto, o uso do computador é utilizado por aqueles que estão estudando, estando associado à realização de trabalhos acadêmicos e de pesquisas. A exceção é a Jovem I, possivelmente em função da agroindústria: “Utilizo muito para o trabalho, e-mail direto”, mas a Jovem L relata que

antes eu usava o computador, né. Agora é mais o celular. O computador tô usando mais pra fruto de estudo agora. De vez em quando, quando eu tô escrevendo alguma coisa, que eu entro ligeiro pelo google, pelo face, só pra vê se não vem uma mensagem. Mas, assim, computador tô usando mais pra fundo de estudo, pesquisa. Mais é o celular (JOVEM L, 2016).

Todos os jovens possuem celulares com acesso à internet, sendo as redes sociais usadas com mais frequência, confirmando dados estatísticos que comprovam que os jovens são os que mais estão conectados. O acesso à internet para os jovens que trabalham na agricultura facilita a busca de informação no trabalho e também os deixa atualizados (BENITEZ LARGHI e LEMUS, 2012). Percebe-se que a maioria dos jovens iniciou a utilização da internet no Ensino Médio, mas para os que ainda estudam, o uso dessa tecnologia possui finalidades educativas e para o campo do trabalho (LOPES e DOULA, 2013).

Às vezes vejo no youtube vídeos e reportagens. Assim, às vezes, a gente, por exemplo, uma vez deu uns baixos na mandioca e aí a gente queria ver o nome desse bicho, como é que funcionava e como se proliferava. Aí a gente procurou assim essas coisas. Pesquisa em geral, como plantio de verdura e tudo. (JOVEM I, 2017)

Eu acho que ajuda porque tem muita coisa boa também na internet. Tem muitas coisas de programas, de sites voltado ao agronegócio e a agricultura, que eu aproveito muito. Pesquisa e estudo, basicamente atualização. Coisas relacionadas a agricultura isso eu busco bastante. Até por causa do meu TCC, pesquisei muito. (JOVEM J, 2017)

Youtube com certeza. Eu tenho bastante canais assim, tipo, por exemplo Universidade Orgânica, que eu olho bastante que nem... deixa eu ver mais o que que é. É que na hora que tu acessa já tá tudo pronto E assim, vamos pensar em sites mais acessados: eu olho muito previsão do tempo, né, porque a gente trabalha muito, na verdade eu nem uso o Climatempo. Eu uso um norueguês. Yr.no, é do instituto de pesquisas da Noruega. Eles acertam muito assim, eu uso ele muito né, eu gosto bastante dele. Aí eu sabe, planejo bastante as coisas lá, a gente faz bastante na questão do tempo. (JOVEM E, 2016)

Quando eu preciso. Que nem agora, a gente tá montando um projetinho de microaspersão, irrigação de microaspersão, né. Então lá acesso lá o youtube pra assistir alguma coisa, uma vídeo aula, coisa assim. Ah.eu tenho um pouco de dificuldade em química né, então eu tô fazendo a cadeira de química orgânica. Então eu uso o youtube com vídeo aula também pra estuda, nesse sentido. Mas não tenho nenhum canal específico (JOVEM N, 2016)

O uso das redes para assuntos voltados à agricultura é evidenciado por aqueles que possuem uma participação política maior, como é o caso dos Jovens E, I, K, L e N. A utilização do youtube ficou bem evidente para buscar informação. A utilização da internet em sites de buscas para a realização de pesquisa relacionada ao rural é realizada somente por aqueles jovens que seguiram a agricultura familiar e também deram ou pretendem dar continuidade aos estudos. Os demais utilizam as redes sociais, Facebook, mais para postar fotos relacionadas a encontros com amigos e festas e para acessar clubes de compra.

Só pra olha o que tá acontecendo. Compartilho mais algumas questões assim de estudo relacionado a agricultura, principalmente o impacto do agronegócio, estudo sobre os agrotóxicos, alguma coisa nesse sentido. Alguma experiência em agroecologia, que a gente acaba divulgando, né. Pro grupo de amigos que também acaba estudando sobre isso. Então a gente vai divulgando. Acaba fazendo mais dessa forma, né (JOVEM N, 2017).

Parece que as jovens que trabalham com agricultura se envolvem mais cedo na vida política, nas associações e movimentos, possuindo uma visão mais crítica, possivelmente em função também da questão de gênero, atualmente bastante em pauta. Esse é o caso das Jovem I e J. Mesmo que elas não tenham cursado Faculdade, é possível perceber um olhar mais crítico delas em relação ao espaço rural do que o percebido pelos Jovens F e G, que também, como elas, não deram continuidade aos estudos. Em relação ao envolvimento deles e à opinião sobre o rural, esses jovens parecem ter uma visão mais limitada, muito mais voltada ao senso comum, que associa o rural a um espaço que fornece alimentos para a cidade. A pesquisa realizada por Castro (et al, 2009)<sup>75</sup> para saber qual o perfil dos jovens dos movimentos sociais rurais, apresentado no livro “Os jovens estão indo embora”, revela que a presença de mulheres nos movimentos sociais rurais é maior, “inclusive um número maior nas faixas etárias mais novas do que de homens com a mesma idade” (CASTRO et al, 2009, p. 71).

Outro ponto que pode ser observado é o fato de que as mulheres deste estudo parecem estar sendo mais incluídas na dinâmica familiar, indo em sentido contrário ao de alguns estudos, cujos resultados revelaram que, “em várias regiões do país, ela é excluída ou menosprezada no processo de transmissão da propriedade (CARNEIRO, 2008a, p. 263). No livro publicado por Castro (2013), com base em seu estudo etnográfico, lê-se que é difícil o acesso das mulheres à terra, pois elas são excluídas “das atividades classificadas nos contextos produtivos e de sustento da família e, conseqüentemente, da possibilidade de serem proprietárias da terra” (CASTRO, 2013, p. 222). Nesse sentido, seriam “diferentes as

---

<sup>75</sup> A pesquisa foi realizada junto a 48 jovens com idades entre 15 a 32 anos que participavam em eventos nacionais.

perspectivas oferecidas nas unidades familiares de produção para rapazes e moças, pois, embora ambos participem do trabalho na propriedade, as moças não têm acesso às tarefas que exigem certo grau de responsabilidade e de decisão” (CAPELO; MARTINS; AMARAL, 2013, p. 211). Essa situação também é confirmada por Kummer e Colognese (2013), dizendo que as moças geralmente acompanham as atividades da mãe, sendo consideradas organizativas e vivem uma submissão total, o que já tinha sido apontada por Carneiro (2008). Ao que tudo indica, esse tipo de lógica não se concretizou entre as jovens entrevistadas neste estudo, possivelmente porque: o casal só teve filhas mulheres (Jovem K e M); por serem as filhas mais velhas (Jovem H e N); era filha única (Jovem I); ou pelo fato de ter sido a mãe a única a dar continuidade ao trabalho da família, como foi o caso da Jovem J, porque os irmãos mais velhos desistiram, ou seja, as mulheres que ficaram não possuem irmãos para desempenhar esse papel.

Quando o assunto é música, é possível perceber a hibridização. Todos os jovens se consideram ecléticos, porém, a música sertaneja está mais presente entre aqueles que passam a maior parte do tempo no meio rural, com exceção da Jovem B. Entretanto, somente o Jovem N não se referiu a esse gênero, dizendo preferir música pop e música popular brasileira. Um fato curioso foi o olhar crítico do Jovem E, pelo fato de ter dito gostar de músicas regionais, mas não as gauchescas, por serem preconceituosas. No que se refere ao consumo musical, “os jovens do campo, em geral, preferem estilos musicais como o sertanejo e a moda de viola, mas isso não significa que eles também não possam gostar de rock, de pagode, de rap, de funk”, mais associados a jovens urbanos. (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 20). Entretanto, “o rural e o urbano podem estar presentes no mesmo ator social: o indivíduo ou grupo social pode ter elementos em sua identidade originários de contextos culturais (ou ordens simbólicas) distintos” (BIAZZO, 2008, p. 12).

Tem algumas músicas tipo de regional, que nem o Vitor Ramil, né, a gente gosta bastante. Daí, a gente gosta de ir nos bailes de lá também, que é mais bandinha né, mais música de dançar mesmo, mas de ouvir assim durante a semana não gosto muito, mas para baile mesmo. E assim gauchesca então não sou nem... Não, tá louco, eu sou muito de escutar a letra da música, né, aí tu vai escutar a letra da música sabe, bah, tá louco. A questão né do gaúcho superior... O gaúcho por ter descendência muitas vezes europeia né e os outros terem descendência portuguesa, africana e outras todas essas coisas daí acham, acham que é melhor que os outros né (JOVEM E, 2016).

Grande parte dos jovens acredita que o agricultor não é valorizado nos meios de comunicação e nem pelo poder público. Caso o fossem, na opinião deles, as pessoas poderiam ter um reconhecimento maior do meio rural, principalmente da sua importância na produção de alimentos. Esse discurso alinha-se ao que Duque (2015, p. 201) destaca, ao dizer que as

experiências do saber popular devem ser “aprimoradas no diálogo com o saber científico, transformando as mesmas em referências para propor ao poder público um modelo diferente de política pública”.

Se fala de agricultura, mas muitas vezes assim não se fala, se vem entrevistar o agricultor, entrevista o presidente de tal, do sindicato tal, representante. Ele não sabe muitas vezes o que acontece na realidade. Não retrata a realidade né. Eu acho assim que assim, deveria ter um investimento de escuta o agricultor. Eu que realmente acho que é o que tem que fazer. Eu acho que tem muita coisa que precisa ser feita, sim, tem investimento, mas o que precisa é de vir falar com a gente. Escutar e fazer. Porque eles [partidos políticos e meios de comunicação] não sabem. Eles pensam lá no gabinete deles, tão pensando. Se eu tivesse esse poder, isso eu faria primeiro. Acho que eu escutaria. (JOVEM K, 2017)

Mais valorização das pessoas da cidade pra aquilo que a gente trabalha. Seja reconhecimento ou no preço das coisas. Porque hoje em dia quase ninguém mais não planta mais nada. Planta assim milho, soja, coisas que é feito com máquina, mas assim aquilo que precisa mão de obra. Mas assim, no pensamento das pessoas. Como planta alface, as pessoas não entendem porque não tem sabe. Parece que tem gente que fica num escritório, num ar-condicionado, não sabe quantos graus tem lá, qual é a intensidade que o sol hoje tá. Aí tu tem que explicar e às vezes não aceitam numa boa, né. (JOVEM I, 2017)

Os próprios meios de comunicação tinham que tratar de uma forma mais realista, sabe. Tipo, tem muita gente no campo que tá muito melhor que o povo da cidade. E se não fosse do pessoal do campo, não teria nada pro povo da cidade come, sabe. Só que o pessoal não entende isso, sabe. Só pensam: aquele lá é do interior! (JOVEM M, 2017)

Na fala desses jovens está o discurso principal dos estudos que mais abordam a questão do jovem rural e a sua permanência na agricultura familiar<sup>76</sup>, de que eles são os responsáveis em dar continuidade ao negócio da família e que um número cada vez maior de jovens está deixando de optar por essa profissão. Nesse sentido, a falta de visibilidade também ocasiona a falta de interesse e reconhecimento não só por parte das pessoas da cidade, mas também pelo próprio jovem. Além disso, também há a impressão, entre alguns deles, de que a região valoriza mais o tabaco do que a produção de alimentos, fato que se justifica pela economia da região e questões históricas.

Agricultura, Familiar principalmente, produção de alimentos, fomicultura também o forte do município, pra mim só vem isso. A fomicultura aqui 90% quase da população dependem [ruído] é o principal a produção de feijão mandioca tá crescendo não é mais dependente somente da fomicultura (JOVEM D, 2017).

A cidade, Santa Cruz, não é muito incentivado as hortaliças, feirantes, não é muito incentivada, é mais em cima do fumo (...). E, se querem que continue na agricultura, que não vá todo mundo, daí não adianta, ah aqueles filhos de agricultores não vão fica na propriedade (JOVEM J, 2017).

<sup>76</sup> As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores. (SCHNEIDER, 2003, p. 113). A expressão “agricultura familiar” emergiu no contexto brasileiro a partir de meados da década de 1990 (SCHNEIDER, 2003, p. 99).



Mas o que mais me incomoda hoje são o sistema político, que abandona muitos espaços lá do campo. O sistema integrado, independente se é fumo, se é frango, se é suíno, que também faz a escravidão das famílias, dos agricultores. Isso hoje é a visão do que mais me incomoda, né. Do que é feito do Campo (JOVEM N, 2017).

As imagens do rural que os jovens entrevistados representam socialmente podem ter se modificado com o tempo e são decorrentes da competência cultural. No momento em que esses os jovens, principalmente os que possuem uma tradição de agricultura familiar, iniciam seus estudos na cidade, começam a perceber as diferenças e as emoções que é viver no espaço rural. Nesse momento pode existir uma afirmação ou uma negação da sua condição. O que também se percebe é que a educação formal permite que os jovens tenham uma percepção maior em relação ao rural, propiciando-lhes uma postura mais crítica em relação ao território e um olhar mais heterogêneo. Entretanto, a representação social ligada ao modelo tradicional, do rural como fornecedor de alimentos, ainda está muito presente entre os jovens, mesmo aqueles que não possuem as suas atividades voltadas para a agricultura.

## **5.2 Temporalidade social**

O que pode ser entendido por temporalidade social está relacionado à trajetória dos sujeitos e às mudanças ocorridas durante suas vidas. Nessa mediação, se considera a relação que o sujeito possui com o espaço onde vive, no caso do jovem, com o rural, mas também se considera a relação que ele possui tanto com o espaço urbano, pois se locomove para as mais diversas atividades, quanto com outras localidades, quando esse jovem viaja ou conhece outros lugares. A facilidade de acesso ao espaço rural também acaba por ampliar o espaço social, pois, dessa maneira há também uma “diversificação dos agentes de socialização dos jovens, resultando de uma nova dinâmica na relação campo/cidade: a escola, os meios de comunicação, os transportes, as opções de trabalho no comércio, às indústrias ou o turismo, dentre outros, dinamiza a socialização” (ROSAS, 2007, p. 184).

Nesse grupo de mediações também é considerado como era a vida dos pais desses jovens e como é a vida desses jovens agora. Além disso, a temporalidade social é uma das mediações fundamentais da relação entre os meios de comunicação e os sujeitos. No momento em que, hoje, as TIC estão mais acessíveis, principalmente para esse grupo, pois, conforme já exposto, são os jovens que possuem maior familiaridade com as novas tecnologias, e os jovens rurais também estão inseridos nessa relação, é possível fazer com que o tempo rural se nivele com o tempo urbano. O uso das redes sociais e a facilidade de acesso à informação no meio rural está ocorrendo, pelo menos para o grupo estudado, ao mesmo

tempo em que ocorre no meio urbano. Por “questões históricas e culturais, temos realidades dos jovens do Sul que chegam a ser completamente diferentes das dos jovens do Nordeste e do Norte” (CUNHA, 2007, p, 73), por isso não é possível dizer que isso aconteça com outros jovens, principalmente ao se considerar o poder aquisitivo e sinal de conexão de telefone ou internet. Aliás, um dos assuntos abordados nas entrevistas foi relacionado a alguma mudança que eles gostariam de fazer no ambiente em que moram. Todos se referiram a melhorar o sinal de conexão do celular, principalmente, mas também o acesso à internet.

Conforme já mencionado, todos os jovens, com exceção do Jovem C, iniciaram seus estudos em escolas municipais do interior. O Jovem C iniciou seus estudos na cidade de Candelária, após a separação dos pais. Depois, em função do emprego da mãe, continuou os estudos na cidade de Sinimbu e, posteriormente, em uma escola na cidade de Santa Cruz do Sul. Possivelmente, por ele ter sido o único dos entrevistados que trocou várias vezes de escola, sentiu esse processo de transição de forma bem intensa. Entretanto, a mudança mais sentida por ele foi ter ido estudar em uma escola da cidade de Santa Cruz do Sul e continuar morando na zona rural. Ele mesmo diz que,

na época da 5ª série que eu estudava, os meus colegas moravam tudo pro centro assim. Aí sim eu me sentia meio assim meio deslocado. Era longe de tudo. Todo dia eu ia, por exemplo, de ônibus pro colégio, era um ônibus que me deixava na praça, aquela praça perto da Oktoberfest. Aí eu ia caminhando até o colégio. Enquanto isso meus colegas todos os pais deixavam no colégio. Ali eu já via uma diferença assim, e até pela forma... eram meus colegas mais modernos vamos dizer assim (JOVEM C, 2016).

O Jovem C, além do problema de locomoção que para ele era uma situação bastante difícil, também sentiu diferença no que se refere ao acesso à tecnologia, pois, à época, na localidade onde morava não havia sinal de internet. O fato de o Jovem C falar que considerava os alunos da cidade de Santa Cruz do Sul mais modernos era também pelo fato de que a região de Sinimbu é basicamente rural, com uma população de 10.404 (CENSO, 2010) e sem grande acesso à tecnologia.

Eu estudei em Sinimbu, ela [a mãe] trabalhava na prefeitura de Sinimbu aí eu ia com ela pra Sinimbu e estudava lá. E é um pessoal diferente, quando eu vim pra cá vi um pessoal mais moderno, lá não se tinha essa ideia de computador, internet, não era tanto, é, 4ª série. Aí quando eu vim pra cá sim, porque daí todo mundo tinha acesso à internet, foi nessa época que começou essa função do Orkut, de blog e coisa. Era época que o pessoal jogava em rede, sabe, jogava online e essas coisas e eu não tinha como jogar sabe, esse tipo de coisa. Neste sentido, eu me sentia meio, meio fora (JOVEM C, 2016).

A mudança de realidade também acompanhou os demais jovens quando eles tiveram que continuar os estudos na cidade, conforme se discorreu na competência cultural. “A circulação dos filhos entre as áreas urbanas e rurais tem início na continuação dos estudos (a

partir da 5ª. Série)” (CASTRO, 2013, p. 164), quando as escolas da localidade só oferecem o ensino até a 4ª. Série. Nesse período aconteceu um estranhamento deles em relação aos jovens da cidade. Segundo a maioria dos jovens entrevistados, foi nesse período em que eles sentiram o maior preconceito e eram categorizados de “colonos”. Conforme já exposto na mediação de competência cultural, esse preconceito se ancora em antigas representações (JOVCHELOVITCH, 2000a), com imagens de um mundo rural pejorativas (CASTRO et al, 2009), pois, “trata-se de uma realidade que se repete na sociedade, onde o campo é desvalorizado frente à cidade” (CASTRO, 2007, p. 129), tornando-se mais acentuada principalmente no período escolar.

É importante registrar que a frequência a uma escola de Ensino Médio requer a ida regular dos jovens às sedes dos municípios, onde têm acesso a outros modos de vida e de relações sociais. Esses jovens também são submetidos ao confronto de valores sobre a vida no meio rural e no meio urbano, pois os cidadãos (alunos e professores) transmitem uma visão relativamente negativa dos rurais. No entanto, a circulação entre campo e cidade possibilita uma ampliação de seu círculo de relações sociais e uma maior integração (BRUMER, 2007, 40).

No espaço escolar o preconceito aparece com mais evidências e a dualidade é sentida com maior intensidade (CASTRO et al, 2007), tanto que todos eles, com exceção da Jovem B, que não chegou a tocar no assunto de preconceito, mas também não chegou a fazer o Ensino Médio em Santa Cruz do Sul como os demais jovens, sentiram, de alguma forma, essa discriminação. A Jovem K diz ter sentido mais no início da universidade, o que só retifica que o embate acontece no momento em que o jovem vai em busca da educação formal na cidade. Independentemente da situação, é fato que “quem se identifica como jovem rural sente cotidianamente o estigma de viver no campo” (CASTRO, 2007, p.129).

No colégio nem tanto, mais no início da universidade tinha. Quando fala, é agricultor, sentia às vezes. Até no final, às vezes tem gente que fica, aí com o tempo tu vê que é um processo, que é uma profissão que também tem uma necessidade, né (JOVEM K, 2017).

É possível perceber elementos positivos e negativos no fato de os jovens rurais irem estudar na cidade. De um lado, existia o preconceito — que foi sentido por todos —, uma situação bem complicada para quem vivencia a adolescência, que é, por si só, uma fase da vida repleta de crises e conflitos, escutar “ah! mora no interior, é Colono!” (JOVEM D, 2017). Mas há também o lado positivo, que são as novas redes de sociabilidade acessadas a partir da escola (CASTRO, 2013) e o acesso a outros quadros de significações. O fato de a família da Jovem H, por exemplo, possuir um ótimo poder aquisitivo amenizou a maneira como ela via esse preconceito, além de estar adquirindo conhecimento.

Lá, assim, eu sofri bastante. Porque todo mundo sabia que eu vinha do interior. Todo mundo ficava rindo, debochando, só que eles não sabiam que trator, as terras eram de tanto valor assim. Então, eu sempre fui debochada na escola. Eu tinha mais colegas que vinham lá da minha localidade, eles sempre debochavam da gente. Era eu e mais duas. Eu não tava nem aí pro deboche. Depois que parei de estudar, terminei os estudos, eu mudei bastante também. Eu cresci em muitas coisas sabe, eu evolui muitas coisas (JOVEM H, 2017).

Os jovens, atualmente, com exceção dos Jovens A, L, N, têm condições de “ir e vir” entre o “centro” e o “interior”, e isso faz com que eles não tenham um sentimento de isolamento. A maioria dos jovens possui carteira de habilitação, nove deles possuem carro ou moto própria, fazendo com que não tenham a percepção de que vivem em local de difícil acesso. “Os jovens têm maior mobilidade hoje, em decorrência das motos que adquirem com seus primeiros salários, o que lhes permite estar no campo, durante o dia, e na cidade, à noite” (CARNEIRO e TEIXEIRA, 2012, p. 89). A facilidade de mobilidade desses jovens “permite ampliar o espaço de sociabilidade para além dos limites de suas próprias localidades de origem” (CARNEIRO, 2007, p. 60), facilitando desde o acesso a bens e serviços até o lazer e trabalho.

Eu saio de moto e que nem eu saio pro centro comer alguma coisa, barzinho alguma coisa (JOVEM G, 2017).

Eu ia de ônibus de linha. Agora de moto eu levo 15 minutos pra chegar na minha casa. Mas de carro leva mais. Porque de moto vai cortando (risos). Eu faço o que eu quero, porque eu tô quase sempre sozinha. Tipo sábado de tarde eu sempre tô sozinha, então, eu sempre tenho que inventar alguma coisa pra mim fazer. Aí eu vou no salão, vou dar uma volta, a minha amiga mora aqui perto [a entrevista foi realizada no shopping], às vezes eu vou na casa dela sabe, é assim (JOVEM H, 2017).

É que é estranho porque quando eu paro pra pensar, não parece que eu moro num zona rural sabe, parece que ali ainda é uma zona urbana, é mais afastado, mas é diferente porque não tem mercado perto, as coisas são longe, mas em termos de pessoas assim (...). Em 13 minutos tô na universidade, vamos dizer assim (JOVEM C, 2016).

Costumo sair. Casa de amigos. A gente dá uma volta no centro, no shopping. Depende muito. Eu tenho dois final de semana por mês que eu tiro leite e dois é a minha mãe. Daí a gente se reveza (JOVEM J, 2017).

É bom morar aqui, não tem problema mesmo sendo longe. É tranquilo, vou e volto de moto (JOVEM D, 2017).

“Os territórios não estão fechados em suas fronteiras. Eles se expandem por meio das sociabilidades e da mobilidade humana e, por essa razão, entendemos que os sujeitos que ali vivem não estão e nem devem estar parados” (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 20). A relativa proximidade com o centro da cidade e o fato de os jovens possuírem condução própria também faz com que um dos quesitos apontados em diversas pesquisas sobre juventude no

campo não se confirmem no grupo aqui investigado, que é a falta de lazer. Tanto que em muitas pesquisas esse é um dos motivos que leva os jovens a migrarem para os centros urbanos (CARVALHO et al, 2009; SPANEVELLO, 2002; OLIVEIRA, 2006; CASTRO, 2013). Os jovens aqui entrevistados fazem uma comparação com a vida que os pais levavam, de como era antes e como é atualmente. Tudo indica que a proximidade entre o centro e o interior diminuiu e a mobilidade espacial não é a única que acaba sendo beneficiada. A mobilidade simbólica também o é, no momento em que os jovens conseguem movimentar-se entre vários universos culturais, “em diferentes escalas espaçotemporais” (FROELICH, 2012, p. 202), o que faz com que eles não considerem negativo o fato de não viverem na cidade.

O meu pai sempre fala que antigamente era muito difícil as coisas. Não era assim como é hoje que eu tenho muita coisa e eles não tem. Como por exemplo, começa no carro. A gente sai final de semana, pega o carro e vai, né. Antes não tinha. Desde assim, do primeiro carro que eles tiveram, como é que eles levavam as verduras pra fazer entrega e hoje como é, tem que te baú. Só que naquela época não era tanta lei disso, daquilo, hoje é bem diferente (JOVEM I, 2017).

A universidade e a EFASC proporcionaram a todos os jovens oportunidades de viajar para fora do Estado e vivenciarem outras realidades. Os Jovens B e C, por questões familiares e poder aquisitivo maior, puderam viajar sem a interferência da educação formal (competência cultural). A Jovem J viajou em férias com o namorado para o Nordeste e está pensando em retornar quando se casarem. Em função da Faculdade, a Jovem K foi a Curitiba. O Jovem N, desde o tempo da EFASC, viajou para diversos Estados. Ele enfatiza que ter conseguido estudar ampliou o mundo dele, e isso não lhe teria sido propiciado se não tivesse estudado na EFASC ou se tivesse abandonado os estudos como muitos de seus colegas.

Eu hoje tive a oportunidade de estudar, que meus pais não tiveram, né. O pai estudou até a quarta série e a mãe estudou até a quinta série e eu tô concluindo o ensino superior. Isso é o que mais marca, né. Isso faz com que se tenha diferenças nos focos, eu acho. Eu acho que eu tive a oportunidade de ir pro mundo, né. A partir que eu cheguei na Escola Família Agrícola, foi apresentado um mundo novo, todas as vivências, né. Do meu trabalho no MPA, então pude anda um bom trecho pelo Rio Grande do Sul, né. A partir disso também me envolvi nas conferências de juventude. Conferência até que tive a oportunidade de ir três vezes pra Brasília, né. Agora, ultimamente, a gente voltou de Pernambuco, né. Então, a gente conseguiu fazer intercâmbio pedagógico, de conhecer outras experiências de Efas, neh, a nível de Brasil. E eu fui pra Pernambuco. Então eu acho que essa é a principal experiência, do pai e da mãe. De eles estarem lá na agricultura, de tá naquele espaço e eu tive a oportunidade de ir pro mundo (JOVEM N, 2017).

A Jovem L, por exemplo, a partir de uma viagem proporcionada pela EFASC, conseguiu definir qual a área que gostaria de seguir na agricultura. Foram soluções que fizeram com que esses jovens pudessem ter tido contato com outros quadros e significações e vivenciarem outras realidades fora do seu território, solidificando sua identidade.

Um lugar que eu gostei muito que eu fui com o curso foi pra Curitiba (...) Eu até falei, se eles viessem pra Santa Cruz eles seriam uns alienígenas. Tipo foi uma coisa incrível. Ai a gente visitou a USP de Curitiba. Um lugar que fui e aprendi muito. Sai do meu mundo aqui e fui lá e tive um conhecimento muito grande que eu levo pra mim até hoje (JOVEM K, 2017).

A gente foi esses tempos fez um intercâmbio pedagógico esses tempos. Já faz umas três, quatro semanas atrás, a gente foi lá para sul de Minas, sul de Minas Gerais, aí que vendo a dificuldade dos Agricultores de lá assim e eles são muito mais articulados eu acho que é porque a gente ainda tem tudo muito fácil assim Apesar dessa seca que tá dando agora as condições são muito boas para gente produzir e coisa e os agricultores são muito desarticulados né não são mobilizados porque mesmo tem todo poder que agricultura tem né mas desarticulados porque por exemplo se a cidade com toda a força de eleitorado, se ela fosse não digo que ela é um exemplo de articulação mas se ela fosse totalmente pairada como é o interior eles também não iam por exemplo ter tanto peso para eleger um candidato ou outro (JOVEM E, 2016).

Conforme se percebe, a circulação com maior intensidade entre o espaço urbano e o rural se inicia no período escolar, mas possui um segundo momento, quando os jovens buscam por trabalho remunerado (CASTRO, 2013). No caso dos jovens que não possuem nenhum vínculo com a agricultura, essa situação aconteceu quando eles iniciaram a universidade e começaram a trabalhar nas áreas escolhidas. Os Jovens A, B, C realizam seus estágios na cidade e todos os dias vão e voltam. Mesmo aqueles que trabalham fora do ambiente rural, mas não chegaram a se mudar para a cidade, podem ser o resultado de uma escolha motivada em manter o padrão de vida quando se mora com os pais – o que também ocorre com a juventude urbana: cada vez mais tarde os jovens deixam de morar com a família —, mas também porque na localidade onde vivem eles têm “acesso a determinados bens materiais e simbólicos que, até recentemente, só eram disponíveis na cidade” (CARNEIRO, 2007, p. 60).

Entretanto, para aqueles que possuem uma tradição na agricultura familiar e chegaram a trabalhar na terra — Jovens E, J, K, L e N —, a experiência de terem ido trabalhar “fora” lhes deu uma visão bem específica: trabalhar no campo é mais agradável do que trabalhar na cidade, estando associada a um sentimento de liberdade, à flexibilidade de horários, à qualidade de vida e a uma cotidianidade familiar.

Aqui é mais tranquilo, tem coisas que tu pode deixar pra depois. Não tem que seguir muito o horário. Faz quando pode. Quando tu trabalha fora, tu tem muito mais cobrança, né. Questão até do próprio horário. Aqui não tem ninguém mandando em ti, é tudo entre família. Eu emagreci tantos quilos só de estresse quando tava trabalhando fora. Lá não tinha tempo. Hoje depois do meio dia se quiser tu deita e dorme. Não tem horário fixo. É que se tu trabalha fora tu tem que adianta o serviço e não consegue descansar. Aqui não. Aqui tu pega e descansa, tu relaxa. Tem a noite mais pro teu descanso. E eu acho que isso é a qualidade de vida. Acho que a pessoa quando trabalha no seu ritmo trabalha muito melhor (JOVEM J, 2017).

Eu até já sai da propriedade. Uma vez 3 meses, outra vez 6 meses, mas sempre retornei, porque é um processo. Eu me sinto bem, assim, livre. E eu tenho o trabalho o dia inteiro, mas eu não gosto de ficar presa num lugar. Não me senti bem, não me adaptei. Tentei. Não consegui. Então meu processo eu gosto de trabalhar assim mesmo. Gosto de fazer meu horário (JOVEM K, 2017).

Aí eu fiquei um tempo, um ano aqui como bolsista da universidade na EFA. Aí eu tive um convívio maciço assim no urbano. Aí o que eu vejo bastante assim, que é diferença de tu poder na propriedade pelo menos um sistema que eu tô fazendo, de tu poder decidir quando tu trabalha, quando tu pára, como tu trabalha né. Assim no meu sistema, claro. (...) [na cidade] todo dia é uma repetição. Sabe, eu acho muito interessante é que todo dia lá é uma coisa diferente, né, na agricultura (JOVEM E, 2016).

O fato de alguns deles terem permanecido ou terem voltado para o campo em nenhum momento chegou a estar associado a uma derrota ou a um fracasso. A Jovem I disse conhecer muitos jovens que foram trabalhar fora, mas tiveram que voltar a trabalhar com os pais. A mãe dela, no entanto, pontuou a escolha da filha baseada no que viu com frequência na região: “Ela achou que um dia ela ia ter que voltar, então por isso ela não foi”.

Eu via bastante gente voltando também. Muita gente também que fez a mesma coisa que eu. Estudou até o terceiro ano assim e foi, mas não era aquilo, né. Ai teve que voltar e seguir o que os pais tavam fazendo (JOVEM I, 2017).

Para alguns jovens da pesquisa, quando realizavam comparações entre o urbano e rural, com exceção ao tema educação e acesso a alguns serviços, não consideraram negativo viver no espaço rural e também não chegam a ver tantos contrastes, pois, para eles, “as pessoas vivem no meio rural e vivem na cidade, saem e voltam, estão lá e cá” (MENASCHE, 2007, p.136).

Pra mim a única diferença é que aqui é estrada de chão e lá é asfalto. A única coisa que eu não gosto do interior. A questão da rua. Porque a gente sofre por causa das ruas ruim aqui. Quando a gente carrega muita carga pesada (JOVEM F, 2017).

Então eu acho que é mais ou menos parecido, porque todo mundo sempre correndo, sabe todo mundo querendo as coisas para ontem, e aquela coisa assim eu acho que falta as pessoas conversarem mais, eu acho que falta é que nem a gente tá fazendo agora, sentar sem telefone e sem computador. Sentar e conversar (JOVEM B, 2016).

Só acho ruim a questão da estrada, né. Quem nem o bom seria asfalto, mas a prefeitura nem já faz mais estrada, né. Aí passa a patrôla de vez em quando, mas sempre fica ruim. Vem a chuva e estraga tudo. O principal acho que seria estrada. Seria a locomoção. Porque é ruim andá em estrada de chão. Estraga todo o carro (JOVEM G, 2017).

É preciso considerar que os grupos criam suas próprias formas de comunicação e entendimento, de acordo com a sua identidade, relacionadas às temporalidades e aos espaços (URTEAGA e CORNEJO, 1996), fato que pode ser estendido para o mundo virtual. No estudo de Urteaga e Cornejo (1996), o centro comercial, por exemplo, é um lugar onde os jovens se encontram, sendo o espaço em que eles podem se reconhecer, se identificar e

compartir práticas similares. Essa relação, de certa forma, pode acontecer também nas redes sociais e nos usos das novas tecnologias, local de encontro e de apropriação de identidades.

O avanço tecnológico materializado nos atributos de mobilidade, portabilidade e acessibilidade dos dispositivos digitais viabilizam o funcionamento das redes sociais, responsáveis pelo engendramento e a consolidação da cibercultura, que pressupõe novas sociabilidades, novas formas de ação política, nova cidadania, novas formas de estar no mundo (SANTOS, 2011, p. 1).

O Jovem E, por exemplo, acredita que o acesso às tecnologias possibilita um engajamento maior da comunidade, e a partir delas é possível se articular e dialogar sobre assuntos de interesse do grupo de jovens. Nesse sentido, as redes sociais digitais podem organizar os grupos e auxiliar o processo, conforme diz o Jovem E, que possui uma participação comunitária e política bem acentuada. Já, o Jovem N utiliza as redes sociais digitais para compartilhar informações, principalmente relacionadas à área de seu interesse.

O whatsapp a gente usa mais pra vamos dizer assim, pra serviços e discussão. Por exemplo, a gente se articula. Nós estamos criando uma associação pensando onde os jovens depois, os egressos de EFA né, vão atuar. Aí é uma articulação entre a gente, pra ter posicionamento político, pra poder bater mais forte, de frente. Não só os jovens. A gente usa o whatsapp também pra questão da UERGS, da escola ali, a gente se comunica muito, todo dia assim a gente se comunica. Também pra negócio né, que nem a venda de hortaliças né, eu também uso o whatsapp. Então por isso que meio que eu deixei o whatsapp pra esse sentido. (...) Até o Face eu uso pra esse sentido, nós temos grupo, lá em Venâncio, nós temos o grupo da feira lá que os clientes iam lá e acessavam e a gente até botava algo porque tem o grupo Eco da vida, de Venâncio. Então a gente é os administradores. (JOVEM E, 2016)

A tecnologia facilita porque a gente consegue discutir, tomar decisões, refletir tudo, porque a gente se reúne só de vez em quando. Mas essa dinâmica que tem que ter para tu conversar, discutir e definir algumas decisões sobre determinados temas e coisa, aí acaba facilitando, porque ainda mais por conta de todo aquele orçamento que todo mundo tem não vai conseguir, por exemplo, reunir fazer um encontro regional no tamanho do Vale do Rio Pardo todo mês né. Aí assim não né, já facilita bastante, todo mundo vai dá uma olhadinha lá e já conversa, não sei o que, dá sua opinião e não sei o quê, discute lá, liga às vezes quando o negócio começa a ferver demais. A gente liga também um para o outro então acaba facilitando por esse sentido (JOVEM N, 2017)

Facilita articulação. Assim por enquanto eu encontro... mais pelo face. Por causa da distância. São egressos da EFASC, mas de comunidades diferentes, né. Aí, a gente conversa, a gente tem o grupo de Sinimbú só. Também, né. Que a gente se conversa quando tem. Mas por enquanto estamos conversando mais com os meus colegas que se formaram. A gente tem o grupo pelo whatsapp também. Daí, sobre o grupo de Sinimbú, a gente tá na ideia de forma ainda essa associação, né. (JOVEM L, 2016)

O telefone fixo está presente em somente três propriedades (dos jovens B, M e I), entretanto, o celular é a das TIC mais utilizadas por todos, principalmente para o acesso à internet em função das redes sociais, pois é o meio “com maior usabilidade das novas tecnologias no segmento juvenil” (LOPES e DOULA, 2013). É fato que as redes sociais dominam a vida dos jovens.



Eles são a geração de cidadãos crescentemente exposta a – e fazendo uso das – mídias e tecnologias de informação e Comunicação, tanto para entretenimento quanto para fins de informação, contatos sociais e mobilização e para compartilhar conhecimento. A explosão de celulares, nos últimos anos, enfatiza o ímpeto com que os jovens buscam apropriar-se das novas mídias digitais, mesmo nas condições socioeconômicas restritivas que a maioria enfrenta (TUFTE, 2010, p. 60).

Para alguns, a facilidade de utilização das redes sociais já possui dois lados: o de aproximação e o do afastamento. No primeiro caso, as TIC podem atravessar “as barreiras espaciais” (BENITEZ LARGHI e LEMUS, 2012), possibilitando um vínculo maior com os familiares ou amigos que vivem em outras localidades, mas a incorporação delas também está fazendo, segundo eles, com que as pessoas deixem de se visitar, e alterando, igualmente, uma prática realizada em família, que é a própria conversa.

O acesso as tecnologias de informação, né. Deu um grande salto, assim. Impacta positivamente as pessoas, para ter mais relação com o mundo, os agricultores, né. Mas outra coisa assim, pelo vamos dizer, do grau de instrução e do uso e da forma que a mídia chega. Por exemplo, o facebook, né. O pessoal acaba se prendendo a isso né. Eu vejo pelo meu pai, que às vezes eu tenho que dizer: "larga esse telefone!" Né? Porque, né!. No espaço rural que poderia ter uma proximidade maior entre as pessoas e tal, isso que se perdeu que era visitar um vizinho e outro, com as tecnologias ainda provoca mais ainda esse fator. Eu acho que isso é negativo (JOVEM N, 2016).

Para o Jovem E, por exemplo, o facebook possibilita visibilidade. Como foi percebido na competência cultural, a mídia pode reproduzir um rural idealizado, fora do contexto ou da realidade da região. Entretanto, a partir das redes as pessoas que vivem no meio rural se tornam o emissor de informação, facilitando com que a sua realidade possa ser conhecida por todos.

Tem o lado do afastamento que tu vai lá conversar pelo Facebook, deixa de visitar a pessoa e não sei o que. Às vezes tem assim, tem gente que podia ir lá e visitar, conversar, fazer alguma coisa e tu vai lá e manda uma mensagem. Aí com as redes sociais, eu tô percebendo bastante que o agricultor expõe o trabalho, a linha ideológica, as pessoas vêm, interagem bastante e conversam, querem saber, visitar. Isso facilita até o processo de turismo, o turismo rural. E com isso sempre vai ter os dois lados (JOVEM E, 2016).

Nesse sentido, as redes também são consideradas facilitadores do processo. A Jovem J, por exemplo, mostra e vende os morangos orgânicos pela internet; a Jovem K chegou a abrir uma conta no instagram para mostrar a propriedade; a Jovem G sempre compartilha fotos dos movimentos e protestos que participa, e posta fotografias que mostram a propriedade e o período de colheita, e algumas atividades de lazer — festas e cavalgadas, principalmente.

Até o último ano, primeiro ano nos fornecemos pra pessoas físicas. Conhecidos, quem o pessoal ligava, da internet, pelo face. Pelo meu face. Tem as foto do morango, pra mostrar como é que é. Tinham uns de até 80g. Um moranguinho de 80 grama. Era uma mão cheia. Bem graúdo, bem bonito. Esses são tão doces. O pessoal comprava e já encomendava de novo (JOVEM J, 2017).

Mesmo que nem todos exponham seu cotidiano e seu trabalho nas redes sociais, essa exposição os posiciona como emissores de informação e mostram o seu mundo para suas redes de conhecidos, tanto do próprio rural quanto da cidade. O fato de a maior parte dos jovens consumirem produtos midiáticos e atuarem nas – e com as – mídias, “também podem participar como cidadãos críticos, usando as mídias cidadãs para dar voz a suas preocupações e participar no debate público e na ação social” (SANTOS, 2011, p. 68).

Nas últimas duas a três décadas, em especial as novas mídias – telefone celular e computador -, ganharam cada vez mais destaque, ampliando usuários, serviços e conteúdo oferecido, inclusive em países periféricos, como o Brasil. E não mais correspondem a redes verticalizadas como as mídias tradicionais, cujos conteúdos partem de grandes centros urbanos, onde se concentra sua produção, gestão e capital do setor (FELIPPI; DEPONTI; DORNELLES, 2017, p. 6).

O Jovem E acredita que essa tecnologia deveria ser mais explorada pelos próprios agricultores para poderem expor seu trabalho e fazer com que as “pessoas da cidade” também transitassem mais no meio rural, diminuindo essa sensação de afastamento e desinformação por parte delas. Essa opinião também foi compartilhada pelo Jovem B que, mesmo não tendo vínculos fortes com a localidade onde vive, acredita que a tecnologia contribuiria para uma visibilidade maior do rural, principalmente por estar acontecendo uma valorização da produção saudável. A agroecologia aproxima os jovens da natureza.

São representações que expressam sentimentos que extrapolam a noção utilitarista do uso dos recursos naturais, pois remetem ao âmbito do sagrado ou da subjetividade. O sagrado, como algo que se respeita e que se cultiva, que não se destrói, mas que se recria e se preserva. Um sagrado que pode significar o ambiente natural exterior, mas que também pode ser interpretado como a natureza que é parte integrante da reprodução dos ciclos da vida. Nesse sentido, a natureza é a aliada na reprodução da vida biológica do ambiente, mas também da saúde humana (BRANDENBURG, 2017, p. 153).

Os dois jovens (B e E), mesmo com estilos de vida bem diferentes, falam de uma tendência que vem crescendo, o da alimentação ecológica. Niederle (2017, p. 184) explica que “as experiências de venda pela internet começam a ganhar adeptos”, e associações de produtores começaram a criar sistemas de entrega em domicílio.

Daí, o que seria melhor, no mundo ideal: de a pessoa pegar e conhecer o grupo que produz ali, conhecer como ele se faz. Por exemplo, em Forquetinha e Arroio do Meio tem um grupo de produtores orgânicos. Tem página no face e tudo, ela tem visita assim direto lá e o “Colhe e Pague”. Lá o pessoal está trabalhando e tu pode apresenta como funciona. Mas a melhor certificação que existe é o das pessoas verem e conhecer a tua produção. A certificação por via de visita é muito melhor com certeza, quer saber a procedência, vai lá conhecer, e aí tu investe um pouco: ao invés de tu ter que levar para cidade, a cidade pode vir pelo menos uma vez por ano ou vir comprar. (JOVEM E, 2016)

A maior vantagem é a acessibilidade das redes. É fácil pra qualquer pessoa criar um conteúdo, Essa facilidade de informação e de produzir esse monte de possibilidade

eu acho que é o maior atrativo assim. Eu acho que seria muito legal as pessoas usarem redes sociais pra mostrar o trabalho delas, eu acho que poderia surgir daí um mercado novo, imagina um consumidor comprando um produto direto de quem produz. É uma coisa que se vê pessoas fazendo, tipo as startups assim. Isso (...) poderia ser utilizado em um propriedade no interior, é uma oportunidade que passa assim, as pessoas não tem esse, acho que com essa moda de alimentação saudável, essa tendência de alimentação saudável por exemplo, bah, quem produz já podia vender pro consumidor final direto, pular essa etapas de mercado e tudo. Talvez poderiam modernizar a feira rural, podia ser uma feira rural online e aí tu escolhe o que tu quer. Tu pode ir até a propriedade buscar, digamos assim. Acho que seria interessante, ah, eu quero comprar maçã produzida na propriedade de não sei quem. Acho que agrega muito valor ao produto que tu tá comprando. (JOVEM B, 2016)

Apesar de alguns dos pais desses jovens serem relativamente jovens, o acesso às tecnologias — computador e smartphone — não é feito por muitos deles. Trata-se de uma situação muito semelhante quando se realizaram estudos sobre a incorporação das TIC em bairros populares (BENITEZ LARGHI e LEMUS, 2012, p. 7), pois “son pocos los casos de padres y madres que se han apropiado de éstos dispositivos, integrandolos a su vida cotidiana” Somente os pais dos Jovens B, C, M e N às utilizam. No caso deste último, a utilização do smartphone ainda é recente.

O pai dá uma pesquisada em alguma coisa. Não que ele trabalhe, ele só usa a internet mesmo. A mãe também, ela vive comprando coisa na internet. (...) É que a mãe gosta de compra muita coisa pra dentro de casa. Sabe como é que é. Ai ela compra roupa de cama. Os celulares também vieram todos da internet [risos]. (JOVEM M, 2017)

O papel dos filhos, muitas vezes, é o de convencer os pais mais receosos em usar as tecnologias. Em decorrência disso, o papel do jovem é o de mostrar as vantagens do uso das tecnologias ou de introduzirem os pais na sua utilização (BENITEZ LARGHI e LEMUS, 2012). Nesse sentido, o acesso está vinculado tanto a uma competência cultural, decorrente do poder aquisitivo, quanto da temporalidade social, ligada a aspectos de acesso às tecnologias, considerando-se que a chegada deste último foi (e ainda é para algumas localidades) mais demorada no ambiente rural, mostrando mais uma vez a circularidade das mediações. O celular também é utilizado como registro de imagens. Todos os jovens possuem smartphone.

Esses dias eu até fiz umas fotos do meu trabalho, neh. Como [mostra as fotos de plantações, mas que não foram postadas no face, estão só no cel]. De tudo [plantação]! Esses são os nossos tomatinhos cereja que a gente fez. Se vocês precisarem de foto, posso manda pra ti (JOVEM H, 2017).

Minha mãe tem face só. Ela entra mais mais pra... Já pediu ajuda. Minha irmã ajuda mais ela. Ela entra junto com minha mãe, ela que ajuda mais (JOVEM G, 2017).

O pai ele reclama muito do muito do meu whats, que às vezes não para. Fica o dia inteiro. "Tu não vai mais trabalha?". Mas na hora que é uma coisa do trabalho daí tu não reclama, daí tu gosta, né. Hoje é muito mais fácil (JOVEM I, 2017).

Muitos filhos do pessoal que mora lá, mora em Santa Cruz, daí no Dia dos Pais, muita gente ganhou smartphone, muita gente. O pessoal vem assim: “minha filha me

deu esse aqui e eu não sei mexer”. Sério assim, uns sete vovozinhos foram lá em casa e a minha mãe é meio atrapalhada né, então minha mãe não consegue explicar e pede pra mim (JOVEM B, 2016).

A temporalidade está associada principalmente à mobilidade que o jovem rural possui atualmente. “Os jovens experimentam mudanças na sociedade em um grau e profundidade sem precedentes” (TUFTE, 2010, p. 67). Tão forte é essa mediação que acaba por afetar também a contidianeidade familiar, no momento em que as atividades de lazer e de proximidade aumentam. A facilidade de “ir e vir” se diferencia de seus pais e lhes dá um olhar de proximidade do rural. Não se trata de um lugar afastado ou de difícil acesso, mas um espaço onde a natureza e os horários de trabalho lhes fornece uma sensação de liberdade e autonomia. Outro aspecto que diferencia os jovens de seus pais, pelo menos no grupo pesquisado, é o acesso à informação, mas é percebido que existe uma diferença considerável em relação ao urbano. Os jovens se queixam da falta do sinal de internet e celular, fato que precisaria de mais investimento por parte das operadoras, junto com a melhoria das estradas e acesso aos mais diversos serviços (posto de saúde, creche, supermercado, posto de gasolina, farmácias e lojas).

### **5.3 Cotidianeidade familiar**

Como já exposto, pode-se dizer que essa mediação (cotidianeidade familiar) pode ser a mais forte de todas, pois é nela que o sujeito se mostra como realmente é a partir das relações sociais e da interação dos indivíduos com as instituições (WOTTRICH; SILVA; RONSINI, 2009). Além disso, é necessário perceber de que maneira os valores da família ainda permanecem e de que maneira eles participam do processo de como a ruralidade é percebida pelos jovens. As famílias, por exemplo, “não transmitem somente bens materiais aos seus jovens, transmitem também visões de mundo, concepções de trabalho, um código moral, uma ideia sobre o futuro” (ROSAS, 2007, p. 185). Nessa mediação inserem-se também as relações com a comunidade, vizinhança e amigos, destacando-se o que faz parte da cotidianeidade do sujeito — questões relacionadas ao trabalho e ao entretenimento em família.

A maior parte dos jovens, conforme já se mencionou, possui uma origem vinculada à agricultura familiar, muito característico da Região (FELIPPI, DEPONTI, DORNELLES, 2017), sendo a propriedade adquirida a partir de herança. “As unidades familiares funcionam, predominantemente, com base na utilização da força de trabalho dos membros da família que, por sua vez, podem contratar, em caráter temporário, outros trabalhadores.” (SCHNEIDER, 2003, p.113). Trata-se de “uma estrutura produtiva que consegue associar terra – trabalho -

família, tirando desta combinação o sentido de suas ações econômicas, sociais e culturais” (WEISHEIMER, 2003, p. 17). Nesse sentido, as famílias possuem um cotidiano voltado essencialmente ao trabalho, “Organizam seu ano e os dias conforme o ciclo produtivo do que cultivam ou criam” (ESCOSTEGUY et al, 2016, p. 338), sendo que o lazer ou as férias dificilmente são tiradas em conjunto, porque sempre deve ficar alguém na propriedade para cuidar da lavoura. Os jovens só acompanhavam os pais nas férias quando eram crianças.

A propriedade é do meu pai e da minha mãe. Então eu trabalho junto com eles, né. Então a gente planta, colhe, todo dia quase. Final de semana é direto. O fumo também era né, mas aí as hortaliças tu tá envolvida diretamente, todos os dias. O fumo tinha só aqueles períodos. Eram 50 mil pés de fumo (JOVEM J, 2017)

Passeios nos fazia né, junto, quando era pequeno, de ir lá pro interior, ir lá pro meio do mato, acampar. Mas atualmente não viajamos mais juntos, em função da lavoura. Alguém tem que ficar em casa, porque tem a irrigação, tem que molhar, tem os animais que tem que cuidar... Principalmente agora no verão, sempre tem que ter alguém em casa (JOVEM F, 2017).

Minha família costuma, minha família vai na praia, né. Até mesmo ano passado eles foram, mas daí eu não fui. Eu fiquei cuidando da propriedade. Porque sempre tem que ter alguém, né. Que não pode deixa a propriedade sozinha, né. Que nem ano que vem aí eu vou ir. Tu tem que trata os bichos, né. Tu não pode deixar (risos). Tem que tirar leite, né. Não pode deixa os bicho lá assim. Deixa a produção lá largada pra sai todo mundo. Alguém sempre fica na propriedade (JOVEM L, 2017).

Vamos viajar. Mas nada muito longe, assim, que nem agora no inverno. Cada um tira um fim de semana na serra. A gente tinha ido até Farroupilha fazer umas compras e aí então eu fui com meu namorado e aí vai o meu pai, minha mãe e minha irmã. A gente inverte, sempre assim. No verão também. Praia. Uma semana eles. Uma semana eu. É que alguém tem que ficar. O lazer é mais esse. Sai uma semana eles, uma semana eu. Daí tem tipo. Oktober [festa que acontece todos os anos na cidade de Santa Cruz e tem a duração de 15 dias], dá uma olhadinha na Oktober. É mais assim, tu pode sair, viajar, dá uma volta de carro. (JOVEM M, 2017).

Mesmo que os passeios e férias não sejam tirados com a família toda, eles comungam do tempo do trabalho e boa parte do tempo do lazer (visitando parentes, passeando na cidade, assistindo televisão juntos). Uma prática coletiva, por exemplo, é o consumo de rádio para aqueles jovens que trabalham na agricultura familiar, diferente dos jovens que trabalham na cidade. Geralmente, os jovens escutam música e noticiário no galpão, na estufa de fumo (como é o caso da Jovem L) e até na lavoura, característica semelhante da pesquisa realizada por Escosteguy (et al, 2016) sobre a interação cotidiana de famílias produtoras de tabaco com as tecnologias de comunicação em Vale do Sol, cidade que faz parte da Microrregião de Santa Cruz do Sul.

Quando a gente tá no galpão arrumando as verduras e final de semana. Eu, ele e ela é Arauto. Meu marido é a rádio gazeta (MÃE DO JOVEM F, 2017).

O pai instalou uma caixa de som esse ano. A mãe disse: Não dá mais, tem que instala uma caixa de som nessa lavoura, tem que anima o pessoal pra trabalha". Ele era pra fica na estufa, só que o pai comprou muito pouco fio. E ai então ele colocou um poste e ai a caixa de som fica ali. O poste é só pra caixa de som. Ele não serve mais pra nada. Ele fica bem no centro. É que a lavoura é tipo assim. Aqui são os galpão a lavoura meio que desce. Então ele fica no topo e ai tu escuta bem, só pro outro lado que tu não escuta, assim. A mãe queria instala na estufa, porque quando chove a gente não pode instala nossa caixa de som, mas que nem disso. E o rádio fica no Galpão. A Emissora é a Comunitária (Ela fala rindo bastante]. Por incrível que pareça, a minha irmão que quando mexe ela troca (risos). Ela bota uma Arauto da vida ai não dá pra querer [rindo]. A mãe que chega e ela desliga (JOVEM M, 2016).

Lá no galpão tem o rádio que fica ligado o dia inteiro né. Sempre, praticamente. Ele só desliga de noite, quando a gente entra dentro de casa. Mas aí de manhã quando saio de casa para tirar leite, ligo o rádio (JOVEM E, 2016).

O retorno e a opção dos filhos em continuar na agricultura é motivo de orgulho para a maior parte das famílias<sup>77</sup>. A volta dos filhos para casa também se apresenta como um alívio, pois os pais conseguem um auxílio maior. Esse caso é bem evidente na família da Jovem J, que é a filha mais jovem de um total de três irmãos. Possivelmente pelo fato de os irmãos mais velhos terem abandonado a produção agrícola fez com que ela fosse a última alternativa de auxílio para os pais, tanto que eles, em função dessa realidade (de que os filhos homens foram trabalhar na cidade porque não queriam plantar mais tabaco), pararam de plantar o tabaco, já histórico na propriedade.

Eu fiquei feliz quando ela voltou pra casa pra me ajudar, né. Eu sozinha fazendo o serviço tudo. Ai era ruim quando eu voltava das festa. Daí tinha que fazer o serviço todo. E assim tá pronto... chego em casa. Leite ela também. Ela sabe fazer tudo também, a gente pode sai tranquilo e deixar isso nas mão dela (MÃE DA JOVEM J, 2017).

No caso do Jovem F, a continuidade dos jovens na agricultura familiar está mais relacionada à facilidade de acesso a uma profissão que já está, de certa forma, consolidada pela família. Nesse caso, desde cedo ele sabe ser agricultor: “ele tem o conhecimento de como se faz para ser e o que ser agricultor exige, enfim, tem a competência adquirida para a profissão” (WANDERLEY, 2007, p. 137), adquirida a partir da tradição familiar. Existe ainda mais um fator que Wanderley destaca, de que não existe um reconhecimento de que atualmente “a profissão de agricultor é extremamente exigente na sociedade moderna porque tem que conciliar tradição e inovação” e ele, quando assume seguir o labor familiar, também vai ter que assumir a tradição e a inovação.

---

<sup>77</sup> A mãe da Jovem L não queria que a filha entrasse na EFASC e as tias da Jovem M não são a favor de ela dar continuidade à agricultura familiar.

Eu vejo que é um caminho que cada vez menos pessoas, menos jovens querendo fica. Tu vê só pessoas mais velhas e aos poucos elas vão parando. Que sempre alguém tem que fica. Eu acho que alguém tem que segui, porque se eu for analisar olha meus pais conquistaram e ai eu depois vou dizer não quero? Daí vai tudo fora, que eles conquistaram e batalharam pra consegui e depois isso vai se perder. Já tá pronto, só tem que continuar (JOVEM F, 2017).

O campo pra mim é uma oportunidade pra mim para que eu possa desenvolve o que eu acredito, né, que é a produção de alimento saudável. É o lugar né, que conforme eu estudei na EFA, é onde que eu quero desenvolver né. É o que eu quero. Buscar aqui, junto com a minha família, a produção de alimento (JOVEM L, 2016).

Aqui é uma coisa pronta. Os clientes tavam adquiridos pelo meu pai, né. Então só eu bota a mão na massa e dá continuidade (JOVEM I, 2017).

Viver no espaço rural é motivo de orgulho para a maioria dos jovens entrevistados. Entretanto, os Jovens A e C não gostam do lugar onde moram, possivelmente porque as atividades que eles desempenham não estão ligadas àquele espaço ou por não terem uma relação muito próxima com a comunidade. Eles percebem esse espaço como um local mais caracterizado como dormitório, fator que pode ser percebido com a construção de condomínios e também no aumento de chácaras de lazer de trabalhadores urbanos (PIRES, 2007). “O encurtamento das distâncias pelo desenvolvimento dos meios de transporte e comunicação em massa garante maior fluidez e cria alternativas locais para a instalação de residências, indústrias e empreendimentos envolvidos na prestação de serviço” (REIS, 2005, p. 85). Para alguns pode ser algo positivo, em função de fazer com que mais serviços sejam oferecidos no espaço rural, mas, por outro lado, existe a questão ambiental e também a segurança do local, que podem ser prejudicadas.

Antigamente quando eu era menor não tinha isso. Todos os loteamentos ali, a gente conhecia todo mundo, todo mundo, todo mundo. Não tinha um que a gente não conhecia. Agora eu não conheço quase ninguém mais. Não tinha loteamento, não tinha condomínio, não tinha isso. Lá [referindo-se a um condomínio] era pura árvore tudo sabe, isso eu acho errado também. Porque sempre falam, ah, não pode destruir a árvore, mas ali pra fazer loteamento pode? Sei lá, eu vejo isso num ponto ruim também... Hoje eu não conheço mais quase ninguém, aí é o lado ruim. São quase todos né, que são assim [moram no interior e trabalham no centro] (JOVEM H, 2017).

Outra mudança que os jovens percebem no espaço em que vivem está relacionada à agricultura e à expansão das monoculturas que, para alguns, principalmente os que possuem uma linha mais ecológica (Jovens E, L e N), trata-se de uma transformação negativa, porque acaba por prejudicar o trabalho da agricultura familiar, causando o aniquilamento de um espaço que deveria produzir de maneira diversificada.

Hoje o processo de transformação que tá acontecendo aqui na nossa região é triste. Ontem, mais uma vez fiquei apavorado de novo, que é a expansão da soja, né. Hoje, o nosso grande deserto verde, que se chama, né. Que é a grande lavoura de soja. Então, hoje, essa imagem traz assim, a grande lavoura de soja com baixa gafanhoto, aquele que aplica veneno. (JOVEM N, 2016)

Tem uma imagem muito interessante que é perto das terras de meu avô, que me marcou bastante. É perto das terras ali onde meu bisavô se enforcou. Ele morava assim, aí eram muitas terras assim, tinha, pensa numa diversidade, tinha gente que tinha erva, tem gente que tinha leite produção em casa de leite, tudo com semente e coisa produção de feijão, tinha produção de vassoura, e agora é só soja. Não tem nada além de soja e umas casas já tiradas né, não tem mais ninguém morando lá. O cara mesmo que é dono daquilo, mora em Porto Alegre. Meu vô, ele começou a ficar depressivo quando começou a plantação de soja tudo ao redor ali, diz que muito se deve aos agrotóxicos que foram aplicados ali. Meu avô começou a ficar irreconhecível (...). Ele tinha vendido as terras dele, porque ele não queria mais cuidar e coisa, aí ele vendeu as terras também pro cara que plantava soja. Aí eu redor da casa dele tudo tinha soja, é um círculo assim, a casa dele tinha uma entradinha assim e só dava para passar um carro e a casa e o galpão, e o resto tudo cercado de soja. Soja assim até a porta de casa, assim isso é uma imagem assim que impacta muito porque tinha uma riqueza muito grande naquela terra e agora se perdeu (JOVEM E, 2016).

Os Jovens M e N, no entanto, destacaram que o modelo familiar no meio rural se diferencia do da cidade. Possivelmente porque o jovem rural, filho de agricultor, vive uma particular relação com a família, sendo a mesma caracterizada como uma unidade de produção de afetos e conflitos (WANDERLEY, 1999), determinando uma relação específica com seus membros. Ao fazerem parte de uma unidade doméstica que também atua como unidade de produção agrícola, “seu processo de socialização ocorre num universo familiar que se estrutura a partir do processo de trabalho que realiza, uma vez que na agricultura familiar unidade produtiva e unidade doméstica corresponde a um todo integrado” (WEISHEIMER, 2003, p. 18). Morar e trabalhar, nesse sentido, são características da família camponesa (WANDERLEY, 2003) e possuem grande influência nas práticas dos jovens rurais e na maneira como eles se apropriam dela para representar a ruralidade. Outro destaque que é percebido como diferente se refere ao acesso à informação que, aos poucos, está ficando mais acessível no meio rural.

É a forma de constituição de família neh. Essa é a primeira diferença. As relações entre as pessoas, né. No espaço rural a gente tem uma família mais clássica, né. Pai e mãe e filho. E no espaço urbano a gente não tem essa forma clássica, né. Tem outras formas de famílias. Que também são famílias, de uma outra forma, mas a gente tem essa diferença. Amigos dividindo espaço, dessa forma. Acho que o acesso às informações, tem diferença. Que vive no espaço urbano e de quem vive no espaço rural. Televisão e rádio chega de forma igual, né. Mas rádio. Agora de um tempo atrás pra cá que chega internet também, né. Telefones e tal e que antes não havia isso (JOVEM N, 2016).



Conserva [o rural] essa coisa mais da família, tipo, conservam mais o respeito. Mas só que tem também as pessoas que moram no meio rural que já tão meio que, eu não sei se eu diria se modernizando, porque acho que moderniza seria uma coisa boa, mas então. Eu diria que tão decaindo. Enfim, já perderam esse conceito básico. Como eu disse, tipo pessoas do campo é uma coisa mais família assim, se tu vai analisar. Se a juventude tá no campo é porque tem família sabe. É uma coisa mais família. É difícil tu vê uma pessoa sozinha trabalhando. Entende. Então é uma coisa mais assim, conservadora, eu diria (JOVEM M, 2016).

Para os jovens agricultores, apesar de dizerem que não se tratava de um trabalho fácil, a atividade deles, se comparada ao trabalho realizado no meio urbano, não é negativa. Muito pelo contrário, eles consideram a flexibilidade de horários, o trabalho ao ar livre e a liberdade de escolher quais os horários que irão trabalhar como um dos pontos a serem destacados. Esta condição também foi apontada por Bonomo e Souza (2013) em um pesquisa quantitativa realizada junto à 200 pessoas de uma comunidade rural. Do grupo de pessoas que migraram e retornaram para a casa, a maioria reconheceu que a cidade se tratava de um ambiente preso, “contrariando a ideia do trabalho livre tal como vivenciado na agricultura familiar” (2013, p. 406)

Se tu trabalha, quer dizer, tu é teu patrão, sabe. Ai tu pode trabalhar a hora que tu quer. Faz como quer. Acho que tem essa diferença. Daí, o dia que tá chovendo, tu não precisa trabalhar, só se não quer. Eu acho que é melhor. Tu vive melhor no interior (JOVEM G, 2017).

Essa condição contradiz a pesquisa realizada por Champagne (1986) a que Brumer (2007) se refere, de que o aspecto negativo está na ausência de férias, de fins de semana livres e de horários regulares de trabalho. Já, o que se mostrou alinhado em todas as situações como um aspecto positivo é “a relativa autonomia do agricultor, que não depende de um patrão” (BRUMER, 2007, p. 37).

Diferente de estudos realizados (CASTRO, 2013), a falta de lazer ou a falta de férias não é uma reclamação feita pelos jovens, mesmo por aqueles que possuem uma vivência mais urbana [no que se refere a lazer]. Possivelmente pela facilidade de acesso e mobilidade maior dentro do território e pelo acesso às TIC, eles não apontaram isso como um fator negativo. O lazer se divide entre a ida à cidade e também a atividades realizadas dentro da comunidade ou ao ar livre.

Eu tô acostumado aos negócio de som, aos campeonato de som e coisa. Tenho som no carro. Eu já tive bastante. Às vezes é Venâncio, depende do lugar onde tenha gente. Daí tem que ver os decibéis (JOVEM F, 2017).

Tem, tem as quermesse né, como dizem, jantares. Geralmente sábado de tarde cada um pra si né, a gente não faz muita coisa sábados e domingos. Aí domingos de tarde eu e o meu namorado, a gente vem aqui no centro e faz alguma coisa, sábado e domingo a gente não faz muita coisa. Ali na Imigrantes [rua frequentada por jovens na cidade de Santa cruz do Sul] a gente fica bastante também (JOVEM H, 2017).

Os Jovens A, C e D não possuem uma relação muito próxima na comunidade onde moram. Esse fato ocorre mais com aqueles que trabalham na localidade, como é o caso da Jovem B, que mesmo com um cotidiano voltado a uma vida universitária, ainda possui uma relação mais próxima com a comunidade. O fato de a mãe ter um mercadinho no interior e ela, vez por outra a ajudar, a participação e o contato dela com os moradores é mais intenso em relação aos dos jovens que passam a maior parte do tempo na cidade, caracterizando a casa onde moram mais como dormitório. Já, o caso dos demais, tudo indica que a relação deles, com exceção dos que estão cursando a Faculdade, é maior com os jovens igualmente rurais como eles, mesmo que não sejam agricultores ou que não vivam mais na localidade. Ações por exemplo comunitárias locais não são tão intensas como era a de seus pais (a maior parte dos pais dos jovens se conheceram em bailes). Essa condição talvez seja porque nessa região a população trabalha e vive neste espaço há gerações. As famílias se conhecem e em cada localidade possui pelo menos uma sede comunitária, onde ocorrem atividades de lazer e integração, além das religiosas. Estas últimas, no entanto, não são tão praticadas pelos jovens.

Tá perdendo acho que cultura. Tradição né. Tá perdendo essa cultura da comunidade, sabe. Tá sendo deixando de lado. De se reuni nesse momento de culto. Cada um com a sua religião, né, mas tá tendo uma descrença daí nessa parte. Eu penso. Os próprios jovens sente vergonha de ir, né? Prefere ir no futebol (JOVEM L, 2016)

Entre os jovens em que se percebeu uma postura mais comunitária, tanto os Jovens E, L e N que estudaram na EFASC (com exceção do Jovem D), quanto as Jovens I e K são os que se destacaram. Neles pode ser percebida uma articulação social maior. Segundo Castro et al (2007), o índice de escolaridade dos jovens que participam de movimentos sociais é mais elevado se comparado à média do jovem de domicílio rural. Na pesquisa dessa autora, alguns aspectos puderam ser percebidos: “a primeira diz respeito a uma oposição que é senso comum entre a participação política e a escolarização, reforçada por uma visão que também faz parte do senso comum, de que os jovens do campo têm pouco interesse pelos estudos” (CASTRO, 2007, p. 193).

A postura da Jovem I, que terminou o Ensino Médio e está inscrita em um curso EaD para tecnologia de agricultura, pode, de certa forma, ser explicada pela participação do tio na política, tanto que ele se elegeu deputado estadual. Entretanto, ela lamenta o fato de as

peças não se envolverem muito com a comunidade, de que não há a participação das famílias de forma geral. Já a Jovem L alega que não há mais união nas comunidades.

Participamos muita coisa aqui. Mas aqui tá meio que terminando assim. É que, por exemplo, ninguém quer mais abraçar uma comunidade, quer botar pra frente. Ninguém quer mais fazer as coisas voluntariamente, sem recebe alguma coisa. Então até tinha votação desses dias e o pessoal é votado e ninguém quer pegar, né. Todo mundo quer fica em cima do muro. Ninguém quer saber muito (JOVEM I, 2017).

Muitas vezes a comunidade se quebra. Porque tem a presidência. Porque quando tem reunião o certo é se reuni todo mundo da comunidade, pra debater os assunto das comunidade que tem que melhorar. O certo é isso. Muitas vezes é o presidente sozinho e o que é da chapa. Não tem mais pessoal da comunidade. Muitas vezes o pessoal da comunidade pensa assim ô: que o presidente se vira. Sabe, mas não é só o presidente, né? Isso eu vi. É bem complicado essa questão de comunidade.

Uma das características da EFASC é a busca da identidade do jovem rural, principalmente a proveniente da agricultura familiar. A Escola trabalha com uma nomenclatura que diferencia o que é campo e o que é rural e refere-se ao jovem que trabalha na agricultura como jovem do campo.

“Campo” é mais utilizado por estudiosos e movimentos sociais do campo, em geral, ligados às questões educacionais, em defesa de uma “educação do campo”, ou seja, uma educação pautada nos princípios, valores, necessidades e na diversidade dos povos do campo. Esse termo se contrapõe ao de “educação rural”, pautada nos princípios e valores do capitalismo agrário, do agronegócio, na suposta incapacidade e inferioridade dos moradores do campo e desconsiderando seus anseios, demandas, necessidades e os saberes que trazem para a escola (ALVES e OLIVEIRA, 2014, p. 21).

Essa diferenciação é bem sinalizada pelo Jovem N, que traduz esse embate e explica com as suas palavras que muitos jovens que trabalham com agricultura gostam de serem nomeados de juventude do campo, remetendo aos “povos do campo”:

É que é assim: primeiro, quando tu fala em rural, primeiro me dá uma noção de distanciamento, um pouco de distanciamento. E dependendo, né, não pela tua fala, mas dependendo de algumas falas que a gente ouve assim, já veem o rural como um termo mais pejorativo, né, de atraso, de um monte de coisa quando se fala rural. Quando a gente fala do campo, fala de agricultura familiar, a gente já fala se inserindo nisso, né. Já tem um conhecimento, já deve ter vivido um pouco mais (JOVEM N, 2016).

Com essa busca de identidade, a EFASC os incentiva a participar de reuniões e possuírem uma participação política e comunitária mais ativa. Uma dessas práticas é o que denominam de Mística<sup>78</sup>, comentado pela Jovem L. Ela se refere aos eventos com muito entusiasmo, possivelmente porque esses eventos, segundo Castro (et al, 2009, p. 179), são um espaço em que as trajetórias dos jovens se aproximam, permitindo a construção e a

<sup>78</sup> O significado da mística é o de “resgatar valores, fortalecer a identidade cultural, política e histórica desses atores” (CASTRO et al, 2007, p. 184).

consolidação do grupo como ator político. “As manifestações públicas compreendem espaços privilegiados para o processo de construção e legitimação dessas novas identidades”. As místicas construídas e apresentadas podem revelar discursos coletivos de uma categoria social por meio de uma linguagem simbólica e ritual, por isso que nesses eventos, a identidade juvenil rural é valorizada e compartilhada. A mística é considerada um espaço onde o jovem pode construir uma forma de posicionar-se e renovar seus compromissos, paixões e engajamento político. “Nesse sentido, é um instrumento que contribui para a construção e reafirmação da identidade social e que, talvez, explique a expectativa da mística como um dos momentos mais esperados por todos” (CASTRO et al, 2009, p. 183).

É bem legal as místicas, quando tem alguma assembleia. A gente faz assim, É tipo assim: é lançado um tema, todo mundo se reúne e a gente lança a ideia. “Vamos fazer isso, né!”. Vamos tocar tal música, que é no final do dia. E o bom é que eu cheguei na escola e eu não abria a boca pra nada, né. Nem pra perguntar. Eu mudei bastante. Tipo, não só na fala, mas também a minha pessoa. Tu não te forma só como técnico agrícola, tu te forma também como um ser humano, uma pessoa, que tu sai respeitando e sabendo o que quer (JOVEM L, 2016).

Já, na Jovem K, essa postura parece ter sido adquirida na universidade, incentivada pelos professores e também por ter um entendimento maior dos seus direitos, fazendo com que ela participe de reuniões e tenha uma postura mais atuante. O fato é que há, segundo Castro (2009), uma participação cada vez maior dos jovens nos movimentos sociais e eles estão se articulando cada vez mais e tornando-se atores políticos, afirmando sua identidade e seus “laços com a terra”. Por exemplo, segundo a autora, “hoje estamos testemunhando no Brasil uma reordenação dessa categoria”, possivelmente em função desses jovens estarem mais esclarecidos que seus pais e também por valorizarem a trajetória familiar e até pelo fato de transitarem entre esses dois mundos, o que, de certa forma, lhe permitem escolhas. “Esse ‘jovem rural’ se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como trabalhador, agricultor familiar, camponês lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e jovens” (CASTRO et al, 2009, p. 62).

Às vezes acontecem reuniões [na COOPERATIVA]. Agora Vai começa de novo um projeto de agronegócio. Até então são poucas as reuniões que a gente senta e conversa. Ficamos sabendo o que tá acontecendo, tipo, chamadas públicas, coisa e tal, vendas, essas coisas (JOVEM K, 2017).

Tô participando das reuniões que tem em Sinimbu pra merenda escolar. A gente fundou uma Associação de Agricultores em Sinimbu, se tu vê no Face tu vai vê, né, que é onde que tem o egresso da EFA. Então, a força que a gente se junta, um grupo de jovens pra produção de alimentos. É onde a gente tá com essa ideia. Essa força. A gente tá com a ideia de formar esse ano (JOVEM L, 2016).

Eu não perco as esperanças, porque eu falei se a gente perder as esperanças, ai... Nesses dias falaram: “Ah, mas isso nunca vai mudar!”. Daí eu disse: “Olha, no dia que eu pensar assim, eu não vou mais tá vivo”. Se tu não pensar e não te mobilizar

pensando que vai mudar, pensando que, por exemplo, um voto vai fazer a diferença, né, Aí não vai mesmo! Se tu não ficar em cima, se tu não assumir o poder como ter ou não como tu sendo subordinado, porque às vezes as pessoas parecem que é o processo contrário. Vem um vereador parece que é o chefe de todo mundo e na verdade é nosso funcionário. Nós elegemos ele, nosso representante, ele tem que fazer o que nós mandamos. Nós temos que decidir como que ele vai nos representar lá dentro (JOVEM E, 2016).

A falta de envolvimento, no entanto, não é percebida pelos jovens que estudaram na EFASC e eles acreditam que a mudança está em curso, da participação maior das pessoas e da conquista dos direitos. A escola também é grande incentivadora para que os jovens se articulem e sejam politicamente ativos, pois, conforme já comentado, todos os que permaneceram na agricultura que são egressos da EFASC possuem esse discurso.

As pessoas estão se empoderando, pouco a pouco, pouco a pouco. E eu trabalho muito isso, né, o pessoal aí da Associação o que a gente tem que ter orgulho de ser o que a gente é, né, que a gente que produz os alimentos (JOVEM E, 2016).

No entanto, a participação maior ocorre em grupos de mesma faixa etária, e quando há a participação de outras gerações parece haver uma queixa por parte dos jovens de que eles não são ouvidos, principalmente pelos pais ou mais velhos.

Eu até tinha pensado em criar um site pra vendê, porque junto com a cooperativa, a gente até pensou. Mas, esse pessoal que nem da idade da minha mãe já não entendem muito, não acompanham tanto. Porque ai tem poucos jovens que participam da cooperativa. (..) Então vai ficando um projeto (JOVEM K, 2017).

Às vezes eu ia lá e sugeria alguma coisa, mas a gente conversava e não vamos fazer assim, assim ele ficava meio né retaguarda. Nunca se abria muito. Mas aí, quando via, ele fazia do jeito dele, né. Então, sabe, isso é bem complicado no início. Mas, depois quando começamos a produzir, começamos a conseguir vender e conseguindo fazer dinheiro, é isso que ele principalmente se importava, que é mostra que eles vão conseguir vender, aí eles [o pessoal da cooperativa] começaram aceitar e apoiar sabe, depois no final eles estavam apoiando a gente. Agora nesses últimos anos começamos a entregar no PA, no PNAE e o pessoal começou a apoiar a gente, não só respeitar, mas eles estavam nos apoiando mesmo! Dando o incentivo, em pensa em dar um futuro muito bom para a gente também (JOVEM E, 2016).

De maneira geral, há uma resistência para a inserção dos jovens nos sindicatos, associações e movimentos. Isso ocorre porque “o jovem é percebido como em processo de formação, de passagem, um momento do ciclo de vida. Ele ainda não é ator social, não tem condições ou capacidade de debater” alguns assuntos mais antigos. “Ele pode debater os rumos da questão da juventude” (CASTRO, 2007, p. 133). Entre os jovens entrevistados que participam de atividades comunitárias e associações parece que já se tornaram atores sociais e políticos frente à comunidade. Os Jovens E, I, K, L e N fazem questão de acompanhar as discussões da comunidade e grupos para discutir o futuro do rural.

Já, os jovens mais velhos e que estão cursando a Faculdade, como é o caso dos Jovens E, K e N, demonstram uma postura mais política, possivelmente decorrente da experiência

adquirida na Escola Família Agrícola, que possui um olhar mais crítico e atuante, no intuito de buscar a afirmação de identidade dos jovens rurais agricultores. Entretanto, no caso dos Jovens L e N há uma resistência muito forte porque a família ainda produz tabaco.

Ai, eu já com a questão do tabaco, eu não gosto. Eu não gosto quando eu tenho que lida ali. Eu falo: 'Eu não gosto!'. E eu já me sinto mal. Daí eu tenho que ir forçada (JOVEM L, 2017).

Essa postura em relação ao tabaco também é compartilhada pelo Jovem N que, apesar de ter trabalhado junto ao Ministério de Desenvolvimento Agrário e a Cooperativa Mista de Fumicultores do Brasil (Coperfumo) para incentivar a diversificação do tabaco<sup>79</sup>, disse não possuir lembranças muito agradáveis do sistema integrado do tabaco.

Muitos anos era uma safra pequena, noutras dava uma safra um pouco melhor e aí as fumageiras compravam mal. Então assim, na verdade desde o casamento [dos pais] foi essa instabilidade, né. De como conseguir essa sobrevivência, né. Porque o sistema integrado certamente, tanto a nossa família quanto muitas outras, né, deixam esse processo de instabilidade. Então acho que isso, durante assim, desde que eu nasci o que mais me marcava era isso: as safras (JOVEM N, 2016).

Mesmo que o pai do Jovem N ainda continue no cultivo e não tenha diversificado a produção, o jovem alega que houve um investimento muito grande na aquisição de equipamentos e construção de estufas de fumo e não valeria a pena realizar a mudança na propriedade. Entretanto, sua fala mostra certo ressentimento pela postura do pai em não realizar essa diversificação.

Hoje, assim, eu posso dizer que pensando e refletindo sobre as formas de agricultura, né, eu e meu pai temos uma dificuldade bem grande de relação. Então, volta e meia a gente acaba meio que "estoriando". Então, ele tem uma visão construída dele, de uma segurança de estar naquela forma e tem essa dificuldade em relação a isso, né. Que sempre eu tive essa vontade maior de sair também. Não culpo nem nada, mas eu sempre tive essa vontade (JOVEM N, 2016).

O Jovem N tem o interesse de continuar trabalhando na área da agricultura, mas não em continuar o trabalho realizado pelo pai e tampouco morar na propriedade. Nessa situação surge a reprodução a que Castro (et al, 2007, p. 88) se referem, de que existe uma lógica patriarcal que dificulta “as condições de trabalho para aqueles que querem permanecer na terra dos pais, à medida que se deparam com o poder de decisão concentrado nas mãos dos pais”. Em decorrência, pode haver uma “ampliação da migração para a cidade ou para outras áreas rurais”.

---

<sup>79</sup> “Então foi na verdade foi o meu primeiro trabalho. Então eu conclui os estágios e ai na metade de 2012 eu comecei a trabalha. Então eu atendia essas 80 famílias via MDA, né, e Coperfumo, que era a entidade que gestava a chamada” (JOVEM N, 2016).

A partir da cotidianidade familiar é possível analisar muitas das reações dos sujeitos e perceber, a partir de seu cotidiano, como eles interagem com o espaço onde vivem. Essa interação possibilita as mais diversas formas de representação, que podem estar associadas também às outras mediações, como a temporalidade social e a competência cultural.

As representações são manipuladas para justificar as ações, as ações modificam as representações e, nessa relação, entre ações e representações do espaço e no espaço, se constroem os territórios. (...). O território é uma categoria usada para designar conjuntos de relações entre atores sociais e destes com o espaço físico e social. (MEJIA, 2012, p.148-149)

Entendidos esses processos e identificada a maneira com que o jovem vivencia o rural e o percebe, é possível apreender um caleidoscópio de imagens e de opiniões a respeito do rural, as quais podem estar ancoradas e objetivadas a partir de antigos conceitos que ainda permanecem no cotidiano ou que acabaram se transformando, formando o que pode ser denominado de ruralidades, dependendo na forma com que o sujeito vive o território.

#### **5.4 Representações sociais da ruralidade e suas mediações**

Apresentadas as mediações e a maneira com que elas participam da construção das representações sobre a ruralidade, a proposta, para finalizar o processo de análise e facilitar o entendimento de como a ruralidade pode ser representada no grupo entrevistado, elaborou-se um quadro que sintetiza as principais representações percebidas, e as mediações que participam da sua construção. Conforme escreve Farr (1998, p. 46), estudar as representações sociais somente vale a pena se elas estiverem “relativamente espalhadas dentro da cultura em que o estudo é feito”. As mediações, por sua vez, conforme escreve Orozco (1994), provêm de distintas fontes e por isso, no caso apresentado, a mesma representação pode ser construída a partir de diferentes grupos de mediações.

Nas transformações ocorridas do rural brasileiro, já apresentadas no segundo capítulo, pode-se distinguir algumas fases que identificam e tentam categorizar a ruralidade. Inicialmente, existia uma diferenciação muito evidente entre o rural e o urbano, sendo tratados como antagônicos. Com a modernização começou a existir uma preocupação em “urbanizar” o rural, sendo considerado um espaço menos desenvolvido se comparado à cidade. A partir do avanço tecnológico e da mobilidade maior entre os espaços urbano e rural, também se chegou a um momento em que as fronteiras entre o rural e urbano começaram a se dissipar, fazendo com que se acreditasse em um *continuum* rural-urbano, de que ele estaria morrendo ou que estivesse renascendo. Atualmente, ao perceber como esses jovens concebem o espaço onde vivem, pode-se dizer que todas essas características já lançadas sobre a ruralidade estão

coexistindo, não sendo possível falar em uma nova ruralidade, mas de ruralidades. Entretanto, no Quadro apresentado a seguir, considerou-se realizar a divisão de representações sociais da ruralidade amparadas por uma visão moderna do rural, caracterizado em um período que ocorre a partir do início do século XX, e o que pode ser considerado contemporâneo, considerando-se as mudanças sociais, culturais e econômicas pelas quais o rural tem passado nos últimos 30 anos. Vale salientar que as representações descritas no quadro são as que estiveram presentes na fala dos jovens, do mesmo modo que as mediações que participam da sua construção, resultando no que pode ser denominado múltiplas ruralidades.

**Quadro 4 – Representações da ruralidade no grupo pesquisado**

|                                      | <b>Competência Cultural</b>  | <b>Temporalidade Social</b>   | <b>Cotidianidade Familiar</b>  |
|--------------------------------------|--|---|--|
| <b>Representações Modernas</b>       | Produção de alimentos<br>Agricultura<br>Dependente da cidade<br>Preconceito<br>Não valorizado<br>Monocultura<br>Tecnologia limitada<br>Falta de Informação<br>Rural ≠ urbano<br>Submissão da mulher  | Preconceito<br>Mobilidade difícil<br>(estradas e transporte público)<br>Sem acesso à tecnologia   | Produção de alimentos<br>Agricultura<br>Êxodo juvenil<br>Trabalho conjunto<br>Preconceito<br>Comunidade unida<br>Autoridade paterna<br>Submissão da mulher     |
| <b>Representações Contemporâneas</b> | Diversificação<br>Agroecologia<br>Engajamento social juvenil<br>Natureza<br>Valorização saber popular<br>Orgulho agricultura familiar<br>Protagonismo juvenil<br>Futuro<br>Qualidade de vida<br>Mobilidade facilitada (condições financeiras)<br>Reconhecimento feminino | Liberdade<br>Autonomia<br>Fronteiras são borradas<br>Diversidade de atores<br>Mobilidade facilitada<br>Lazer<br>Heterogeneidade cultural<br>Afastamento maior das pessoas<br>Valorização do rural | Protagonismo juvenil<br>Identidade fortalecida<br>Desunido<br>Orgulho<br>Liberdade<br>Sistema Integrado prejudica o espaço feminino<br>Reconhecimento feminino |
| <b>MÚLTIPLAS RURALIDADES</b>         |  |   |  |



Na vida desses jovens as representações de ruralidade ainda remanescente da modernidade (a maioria negativa) dividem espaço com uma visão mais contemporânea. Percebe-se que, nas duas situações, as competências culturais e temporalidade social são as que parecem mais participar da construção dessas representações.

O rural ainda está muito associado à produção de alimentos e à agricultura, mesmo que existam atividades não agrícolas no espaço rural em que esses jovens vivem. Nesse sentido, essa associação está relacionada tanto à competência cultural, quanto à cotidianidade familiar. No aspecto cultural, o rural está vinculado a uma visão histórica do rural como fornecedora de alimentos e matéria-prima para a cidade. Entretanto, entre os jovens, principalmente os feirantes ou os que são herdeiros de uma dinâmica vinculada à agricultura familiar, essa situação pode também ser explicada a partir da cotidianidade familiar.

O rural, além da produção de alimentos, também foi encarado como um espaço de lazer, associado ao contato com a natureza, aspecto explorado pelos meios de comunicação, retratando o rural como um espaço de qualidade vida. Entre os jovens, quando realizam a comparação suas vidas em relação à de seus pais, reconhecem que as suas vidas melhoraram. O aumento do poder aquisitivo, do acesso às tecnologias, da facilidade de acesso à informação, da mobilidade e da mecanização do trabalho fazem com que o rural seja associado à qualidade de vida e não mais a um espaço sem possibilidades. Somente entre os jovens feirantes o rural aparece como dependente da cidade, tanto no que se refere ao valor que é pago pelos alimentos comercializados, pela falta de investimentos e apoio à agricultura familiar, quanto aos aspectos vinculados à falta de conhecimento que “as pessoas da cidade” possuem sobre o rural. Já, para a maioria dos jovens entrevistados, a falta de investimentos estaria relacionada principalmente ao acesso a serviços (farmácias, creches, transporte, estradas, posto de saúde, lojas, posto de gasolina, bancos, entre outros), o que demonstra um olhar de que o rural precisaria ser urbanizado, possuindo os mesmos recursos da cidade. Nessas circunstâncias, os jovens ainda sentem a dicotomia entre o rural e o urbano, remanescente de um olhar moderno.

Para alguns jovens, o fato de o rural ser dependente do urbano também se reflete na forma como ele é pouco difundido pelos meios de comunicação, os quais, na maior parte das vezes, o associa a um espaço homogêneo, não valorizando o “homem do campo”, sendo retratado de maneira preconceituosa, como colono, atrasado, sem educação ou estudo. Esse preconceito, inclusive, é sentido de forma mais intensa no período escolar, momento em que os jovens se deparam com uma realidade diferente da que estão acostumados e possuem uma mobilidade maior (temporalidade social). Entretanto, também é a partir da educação formal e da assistência técnica que os jovens agricultores podem começar a ter um olhar mais ampliado

do espaço onde vivem, de orgulhar-se, de perceber as potencialidades do território e sentir o rural como um espaço onde há futuro.

Nesse sentido, a educação formal, aliada ao saber popular, faz com que esses jovens consigam perceber a diversidade de possibilidades contidas nos espaços rurais e a de adquirir novas técnicas para facilitar o seu trabalho e ampliar as suas visões de mundo, por exemplo, a de explorar a produção de alimentos orgânicos e de maneira ecológica, percebendo que é possível diversificar a produção. Aliás, nessa situação, percebe-se que a diversidade da produção e a monocultura participam de maneira conjunta nas representações dos jovens rurais. O olhar lançado sobre o rural, vendo-o transformado em “deserto verde”, é maior entre os jovens que ampliaram seus estudos na área da agricultura, mas, ao mesmo tempo, destacam a necessidade de valorizar a diversificação da produção e não associá-la somente à soja ou ao tabaco.

A educação formal também possibilita a esses jovens desempenharem o seu protagonismo tanto social quanto nas suas famílias. No momento em que os jovens agricultores tiveram mais chances de estudar que seus pais, o acesso à informação e à aquisição de conhecimento fizeram com que, atualmente, eles desempenhem, em suas famílias, um papel que anteriormente lhes era negado, a de participação mais ativa nos negócios, pois a autoridade paterna era a que prevalecia. Essa condição, aliada à maior facilidade e familiaridade com as novas tecnologias de comunicação e informação, faz com que a sua participação seja mais atuante, porque muitos pais acabam sendo dependentes dos filhos para aprenderem esses novos processos tecnológicos, possibilitando a amplitude de informação na dinâmica familiar.

Entre aqueles que não possuem wi-fi em casa ou que possuem dificuldades de sinal do celular em suas propriedades, dizem que ainda falta acesso às tecnologias e para eles esse aspecto é uma forma de apontarem um dualismo entre cidade e campo: o primeiro é tecnológico; e o segundo não o é. Em outros casos, alguns não acreditam que existam muitas diferenças entre esses dois espaços, mas um aspecto que, de certa forma, é recorrente nas falas dos jovens, é que as diferenças estão mais associadas ao acesso a serviços de ordem estrutural do que os relacionados a aspectos sociais e culturais.

Ao se considerar a temporalidade social é possível perceber que, no momento em que esses jovens transitam entre esses “dois mundos”, as fronteiras existentes entre o rural e o urbano, em certa medida, são borradas. A distância entre a cidade e o campo não é tão grande quanto era na época da juventude de seus pais, entretanto, essa facilidade de ir e vir fez com que eles sentissem o preconceito de maneira mais recorrente no período da infância. Além

disso, essa proximidade também possibilitou que os jovens agricultores pudessem viver a experiência de trabalhar na cidade e ao compararem o trabalho da cidade com o do campo perceberam que neste último eles possuem maior autonomia, sentem-se mais livres e com maior flexibilidade de horários.

Observou-se, também, que grande parte das representações associadas à temporalidade mostra que essa mobilidade também propiciou maior lazer (cinema, barzinhos, shopping, restaurantes) para esses jovens, além dos que eles já realizavam no espaço rural (acampamento, cavalgadas, futebol, chimarrão, festas). Essa condição também faz com que também exista uma heterogeneidade cultural no espaço rural, não mais associando o campo ao isolamento ou somente a características campeiras, porque nem todos, por exemplo, são adeptos de músicas sertanejas ou regionalistas. Essa mobilidade também facilita a entrada de novos atores no espaço rural, propiciando um olhar que vai além do agricultor.

Mesmo que os jovens tenham maior mobilidade, ainda existe uma reclamação por parte deles relacionada às formas de acesso: as estradas não são asfaltadas e há poucos horários no transporte público. A falta dessa infraestrutura faz com que o rural ainda seja associado a um lugar onde as condições de acesso, dependendo da localidade, são limitadas.

A introdução das tecnologias de informação e comunicação no meio rural faz com que as pessoas residentes nesse espaço acessem outros quadros de significação. Porém, na opinião de alguns, há uma desunião no rural, pois as pessoas estão deixando de se visitar e de conversar, fato que, de certa maneira, também vem sendo percebido no meio urbano. Essa condição pode ser considerada negativa, no entanto, o acesso às tecnologias, principalmente às redes sociais, possibilitam um engajamento maior dos jovens e fazem com que o rural possa ser valorizado e mostrado. Essa mesma tecnologia ainda não chega a ser explorada pela maior parte dos agricultores, principalmente, os de maior idade, mostrando um rural, como anteriormente assinalado, sem acesso à comunicação e tecnologia.

A cotidianidade familiar participa na construção das representações sobre o rural, vinculada principalmente às representações que, aos poucos, precisam ser dissipadas. O preconceito ainda é propagado entre alguns familiares, que associam o rural ao atrasado e a um lugar onde não é necessário o estudo. Ao mesmo tempo, esse espaço, o rural, olhado de modo diferente pelos jovens que possuem uma tradição mais urbana, é associado, pelos jovens agricultores, ao seu espaço de trabalho, explicado logicamente pelo cotidiano voltado essencialmente para esse fim. Aliás, o entretenimento e lazer em família são dependentes da dinâmica da agricultura, fazendo com que os seus membros se organizem em função dessa dinâmica.

Alguns entrevistados perceberam que existem poucos jovens que estão dando continuidade ao trabalho da família, sendo o espaço rural caracterizado pela presença de pessoas com faixa-etária mais elevada. No entanto, eles acreditam que cada vez mais é preciso que não apenas a cidade valorize a agricultura familiar, mas que o próprio rural também perceba as suas potencialidades e seja mais unido. O espaço, inclusive, divide representações relacionadas à valorização da instituição familiar com aquelas em que há a dissolução da mesma e a falta de interesse das pessoas em viverem mais em comunidade.

Mesmo com essas opiniões contrastantes, os jovens sentem-se bem morando nesse espaço, mesmo que seja distante do urbano e que faltem alguns recursos. Esse orgulho provém de toda a trajetória familiar, sempre ligada a uma luta constante e a procura de um reconhecimento maior por parte da cidade. O fato de os jovens agricultores trabalharem em família também é apontado como um aspecto positivo, considerando-se que eles não possuem um chefe, sendo o trabalho no meio rural considerado livre, seguindo a própria dinâmica familiar.

Um ponto que foi destacado por alguns dos jovens agricultores é o fato de as famílias ainda serem dependentes do sistema integrado, seja o relacionado ao tabaco ou a qualquer outra cultura ou produção. Essa condição, de certa maneira, acaba caracterizando um rural dependente dos interesses empresariais. Aliada a essa questão, em algumas situações também é percebida a autoridade paterna relacionada ao ambiente rural.

Outra característica muito evidente tanto na cotidianidade familiar quanto na competência cultural relaciona-se às questões de gênero, exemplificando mais uma vez a circularidade das mediações. Percebe-se que atualmente, seja em função do número reduzido de filhos, seja pela sucessão na agricultura familiar, a participação feminina tem aumentado. As mulheres estão mais atuantes tanto na dinâmica familiar quanto na participação de movimentos sociais. Nesse sentido, esta condição caracteriza as mediações contemporâneas que se manifestam de forma diferente do protagonismo da mulher no que se refere às representações modernas, calcadas mais a uma condição de submissão feminina.

De maneira geral, percebe-se que a maior parte das representações sociais da ruralidade que os jovens rurais possuem é construída de maneira mais intensa a partir da competência cultural e da temporalidade social, e essas representações também são responsáveis pelos processos que modificam a cotidianidade familiar. O fato a destacar são as múltiplas representações que um território pode possuir, dependente do olhar e da percepção das pessoas que vivenciam esse espaço. As representações que apareceram nas falas dos jovens ainda mantêm traços de uma visão tradicional e convivem com as novas dinâmicas

decorrentes das transformações ocorridas nos últimos 20 anos, alinhadas com um pensamento mais contemporâneo. Nesse sentido, é possível afirmar que as representações sociais sobre a ruralidade são polissêmicas e transitórias, dependentes das condições de vida de cada sujeito, da sua experiência e da sua relação com o mundo.

## 6 CONCLUSÕES

Na presente pesquisa realizou-se um exercício metodológico que alia duas teorias como forma de entender como hoje a ruralidade pode ser analisada: a teoria das representações sociais e a teoria das mediações. Como recorte, escolheram-se jovens residentes no rural da Microrregião de Santa Cruz do Sul para que se pudesse responder o principal questionamento do trabalho: de que modo, atualmente, pode ser representada a ruralidade, considerando-se as transformações do espaço rural com a introdução das TIC? A partir dos elementos objetivos e subjetivos foi possível analisar como esse grupo interage e realiza as representações sobre a ruralidade e a sua maneira de representar o território

O espaço rural brasileiro, nas últimas décadas, passou por diversas transformações que fazem com que se possa afirmar que não é possível defini-lo a partir de características específicas. As novas configurações que se apresentam fazem com que antigas representações sociais convivam com novas dinâmicas, permitindo que o olhar lançado sobre esse espaço seja plural. Foi nessa direção que a presente Tese se encaminhou, mostrando, na perspectiva dos jovens rurais, de que modo a ruralidade pode ser concebida e sentida.

Conforme se abordou no referencial teórico, a noção de ruralidade iniciou na década de 1980, exatamente porque se percebeu que as transformações, no espaço rural, não estavam associadas somente a fatores econômicos, territoriais e tecnológicos, mas, igualmente, provocavam novas dinâmicas sociais e culturais que começaram a operar no seu interior. Em um primeiro momento, o rural era considerado um espaço com a principal função de fornecer alimento e matéria-prima para o espaço urbano, e, a partir de uma concepção desenvolvimentista, novos fenômenos começaram a operar e a colocar em xeque todas as certezas desse pensamento moderno.

A partir de um pensamento contemporâneo vigente, o rural brasileiro começou a reproduzir, em seu seio, todas as transformações também percebidas na Europa e Estados Unidos, fazendo com que novos olhares fossem lançados sobre essas transformações. Se anteriormente a concepção de rural estava associada à oposição ao urbano, fazendo com que a ideia de desenvolver esses espaços estivesse associado a conceitos de urbanização, percebeu-se que esse processo não aconteceria de maneira tão simples, pois, a partir dele, começaram a aparecer não apenas novas práticas e novos atores, mas também novas dinâmicas que até

então não conseguiam ser entendidas, como por exemplo, o esvaziamento do rural, a masculinização e o envelhecimento do rural.

Atualmente, mesmo depois de grandes transformações decorrentes dos últimos 50 anos, ainda continua a preocupação de entender esse espaço e as novas dinâmicas ali compostas. Nesse sentido, a noção de rural - que começa a ser entendido a partir das relações sociais, - e de ruralidade - associado às representações que são percebidas -, auxiliam esse entendimento. Este último compreende tanto as noções que os sujeitos possuem do território quanto as dinâmicas e modos de vida que, muitas vezes, acabam por ultrapassar as fronteiras.

Historicamente, pode-se perceber que são vários os enfoques que podem ser dados à ruralidade, porque serão dependentes das representações que os atores sociais lhe atribuem. Nessa relação entram em cena, como mencionado anteriormente, não somente aspectos relacionados à infraestrutura ou à economia, mas, principalmente, à maneira com que os habitantes desse espaço, a partir dessa nova realidade, começam a vivenciar. Portanto, para entender as representações da ruralidade explorou-se de que modo os jovens rurais vivenciam o seu espaço, sendo necessário saber quais são as atividades realizadas por eles que se conectam com a ruralidade e também qual o sentimento deles em relação a isso. No que se refere às inovações tecnológicas, os principais questionamentos realizados aqui recaíram na utilização das TIC, na tentativa de identificar se o uso dessas ferramentas no cotidiano desses jovens rurais - relacionado à busca de informação, lazer e acesso - influencia o olhar que eles possuem da ruralidade.

As representações sociais foram estudadas de modo que fosse possível articular dados afetivos, mentais e sociais que pudessem estar integrados à cognição, à linguagem e à comunicação. As construções sociais alimentam a subjetividade dos sujeitos e esta, por sua vez, alimenta as relações sociais. Desse modo, buscou-se identificar as representações de mundo a partir de distintas experiências de vida, tornando-se importante também resgatar um pouco da trajetória do grupo pesquisado para identificar as mediações relacionadas às diversas faces que o próprio meio rural fornece. Considerando-se, então, diferentes realidades, percebeu-se a necessidade de direcionar a discussão à trajetória dos jovens rurais, para se conhecer a maneira com que eles representam o local onde vivem. Cada indivíduo tem um conhecimento de sua experiência e atribui importância a temas específicos, momentos ou situações, de acordo com sua própria história anterior. Afinal, observar o mundo supõe uma visão mais ampla e vai muito além das aparências.

Para tanto, buscou-se identificar as representações de mundo, a partir de distintas experiências de vida, com base nos depoimentos dos jovens em estudo, com o intuito de

analisar o que pode influenciar a “construção” das representações sociais do mundo em que eles vivem e as representações construídas por meio de trocas simbólicas na vivência do espaço cultural. Ao se pesquisar o jovem rural, percebeu-se a apropriação simbólica e representativa do rural, considerando sua trajetória familiar, identidade, oferta cultural e consumo midiático, ou seja, o grupo de mediações inseridas nesse processo. No momento em que se considerou a importância de se entender as representações sociais sobre a ruralidade foi possível perceber as mudanças ocorridas e a maneira com que a identidade desse grupo pode estar sendo construída. A partir das trajetórias dos jovens pesquisados procurou-se saber como ocorreram as mudanças e de que modo eles foram construindo a representação social sobre a ruralidade.

Para se entender essa ruralidade e compreender de que modo as representações sociais podem ser compreendidas, a teoria das mediações de Jesús Martín-Barbero foi de grande auxílio. A identificação das mediações possibilitou mostrar elementos de como as representações podem ter sido elaboradas. Através da competência cultural, temporalidade social e cotidianidade familiar buscou-se apontar os fatores mais significativos nessa construção. A proposta não foi a de perceber qual grupo de mediações pode ser o mais significativo, até porque as mediações se interligam e estão vinculadas (apesar de terem sido apresentadas de maneira separada para facilitar a análise), mas o de propor uma maneira de analisar como as representações sociais podem ser construídas. Ao considerar os estudos sobre representação social da ruralidade, a maior parte deles se concentra em abordagens quantitativas, diferente da proposta aqui apresentada.

No que se refere aos aspectos da competência cultural, percebeu-se que as mesmas formam-se principalmente a partir das modalidades relacionadas à educação formal, condições financeiras e aquisição de informação. Estas modalidades, por sua vez, vivem da memória e do próprio imaginário do sujeito, sendo constituídas a partir tanto da cotidianidade familiar quanto da temporalidade social.

Pode ser percebido que a educação formal está mais presente na vida desses jovens do que na de seus pais, e, a partir dessa dinâmica, constata-se que hoje os moradores desse espaço estão mais esclarecidos, não somente ao se considerar os agricultores, mas também os diversos grupos que também ocupam esses espaços. A escola e a universidade assumem um peso muito forte na percepção dos jovens sobre as potencialidades do território, fazendo com que se sintam incluídos, e independente da área que venham aliar à sua vida profissional, a educação formal representa uma forma de propiciar o reconhecimento do espaço para que, nele, esses jovens possam inovar.



A maioria dos jovens falaram que sentiram mais preconceito no ensino fundamental, quando crianças. Possivelmente isso seja um alerta para rever a maneira como o rural está sendo retratado. Aqui vale salientar a importância de uma educação voltada para uma realidade e já desde pequeno estudar sobre o processo de diversificação e valorização do rural.

As tecnologias de informação e comunicação, além da educação formal, propiciaram também um novo olhar sobre o rural, facilitando a solução de problemas relacionados principalmente à falta de informação e lazer, assim, fazendo com que os jovens não se sintam desinformados ou considerados atrasados. Ao se considerar a essa competência, o fato de eles terem acesso à informação faz com que consigam assumir uma postura mais atuante em suas propriedades ao auxiliarem os pais na resolução de problemas, como por exemplo, vinculados à produção.

No entanto, mesmo com as novas configurações do espaço rural, e de novos atores e possibilidades de atuação, esse espaço, para a maior parte dos jovens, ainda está associado a uma representação baseada em conceitos tradicionais de que o rural seria o responsável por alimentar a cidade. Por outro lado, essa ruralidade concebida pelos jovens convive com uma proposta contemporânea, no qual esse espaço representa qualidade de vida e ligação com a natureza. Essa condição está sendo mais valorizada principalmente pelo problema da exaustão dos recursos naturais das últimas décadas, fazendo com que novas dinâmicas também sejam incorporadas na agricultura.

No que corresponde às condições econômicas, pelo fato de o grupo pesquisado ter sido escolhido em função do acesso desses jovens às TIC, as famílias possuem recursos e podem estar alinhadas a uma classe média urbana. Nesse sentido, o fato dos jovens terem acesso a bens e serviços considerados urbanos, o olhar deles não associa o rural à falta de lazer ou a um lugar sem grandes possibilidades como já apontado em várias pesquisas. Entre os meios mais utilizados encontram-se o smartphone e o rádio. O primeiro auxilia tanto o contato com as pessoas quanto a busca de informação; o segundo possui um caráter de entretenimento no ambiente de trabalho, principalmente para os que possuem suas atividades vinculadas à agricultura. O computador, por sua vez, é utilizado mais no trabalho e na educação, não tendo um caráter de entretenimento, o que difere dos jovens que possuem suas atividades vinculadas ao ambiente urbano.

Questões relacionadas à etnia, religiosidade e vizinhança não se mostraram significativas quando relacionadas às representações desses jovens sobre o rural. Já no que se refere ao gênero, em função da nova configuração de família, cada vez menores, o espaço feminino parece estar sendo alcançado, pois no grupo pesquisado percebeu-se a participação

feminina mais ativa das jovens, as quais começam a ser protagonistas e possivelmente responsáveis pela sucessão familiar. Essa condição, embora haja uma masculinização e um envelhecimento do rural, possivelmente faz com que uma nova dinâmica seja incorporada, condição esta que também abre espaço para que além dos jovens, as mulheres também sejam estudadas, pois se percebe que em algumas regiões uma questão a ser destacada é a do protagonismo feminino e seu reconhecimento no âmbito das ruralidades contemporâneas, em contraposição as representações modernas, na qual existia uma submissão maior das mulheres.

Ao se analisar as modalidades de competência cultural, no intuito de identificar de que modo as representações de ruralidade são realizadas pelos jovens, pode-se perceber, de modo geral, que a competência cultural permeia os processos de maneira contrastante. De um lado, pode existir a valorização do rural, dependente da maior qualificação profissional desses jovens, mas, de outro, é percebido por eles certo esquecimento e preconceito, decorrente dos meios de comunicação e do imaginário urbano. Esses mesmos meios de comunicação, por exemplo, também os auxiliam a entender melhor seu espaço, no momento em que lhes proporcionam conhecimentos mais técnicos que complementam o conhecimento popular.

Ao adentrar na temporalidade social, pode-se incluir, principalmente, a maneira com que os jovens vivenciam diferentes dinâmicas tanto ligadas ao espaço, quanto relacionadas ao tempo. É fato que as transformações ocorridas no espaço rural, vinculadas ao acesso ao transporte e às novas formas de comunicação, comprimiram a relação espaço-tempo entre o ambiente rural e urbano. Essa condição facilitou a vida desses jovens em relação ao tempo vivido por seus pais, considerando-se que, tanto os fatores ligados ao acesso à comunicação quanto a própria incorporação de novas tecnologias — tanto as ligadas ao trabalho, quanto às formas de sociabilidade — permitiram uma aproximação maior da vida urbana ao espaço rural, além das mudanças ocorridas na cotidianidade familiar e competência cultural, quando as famílias passaram a ter maior conhecimento facilitado pelos meios de comunicação.

As diferentes temporalidades ligadas ao espaço ocorrem cotidianamente entre esses jovens, no momento em que a sua mobilidade é facilitada com novos meios de transporte e melhoria nos acessos. Mesmo que, em alguns momentos, a qualidade das estradas e a falta de transporte público sejam as principais queixas entre os jovens, principalmente daqueles que vivem em localidades mais afastadas, hoje essa geração considera inexistentes as fronteiras entre o urbano e o rural, mesmo que a comparação entre um e outro ainda esteja presente na fala dos jovens. Quando o encontro de diferentes espaços se mostra mais intenso, percebe-se que os jovens conseguem visualizar com mais clareza o espaço onde vivem. Ainda parece

existir uma representação social muito ligada à diferença entre o rural e o urbano, principalmente no que tange ao oferecimento de alguns serviços básicos, dependendo da localidade. Os jovens acreditam que os serviços de farmácia, mercado, correio, saúde e creches, por exemplo, poderiam ser mais acessíveis no meio rural, o que lhes facilitaria a vida e a mobilidade.

No momento em que alguns jovens provenientes da agricultura familiar realizaram a sua experiência de trabalho na cidade, perceberam, então, que a representação social que tinham do trabalho rural se associava à liberdade, à flexibilidade e à autonomia, aspectos que, para eles, se sobrepõem às profissões desempenhadas no espaço urbano.

O rádio e a televisão podem ter sido as primeiras tecnologias a conectarem as diferentes temporalidades do espaço rural com o urbano. Entretanto, ao considerar a introdução da internet, a possibilidade é de que, agora, essa conexão pode ocorrer em via dupla, não apenas referências urbanas são incorporadas no espaço rural; o oposto também ocorre, e de forma mais acentuada no momento em que os atores desse espaço começam a produzir informação, mostrando a realidade em que vivem. Essa condição fica ainda mais clara quando os jovens rurais compartilham, via redes sociais digitais, os seus modos de vida rurais, possibilitando que outros quadros de significação sobre esse espaço sejam incorporados na sociedade em seu todo.

As inovações tecnológicas e comunicacionais estão fortemente ligadas ao cotidiano desses jovens rurais e a apropriação delas por esses atores faz com que eles possam comparar as representações sociais sobre ruralidade, realizadas de maneira estereotipada, confrontando-as com a maneira com que eles enxergam o espaço rural. De certa forma, as TIC, mesmo mostrando outros quadros de significação, não participam tão ativamente das imagens que os jovens possuem do rural. Contudo, as TIC se tornaram os canais principais pelos quais os jovens podem se conectar com o mundo, expor a sua realidade e se articularem em busca de melhores condições de vida, trabalho e lazer. Hoje, possivelmente em função do acesso às TIC, a representação do rural desses jovens não está mais associada a um lugar desprovido de lazer.

A partir da experiência e das informações a que esses jovens têm acesso, eles acreditam que o rural ainda é esquecido pela maior parte das pessoas residentes no espaço urbano. Essa realidade, no entanto, depende das condições de determinados espaços. Nesse sentido, a temporalidade que os jovens rurais possuem, atualmente, em relação às TIC, lhes confere o poder de conseguirem expor sua realidade, desmistificando, muitas vezes, estigmas da ruralidade, de que estaria associada somente a uma relação agrícola. Ao mesmo tempo,

lhes possibilita formas de organização social para que possam buscar por melhores condições, principalmente de trabalho e de postura mais política.

No momento em que esses jovens rurais expõem o seu cotidiano, outras imagens sobre o meio rural podem passar a povoar o imaginário coletivo, não condicionando essa representação a elementos exclusivamente de produção. As entrevistas revelaram, de maneira geral, que a vida no campo apresenta aspectos positivos, sendo muito valorizada por esses jovens, independente se eles trabalham na agricultura ou não. Os aspectos positivos aventados dizem respeito às raízes pessoais, aos laços familiares e de amizade (principalmente os ligados à agricultura familiar), à proximidade da natureza e à qualidade de vida no campo.

Mesmo que em um primeiro momento a cotidianidade familiar pudesse ser a mais forte de todas, porque nela é possível que os jovens se mostrem como realmente o são, não chegou a ser tão forte quando relacionada à forma com que a representação social da ruralidade é construída. A cotidianidade da maior parte dos jovens entrevistados conecta-se à agricultura familiar. O que pode ser percebido entre os jovens que possuem essa tradição é que a sua vida cotidiana está relacionada, de maneira intensa, às relações com a família e com a comunidade local, diferente daqueles que concebem o espaço mais como moradia. Porém, essa intensidade se dissipa no momento em que eles começam a vivenciar mais intensamente o urbano. Para o jovem agricultor, a família aparece como uma referência afetiva mais forte do que para os outros jovens, estando mais associada ao espaço rural, em detrimento do urbano, considerado um espaço onde a união é mais presente. Essa relação está associada ao trabalho dos jovens agricultores — nela o jovem, não é somente filho, é um trabalhador.

Em função de as famílias possuírem mais recursos ou terem abandonado a produção de tabaco, considerada muito penosa por muitos, facilitou a permanência dos jovens agricultores, mesmo ao considerarem que o trabalho no campo não ser fácil. Além disso, ainda que a maior parte das famílias tenham tido uma origem vinculada ao tabaco, os jovens consideram que essa cultura é mais valorizada em relação à produção de alimento, não sendo dada a devida importância no papel de produtor de alimento para a cidade.

Na opinião deles, o trabalho no campo é melhor do que o trabalho na cidade, em função da flexibilidade de horários e da autonomia desempenhada por eles. Mesmo aqueles que estão finalizando a universidade, apesar de acreditarem que o rural deva ser mais valorizado, não se sentem desestimulados e não acreditam que no seu espaço exista a falta de opções profissionais.

No período escolar pode-se supor que eles possam, em um primeiro momento, terem sentido vergonha da sua origem camponesa, porque isso os distanciava do ambiente rural

familiar. Contudo, a partir dessa trajetória, os jovens rurais incorporaram ações que lhes propiciaram desenvolvimento e auxiliaram a sua permanência no campo, melhorando, inclusive, as condições de trabalho familiar. Essa situação indica que é preciso rever a maneira com que o rural está sendo retratado nas escolas, sendo preciso salientar a importância de uma educação voltada para uma realidade regional, possibilitando que desde o Ensino Fundamental se possa estudar o processo de diversificação e valorização do rural.

A maior parte das pesquisas associa o estudo da juventude rural ao aspecto de permanência do jovem no campo e à sucessão familiar. Mesmo aqueles que deixaram de trabalhar por algum tempo na produção familiar, não acreditam que as condições oferecidas pela cidade sejam melhores para eles. Essa situação pode estar relacionada às características do território, podendo ser diferentes da Microrregião estudada. Em decorrência dessa experiência, todos os jovens conectam a ruralidade com a produção de alimentos, mesmo aqueles que, inicialmente, tinham a produção vinculada ao tabaco.

O que pode ser percebido é que a concepção, também contemporânea, de associar o rural a um espaço de vida ligado à qualidade, à saúde e à produção de alimentos em família está diretamente vinculada ao fato de essas famílias terem sempre outros tipos de produção, além do tabaco. Percebe-se também que, a partir da educação dos filhos, os pais, por sua vez, incorporaram essas práticas e modificaram muito a dinâmica familiar. Em função das modalidades de competência cultural, a lógica familiar do ambiente rural, anteriormente calcada na supremacia paterna, aos poucos começa a tomar uma nova forma e os jovens começam a tornarem-se protagonistas da vida familiar, abrindo ainda mais uma janela para que se possa estudar de forma mais próxima a nova configuração desse ator social.

A partir da análise da oferta cultural e comunicacional dos jovens rurais verificou-se de que forma as inovações tecnológicas e comunicacionais inserem-se no cotidiano desses jovens e de que maneira elas são apropriadas por eles, sem deixar de lado as mediações desse processo. Ao perceber o modo com que as representações sociais que os jovens possuem sobre a ruralidade se “constroem” foi possível entender a forma, por exemplo, com que os jovens rurais sentem o território; também saber de que modo o sujeito (indivíduo ou grupo) realiza suas projeções e visões de mundo, considerando-se os grupos de mediações (família, escola, meios de comunicação, grupos de convívio) que participam na construção dessas representações. No momento em que se consiga ter uma percepção maior de como os jovens sentem o território também é possível entender a maneira com que eles poderão desempenhar seu papel social e propor formas de desenvolvimento, pois cada espaço deve ser analisado para propor novos olhares.

Pode-se dizer que a maneira com que o jovem representa e vivencia o seu espaço está diretamente relacionado, claro, tanto às características que o mesmo apresenta, quanto à trajetória do sujeito, não sendo possíveis generalizações. É preciso lembrar que o que pode ser entendido por território não pode ater-se à condição relacionada a espaços delimitados fisicamente. Trata-se, na verdade, das representações que lhe são conferidas, decorrentes de toda uma gama de relações sociais e culturais, ou seja, todo um grupo de mediações que podem auxiliar o processo de entendimento dessas representações. Por isso não pode ser dito simplesmente que há uma nova ruralidade ou novas ruralidades, mas múltiplas ruralidades, onde representações modernas e representações contemporâneas convivem e transformam-se constantemente, mostrando que as representações sobre a ruralidade são polissêmicas e transitórias, por combinar representações modernas e contemporâneas, muitas vezes em um mesmo sujeito.

Percebeu-se que o processo de elaboração das representações sociais pode ser mediado por práticas rotineiras inseridas em um contexto social e cultural do sujeito que vivencia determinada realidade. Essas práticas estão constantemente presentes nas interpretações que os indivíduos fazem do mundo e podem, por sua vez, constituir novas representações que podem ser também as mediações que darão continuidade ao processo permanente de elaboração das representações sociais. Afinal, as percepções sociais e culturais estão relacionadas às mediações que atuam na vida do indivíduo. São elas que constroem o sujeito social em suas práticas, gostos, percepções e representações sociais.

Não há dúvida de que essa geração está sofrendo de forma mais direta as transformações sociais do meio rural, mas o grupo pesquisado não está sofrendo um dilema do trânsito entre o campo e a cidade, conforme já apontado em outros estudos. Muito pelo contrário, a facilidade da mobilidade e o acesso às TIC podem estar fazendo com que eles ampliem o seu conhecimento e tenham propostas de melhoria de suas condições de vida associadas ao trabalho rural. Toda essa configuração também propiciou novas formas de sociabilidade que acabaram se tornando mediadores do processo de representação, podendo se constituir em possíveis agentes de desenvolvimento. Entre esses agentes, que variam de acordo com suas possibilidades de intervenção e de competências, incluem-se as novas formas de comunicação e informação.

Nessa perspectiva, seria possível perceber a participação desse segmento e a forma de estabelecer estratégias, tanto de ação direta com os jovens rurais quanto de propostas de ordem educacional e comunicacional com o intuito de auxiliar a elaborar novos projetos voltados para esse público. No momento em que os jovens começam a ser protagonistas

também na produção de informação, através das redes sociais, e possuem um esclarecimento maior que alia o conhecimento formal ao popular, novas formas de desenvolvimento podem ser sugeridas. A partir de suas necessidades é possível propor formas de abordagens para que os jovens rurais não se sintam excluídos ou inferiores (ROCHA, 2009). Além disso, mostrar a experiência vivida a partir da vida cotidiana permite que as pessoas formulem suas próprias políticas, interagindo com agentes externos (LONG, 2007).

Os jovens rurais estão sujeitos a novas mediações em relação às gerações passadas (a dos pais e avós, no caso mais imediato). Entre estas mediações estão: a escola (por conta da ampliação do acesso), a mobilidade (por conta da infraestrutura e do sistema de consumo de mercadorias e serviços) e as TIC (principalmente celular e internet) que fazem com que essa juventude apresente uma autonomia (relativa) na busca de conteúdos e de atividades, possivelmente ainda mais ampliada do que a juventude que vive só no meio urbano. Pode-se dizer, inclusive, que eles podem ser mais heterogêneos que do que os jovens urbanos, convivendo em um espaço igualmente heterogêneo, uma ruralidade onde diversos códigos culturais coexistem e transformam-se.

Aliás, neste estudo foram percebidas diversas identidades desses jovens, ao se constatar traços urbanos no rural e vice-versa, como no caso daqueles jovens que, por motivos familiares, acabaram indo morar na zona rural. No espaço estudado, a Microrregião de Santa Cruz do Sul, em função de certa proximidade com o espaço urbano, essas questões acabam se integrando e fazendo com que esse jovem rural também possua aspectos urbanos. O que possivelmente os diferencie mais é o aspecto do trabalho, refletindo-se, em alguns momentos, em suas representações de ruralidade.

Atualmente, os jovens rurais incorporam uma identidade rural ao mesmo tempo em que incorporam a urbana e podem ser considerados mais heterogêneos que os urbanos. Essa condição, em função de estarem mais esclarecidos, não faz com que se sintam inferiores em relação aos jovens urbanos, muito pelo contrário, faz com que esse jovem possa ser considerado mais plural do que o jovem residente no meio urbano. Dessa maneira, os espaços de vida que se entrelaçam dão fundo à experiência dos jovens rurais e a sua inclusão na sociedade.

Em relação às tecnologias, as TIC, por sua vez, podem propiciar que ampliem o olhar que possuem do rural, fazendo com que antigas representações possam ser, aos poucos, dissipadas no momento em que os próprios moradores do rural possam expor a sua realidade. Nesse sentido, também em função de as redes sociais possibilitarem que os jovens rurais se mostrem, poder-se-ia propor estudos para conhecer de que maneira eles representam a

ruralidade nessas redes sociais, pois, se os meios tradicionais veiculam um olhar hegemônico desse espaço, a articulação maior desses jovens pode fazer com que cada território possa mostrar suas capacidades e suas heterogeneidades, sem tentar classificá-las ou categorizá-las. Afinal, em um mundo em que várias realidades coexistem não se pode pensar em rótulos ou definições para estudá-las. É preciso entender os processos para que as formas de desenvolvimento possam ser propiciadas.



## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel; Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Mai/Jun/Jul/Ago 1997 Nº 5 Set/Out/Nov/Dez 1997 Nº 6. Disponível em: <<http://bit.ly/2bG3EgB>>. Acesso: 3 jun. 2015.

ABRAMOVAY, Ricardo. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: MANZANAL, Mabel et al. *Desarrollo rural - Organizaciones, instituciones y territorios*, Ediciones Ciccus, Buenos Aires, 2006. p. 51-70. Disponível em: <<https://goo.gl/DF0Hwc>>. Acesso: 23 abr. 2013.

ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Edições Unesco: Brasília, 1998.

ACSELRAD, Henri. Políticas ambientais e construção democrática. In: VIANA, Gilney; SILVA, Marina; DINIZ, Nilo. (orgs.). *O desafio da sustentabilidade: um debate sócio-ambiental no Brasil*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2001.

AHLERT, Lucildo. A colonização privada no Vale do Taquari em meados do século XIX e a vinda de westfalianos para a Colônia Teutônia. In: ARENDT, Isabel Cristina; e WITT, Marcos Antônio (orgs.). *História, cultura e memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: OIKOS, 2005, p. 77-87.

ALEXANDRE, Marcos. O papel da mídia na difusão das representações sociais. *Revista Comum*, v.6, n. 17, p. 111 a 125. Rio de Janeiro, jul./dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Representação Social: uma genealogia do conceito. *Comum - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004*

ALVES, Maria Zenaide e OLIVEIRA, Igor. Juventudes e territórios: o campo e a cidade. In: CORREA, Lycinia Maria; ALVES, Maria Zenaide e MAIA, Carla Linhares. *Cadernos temáticos: juventude brasileira e Ensino Médio*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

ANDRADE, Celana Cardoso e HOLANDA, Adriano Furtado. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, n. 27, v. 2, p. 259-268, abr/jun 2010.

ANJOS, Flávio Sacco dos e CALDAS, Nádia Velleda. De la medida de lo rural a lo rural bajo medida: un estudio sobre representaciones sociales. *Cuadernos del Cendes*, año 31. n. 86, Venezuela, mayo-agosto 2014

ANTUNES, A. L. M. P. *Sentença vem de sentimento: sobre a subjetividade dos atores jurídicos em Varas de Família*. 2010. Dissertação (Programa de Pós-Graduação do Departamento de Psicologia). PUC/RJ. Rio de Janeiro, 2010.

ARRUDA, Angela. As representações sociais: desafios de pesquisa. *Revista de Ciências Humanas Florianópolis*. EDUFSC, Especial Temática. p.09-23, 2002.

BAIOTO, Carlos Daniel; LUZ, Renato da. *Santa Cruz do Sul*. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1998.

BARCELLOS, Tanya. *Migrações no Sul: caminhos para terras e cidades*. 1996. Porto Alegre, Dissertação de Mestrado (Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1996.

BASSAN, Dilani Silveira; SIEDENBERG, Dieter R. Desenvolvimento desigual na região do Vale do Rio Pardo. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.8, n.1 , p.121-150, jan./abr. 2003.

BEGNANI, J. B. Pedagogia da alternância como sistema educativo. *Revista da Formação por Alternância*, n. 2, jul. 2006, p.24 – 47.

BENDIT, R.. Juventud y políticas de juventud entre la sociedad civil y el Estado: la problemática de las estructuras adecuadas. In: HÜNERMANN, P. e ECKHOLT, M. (org.) *La juventud latinoamericana en los procesos de globalización Opción por los jóvenes*. Eudeba: Buenos Aires, 1998. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43975.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

BENÍTEZ LARGHI, Hector Sebastián e LEMUS, Magdalena. Juventudes, desigualdades y TIC. In: VII JORNADAS DE SOCIOLOGÍA DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, La Plata, dezembro de 2012

BERGER, Christa. “De São Paulo a Madrid. Das mediações à mediação”, *Mediaciones Sociales. Revista de Ciencias Sociales y de la Comunicación*, nº 2, primer semestre de 2008, pp. 3-12. ISSN electrónico: 1989-0494. Universidad Complutense de Madrid. Disponível em: <<https://goo.gl/UIKOsU>>. Acesso em: 27 out. 2016.

\_\_\_\_\_. A pesquisa em comunicação na América Latina. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001. p. 241-277.

BERNSTEIN, Henry. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011.

BEZERRA, Maria Lucia e BACELAR, Tânia. As concepções contemporâneas de ruralidade e suas singularidades no Brasil. In: Miranda, Carlos e Silva, Heithel (Org.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. Disponível em: <<https://goo.gl/dwwirN>>. Acesso em: 4 maio 2014.

BIASUS, Felipe; BRANCO, S. S. Representação social de meio urbano e meio rural de jovens residentes no meio rural. *Perspectiva*, Erechim, v. 37, p. 27-37, 2013.

BIAZZO, Pedro Paulo Considerações Sobre as Categorias Rural e Ruralidade em suas Dimensões de Conhecimento. *Geo UERJ*. Ano 10, n. 18, v. 1 - 1º semestre de 2008.

BONOMO, Mariana. *Identidade Social e Representações Sociais de Rural e Cidade em um Contexto Rural Comunitário: Campo de Antinomias*. Tese (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal do Espírito Santo. Disponível em: <<https://goo.gl/jyTDje>>. Acesso em: 9 maio 2016.

BONOMO, Mariana; SOUZA Lídio de; MELOTTI, Giannino e PALMONARI, Augusto. Princípios organizadores das representações de rural e cidade. *Soc. Estado*. Brasília, 2013, vol.28, n.1, pp. 91-118. ISSN 0102-6992. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922013000100006>. Data de acesso: 20 mar. 2016.

BONOMO, Mariana, SOUZA, Lídio de, Representações hegemônicas e polêmicas no contexto identitário rural. *Avances en Psicología Latinoamericana*, v.31, p. 402-418, 2013. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=79928611008>>. Acesso em: 15 mar. 2017

BORDENAVE, Ruan Diaz. *Educação Rural no Terceiro Mundo*. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 1981.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 6. ed São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983

BRANCO, Mariana. Políticas antifumo impactam cultura do tabaco no Brasil. *Agência Brasil*. 24 jul. 2016. Disponível em: <https://goo.gl/MOqYtM>. Acesso em: 10 mar. 2017.

BRANDÃO, C.R. Cultura camponesa e escola rural. In: BRANDÃO, C.R. *O trabalho de saber: cultura camponesa e escola rural*. São Paulo: FTD, 1990.

BRANDENBURG, Alfio. A colonização do mundo rural e a emergência de novos atores. *Ruris*, v. 4, n. 1, março 2010a

\_\_\_\_\_. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *Ambiente & Sociedade*, Campinas v. XIII, n. 2, p. 417-428, jul.-dez. 2010b.

\_\_\_\_\_. Ecologização da agricultura familiar e ruralidade. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 152-167.

BREITBACH, Áurea Corrêa de Miranda. A região de Santa Cruz do Sul e o fumo: panorama de uma “especialização” nociva. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 42, n.1, p. 43-62, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/uJkXvj>>. Data de acesso: abril de 2017

BRUM NETO, Helena. *Regiões Culturais: a construção de identidades culturais no Rio Grande do Sul e sua manifestação na paisagem gaúcha*. 2007. 328 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2007.

BRUMER, Anita. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

BUSS, Rosinete Bloemer Pickler. Pontos e contrapontos sobre a gestão escolar: representações sociais de docentes do Ensino Fundamental. In: SILVA, Neide de Melo Aguiar (Org.). *Pesquisas em representações sociais e educação*. Blumenau: Ed. da FURB, 2009. P. 27-37

CABECINHAS, Rosa. Investigar representações sociais: metodologias e níveis de análise. In BAPTISTA, M.M. (ed.) *Cultura: Metodologias e Investigação*. 2009. Disponível em: <https://goo.gl/zblFfm>. Acesso em: 30 de maio de 2016

CADONÁ, Marco André (coord.). *Relatório de Pesquisa: Jovens no meio rural e o desafio da permanência na condição do agricultor: um estudo a partir de jovens rurais dos municípios de Chapadão do Lageado, Ituporanga, Santa Teresinha (SC) e Canguçu (RS)*.

Pró-reitora de Extensão e relações Comunitárias. Universidade de Santa Cruz do Sul, dez. 2011

CAPALBO, Creusa. *Metodologia das ciências sociais: a fenomenologia de Alfred Schutz*. Rio de Janeiro: Antares, 1979

CAPELO, Maria Regina Clivati; MARTINS, Suely Aparecida; AMARAL, Wagner Roberto do. Juventudes do campo. In: JEOLÁS, Leila Sollberger; PAULILO, Maria Ângela Silveira; CAPELO, Maria Regina Clivati (orgs.). *Juventudes, desigualdades e diversidades: estudos e pesquisas*. Londrina: Eduel, 2013.

CARNEIRO, Maria José de. Em que consiste o familiar na agricultura familiar. In: COSTA, Luiz Flávio de Carvalho; FLEXOR, Georges; SANTOS, Raimundo (orgs.). *Mundo rural brasileiro: ensaios interdisciplinares*. Mauad X: Rio de Janeiro, 2008a.

\_\_\_\_\_. Juventude e novas mentalidades no cenário rural. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. Rural como categoria de pensamento. *Ruris*, v. 2, n. 1, março de 2008b.

\_\_\_\_\_. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: Silva, F.C.T.; SANTOS, R.; COSTA, L.F.C. (Org.). *Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares*. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

\_\_\_\_\_. Do rural como categoria de pensamento e como categoria analítica. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades Contemporâneas*. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. Ruralidade: novas identidades em construção. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Universidade Federal do Rio de Janeiro, n.11, outubro 1998. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/esa/V2/ojs/index.php/esa/article/view/135/131>>. Acesso em: 20 mar.2014.

CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

CARNEIRO, Maria José e TEIXEIRA, Vanessa Lopes. Da terra de plantação à terra de lazer. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades Contemporâneas*. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Mauad X: Rio de Janeiro, 2012.

CARRANO, Paulo. A participação social e política de jovens no Brasil : considerações sobre estudos recentes. *O Social em Questão*, Ano XV, n. 27, 2012. Disponível em: [http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27\\_Carrano1.pdf](http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/media/OSocial27_Carrano1.pdf). Acesso: 2 nov. 2016.

CASTRO, Antônio Maria Gomes de; LIMA, Suzana Maria Valle; SARMENTO, Eduardo Paulo de Moraes; VIEIRA, Luis Fernando. *Juventude rural, agricultura familiar e políticas de acesso à terra no Brasil*. Ministério do Desenvolvimento Agrário: Brasília, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná de e ABRAHÃO, João Guilherme Vogado. Apresentação. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1: Brasília, 2014.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Balanço e Perspectiva. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs.). *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

CASTRO, Elisa Guaraná de. *Entre ficar e sair - uma etnografia da construção*. Rio de Janeiro: Editora Contra capa, 2013.

CASTRO, Elisa Guaraná de; MARTINS, Maíra; ALMEIDA, Salomé Lima Ferreira de; RODRIGUES, Maria Emília Barrios; CARVALHO, Joyce Gomes de. *Os jovens estão indo embora?* Rio de Janeiro: Editora Mauad, 2009.

CASTRO, Maurício Barros de. *Juventudes rurais: cultura e desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Instituto Souza Cruz, 2007b.

CETIC BR. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. *Pesquisa TIC Domicílios e Usuários*, 2015. Disponível em: <http://cetic.br/pesquisa/domicilios/>. Acesso em: 25 abr. 2016.

CETIC BR. Centro de Estudos sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação. *Celular torna-se o principal dispositivo de acesso à Internet, aponta Cetic.br*. Disponível em: <https://goo.gl/C2RBWv>. Acesso em: 7 março 2017.

CHIODINI, Cláudia Roberta. Financiamento da Educação Básica no Brasil: um estudo em representações sociais. In: SILVA, Neide de Melo Aguiar (Org.). *Pesquisas em representações sociais e educação*. Blumenau: Ed. da FURB, 2009. P. 39-79

CONDRAF. Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Grupo temático de juventude rural*, Brasília, 2011.

CORREA, Edelmira Pérez, FARAH, Maria Adelaide e GRAMMONT, Hubert Carton de. *La nueva ruralidad em América Latina. Avances teóricos e evidencias empíricas*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2008.

COSTA Carla Barroso da (Coord). *Estrutura Ocupacional do meio rural*. 3ª ed – Brasília: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural, 2005.

CUNHA, Ilana dos Anjos. Debate. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de (orgs). *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

CUNHA, Jorge Luiz da. *Os colonos alemães e a fumicultura: Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul 1849-1881*. Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da FISC, 1991.

DALLABRIDA, Valdir Roque. Planejamento regional: algumas observações teóricas e análise da prática. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 9, n. 1, p. 37 - 61, abr. 2004.

DANTAS, José Guibson Delgado. Teoria das Mediações Culturais: Uma Proposta de Jesús Martín-Barbero para o Estudo de Recepção. INTERCOM – SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO X CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE – São Luis, MA – 12 a 14 de junho de 2008.

DE PAULA, Silvana. O country no Brasil contemporâneo. *História, Ciências Saúde*. Manguinhos, vol. V (suplemento), 273-286 julho 1998. Disponível em: <https://goo.gl/3NQXVF>. Acesso: 12 abr. 2017.

DE SARDAN, Jean-Pierre Olivier. *Anthropologie et développement: essai em sócioantropoligie du changement social*. Paris: Karthala, 1995. p. 153-171.

DEBERT, Guita. História de vida e experiência de envelhecimento para mulheres de classe média em São Paulo. *Cadernos CERU*, n. 19, jun. 1984. Domínguez-Gutiérrez (2006, p. 9)

DOMÍNGUEZ-GUTIÉRREZ, Silvia. Las representaciones sociales en los procesos de comunicación de la ciencia. In: I CONGRESSO IBEROAMERICANO DE TECNOLOGÍA, SOCIEDAD Y INNOVACIÓN. México, Palácio de Minería, 19 a 23 de junio de 2006.

DORNELLES, Mizael. *Desenvolvimento regional e uso do território: uma análise a partir do circuito espacial e círculos de cooperação da produção de cigarros no território da Região de Santa Cruz do Sul*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2016.

\_\_\_\_\_. Dinâmicas territoriais na região de Santa Cruz do Sul – RS. In: VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Anais. Globalização em Tempos de Regionalização – Repercussões no Território Santa Cruz do Sul, RS, Brasil, 9 a 11 de setembro de 2015.

DREHER, Martin N. *Imigração Alemã no Rio Grande do Sul: Recortes*. São Leopoldo: OIKOS, 2008.

DUARTE, Ricardo; SOARES, Jeferson B. Extensão rural e comunicação rural no Brasil: Notas históricas e desafios contemporâneos. *Revista de Extensão e Estudos Rurais* v. 1, n. 2, p. 397-426, jul. - dez. 2011.

DUQUE, Ghislaine. Água para o desenvolvimento rural: a ASA e os Programas P1MC e P1+2 – Desafios da participação sociedade civil – governo. IN: Grisa, Catia e Schneider, Sergio (orgs.) *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. Disponível em: <https://goo.gl/vkC9eN>. Acesso em: 5 nov. 2016.

DURSTON, John. Juventud rural excluída em America Latina reduciendo la invisibilidad. In: XXI CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE SOCIOLOGIA. São Paulo, 1997.

DUTRA, Eder Jardel e HILSINGER, Roni. A Cadeia Produtiva do tabaco na região Sul do Brasil: Aspectos quantitativos e qualitativos. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 17, n. 3, p. 17-33, set./dez. 2013.

DUVEEN, Gerard. Crianças enquanto atores sociais: as Representações Sociais em desenvolvimento. In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 89-111.

\_\_\_\_\_. O poder das ideias. Introdução da obra de MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Tradução: Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2013.

EFASC. *Relatório de atividades da Escola Família-Agrícola de Santa Cruz do Sul*. 2013 e 2014.

ELESBÃO, Ivo. O Espaço rural brasileiro em transformação. Finisterra, *Revista Portuguesa de Geografia*, Lisboa, v. XLII, n. 84, 2007.

ENDLICH, Ângela Maria. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, Maria E. B. (Org.). *Cidade e Campo: relações e contradições entre urbano e rural*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2006, p.11-31.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001a.

\_\_\_\_\_. Estudos Culturais. In: HOHLFELDT, Antônio; MARTINO, Luiz C.; FRANÇA, Vera Veiga (Org.). *Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências*. Petrópolis: Vozes, 2001b.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina; TREVISAN FELIPPI, Ângela Cristina; GUERIN, Yhevelin; DORNELLES, Mizael. Famílias rurais produtoras de tabaco e sua interação cotidiana com tecnologias de comunicação: a reorganização da vida pessoal e familiar. *Chasqui. Revista Latinoamericana de Comunicación*. n. 130, dic.2015/mar. 2016 (Sección Informe, pp. 329-345). Disponível em: < <https://goo.gl/JslnKX>>. Acesso em: 12 mar. 2017.

ESPINDOLA, Daniel. *Organizaciones y movimientos juveniles rurales en cinco países del Mercosur: (Argentina, Brasil, Chile, Paraguay y Uruguay)*. Montevideo: Celaju, 2004.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento Regional sustentável: o território como paradigma. *REDES*, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.47-55, set/dez. 2005.

FEITOSA, S. A.. *Televisão e juventude sem terra: mediações e modos de subjetivação*. Dissertação de Mestrado (Pós-Graduação em Educação - Universidade Federal do Rio Grande do Sul), Porto Alegre, 2006.

FELIPPI, Ângela Cristina Trevisan; DEPONTI, Cidonea Machado; DORNELLES, Mizael. Os usos e as apropriações das TICs na agricultura familiar em Regiões do Sul do Brasil. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, G&DR, v. 13, n. 1, p. 3-31, jan-abr/2017, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <https://goo.gl/Puv9oT>. Acesso em: 2 abril de 2017.

FERREIRA, Berta Weil e FERREIRA, Lenira Weil. História de mulheres: o processo de identidade. In: ABRAHÃO, M. H. M. B. *Aventura (Auto) Biográfica – Teoria & Empiria*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

FERREIRA, Giovandro Marcus. As origens recentes: os meios de comunicação pelo viés da sociedade de massa. In HOHLFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (org.), *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 99-116.

FIORI, Júlio. Emater/RS-Ascar promove Fórum Regional sobre Juventude Rural nesta terça. Revista da SECOM do Governo do Estado. 5 de dezembro de 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/WdzvWI>>. Acesso em 3 jun 2013.

FLEURY, Lorena Cândido. *Cerrado para ser o quê?: representações sociais e conflitos ambientais em torno do Parque Nacional das Emas, Goiás*. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FLORES, Murilo. *A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento - Uma visão do estado da arte*. Taller Internacional “Territorios com Identidad Cultural”, Cusco, 19 y 20 de abril 2006.

FLORES, Murilo. Apresentação. In: ABRAMOVAY, Ricardo; SILVESTRO, Milton; CORTINA, Nelson et al. *Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios*. Edições Unesco: Brasília, 1998.

FORD, Anibal. Navegaciones, comunicación, cultura e crisis. Buenos Aires: Amorrontu, 1994.

FRANCO ROMO, Daniel. La mediación social de Manuel Martín Serrano en los estudios de comunicación. *Razón y Palabra*. Revista Electrónica en América Latina Especializada en Comunicación. n. 75, fev-abril de 2011. Disponível em: <<https://goo.gl/ff5Iqb>>. Acesso em: 5 set. 2016

FREITAS, Goretti Maria Sampaio de. O rádio e os sentidos culturais dos jovens. XXXI CONGRESSO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DA COMUNICAÇÃO, *Anais*, Natal (RN), 2008

FROEHLICH, José Marcos. Identidades e tradições reinventadas: o rural como tema cenário. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades Contemporâneas*. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

FROSSARD, Antônio Carlos. *Identidade do Jovem rural confrontando com estereótipo de Jeca Tatu. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I*. Dissertação de Mestrado (Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação) - Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Nova Friburgo. RJ. 2003. Disponível em: <<https://run.unl.pt/handle/10362/393>>. Acesso em: 13 maio 2016.

GALINDO CÁCERES, Jesús. História de Vida: guia técnica y reflexiva. *Estudios sobre las Culturas Contemporâneas*, Colima, v. VI, n. 18, p. 203-230, 1994. GALINDO CÁCERES, 1987).

\_\_\_\_\_. *Organización social y comunicación*. México: Premiá, 1987.

\_\_\_\_\_. *Sabor a Tí: metodologia cualitativa en investigación social*. México: Universidad Veracruzana, 1997.

GALINDO, Eryka. Em pauta: juventude rural e políticas públicas. In: MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1: Brasília, 2014.

GARCIA-CANCLINI, Nestor. Introducción. De la cultura postindustrial a las estrategias de los jóvenes. In: GARCIA-CANCLINI, N.; CRUCES, F.; POZO, M. U. C. (orgs.). *Jóvenes, culturas urbanas y redes digitales*. Barcelona: Editorial Ariel, 2012.

\_\_\_\_\_. *As culturas populares no capitalismo*. Brasiliense: São Paulo, 1983.

GAZOLLA, Márcio. *Agricultura familiar, Segurança Alimentar e Políticas Públicas: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS*. Mestrado (Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS), em dezembro de 2004.

GERHARDT, Cleyton H. Os “rurais” e as “novas” ruralidades: problematizando questões. UFRRJ. Fevereiro de 2004. 29º. ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS. Disponível em: <<https://goo.gl/MImKGY>>. Acesso em: 30 nov. 2014

GIORGETTI, Camila. *Moradores de rua: uma questão social?* São Paulo: FAPESP, 2006.



GIRARDI JÚNIOR, Liráucio. Teoria das mediações e estudos culturais: convergências e perspectivas. *Líbero*, São Paulo, v. 12, n. 23, p. 117-127, jun. de 2009. Disponível em: <<http://revistas.univerciencia.org/index.php/libero/article/viewFile/6410/5829>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

GOMES, Mayra Rodrigues. As representações sociais entre estudos culturais e psicologia social, a psicanálise. *Calígrama* (São Paulo. Online), [S.l.], v. 2, n. 2, aug. 2006. ISSN 1808-0820. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/caligrama/article/view/56755>>. Acesso em: 14 dec. 2016.

GRAZIANO DA SILVA, José. O novo rural brasileiro. *Nova economia*, Belo Horizonte, n.7, maio de 1997.

GUARESCHI, Pedrinho. Sem dinheiro não há salvação: ancorando o bem e o mal entre os neopentecostais. In: GUARESCHI, Pedrinho & Jovchelovitch, Sandra (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 6ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2000

GUARESCHI, Pedrinho & JOVCHELOVITCH, Sandra (Org.). *Textos em Representações Sociais*. 6ª.ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

GUIA SOCIOECONÔMICO DO VALE DO RIO PARDO E CENTRO-SERRA. As várias faces da região. Gazeta Grupo de Comunicações. Santa Cruz do Sul, 2016.

GUTIÉRREZ VIDRIO, Silvia. Políticas culturales y representaciones sociales. *Anuario de investigación*, pp. 17-34, México, 2005. Disponível em: <<https://goo.gl/WAEjte>>. Acesso em 2 mar 2015.

\_\_\_\_\_. Representaciones sociales y construcción de la ciudadanía en jóvenes universitarios. *Sinéctica* [online]. 2011, n.36, pp. 1-18. ISSN 1665-109X. Disponível em: <<https://goo.gl/h8wHDn>>. Acesso em 10 out. 2013.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997

\_\_\_\_\_. El trabajo de la representación. In: HALL, S. *Sin garantías: trayectorias y problemáticas en estudios culturales*. Eduardo Restrepo, Catherine Walsh y Víctor Vich (Eds.). Instituto de estudios sociales y culturales Pensar, Universidad Javeriana, Instituto de Estudios Peruanos, Universidad Andina Simón Bolívar sede Ecuador, Envió Editores, 2010, pp. 447-482. Disponível em: <<http://bit.ly/1IoRrWW>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

\_\_\_\_\_. *Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HARTLEY, John. *Comunicação, Estudos Culturais e Media*. Quimera: Coimbra, 2004.

HOLLOWS, Joanne. Feminismo, estudios culturales y cultura popular. *Lectora, Universitat Autònoma de Barcelona*, n.11, 2005, Barcelona. Disponível em: <<http://www.raco.cat/index.php/Lectora/issue/view/15487/showToc>>. Acesso em 25 maio 2014.

HORTON, Paul B.; HORTON, Roberto L. *Introdução à sociologia*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.

HÜNERMANN, P. e ECKHOLT, M. (org.) *La juventud latinoamericana en los procesos de globalización Opción por los jóvenes*. Eudeba: Buenos Aires, 1998. Disponível em: <http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/43975.pdf>

IBGE. *População Jovem do Brasil. Estudos e pesquisas*. Informações demográficas e Socioeconômicas. Número 3. Rio de Janeiro: IBGE, 1999. Disponível em: <http://bit.ly/2qqFrPu>. Acesso: 28 jan. 2015.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico. *Características da população e dos domicílios: resultados do universo*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://goo.gl/brht0M>>. Acesso em: 18 abr 2014.

IBGE. *Base cartográfica*. Malhas digitais, municípios, RS. 2010. Disponível em: [ftp://geofpt.ibge.gov.br/malhas\\_digitais/municipio\\_2010/rs/](ftp://geofpt.ibge.gov.br/malhas_digitais/municipio_2010/rs/)>. Acessado em: 21 nov. 2015.

INCA. Projeto Internacional de Avaliação das Políticas de Controle do Tabaco: Relatório do Projeto ITC-Brasil. Resultados das ondas 1 e 2 da pesquisa (2009- 2013). Maio de 2014. Disponível em: <http://bit.ly/2raPfQO>>, Acesso em: 5 ago. 2015.

ISLAS, J. A. P.. Trazos para un mapa de la investigación sobre juventud en América Latina. *Papers – Revista de Sociologia*, Barcelona, Vol. 79, 2006, p. 145-170. Disponível em <http://papers.uab.cat/article/view/v79-perez>

JACKS, Nilda (org.). *Meios e Audiências - a Emergência dos Estudos de Recepção no Brasil*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

\_\_\_\_\_. *Comunicação e Cultura: Mediações na Recepção de TV. Publicatio UEPG*, Ponta Grossa, v. 1, n. 3, p. 35-42, 1995.

JACKS, Nilda A.; RONSINI, Veneza Mayora. Mediações na recepção: estudo comparativo entre receptor urbano e rural. In: BRAGA, José Luiz. (Org.). *A encenação dos sentidos: mídia, cultura e política*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

JACKS, Nilda e ESCOSTEGUY, Ana Carolina. *Comunicação e recepção*. São Paulo: Hackers, 2005.

JAMESON, Fredric y Zizek Slavoj, Estudios culturales. *Reflexiones sobre el multiculturalismo, cap. I*, Paidós, Espacios del saber n° 6. Argentina, 1998.

JODELET, Denise. *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2005.

\_\_\_\_\_. *Representando a alteridade*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

JOVCHELOVITCH, S. *Representações sociais e esfera pública. A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000a.

\_\_\_\_\_. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e Representações Sociais. In: GUARESCHI, Pedro; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000b.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. EDUSC: Bauru, 2001.

KUHNEN, Ariane. *Reciclando o cotidiano: representações sociais do lixo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, c1995.

KUMMER, Rodrigo e COLOGNESE, Silvio Antônio. Juventude rural no brasil: entre ficar e partir. *Tempo da Ciência*, volume 20, número 39, 1º, semestre de 2013.

LAUBSTEIN, Fernanda Cristina. A ruralidade ontem e hoje: Uma análise do rural na contemporaneidade. *Revista Aurora*, Marília, São Paulp, ano V, n. 8 – AGO/ 2011.

LEÔN, O. D. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. In: FREITAS, Maria Virginia de; ABRAMO, Helena Wendel; LEÔN, Oscar Dávila. Juventude e adolescência no Brasil: referência conceituais. Ação Educativa: São Paulo, 2005. p. 9-18.

LÉVY, Pierre. *As Tecnologias da Inteligência. O futuro do pensamento na era da informática*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

LOMBARDI, Matheus. Êxodo rural cai pela metade em uma década. *Uol Notícias*. 29 de setembro de 2011. Disponível em: <https://goo.gl/l17Ag3>. Acesso em: nov.2013.

LONG, Norman. *Sociología Del desarrollo: una perspectiva centrada em el actor*. México: Ciesa, Colegio San Luis, 2007. Loose e Niederle (2014

LOOSE, Eloisa Beling e NIEDERLE, Paulo André. Representações sobre ruralidade no brasil: uma análise do programa Globo Rural. *Campo-Território: revista de geografia agrária*, v. 9, n. 17, p. 695-714, abr., 2014.

LOPES, Kamil Cheab David e DOULA, Sheila Maria. Juventude rural na sociedade da informação: a internet e seus usos no brasil. *Oikos*. Revista Brasileira de Economia Doméstica, Viçosa, v. 24, n.2, p. 113-132, 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2r13bCB>. Acesso: 3 mar. 2017.

LOZANO, Jorge E. Aceves. La historia oral e de vida: del recurso técnico a la experiencia de investigación. In: CÁCERES, Jesús Galindo (coord.). *Técnicas de investigación em sociedad, cultura y comunicación*. México: Addison Wesley Logman, 1998, p. 207-276.

LULL, James. In: JACKS, Nilda A. e THUFTE, Thomas. Entrevista com James Lull: em los estúdios culturales, el sur tambien existe. *Causas e Azares*, Buenos Aires, p. 145-153, 1998.

MALAGODI, Edgar e MARQUES, Roberto. Para além de ficar ou sair: as estratégias de reprodução social de jovens em assentamentos rurais. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

MARCUZZO, Juliana Luisa; RAMOS, Marília Patta. A definição de rural e urbano e o desenvolvimento regional: uma avaliação de diferentes metodologias de classificação. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v.10, n.3, p.103-128, set./dez. 2005

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua; REDIN, Ezequiel e COSTA, Felipe Ferrari da. Juventude rural e trabalho no cultivo do tabaco. *Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho*, Ano 19, nº 31, 2014, 159-194. Disponível em: <<http://bit.ly/2rIn10u>>. Acesso: 10 nov. 2016.

MARINAS, José Miguel; SANTAMARINA, Cristina (orgs.). *La História Oral: Métodos y experiencias*. Madrid: Debate, 1993.

MARTIN SERRANO, Manuel. Mediación y Sociedad: voz mediación. *Revista Chasqui*, n. 114-115, 2011. Disponível em: <<http://bit.ly/2r0OAAP>>. Acesso em: 01 jul. 2016.

MARTIN, Hardy Elmiro. *Recortes do passado de Santa Cruz*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999. 150 p

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Sílvia H. S; FREIRE FILHO, João. *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008.

\_\_\_\_\_. *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonía*. México, GG MassMídia, 1993.

\_\_\_\_\_. Ofício de cartógrafo. Travesías latinoamericanas de la comunicación en la cultura. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 2002

\_\_\_\_\_. Pistas para entre-ver meios e mediações. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, p. 11-21, 2003.

MARTINO, Luís Mauro Sá. *Teoria da comunicação: ideias, conceitos e métodos*. Petrópolis: Vozes, 2009.

MATTELART, Armand; NEVEU, Erik. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola, 2004.

MÁXIMO, Thaís Augusta Cunha de Oliveira. *Significado da formação e inserção profissional para gestores e aprendizes egressos do programa jovem aprendiz*. Tese de Doutorado (Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2qrgjI5>>. Acesso: 15 ago. 2016.

MAZALLA NETO, Wilon e BERGAMASCO, Sonia Maria Pessoa Pereira A experiência agroecológica e o fortalecimento da racionalidade camponesa na relação com a natureza. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. p. 197-222

MCQUAIL, Denis. *Teoria da Comunicação de Massas*. Fundação Calouste Gulbenkian: Lisboa, 2003.

MDA, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Relatório final grupo temático de juventude rural. Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ASBRAER)*. Brasília, 2011. Disponível em: <https://goo.gl/12Mwen>. Acesso: 10 de abr. 2015

MEJIA, Margarita Rosa Gaviria. Territórios e direitos humanos dos jovens no interior do Rio Grande do Sul. *Signos*, ano 33, n. 2, p. 147-161, 2012.

MENASCHE, Renata. Terceira sessão do debate: balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

MENDONÇA, Anderson Pereira & LIMA, Marcus Eugênio Oliveira. Representações sociais e cognição social. *Psicologia e Saber Social*, UERJ, Rio de Janeiro, 3(2),191-206, 2014. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/psi-sabersocial/article/view/14470/10949>

MENEZES, Marilda Aparecida de; STROPASOLAS, Valmir Luiz; BARCELLOS, Sergio Botton. *Juventude Rural e Políticas Públicas no Brasil*. Coleção Juventude - Série Estudos, n.1: Brasília, 2014

MERCHANTE Carlos Vecina. Un estudio sobre representaciones sociales de la inmigración en la prensa y en una revista de barrio. *Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID)*, Número Monográfico, Octubre, 2012, 32-55. Disponível em: < <https://goo.gl/ttJ6Xa> >. Acesso em: 4 mar 2017.

MESQUITA, Maria Souza; ALMEIDA, Danice Betania de. Representações Sociais: mapeamento conceitual. In: SILVA, Neide de Melo Aguiar (Org.). *Representações sociais em educação: determinantes teóricos e pesquisas*. Blumenau: Ed. da FURB, 2009.

MÍDIA DADOS. Grupo de Mídia de São Paulo, São Paulo, 2016.

MILANESI, Luiz Augusto. *O Paraíso Via Embratel*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O conceito de Representações Sociais dentro da sociologia clássica. In: GUARESCHI, Pedro; JOVCHELOVITCH, Sandra. (orgs.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 99-111.

MIRANDA, Carlos e Silva, HEITHEL. Apresentação. In: Miranda, Carlos e Silva, Heithel (Org.). *Concepções da ruralidade contemporânea: as singularidades brasileiras*. Brasília: IICA, 2013. Disponível em:< <https://goo.gl/dwwirN>>. Acesso em: 4 maio 2014.

MIRANDA, Emília Bezerra de. Juventude e família: um estudo sobre jovens que “deram certo na vida”. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco, 2009. Disponível em: < <https://goo.gl/WxJ2Pw> >. Acesso em: 15 abr. 2014.

MOREIRA, Erika Vanessa e HESPANHOL, Rosângela Aparecida de Medeiros. A ruralidade construída na agricultura em Piedade e Pilar do Sul-SP. *Campo-Território: Revista De Geografia Agrária*, v. 8, n. 16, p. 280-314, ago., 2013.

MOREIRA, Roberto José. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação, *Cadernos CPDA – Ruralidades*. Rio de Janeiro: CPDA/ UFRRJ, n. 1. nov. 2002. 38 p.

MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: investigação em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2013.

NAVARRO, Zander. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, USP, Vol. 15, nº 43, 2001. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142001000300009&script=sci_arttext). Acesso em: 30 mar 2014.

NIEDERLE, Paulo Andre. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. P. 168 -196

NIRENBERG, Olga. Participación en proyectos y desarrollo integral de adolescentes y jóvenes. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez Costa; STENGEL, Márcia (org.). *Juventudes contemporâneas: um mosaico de possibilidades*. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011.

OLIVEIRA MÁXIMO, Thaís Augusta Cunha de. *Significado da formação e inserção profissional para gerentes e aprendizes egressos do programa Jovem Aprendiz*. Tese

(Doutorado Integrado em Psicologia Social) - Universidade Federal da Paraíba/ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

OLIVEIRA, Valdir de Castro. Indústria cultural e meio rural. *Mediação*, Belo Horizonte, v. 14, n. 14, p.113 a 130, jan./jun. de 2012.

OROZCO GÓMEZ, Guillermo. *Televisión y audiencias: un enfoque cualitativo*. Madrid: Ediciones de la Torre, 1996.

OROZCO, GOMEZ Guillermo. Recepción Televisiva. Tres aproximaciones y una razón para su estudio. *Cuadernos de Comunicación y Prácticas Sociales*, Universidad Iberoamericana: México, 1991.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude: alguns contributos. **Análise Social**, Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, vol. XXV (105-106), 1990 (1.º e 2.º), p. 139-165. Disponível em: < <http://bit.ly/2r0NMfv> >. Acesso em: 7 mar.2015

PERALVA, Angelina. O jovem como modelo cultural. *Revista Brasileira de Educação*, n. 5-6, mai./dez. 1997. Disponível em: <<http://bit.ly/1LsKnFq>>. Acesso em: 8 nov.2016.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS: síntese de indicadores 2014 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2015. 102 p. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94935.pdf>. Data de acesso: março de 2016

PICOLOTTO, Everton Lazzaretti e MEDEIROS, Leonilde Servolo de. A formação de uma categoria política: os agricultores familiares no brasil contemporâneo. In: Delgado, Guilherme Costa. Bergamasco, Sonia Maria Pessoa Pereira (orgs.). *Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2017. P. 344-368.

PIRES, André. *Ruralidades em Transformação: Agricultores, Caseiros e Moradores de Condomínio*. São Paulo, Annablume, 2007.

\_\_\_\_\_. Um sentido dentre outros possíveis: o rural como representação. In: CAMPANHOLA, Clayton; GRAZIANO DA SILVA, José (editores técnicos). *O novo rural brasileiro: novas ruralidades e urbanização*. Embrapa Informação Tecnológica, v. 7, 2004. p. 149-174.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade*. São Paulo: Duas Cidades, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do “indivizível” ao “dizível” In: VON SIMSON, Olga de Moraes (org.). *Experimentos com Histórias de Vida*. São Paulo: Vértice, 1988, p. 14-41.

RAMÍREZ, Silvia Piñero. La teoría de las representaciones sociales y la perspectiva de Pierre Bourdieu: una articulación conceptual. *Revista de Investigación Educativa*, n. 7, julio-diciembre, 2008. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=283121713002>. Acesso em: 17 ago. 2014.

REDIN, Ezequiel. O futuro incerto do jovem rural. *INTESA*, Pombal/PB, v. 8, n. 1, Jan./Dez., 2014.

REDIN, Ezequiel; SILVEIRA, Paulo Roberto Cardoso da; GUIMARÃES, Gisele Martins; SANTOS, Wilson Flores dos. Juventude rural e novas formas de sociabilidade mediadas pelas TICs. *Signos do Consumo*, São Paulo, v.5, n.2, 2013. Dez. 2013.

REIS, Douglas Sathler dos. O rural e o urbano no Brasil. *Cadernos de Geografia*, Belo Horizonte, v. 15, 2º. Semestre 2005.

RELATÓRIO PARCIAL DO PLANO ESTRATÉGICO PARTICIPATIVO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO VALE DO RIO PARDO. Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. Santa Cruz do Sul, 15 de agosto de 2016

RENK, Arlene. *Juventude rural, cultura e mudança social*. Editora Argos, 2014

RIBEIRO, L. C. e TUZZO, S. A. Jesus Martín Barbero e seus estudos de mediação na telenovela. *Comunicação & Informação*, Goiás, v. 16, n. 2, p. 39-49, jul./dez. 2013. Disponível em: < <http://dx.doi.org/10.5216/cei.v16i2.29187>>. Acesso em: 3 set. 2016.

RÍOS, Alicia. *Los Estudios Culturales y el estudio de la cultura en Daniel Mato: América Latina en Estudios culturales y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder*. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Universidad Central de Venezuela, Caracas, 2002.

ROCHA, Heitor Costa Lima da. O Papel da Comunicação no Desenvolvimento Local: Uma Proposta para Análise dos Modelos Difusionista e de Comunicação Participativa na Extensão Rural. XXXII INTERCOM - CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Anais. Curitiba, PR, 4 a 7 de setembro de 2009

RODRIGUES, João Freire. O rural e o urbano no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios. *Análise Social*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. n. 211, 2014.

RODRIGUEZ SALAZAR, T.. Sobre el potencial teórico de las representaciones sociales en el campo de la comunicación. *Comunicación & Sociedad*, Guadalajara, n. 11, p. 11-36, jun. 2009. Disponível em: < <http://bit.ly/2bYadcM> >. Acesso em: 19 abr. 2016.

RONSINI, Veneza Mayora. *Cotidiano Rural e Recepção da Televisão: O Caso Três Barras*. USP, 1993.

\_\_\_\_\_. *Mercadores de sentido: consumo de mídia e identidades juvenis*. Editora Sulina: Porto Alegre, 2007.

ROSAS PINEDA, Karla L.. Genealogía de los estudios culturales. *Razon y Palabra*, n. 81, México, noviembre/2012 e enero 2013. Disponível em:<<http://bit.ly/2r0wkHG>>. Acesso: em: 15 jan. 2015.

ROSAS, Eduardo Nunes Leite. Do campo para a cidade: saindo para ficar. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

RÜDIGUER, Francisco. A Escola de Frankfurt. In HOHJFELDT, Antonio; MARTINO, Luiz C. e FRANÇA, Vera Veiga (org.), *Teorias da comunicação – conceitos, escolas e tendências*, Petrópolis, Vozes, 2001, p. 131-150.

RUFFINO, Rodolpho. Escrever, construir. In: Associação Psicanalítica de Porto Alegre. *Adolescência entre passado e futuro*. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1997.

SÁ, Celso Pereira de. *A construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Eduerj: Rio de Janeiro, 1998.

SANTOS, Maria Salett Tauk. Juventude Rural em Tempo de Redes Sociais. XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais. Recife, 02 a 06 de setembro de 2011. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2011/resumos/R6-2043-1.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2015.

\_\_\_\_\_. Juventude rural e Cibercultura: A inclusão digital é ainda um sonho. 3º SIMPÓSIO HIPERTEXTO E TECNOLOGIAS NA EDUCAÇÃO. UFPE, Recife, 02 e 03 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.ufpe.br/nehte/simposio/anais/Anais-Hipertexto-2010/Maria-Salett-TaukSantos.pdf>.

SANTOS, Maria Salett Tauk e NASCIMENTO, Marta Rocha do Desvendando o mapa noturno: análise da perspectiva das mediações nos estudos de recepção. *Revista Novos Olhares*. São Paulo, ECA/USP, no 5, 2000.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Moacir CARNIELLO, Monica. O desenvolvimento do sistema nacional de telecomunicações (1961-1967): a produção das condições técnicas necessárias à expansão do mercado publicitário no Brasil. 9º. ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. Ouro Preto, Minas Gerais, 30 de maio a 1º de junho de 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/2r76va6>>. Acesso: 10 ab. 2017.

SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: Editora da UFRGS. 2003

\_\_\_\_\_. Tendências e temas dos estudos sobre desenvolvimento rural no Brasil. XXII CONGRESSO OF THE EUROPEAN SOCIETY FOR RURAL SOCIOLOGY. Wageningen, Holanda, 20-24, agosto, 2007. Disponível em:< <https://goo.gl/QxdnrU>>. Acesso em: 7 maio 2014.

\_\_\_\_\_. Território, ruralidade e desenvolvimento. In: VELÁSQUEZ LOZANO, Fabio; MEDINA, Juan G. F. (Org.). *Las configuraciones de los territorios rurales en el siglo XXI*. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2009. p. 67-108

SCHNORR, Júlia A representação do viver no campo: o estereótipo do homem e do espaço rural na televisão. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho Estudos de Cultura e Identidade do IV SIPECOM - Seminário Internacional de Pesquisa em Comunicação. Universidade Federal de Santa Maria. Setembro de 2012. Disponível em: <<http://bit.ly/2qo9IYs>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

SCHWARTZ, Clarissa Schwartz. Apropriação de TICs no meio rural brasileiro. 2007. Dissertação (Extensão Rural) - Universidade Federal de Santa Maria, 2007.

SIERRA, Francisco. Función y sentido de la entrevista cualitativa en investigación social In: CÁCERES, Jesús Galindo (coord.). *Técnicas de investigación em sociedad, cultura y comunicación*. México: Addison Wesley Logman, 1998, p. 277-345.



- SIGNATES, Luiz. Estudo sobre o conceito de mediação. *Novos Olhares* – Grupo de Estudos sobre práticas da recepção e produtos mediáticos da ECA/USP, São Paulo, n. 2, p. 37-49, 2º. sem de 1998.
- SILVA, Carla Regina e LOPES, Roseli Esquerdo. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. *Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar*, São Carlos, Jul-Dez 2009, v. 17, n.2, p 87-106. Disponível em:< <https://goo.gl/Odngx5>>. Acesso em: 10 março 2014.
- SILVA, Clécio Azevedo da; ROCHA, Fernando Goulart. Contribuições da sociologia rural norte-americana e europeia aos conceitos de rural, urbano e suas relações. *Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía*, Bogotá-Colombia. v. 20, n. 2, jul/dic 2011.
- SILVA, Pedro Celso Soares da; SILVA, Nardel Luiz Soares da; FEIDEN, Armin e ZONIN, Wilson João. Comportamento da juventude estudantil rural do Oeste Paranaense em relação as atividades desenvolvidas pela agricultura familiar. *Cultivando o Saber*, v.4, n.2, Cascavel, p.173-187, 2011.
- SILVA, Rhafic Conolato da. Ruralidades, urbanidades e relações campo-cidade. *Nadir, Revista Electronica de Geografía Austral*, Universidad Autonoma de Chile, ano 6, n. 1, ene/jul. 2014.
- SILVEIRA, Kathleen Rodrigues Krüger da; DEPONTI, Cidonea Machado; AREND, Silvio Cezar. Perfil socioeconômico das famílias produtoras de tabaco da Microrregião de Santa Cruz do Sul e a sua diversificação produtiva. In: VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL. Programa de Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, 4 a 6 de setembro de 2013. Disponível em: <http://www.unisc.br/site/sidr/2013/Textos/313.pdf>. Acesso: 25 jan. 2017.
- SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. *Complexo agroindustrial do fumo e território: a formação do espaço urbano e regional no Vale do Rio Pardo - RS*. 2007. 578 f. 2 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.
- SKOLAUDE, Mateus. *Identidades Rasuradas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2008.
- SOFIATI, Flávio Munhoz. *Religião e Juventude: os jovens carismáticos*. Tese de Doutorado - Universidade de São Paulo (USP). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas São Paulo Disponível em: < <http://bit.ly/2rG4VZS>>. Acesso em: 10 mar. 2014.
- SOUZA, Ingrid Tatiny Ribeiro Gomes de; LIMA, José Júlio Ferreira. Ensaio sobre a ruralidade: um resgate do rural puro e a apropriação de outras definições. *Geografias*, Belo Horizonte n. 2, julho-dezembro de 2006.
- SPANVELLO, Rosani M.; LAGO, Adriano; V E LA, Hugo G. Juventude rural: associativismo e lazer como forma de desenvolvimento social. In: VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINO -AMERICANA DE SOCIOLOGIA RURAL (ALASRU), Porto Alegre, novembro de 2002.
- SPINK, M. J. Desvendando as teorias implícitas: uma metodologia de análise das Representações Sociais In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 89-111.
- STEIN, Alexandre de Queiroz e CONTERATO, Marcelo Antônio. Agricultura familiar e agricultura não familiar em microrregiões selecionadas do Rio Grande do Sul: considerações

a partir do Censo Agropecuário 2006. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 34, Número Especial, p. 1035-1062, 2013.

STROPASOLAS, Valmir Luiz. Juventude Rural: uma categoria social em construção. GT 22: Sociologia da Infância e Juventude. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, *Anais*. Belo Horizonte, junho de 2005. Disponível em: <<http://bit.ly/2r70URh>>. Data de acesso: março de 2013.

\_\_\_\_\_. *O mundo rural no horizonte dos jovens*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

\_\_\_\_\_. *O mundo rural no horizonte dos jovens: o caso dos filhos (as) de agricultores familiares de Ouro/SC*. Doutorado em Ciências Humanas/Sociedade e Meio Ambiente (Centro de Filosofia e Ciências Humanas) - Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2002.

STULP, V. J. Alternativas para a geração de renda e emprego na pequena propriedade rural do Vale do Rio Pardo/RS. *Redes*, Santa Cruz do Sul-RS, v. 4, n.3, p. 9-34, 1999.

TAVARES, Breitner. Sociologia da Juventude: da juventude desviante ao protagonismo jovem da Unesco. *Soc. e Cult.*, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 181-191, jan./jun. 2012

TEIXEIRA, M. A. LAGES, V. N. Transformações no Espaço Rural e a Geografia Rural: Ideias para discussão. *Revista Geografia*, São Paulo, v 14. P. 9-33. 1997

THOMPSON, John. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

TOLEDO, E. N. B. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção. 29 de julho de 2008. A juventude rural e os desafios sucessórios nas unidades familiares de produção. *Revista da Juventude Rural*, ano III, nº 3, set., 6-8.

TORRICO VILLANUEVA, Erick. Un mapa para la multiculturalidad. *Revista Chasqui*, n.102, junho de 2008.

TUFTE, Thomas. Juventude, Comunicação e mudança social: negociação, navegação e narração da vida de jovens em uma realidade glocal. *Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação*, São Paulo, v.33, n.2, p. 51-69, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://bit.ly/2rb2Vep>>. Acesso em: 29 jan. 2017.

ULLOA TAPIA, César. Barbero y la otra pedagogía. *Revista Chasqui*, n. 102, junho de 2008. Disponível em <http://bit.ly/2qauDUM>. Data de acesso: 01 de julho de 2016

UNFPA, Fundo de População das Nações Unidas. Direitos da população jovem: um marco para o desenvolvimento. 2. ed. Brasília: UNVPA, 2010.

URTEAGA, Maritza e CORNEJO, Inés. "Los y las jóvenes: compartir y sentir en comunidad. La experiencia de Plaza Universidad". In: CROVI, Delia (coord.). *Cultura política. Información y comunicación de masas*. México: Asociación Latinoamericana de Sociología, 1996.

VEIGA, José Eli da. Nascimento de outra ruralidade. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 20, n.57, Agosto/2006. Disponível em: < <http://bit.ly/2rG52om>>. Data de acesso: 15/02/2015.

VENDRAMINI, Célia Regina. A escola diante do multifacetado espaço rural. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 21, n.1, p. 145-166, jan.-jun. 2004.

\_\_\_\_\_. Qual o futuro das escolas no campo? *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v.31, n.03, p. 49-69, Julho-Setembro 2015.

VIERO, Verônica Crestani e SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Apropriação de tecnologias de informação e comunicação no meio rural brasileiro. *Cadernos de Ciência & Tecnologia*, Brasília, v. 28, n. 1, p. 257-277, jan./abr. 2011.

VIERO, Verônica Crestani e SILVEIRA, Ada Cristina Machado da. Panorama histórico da difusão de inovações no meio rural brasileiro. *Revista Gedecon*, v. 4, p. 59-72, Cruz Alta, 2009

VOGT, Olgário Paulo. *A produção de fumo em Santa Cruz do Sul, RS: (1849-1993)*. 1. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1997.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das Representações Sociais. In: GUARESCHI, P. A; JOVCHELOVITCH, S. (Orgs). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 149-186

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade1. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003, p. 42-61

\_\_\_\_\_. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades avançadas: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 15, n. 1, p. 87-145, 2000.

\_\_\_\_\_. *A ruralidade no Brasil moderno. Por un pacto social pelo desenvolvimento rural*. En publicación: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Norma Giarracca. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2001. Disponível em: <http://bit.ly/2bsp6X7>. Acesso em: 15 abr. 2016.

\_\_\_\_\_. A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade. *ALASRU*, Nueva Época 2010, 5:17-44.

\_\_\_\_\_. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonho para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: CARNEIRO, Maria José (Org.). *Ruralidades Contemporâneas*. Modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Mauad X, 2012.

\_\_\_\_\_. Raízes históricas do campesinato brasileiro”. In: Tedesco, João Carlos (org), *Agricultura familiar: realidade e perspectivas*, Passo Fundo, UPF, 1999

WEDIG, Josiane Carine e MENASCHE, Renata. Entre o campo e a cidade: o lugar do consumo da mobilidade material e simbólica de jovens rurais. In: PINTO, Michele de Lavra e PACHECO, Janie K (orgs,) *Juventude, consumo e educação*. ESPM: Porto Alegre, 2009.

WEISHEIMER, Nilson. *A situação juvenil na agricultura familiar*. Tese de Doutorado (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. UFRGS, Porto Alegre, 2009.

\_\_\_\_\_. Apontamentos para uma sociologia da juventude. *Revista Cabo-verdiana de Ciências Sociais*, ano 1, n. 1. jan-dez, 2013.

\_\_\_\_\_. *Juventudes Rurais: mapa de estudos recentes*. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

\_\_\_\_\_. *Os jovens agricultores como categoria sociológica*. Trabalho apresentado no XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas, São Paulo, na UNICAMP, set/2003.

\_\_\_\_\_. Socialização e projetos de jovens agricultores familiares. In: CARNEIRO, Maria José e CASTRO, Elisa Guaraná de. *Juventude Rural em Perspectiva*. São Paulo. Ed. Mauad, 2007.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura & Sociedade: 1780-1950*. Tradução de Leônidas H. B. Hegenberg, Octanny Silveira da Mota e Anísio Teixeira. São Paulo: Editora Nacional, 1969.

\_\_\_\_\_. *Television: technology and cultural form*. London: Routledge, 1990.

WINOCUR, R. (2009). *Robinson Crusoe ya tiene celular*. Cidade do México: Siglo Veintiuno. Disponível em: <http://bit.ly/2pZJR3H>. Data de acesso: março de 2016.

WOORTMANN, Klaas. Migração, família e campesinato. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v.7, n. 1, jan./jun. 1990.

WOTTRICH, L. H.; SILVA, R. C. da, e RONSINI, V. V. M.. *A Perspectiva das Mediações de Jesús Martín-Barbero no Estudo de Recepção da Telenovela*. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Curitiba, 4 a 7 de setembro de 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1712-1.pdf>. Acesso em: 04 dec. 2015.

ZAGO, Nadir. Migração rural-urbana, juventude e ensino superior. *Revista Brasileira de Educação* v. 21 n. 64 jan-mar. 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216404>. Data de acesso: janeiro de 2017.

ZAGURY, Tania. *O adolescente por ele mesmo*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

**APÊNDICE A — Total de habitantes da Microrregião de Santa Cruz do Sul x  
proporção rural**

|                     | <b>População</b> | <b>% rural</b> |
|---------------------|------------------|----------------|
| Santa Cruz do Sul   | <b>118.374</b>   | <b>11,14</b>   |
| Sobradinho          | <b>14.283</b>    | <b>20,56</b>   |
| Venâncio Aires      | <b>65.946</b>    | <b>37,22</b>   |
| Vera Cruz           | <b>23.983</b>    | <b>44,46</b>   |
| Candelária          | <b>30.171</b>    | <b>47,91</b>   |
| Arroio do Tigre     | <b>12.648</b>    | <b>52,86</b>   |
| Mato Leitão         | <b>3.865</b>     | <b>58,06</b>   |
| Estrela Velha       | <b>3.628</b>     | <b>67,83</b>   |
| Segredo             | <b>7.158</b>     | <b>74,76</b>   |
| Ibarama             | <b>4.371</b>     | <b>75,91</b>   |
| Lagoa Bonita do Sul | <b>2.662</b>     | <b>85,57</b>   |
| Sinimbu             | <b>10.068</b>    | <b>85,73</b>   |
| Gramado Xavier      | <b>3.970</b>     | <b>86,68</b>   |
| Herveiras           | <b>2.954</b>     | <b>87,00</b>   |
| Vale do Sol         | <b>11.077</b>    | <b>88,72</b>   |
| Passa Sete          | <b>5.154</b>     | <b>89,23</b>   |
| TT                  | <b>320.312</b>   | <b>36,59</b>   |

**APÊNDICE B — Número de total de jovens x jovens rurais**

|                            | <b>TT 15-24 total</b> | <b>TT 15-24 rural (%)</b> |
|----------------------------|-----------------------|---------------------------|
| <b>Santa Cruz do Sul</b>   | 19.023                | <b>9,88</b>               |
| <b>Sobradinho</b>          | 2.320                 | <b>21,55</b>              |
| <b>Venâncio Aires</b>      | 10.541                | <b>36,29</b>              |
| <b>Vera Cruz</b>           | 3.763                 | <b>41,93</b>              |
| <b>Candelária</b>          | 4.568                 | <b>47,42</b>              |
| <b>Arroio do Tigre</b>     | 2.169                 | <b>51,45</b>              |
| <b>Mato Leitão</b>         | 563                   | <b>57,73</b>              |
| <b>Estrela Velha</b>       | 608                   | <b>69,74</b>              |
| <b>Segredo</b>             | 1.167                 | <b>73,01</b>              |
| <b>Ibarama</b>             | 726                   | <b>74,52</b>              |
| <b>Lagoa Bonita do Sul</b> | 399                   | <b>88,97</b>              |
| <b>Sinimbu</b>             | 1.562                 | <b>85,79</b>              |
| <b>Gramado Xavier</b>      | 674                   | <b>86,50</b>              |
| <b>Herveiras</b>           | 510                   | <b>83,53</b>              |
| <b>Vale do Sol</b>         | 1.770                 | <b>89,10</b>              |
| <b>Passa Sete</b>          | 868                   | <b>90,78</b>              |
| <b>TT</b>                  | <b>51.231</b>         | <b>35,67</b>              |

## APÊNDICE C — ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

### IDENTIFICAÇÃO ENTREVISTADO

1. Data de nascimento
2. Escolaridade
3. Quais cursos já fez?
4. Qual tua atividade principal (Agricultor, Comerciante, Estudante, etc.). Pretende mudar de atividade, caso ele não estude.
5. Nome dos familiares:
6. Escolaridade da mãe:
7. Escolaridade do pai:
8. Escolaridade dos irmãos:
9. A propriedade é da família? ( ) Sim ( ) Não
10. Tamanho da propriedade: \_\_\_\_\_ ha
11. Desde quando a propriedade pertence à família?
12. O uso da propriedade é agrícola ou não agrícola? Quais atividades? (Dependendo do tipo de atividade a ideia é explorar quais as atividades da família e se o jovem participa delas. A seguir há questões mais relacionadas à agricultura).
13. Se agrícola, o que se cultiva e cria na propriedade?
14. A família participou de alguma das políticas públicas? (PRONAF, PROAGRO, PAA, Crédito fundiário, etc.). Quando? Quanto tempo?
15. Qual a distância entre a propriedade e a cidade? Quanto há de asfalto e de estrada de chão? Como classificas esse percurso?
16. A família possui outra renda além da advinda da agricultura? Se sim, quais?
17. Vocês têm algum tipo de assistência técnica agrícola? De quem?
18. Com quais atividades comunitárias você tem contato? (Sindicatos, associações, vizinhança, política, igreja, escola, etc.).
19. Tua família participa de quais atividades comunitárias? Desde quando? Todos participam? Qual a frequência?

## RELAÇÃO COM OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO

20. Posse na residência: (também explorar o número de aparelhos, equipamentos, tipo de acesso, lugar da casa, antes/depois, como foi a aquisição, rotina e objetivos de uso. A partir da configuração de vida do jovem, vou explorando essas questões)

- |  |  |   |
|--|--|---|
| <input type="checkbox"/> 1. Antena parabólica    | <input type="checkbox"/> 6. Internet (Qnto. tempo) | <input type="checkbox"/> 11. Games (Xbox/PlayStation) |
| <input type="checkbox"/> 2. Automóvel/moto       | <input type="checkbox"/> 7. TV por assinatura      | <input type="checkbox"/> 12. Equipamentos agrícolas   |
| <input type="checkbox"/> 3. Telefone residencial | <input type="checkbox"/> 8 DVD/BLUERAY.            | <input type="checkbox"/> 13. Home Teatre              |
| <input type="checkbox"/> 4. Celular/smart        | <input type="checkbox"/> 9. Rádio                  | <input type="checkbox"/> 14. Computador               |
| <input type="checkbox"/> 5. Televisor/Smart      | <input type="checkbox"/> 10. Tablet                | <input type="checkbox"/> 15. Note                     |

21. Quais os meios que tu utilizas para te informar?

22. Em relação à TV, qual a média de vezes/horas por semana/diária que assistes? Quais os canais, programas preferidos?

23. Em relação ao rádio, qual a média de vezes/horas por semana/diária que escutas? Quais as emissoras, programas preferidos?

24. Quais as músicas e cantores preferidos?

25. Em relação ao Jornal, qual a média de vezes/horas por semana/diária que lês?

26. Em relação à Internet, qual a média de vezes/horas por semana/diária que utiliza? (Dependendo do acesso, exploro mais). Utiliza mais para quais tipos de atividades? Entretenimento, trabalho, comunicação, pesquisa. Quais os sites mais acessados? Acessa mais por qual meio (smart, pc, note, tablet)

27. Se for youtube, quais os canais?

28. Teu celular é smart? Utiliza mais para quais atividades? (acesso às redes sociais, ligações, internet, youtube, etc)

29. Tens o hábito de ler livros? Que tipo de literatura e de teu interesse?

30. Como é a tua relação com as Redes Sociais? Quais utilizadas (Instagram, Snapchat, Facebook, youtube, WhatsApp). Qual a tua frequência de uso. Qual a média de postagens por semana? Quantos e quais grupos possuem? Nome desses grupos? Qual rede social preferida?

31. O que tu acha que tem de negativo e positivo nas novas tecnologias?

32. Como tu vê a participação dos meios de comunicação no meio rural? Qual a tua visão que tens das novas tecnologias de comunicação? O que tem de positivo e negativo nisso?



## **FAMÍLIA/LAZER/COTIDIANO**

33. Fala-me um pouco sobre a história da tua família. Vocês viveram sempre aqui? Sua família tem qual(is) origens?
- a. Caso tenha dito sim, se verifica a trajetória dos avós (nesta etapa pode ser explorado também questões étnicas e o que pode ter sido aprendido com os familiares)
34. O que vocês costumam fazer final de semana? Há alguma atividade específica que cada um tenha que fazer em casa, tipo divisão de tarefas?
35. Algum evento que tenha marcado a família de vocês?
- b. Por exemplo – Aresto: pode acontecer com os plantadores de fumo; No caso da Luísa foi o incêndio da casa
  - c. Quais foram os sentimentos sentidos nesse evento? Teve vontade de ir para algum lugar?
36. Como diferenciarias tua vida em relação à do teus pais? O que consideras positivo ou negativo entre a vida vivida por teus pais antigamente e a vivida hoje por ti? Vocês conversam sobre isso?
37. Vocês já moraram em algum outro lugar? Por quanto tempo? Qual o lugar?
38. Qual foi o motivo de irem para lá? Por que voltaram?
39. Qual a principal diferença percebida entre esses lugares e aqui?
40. Além do trabalho/estudos quais atividades que realizas nas tuas horas vagas? Quais seriam as tuas atividades favoritas? Por quê?
41. Quais as atividades que gostas de fazer no ambiente rural? O que não gostas? Como te sentes?
42. Você gostaria de morar em algum outro lugar? Por quê?

## **REPRESENTAÇÕES SOCIAIS SOBRE RURALIDADE**

43. O que você pensa ao ouvir o termo rural? Qual a tua opinião sobre o rural?
44. Por que você acha que o rural é assim?
45. Você gostaria que alguma coisa fosse diferente nesse espaço? Por quê?
46. Quando eu digo rural, qual a imagem que vem a tua cabeça? Se tu descrevesse esta imagem ou fizesses um desenho para representar o rural, como seria esta imagem? (posso pedir para que eles tirem fotos que para eles representam o rural, mas dai não

considero uma nova metodologia, só digo que alguns preferiram me entregar as imagens e posso colocar como anexos no final do trabalho).

47. Quais sentimentos você associa a essa imagem?
48. Tu acreditas que tenha diferença entre campo e rural? o que vem na tua cabeça quando falo a palavra campo?
49. Qual expressão te sentes mais confortável rural ou campo?
50. O que você pensa/sente/imagina quando eu digo a expressão “pessoas do meio rural” ou “pessoas do campo”?
51. Por que você acha que elas são assim?
52. Você e seus amigos conversam sobre viver aqui? Quais os assuntos discutidos nesse sentido?
53. Você já sofreu algum tipo de preconceito ou sentiu vergonha por morar aqui? Em qual situação?
54. Sua família conversa sobre viverem aqui? Que tipo de sentimento sobre esse viver eles transmitem?
55. Conte-me de uma experiência vivida no meio rural? Algum episódio que tenha te marcado.
56. Quais os valores presentes no meio rural que você considera os mais importantes para sua vida?
57. Como você acha que aprendeu esses valores?
58. Três palavras positivas do rural e Três palavras negativas do rural
59. Acreditas que existem diferenças entre o rural e o urbano? Quais seriam? Por quê?

**APÊNDICE D — DOCUMENTO ASSINADO PELOS JOVENS****TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Concordo em participar, como voluntário, do estudo que tem como pesquisador responsável a aluna de doutorado Yhevelin Serrano Guerin, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade de Santa Cruz do Sul, que pode ser contatada pelo e-mail yguerin@unisc.br e pelos telefones (51)998392877 e (51) 3717 7383. Tenho ciência de que o estudo tem como objetivo analisar as representações sociais da ruralidade concebidas pelos jovens rurais – da microrregião de Santa Cruz do Sul –, considerando-se as mediações e a introdução das TIC. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que o meu nome não será divulgado, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. Declaro também que recebi uma cópia deste termo de consentimento.

---

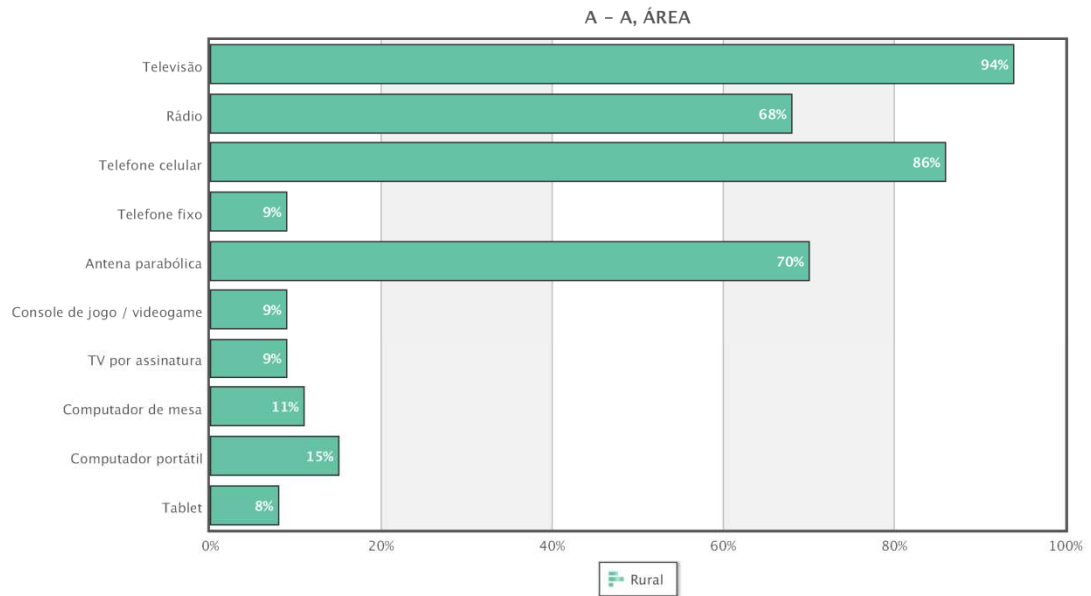
Nome do entrevistado

---

Assinatura

Santa Cruz do Sul, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

## ANEXO A — Proporção de Domicílios que possuem equipamentos TIC



Percentual sobre o total de domicílios

(1) Base: 67.038.766 domicílios. Respostas múltiplas e estimuladas. Dados coletados entre Novembro de 2015 e Junho de 2016.

Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

**ANEXO B — Proporção de domicílios com acesso à internet por região (CETIC, 2016)**